

CADERNOS CESPUC DE PESQUISA SÉRIE ENSAIOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Professor Doutor Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação: Martinho Campolina Rebello Horta

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Alberico Alves da Silva Filho; Állison da Silva Costa, Conrado Moreira Mendes; Édil Carvalho Guedes Filho; Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Leonardo César Souza Ramos; Mariana Teixeira de Carvalho; Martinho Campolina Rebello Horta; Mônica Eulália da Silva Januzzi; Pedro Paiva Brito; Robson Figueiredo Brito; Rodrigo Coppe Caldeira; Rodrigo Villamarim Soares.

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom José Gaspar, 500 - Subsolo do Prédio 6 (Antiga SEC) Coração Eucarístico • Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4792 • CEP 30.535-901 • E-mail: editora@pucminas.br.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA PUC MINAS

Coordenadora: Terezinha Taborda Moreira

Colegiado: Terezinha Taborda Moreira (Coordenadora) – Área de Literaturas de Língua Portuguesa; Arabie Bezri Hermont – Área de Linguística e Língua Portuguesa; Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues – Área de Linguística e Língua Portuguesa.

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS DA PUC MINAS

Coordenadora: Sandra Maria Silva Cavalcante

Editora-gerente: Priscila Campolina de Sá Campello

Capa: Maria Fernanda Machado

Imagem da capa: Freepik.com

Diagramação: Maria Fernanda Machado e Mariana Hilbert Ribeiro

Revisão: Celso Fraga da Fonseca e Luana Barbosa Vieira

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 102 • 30535-901. Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • E-mail: cespuc@pucminas.br ou cespuc.pucminas@gmail.com.

e-ISSN:2358-3231

CADERNOS CESPUC DE PESQUISA SÉRIE ENSAIOS

Práticas de linguagem e cultura digital

Organizadores

Juliana Alves Assis (PUC Minas)

Fabiana Komesu (UNESP)

Daniel Bart (Université Toulouse - Jean Jaurès, França)

Cédric Fluckiger (Université de Lille, França)



CESPUC
CENTRO DE ESTUDOS
LUSO-AFRO-BRASILEIROS



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM

Letras



PUC Minas

Cadernos CESPUC de Pesquisa - Série Ensaios são uma publicação semestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros - CESPUC - MG

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434

Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios – n. 1, 1996 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2025.

E-ISSN 2358-3231

Semestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Indexadores: Latindex, Diadorim, WorldCat, IE Library, Google Acadêmico.

SUMÁRIO

Editorial

Práticas de linguagem e cultura digital

Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu, Daniel Bart e Cédric Fluckiger.....8

Practices of Digital Language and Culture

Juliana Alves Assis, Fabiana Komesu, Daniel Bart e Cédric Fluckiger.....8

Dossiê temático:

A mídia como discurso: análise de uma plataforma de *streaming* de vídeos

Adair Bonini.....13

Instabilidades da cultura digital na representação do discurso outro: práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses

Gabriel Guimarães Alexandre e Cristian Imbruniz.....38

Memória digital: negociações com outros sentidos em rasuras digitais de uma resenha acadêmica

Tatiane Henrique Sousa Machado e Cristiane Carneiro Capristano.....64

A manipulação discursiva da percepção visual nas plataformas de mídia digital como estratégia desinformativa

Rodrigo Jesus Félix e Débora Liberato Arruda.....86

Conteúdo patrocinado: uma análise discursiva de jornalismo, propaganda e da fragilização da cena genérica no *Instagram*

Fellipe de Souza Gualberto Leite e Érika de Moraes.....107

Divulgação científica em ambientes virtuais: reflexões e possibilidades sobre práticas aparentemente insurgentes

Paula Baracat De Grande, Vera Lúcia Lopes Cristovão

e Gustavo André Oliveira.....128

Divulgação científica na esfera acadêmica: estudo do efeito de informalidade em roteiros escritos de *podcast* de pós-graduandos
Augusto Oliveira Dordan e Julia Giacon.....152

Plataformas públicas, linguagem técnica e exclusão informacional: práticas de linguagem digital e cidadania informacional em sites governamentais de Ciência e Tecnologia
Thiago Brasileiro Vilar Hermont e Daniela Veloso de Abreu e Matos.....176

Estrangeirismo e os processos de gramaticalização e lexicalização em ‘do job’: uma abordagem funcionalista
Tiago Almeida Assumpção.....195

Seção livre:

A psicologia social em Volóchinov e Plekhanov: formas da comunicação social na crítica literária
Rodrigo Alan Feltrin Ferraz.....215

Editorial

Práticas de linguagem e cultura digital

Juliana Alves Assis*

Fabiana Komesu **

Daniel Bart***

Cédric Fluckiger****

Esta edição dos Cadernos CESPUC debruça-se sobre tema de relevância para os estudos linguísticos contemporâneos, sobretudo tendo em conta a relação entre linguagem e tecnologias, marcada historicamente por tensões, desafios e “desconfianças”. Esse tema – **Práticas de linguagem e cultura digital** – remete a um campo de investigação que convoca deslocamentos e articulações teóricos e metodológicos, do que resulta um conjunto rico de contribuições que este dossiê oferece ao leitor, incluindo questões emergentes e desafiadoras, dentre as quais destacamos: (i) (re) configuração de gêneros textuais/discursivos e inovação na cultura digital em diferentes contextos; (ii) desinformação e divulgação científica em contexto digital; (iii) letramentos críticos e enfrentamento da desinformação; (iv) inovação linguística em contexto digital.

Em “A mídia como discurso: análise de uma plataforma de *streaming* de vídeos”, Adair Bonini analisa o *streaming* de vídeo, especialmente a plataforma Netflix, vista como uma mídia que ultrapassa a condição de mero meio de acesso a conteúdos e atua como um discurso que influencia comportamentos, escolhas e formas de pensar dos usuários. O autor assume o *streaming* como um hipergênero e também como um processo de midiatização, ou seja, uma forma de mediação tecnológica que interfere na construção das subjetividades. A análise realizada no estudo centra-se em três aspectos principais: a organização da plataforma, o discurso presente nas escolhas oferecidas e as limitações impostas ao usuário. Os resultados mostram que há um direcionamento implícito no *streaming*, embora este

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Câmpus de Belo Horizonte. Doutora em Linguística. Professora e pesquisadora. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9383-4850>.

** Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto. Doutora em Estudos Linguísticos. Professora e pesquisadora. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3820-1559>.

*** Université Toulouse - Jean Jaurès. Doutor em Ciências da Educação. Professor e pesquisador. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8771-1280>.

**** Université de Lille (ULille), Câmpus de Villeneuve-d'Ascq. Doutor em Ciências da Educação. Professor e pesquisador. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2900-0616>.

pareça oferecer muitas opções e liberdade de escolha. O estudo conclui que o *streaming* é um ambiente discursivo que molda a experiência do usuário, influenciando seus hábitos e percepções. O consumo é guiado por estruturas e estratégias que mantêm desigualdades e priorizam conteúdos mais comerciais.

“Instabilidades da cultura digital na representação do discurso outro: práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses” é o título da contribuição de Gabriel Guimarães Alexandre e Cristian Imbruniz. O artigo investiga a representação do discurso do outro (RDO) em práticas de letramento acadêmico de estudantes universitários brasileiros e franceses, no contexto de atividades institucionais de análise de *fake news*. O trabalho orienta-se pela hipótese segundo a qual, em situações de combate à desinformação, a RDO se organiza a partir de instabilidades próprias das culturas digitais desses estudantes. O *corpus* é constituído de produções escritas de alunos de uma universidade no Brasil e de outra na França. Os resultados confirmam a hipótese dos pesquisadores, mostrando semelhanças no uso do discurso direto e diferenças no uso do discurso indireto. O estudo evidencia o potencial desse fenômeno linguístico-discursivo para compreender as culturas digitais e contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, especialmente no uso do discurso do outro em atividades não tradicionais.

Tatiane Henrique Sousa Machado e Cristiane Carneiro Capristano assinam o estudo intitulado “Memória digital: negociações com outros sentidos em rasuras digitais de uma resenha acadêmica”, em que são analisadas rasuras digitais em 23 resenhas acadêmicas produzidas por alunas de Pedagogia no *Google Docs*, com o objetivo de identificar padrões nas negociações de sentido realizadas durante a escrita. A pesquisa se ampara na Análise do Discurso de linha francesa, na noção de heterogeneidade enunciativa e nos conceitos de rasura e memória digital. O trabalho, de natureza qualitativa, examina operações como apagamentos, inserções, substituições e deslocamentos no processo de escrita. Os resultados evidenciam que essas rasuras refletem negociações de sentido influenciadas por relações de sinonímia e antonímia, uso de operadores argumentativos e modalizadores, além da organização sintático-semântica do texto. Na conclusão, indica-se que as rasuras digitais se devem principalmente a substituições lexicais e ajustes relacionais, revelando o esforço das

estudantes em selecionar termos mais adequados a partir de um conjunto de possibilidades.

Em “A manipulação discursiva da percepção visual nas plataformas de mídia digital como estratégia desinformativa”, Rodrigo Jesus Félix e Débora Liberato Arruda investigam o modo pelo qual a manipulação da percepção visual em plataformas de mídia digital é utilizada como estratégia de desinformação, com base nos estudos de *design* multimodal. A pesquisa analisa conteúdos falsos verificados por agências de checagem durante o período eleitoral de 2024, tendo em conta três temas principais: saúde, moralismo e política. Os resultados indicam que a desinformação faz uso de estratégias como perguntas para gerar dúvida, comentários opinativos, manipulação de imagens, deslocamento de contexto e apelos emocionais e morais. Também se destaca o uso de sinais de urgência e recursos persuasivos em mensagens compartilhadas, inclusive em aplicativos como WhatsApp. Em sua conclusão, o estudo aponta que a desinformação digital se apoia em um *design* multimodal estratégico, capaz de influenciar a percepção, o engajamento e a disseminação de conteúdos falsos.

No artigo intitulado “Conteúdo patrocinado’: uma análise discursiva de jornalismo, propaganda e da fragilização da cena genérica no Instagram”, Fellipe de Souza Gualberto Leite e Érika de Moraes analisam como jornais fazem uso de *publiposts* (conteúdos publicitários que imitam postagens comuns) no Instagram e como essa prática pode gerar confusão entre publicidade e jornalismo. Com apoio na Análise do Discurso de linha francesa, o estudo investiga três exemplos publicados por grandes jornais brasileiros, abordando como esses veículos constroem a “cenografia” dos *posts* para indicar que se trata de publicidade. Os resultados do trabalho mostram que, embora os jornais se utilizem de recursos para sinalizar que o conteúdo é patrocinado, tais como legendas e marcadores da plataforma, a própria estrutura do Instagram favorece a fusão entre gêneros. Isso ocorre porque a publicidade pode simular a aparência de conteúdo jornalístico, aproveitando-se da credibilidade dos veículos.

Paula Baracat De Grande, Vera Lúcia Lopes Cristovão e Gustavo André Oliveira, em seu estudo “Divulgação científica em ambientes virtuais: reflexões e possibilidades sobre práticas aparentemente insurgentes”, buscam (re)mapear canais de divulgação científica (DC) na área da linguagem e analisar perfis em redes sociais, no intuito de compreender em que medida

o conceito de DC se amplia ou se restringe diante das demandas das redes digitais. Para tanto, o artigo se baseia em estudos que discutem a dimensão histórica da divulgação científica, realizam o mapeamento da área no Brasil e em Portugal e abordam os impactos da lógica da cibercultura nas práticas em redes sociais. A metodologia utilizada é qualitativo-interpretativa, com base em dados bibliográficos e documentais. A análise de postagens em redes sociais é orientada pela concepção dialógica da linguagem e por um referencial analítico específico. Os resultados apontam que a falta de institucionalização dos canais frequentemente leva à descontinuidade das iniciativas de divulgação científica. O estudo contribui para compreender melhor o potencial da divulgação científica em ambientes digitais e para ampliar as estratégias de atuação nesse contexto.

Em “Divulgação científica na esfera acadêmica: estudo do efeito de informalidade em roteiros escritos de *podcast* de pós-graduandos”, Augusto Oliveira Dordan e Julia Giacon investigam como estudantes universitários constroem um efeito de informalidade ao escrever roteiros de *podcasts* de divulgação científica. A pesquisa parte da hipótese de que, mesmo sem instruções explícitas sobre estilo, os estudantes utilizam recursos informais porque reconhecem que a divulgação científica exige aproximação com um público amplo. Assim, a informalidade não é vista apenas como escolha individual, mas como resultado das expectativas do gênero e do contexto social em que ele circula. A conclusão do estudo aponta que a informalidade emerge como um efeito discursivo ligado ao gênero “*podcast* de divulgação científica”, refletindo a necessidade de aproximar a linguagem acadêmica da linguagem cotidiana.

O artigo de Thiago Brasileiro Vilar Hermont e Daniela Veloso de Abreu Matos, intitulado “Plataformas públicas, linguagem técnica e exclusão informacional: práticas de linguagem digital e cidadania informacional em *sites* governamentais de Ciência e Tecnologia”, examina como a linguagem utilizada em plataformas digitais governamentais de Ciência e Tecnologia no Brasil influencia o acesso da população à informação. Tais ambientes, embora sejam criados para promover transparência e participação, contemplam uso excessivo de linguagem técnica e estruturas complexas, o que muitas vezes dificulta a compreensão dos usuários e impõe limites à chamada cidadania informacional. O estudo examina elementos textuais e visuais desses *sites*. Os resultados mostram que o modo segundo o qual a

informação é organizada – tanto no texto quanto no *design* – pode funcionar como dificultador ou facilitador do entendimento. Em conclusão, observa-se que a garantia de acesso à informação não depende apenas da tecnologia, mas também da clareza da linguagem.

No estudo “Estrangeirismo e os processos de gramaticalização e lexicalização em ‘do *job*: uma abordagem funcionalista”, Tiago Almeida Assumpção analisa o uso da expressão “do *job*” no português brasileiro, em contextos interativos, com base na Teoria Funcional. A pesquisa investiga como o termo *job*, do inglês, passou a ter um novo significado em português – relacionado a serviço sexual – dependendo do contexto de uso. Para isso, foram analisados um videoclipe e três vídeos curtos do YouTube, em uma abordagem exploratória, qualitativa e bibliográfica. A análise considera aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e pragmáticos de “do *job*”. Os resultados indicam que essa expressão está passando por processos de gramaticalização e lexicalização no português brasileiro. O estudo contribui para a compreensão da variação linguística, em especial no que toca ao uso de estrangeirismos e às mudanças de significado na língua.

A **seção livre** encerra esta edição dos Cadernos CESPUC, com o artigo intitulado “A psicologia social em Volóchinov e Plekhanov: formas da comunicação social na crítica literária”, de Rodrigo Alan Feltrin Ferraz. O autor analisa o conceito de psicologia social em Volóchinov e em Plekhanov, examinando sua função mediadora entre base material e ideologia. Entende o autor que, retomando a definição de Plekhanov, Volóchinov situa-a no âmbito de sua filosofia da linguagem e desdobra-a nas formas da comunicação social, determinadas pelo regime sociopolítico e pela situação social mais próxima. Em Plekhanov, essas determinações aparecem em análises literárias e estéticas, sobretudo na relação entre arte e vida social. O estudo defende que Volóchinov e Plekhanov antecipam questões que atravessam os estudos atuais da linguagem, da estética e da comunicação política, na medida em que consideram as formas discursivas e artísticas como instâncias de luta ideológica.

Practices of Digital Language and Culture

Juliana Alves Assis*

Fabiana Komesu **

Daniel Bart***

Cédric Fluckiger****

This issue of *Cadernos CESPUC* focuses on a relevant theme for contemporary linguistic studies, especially considering the relationship between language and technologies, historically characterized by tensions, challenges and “distrust”. This theme – **Practices of digital language and culture** – points to a field of inquiry that calls for theoretical and methodological reconfigurations and articulations, from which a rich set of contribution stems, one that this dossier offers to the reader, including emerging, challenging questions, among which we highlight: (i) (re) configuration of textual/discursive genres and innovation in digital culture in different contexts; (ii) disinformation and scientific dissemination in a digital context; (iii) critical literacies and addressing disinformation; (iv) linguistic innovation in a digital context.

In “Medium as Discourse: Analysis of a Video Streaming Platform”, Adair Bonini analyzes the streaming of videos, especially the Netflix platform, seen as a medium that surpasses the condition of a mere means of access to content and operates as a discourse that influences users’ behaviors, choices, and ways of thinking. The author assumes streaming as a hypergenre and also as a mediatization process, that is, a form of technological mediation that interferes in the construction of subjectivities. The analysis made in the study is centered on three main aspects: the organization of the platform, the discourse present in the choices offered and the limitations imposed on the user. The results show that there is an implicit directing in streaming, though it seems to offer many options and freedom of choice. The study concludes that streaming is a discursive environment that shapes the experience of the

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte campus. PhD in Linguistics. Professor and researcher. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9383-4850>.

** Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto campus. PhD in Linguistic Studies. Professor and researcher. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3820-1559>.

*** Université Toulouse - Jean Jaurès. PhD in Education Sciences. Professor and researcher. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8771-1280>.

**** Université de Lille (ULille), Villeneuve-d’Ascq campus. PhD in Education Sciences. Professor and researcher. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2900-0616>.

users, influencing their habits and perceptions. The consumption is guided by structures and strategies that maintain inequalities and prioritize more commercial content.

“Instabilities of Digital Culture in the Representation of the Other’s Discourse: Academic Literacy Practices of Brazilian and French University Students” is the title of the contribution by Gabriel Guimarães Alexandre and Cristian Imbruniz. The article investigates the representation of others’ discourse (RDO) in academic literacy practices of Brazilian and French university students in the context of institutional activities of analysis of fake news. The work is guided by the hypothesis according to which, in contexts of combating disinformation, the RDO organizes itself from instabilities that are characteristic of these students’ digital cultures. The *corpus* is made up of written productions of students of a university in Brazil and another in France. The results confirm the hypothesis of the researchers, showing similarities in the use of direct discourse and differences in the use of indirect discourse. The study indicates the potential of this linguistic-discursive phenomenon to understand digital cultures and contributes to the students’ academic development, especially in the use of other peoples’ discourses in non-traditional activities.

Tatiane Henrique Sousa Machado and Cristiane Carneiro Capristano sign the study titled “Digital Memory: Negotiations with Other Senses in the Digital Erasures of an Academic Review”, in which digital erasures are analyzed in 23 academic reviews produced by Pedagogy students on Google Docs, aiming to identify patterns in the negotiations of meaning performed during writing. The research draws on French Discourse Analysis, on the notion of enunciative heterogeneity and on the concepts of erasure and digital memory. The work, with its qualitative nature, examines operations such as deletions, insertions, substitutions and dislocations in the process of writing. The results indicate that these erasures reflect negotiations of meaning influenced by relations of synonymy and antonymy, the use of argumentative operators and modalizers, besides the syntactic-semantic organization of the text. In the conclusion, it is indicated that digital erasures are due especially to lexical substitutions and relational adjustments, showing the students’ effort in selecting terms that are more adequate from a set of possibilities.

In “The Discursive Manipulation of Visual Perception on Digital Media Platforms as a Disinformation Strategy”, Rodrigo Jesus Félix and Débora Liberato Arruda investigate the way the manipulation of visual perception in digital media platforms is used as a disinformation strategy, based on multimodal design studies. The research analyses false content verified by fact-checking agencies during the electoral period of 2024, considering three main themes: health, moralism and politics. The results indicate that disinformation uses strategies such as questions to generate doubt, opinion remarks, manipulation of images, displacement of context, and moral and emotional appeals. Also of note is the use of signals of urgency and persuasive resources in shared messages, including applications such as WhatsApp. In its conclusion, the study points out that digital disinformation is supported by a strategic multimodal design that can influence perception, engagement and the spreading of fake content.

In the article titled “‘Sponsored Content’: A Discursive Analysis of Journalism, Propaganda, and of the Weakening of the Generic Scene on Instagram”, Fellipe de Souza Gualberto Leite and Érika de Moraes analyze how newspapers use publiposts (advertising content that imitates common posts) on Instagram and how this practice may generate a confusion between advertising and journalism. Drawing on French Discourse Analysis, the study investigates three examples published by big Brazilian newspapers, touching on how these media build the “scenography” of the posts to indicate that they are advertising. The results of the work show that, while newspapers use resources to signal that the content is sponsored, such as captions and markers of the platform, the structure of Instagram itself favors the fusion between genres. That occurs because advertising can simulate the appearance of journalistic content, taking advantage of the credibility of the vehicles.

Paula Baracat De Grande, Vera Lúcia Lopes Cristovão, and Gustavo André Oliveira, in their study “Science Communication in Virtual Environments: Reflections and Possibilities on Apparently Insurgent Practices”, seek to (re)map channels of scientific communication (DC) in the field of language and analyze profiles in social media, with the intent of understanding to what extent the concept of DC widens or restricts itself in face of the demands of digital networks. For that purpose, the article draws on studies that discuss the historic dimension of scientific communication,

make the mapping of the field in Brazil and in Portugal, and approach the impacts of the logic of cyberculture in practices on social media. The methodology used is qualitative-interpretative, based on bibliographic and document data. The analysis of posts in social networks is guided by the dialogic conception of language and by a specific analytic referential. The results indicate that the absence of institutionalization of the channels frequently leads to the discontinuity of scientific dissemination initiatives. The study contributes to the better understanding of the potential for scientific dissemination in digital environments and to amplify the strategies for operating in this context.

In “Scientific Dissemination in the Academic Sphere: Study of the Effect of Informality in Graduate Students’ Written Podcast Scripts”, Augusto Oliveira Dordan and Julia Giacon investigate how university students build an effect of informality when writing scripts for scientific dissemination podcasts. The research works off the hypothesis that, even without explicit instructions about style, the students use informal resources because they recognize that scientific dissemination requires approaching a wider audience. Thus, informality is not seen only as an individual choice, but as a result of the expectations of the genre and of the social context in which it circulates. The conclusion of the study points out that informality emerges as a discursive effect connected to the “scientific dissemination podcast” genre, reflecting the need to bring the academic language closer to everyday language.

The article by Thiago Brasileiro Vilar Hermont and Daniela Veloso de Abreu e Matos, titled “Public Platforms, Technical Language and Informational Exclusion: Digital Language Practices and Informational Citizenship in Government Websites on Science and Technology”, examines how the language used in digital government platforms of Science and Technology in Brazil influences the access of the population to information. These environments, while created to foster transparency and communication, contemplate an excessive use of technical language and complex structures, which frequently hinders the users’ understanding and limits so-called informational citizenship. The study examines textual and visual elements of these websites. The results show that the way in which the information is organized – both in the text and in the design – can function as either a barrier or a facilitator to understanding. In conclusion,

it is observed that the guarantee of access to information does not depend only on technology, but also on the clarity of language.

In the study “Foreignisms and the Processes of Grammaticalization and Lexicalization in ‘do Job’: a Functionalist Approach”, Tiago Almeida Assumpção analyzes the use of the expression “do job” in Brazilian Portuguese, in interactive contexts, based on Functional Theory. The research investigates how the English word “job” went on to have a new meaning in Portuguese – related to sexual services – depending on the context of use. For that end, a videoclip and three short videos of YouTube were analyzed, in an exploratory, qualitative and bibliographic approach. The analysis considers phonetic, morphologic, syntactic and pragmatic aspects of “do job”. The results indicate that this expression is undergoing processes of grammaticalization and lexicalization in Brazilian Portuguese. The study contributes for the understanding of linguistic variation, especially with regards to the use of foreignisms and to the changes of meaning in language.

The **Free Section** concludes this issue of Cadernos CESPUC with the article titled “Social Psychology in Voloshinov and Plekhanov: Forms of Social Communication in Literary Criticism”, by Rodrigo Alan Feltrin Ferraz. The author analyzes the concept of social psychology in Voloshinov and in Plekhanov, examining its mediating function between material base and ideology. As the author understands, drawing on Plekhanov’s definition, Voloshinov situates it within the scope of his philosophy of language and further develops it in the forms of social communication, determined by the sociopolitical regime and by the nearest social situation. In Plekhanov, these determinations appear on literary and aesthetic analyses, especially in the relation between art and social life. The study argues that Voloshinov and Plekhanov preempt questions that traverse the current studies of language, of aesthetics and of political communication, insofar as they consider the discursive and artistic forms as instances of ideological struggles.

A mídia como discurso: análise de uma plataforma de *streaming* de vídeos

Adair Bonini*

Resumo

O *streaming* de vídeo é analisado neste trabalho: a) como mídia composta por hipergênero e gêneros, considerando-se a conceituação de mídia e hipergênero proposta em Bonini (2011) e, também, a discussão sobre ambiente digital proposta por Paveau ([2016]/2021); e b) como um processo discursivo de midiaticização que intervém na constituição de subjetividades em atenção ao conceito de dispositivo de Agamben (2005). Trata-se de uma análise crítica de gênero do discurso que observa o modo como o discurso (Fairclough, 2003) constitui a plataforma de *streaming* de vídeo Netflix, com foco em três aspectos: a) a organização do hipergênero midiaticizador, principalmente em termos de uma gramática das escolhas postas no menu; b) o discurso, em termos do léxico, das expressões e dos temas mobilizados; c) as atividades materiais, em termos das coerções fisiomidiáticas postas para o/a espectador/a.

Palavras-chave: *streaming*; mídia; discurso; hipergênero.

* Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Linguística e no Departamento de Língua e Literatura Vernáculas. Doutor em Linguística. Bolsista do CNPq (Processo: 313180/2025-3). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7192-4292>.

Medium as Discourse: Analysis of a Video Streaming Platform

Abstract

Video streaming is analysed in this work: a) as a medium composed of hypergenre and genres, considering the conceptualization of medium and hypergenre proposed by Bonini (2011) and also the discussion on the digital environment proposed by Paveau (2021[2016]); and b) as a discursive process of mediation that intervenes in the constitution of subjectivities with consideration to Agamben's (2005) concept of *dispositif*. This is a critical genre analysis that observes the way discourse (Fairclough, 2003) constitutes the Netflix video streaming platform, focusing on three aspects: a) the organization of the mediatizing hypergenre, mainly in terms of a grammar of the choices placed on the menu; b) the discourse, in terms of the lexicon, expressions, and themes mobilized; c) material activities, in terms of the physiomediatric constraints placed on the spectator.

Keywords: streaming; medium; discourse; hypergenre.

1 Introdução

A midiatização na interação linguageira é um entremeio na realização das práticas interativas humanas, alterando a situação natural face a face – tese básica deste artigo. McLuhan ([1964]/2002) aportou uma explicação bem próxima a essa, ao entender os meios como extensão dos sentidos humanos, como prolongamentos das capacidades humanas e como forma de reorganizar a realidade humana. Para além dos meios de comunicação de massa, o autor mostra como a introdução de uma nova tecnologia reorganiza a forma de ser das pessoas, a exemplo da chegada do trem de ferro em uma comunidade até então isolada. Ele afirma, portanto, que se pode, assim, “destacar o ponto de que ‘o meio é a mensagem’, porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas” (McLuhan, [1964]/2002, p. 23). Mesmo em uma perspectiva enunciativista, como a aqui desenvolvida, e, portanto, não guiada pela ideia de um sistema de comunicação com mensagem, emissor e receptor, a ideia de mediação (vamos manter essa palavra por ora) como prolongamento dos sentidos humanos continua válida, principalmente se pensarmos que há um grau zero nesse processo, no caso da linguagem, a interação face a face.

Essa visão de McLuhan ([1964]/2002) é retomada por Debray (1993) quando este propõe a midiologia como uma ciência que “gostaria de ser o estudo das *mediações* pelas quais ‘uma ideia se torna uma força material’, mediações de que os nossos ‘meios de comunicação de massa’ são apenas um prolongamento particular, tardio e invasor” (Debray, 1993, p. 14). Ou seja, para a construção de uma nova forma de existência humana, toda uma sorte de meios é arregimentada, dos quais as ideias e as mensagens são inseparáveis, a exemplo do que ocorreu com o advento da prensa, que estabeleceu toda uma nova forma de produção cultural e de atuação política, desbancando as práticas aristocráticas e pondo em cena o consumo liberal burguês.

A mediação já era um problema social e acadêmico muito bem-posto por McLuhan na década de 1960, quando ele afirma que

nossa resposta aos meios e veículos de comunicação – ou seja, o que conta é o modo como são usados – tem muito de postura alvar do idiota tecnológico. O “conteúdo” de um meio é como a “bola” de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda da mente. O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o seu “conteúdo” é um outro meio. O conteúdo de um filme é um romance, uma peça de teatro ou uma ópera. (McLuhan, [1964]/2002, p. 33).

Se o “cão da mente” se deixava enganar pela superfície da ação dos meios da década de 1960, com seus poucos recursos ainda predominantemente analógicos¹, quem dirá do contexto atual, no qual a mediação invadiu cada espaço recôndito do mundo humano?² Com o advento das interações digitais, praticamente todas as atividades humanas têm sido convertidas em outras formas de interação, algumas através de *sites*, mas a maioria através de aplicativos, a saber:

- formulários eletrônicos: Lattes, Sucupira, Orcid, e-Mec etc.;
- aplicativos gerenciais: SouGov, Alexa, LgthinQ etc.;
- bilheteiras eletrônicas: Diskingressos, Blueticket, Pensanoevento, Sympla, Ingresso Nacional, Eventim etc.;
- aplicativos de transporte e geolocalização: Uber, Waze, Google Maps;
- aplicativos de transações econômicas: Wester Union, Nomad, Wise etc.;
- aplicativos de relacionamentos: Tinder, Grindr, Scruff etc.;
- redes sociais: Facebook, Instagram, X/Twitter, TikTok etc.;
- aplicativos de mensagens: Google Meet, WhatsApp, Telegram, Messenger etc.;
- *streamings* de conteúdos: Spotify, Deezer, Netflix, Prime, Globoplay etc.
- e infinitos outros: Google Tradutor, Kindle etc.

1 Neste artigo, são consideradas três formas de materialização das mídias: analógica (por exemplo, placa de argila, livro, jornal, disco em vinil), eletrônico-analógica (por exemplo, rádio, tevê, cinema, videocassete, reproduutor de DVD) e digital (por exemplo, internet, celular, *streaming*, *radio web*). Utilizo o termo eletrônico-analógico de forma composta, pois as mídias dessa fase 2 mantêm ainda um paradigma analógico, mesmo quando já se constituíam de forma predominantemente eletrônica. Interessa aqui também fazer essa distinção de paradigmas entre o analógico e o digital.

2 Em um texto sobre essa questão no cenário recente, Hepp (2014, p. 46) se pergunta: “como podemos encontrar uma abordagem prática à pesquisa da mediação quando a era em que vivemos é formada pela ‘mediação de tudo’?”.

A digitalização das práticas, somada à convergência de mídias (p. ex., integração da câmera digital com o Facebook, a tecnologia das nuvens conectando vários aparelhos), nos **recoloca** toda a questão das relações de poder e das desigualdades, bem como o problema da forma do ensinar linguagens.

Cada nova mediação nos impõe outro modo de agir e de ser, nos interpela de forma muito distinta e, nesse caso, potencialmente de forma mais desigual se comparado às mídias convencionais eletrônicas (de base predominantemente analógica), haja vista a complexidade da teia de ligações, da conversão de elementos materiais em códigos binários (em linguagens e discursos), a ocultação dos agentes por trás dessas arquiteturas (quem programa, quem comanda a programação, quem toma a decisão) e a indissociação entre mundo natural e mundo digital (por exemplo, se um fato realmente ocorreu, se estamos interagindo com um ser humano ou com uma máquina etc.).

As mídias digitais que dominam a era atual consistem em um texto e um discurso que se interpõem na realização das práticas sociais, sendo esse o problema enfocado neste trabalho. Nesse sentido, busca-se analisar o *streaming* de vídeo como um gênero do discurso, como uma mídia e como um discurso. A Netflix foi escolhida como objeto de análise por ser a plataforma de conteúdos líder no setor³. Em atenção ao contexto digital (ainda recente como mídia dominante), pretende-se defender que a mediação (na verdade, a midiaticização) possa ser entendida como um novo objeto linguístico-discursivo, ao lado da língua, do gênero do discurso e do próprio discurso.

2 Em torno dos conceitos de mídia, gênero do discurso e discurso

Mantenho aqui o conceito de mídia, que propus anos atrás, como sendo um “processo tecnológico de mediação da interação linguageira [...] e, portanto, do gênero como unidade dessa interação. [...]e que] pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida e pelos suportes que a constituem” (Bonini, 2011, p. 688).

³ Ressalte-se que são bem-vindas análises que possam comparar diversos serviços de *streaming* para dar maior robustez às conclusões expressas neste artigo.

O conceito de gênero do discurso utilizado aqui é o de Bakhtin ([1953]/2006), entendido como as formas relativamente estáveis caracterizadoras dos enunciados que compõem a cadeia ininterrupta das interações languageiras.

Em Bonini (2011), encampei a proposta de Távora (2008) de que elementos que põem os gêneros em circulação (para ele, os suportes; para mim, as mídias) fossem considerados elementos do estrato superior dos planos de estudo da linguagem propostos por Bakhtin ([1953]/2006, p. 124), qual seja: “as formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realizam”. Os outros dois níveis propostos por Bakhtin ([1953]/2006) são o das formas das enunciações (ou seja, os gêneros) e o das formas da língua. Em resumo: as formas e os tipos de interação (incluindo-se aqui as mídias) interagem com os gêneros do discurso, que, por sua vez, interagem com a língua. Por “interagem”, leia-se que se influenciam mutuamente, embora dentro de uma gradação em níveis. Podemos acrescentar que todos os três níveis são atravessados pelos discursos como ordens de significação, aqui definido a partir de Chouliaraki e Fairclough (1999).

Para além dessa inclusão da mídia como item constitutivo do campo dos estudos da linguagem, penso que se pode entendê-la como um objeto linguístico-discursivo, ao lado da língua, do gênero do discurso e do próprio discurso. Se, no período analógico ou eletrônico-analógico, a mídia enquadrava o gênero, impondo coordenadas para sua realização, no período da dominância da mídia digital, essa relação se tornou muito mais complexa e fundamental para entender as interações languageiras atuais. Ainda temos interações face a face que são fundamentais na dinâmica das interações humanas, mas não deixa de ser verdade que uma parte equivalente (ou até superior, a depender do lugar social) das interações que realizamos, atualmente, em nosso dia a dia, são mediadas por tecnologias digitais. Em uma tevê eletrônico-analógica, como a que vemos na Figura 1, o acesso ao gênero do discurso (um programa de tevê) ocorria pelo seletor de canais, o que representava uma intervenção, mas ainda no nível da organização eletrônica do aparelho. Já em uma tevê digital inteligente (Figura 2), há uma codificação de um menu que pode ser recodificado todos os dias, seja aumentando, diminuindo ou reordenando essas categorias. Trata-se de um texto (a interface legível) que resulta de outro texto (a programação em

linguagem computacional); consiste em um discurso que se interpõem na realização da prática social.

Figura 1 – Tevê eletrônico-analógica



Fonte: Google Imagens.

Figura 2 – Tevê digital inteligente



Fonte: Arquivo próprio.

Para pensar a mediação como um objeto de linguagem, um elemento da organização da interação linguageira, podemos recorrer, com bons resultados, aos debates sobre midiaticização (Hepp, 2014; Verón, 2014). Essa palavra foi cunhada justamente para jogar luzes sobre o modo como as mídias reconfiguram as práticas comunicativas humanas. Nesses termos, como define Hepp (2014), é que se pode pensar em “midiaticização como o conceito usado para analisar a inter-relação (de longo prazo) entre a mudança da mídia e da comunicação, por um lado, e a mudança da cultura e da sociedade, por outro, de uma maneira crítica” (Hepp, 2014, p. 47). Para esse autor, cada nova mídia exerce uma força de modelagem sobre as práticas comunicativas e, portanto, em última instância, sobre o comportamento humano. Essa força de modelagem, segundo ele, pode ser percebida e estudada, observando-se o modo como as mídias se institucionalizam (como tipificam e habituam as ações sociais) e como se reificam (como se assentam sobre e se modificam a partir de aparatos técnicos).

Essa ideia de que novas mídias geram novas dinâmicas para as práticas comunicativas se coaduna com a reflexão que proponho neste texto. Para uma aproximação maior, contudo, com o conceito de mídia que esbocei acima, pode ser produtivo recorrer a outro autor dos debates sobre midiaticização. Para além da ideia de mídia como meio de comunicação de massa, Verón (2014) vai entender que as mídias já existem nas sociedades humanas desde o momento em que o primeiro dispositivo material foi empregado para deslocar a comunicação humana para além de sua dinâmica primária, por exemplo, com a invenção das indústrias da pedra. Nesse sentido, o autor compreende que “a midiaticização é apenas o nome para a longa sequência histórica de fenômenos midiáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências” (Verón, 2014, p. 15).

Nessa sequência de fenômenos midiáticos, há, segundo Verón (2014), um grau zero da midiaticização, no caso, a interação face a face, mas não por ser uma comunicação não mediada, e sim por ser aquela que mantém a congruência espaço-temporal. Para ele, a comunicação face a face permite distorções imaginárias do tempo (ensaiar um rito que acontecerá no dia seguinte), mas os meios justamente incrementam essas distorções com rupturas no espaço-tempo, ou seja, os “fenômenos midiáticos materializam

as distorções [imaginárias do espaço-tempo] e produzem as rupturas do espaço-tempo” (Verón, 2014, p. 18).

Em seu artigo, Hepp (2014) distingue “mediação” de “mídiação” da seguinte forma: “a mediação é o conceito para teorizar o processo de comunicação como um todo; mídiação, diferentemente, é um termo mais específico para teorizar a mudança relacionada à mídia” (Hepp, 2014, p. 47). Em consideração às ideias de Verón (2014), penso que podemos entender mídia em um sentido mais amplo, ou seja, qualquer dispositivo tecnológico que se interpõem no fluxo da interação linguageira, sendo a interação face a face presencial a instância primária não mediada. Nesse sentido, também se pode dizer que toda interação recortada por uma mídia é uma interação midiaticizada. Assim sendo, o termo “midiaticizado” faz ressoar mais claramente a presença de uma mídia do que o termo “mediar”, muito mais amplo⁴. Podemos guardar o termo “mediação” para outros processos mediadores que não envolvam diretamente uma mídia (por exemplo, mediação no processo de ensino e aprendizagem, a mediação do som pela letra etc.). Em síntese, a interação linguageira face a face consiste no grau zero da mídiação.

Se reconhecemos que a mídiação está presente na história humana desde a transformação de uma pedra em símbolo funcional (um moedor, um machado, uma faca, uma flecha etc.), há que se reconhecer também que a mídiação digital se constitui em um fenômeno de outro nível. A mídiação na era digital assume estatuto completamente distinto, por exemplo, em comparação com o período predominantemente analógico. Ou seja, a fronteira entre o real dos sentidos humanos e os estímulos criados em máquina vai ficando cada vez mais borrada por uma mídiação que se faz como um segundo plano da realidade. Não temos certeza, muitas vezes, se estamos falando com um humano ou uma máquina, se determinada cena filmada é real ou criada em computador etc.

Nesse contexto da era digital, Paveau ([2016]/2021) defende que não se deva mais falar em mídia, mas em ambientes de interação. Segundo ela, o conceito de mídia pressupõe uma perspectiva logocentrada, uma vez que se trata de um meio de transmissão de mensagens, o que não

⁴ Anteriormente, cogitei propor os termos “mediar” e “mídiação” para identificar mais claramente a mídia como um objeto linguístico. O termo, contudo, se torna confuso e de difícil tradução para outras línguas, pois as palavras “meio” e “mediar” já são bastante disseminadas e geram dissonância para um termo tão próximo quanto ao sentido e à construção vocabular (mediar/midiar).

ocorreria na interação digital (digamos, por exemplo, do WhatsApp), em que a comunicação se dá em um ambiente onde não há possibilidade de separar a ação dos sujeitos dos tecnosignos digitais que estruturam essa ação, por exemplo, a figura do polegar sinalizando concordância para uma mensagem.

Essa explicação não pode ser desconsiderada, haja vista a evidente distinção das interações linguageiras que ocorrem na era digital em comparação com eras anteriores. Não se pode dizer, contudo, que a mídia tem sido discutida apenas como uma forma de comunicação no sentido clássico (com emissor, receptor, mensagem etc.). Todo o campo dos estudos do discurso, por exemplo, se funda a partir de um rompimento com esse corolário básico da explicação de linguagem. Teóricos como Bakhtin, Foucault e Pêcheux adotam a perspectiva enunciativa para explicar a linguagem, e não a perspectiva comunicativa. Então, não faz sentido estabelecer um corte radical, como se toda teorização anterior ao período digital fosse inválida e anacrônica. Mesmo os autores que discutiam mídia, como McLuhan ([1964]/2002) e Debray (1993), embora não atrelados ao debate sobre enunciação, constroem uma abordagem que já compreende muitos dos aspectos abordados por Paveau ([2016]/2021), por exemplo, quando Debray (1993) afirma que, em “*midialogia* [sua proposta de campo de estudo], *mídi*o designa, em primeira abordagem, o conjunto, técnica e socialmente determinado, *dos meios simbólicos de transmissão e circulação*. Conjunto que precede e supera a esfera dos meios de comunicação de massa contemporâneos” (Debray, 1993, p. 15). O autor já está se referindo às mídias como reestruturadoras do mundo, sedimentadoras de novos paradigmas de organização da realidade e, portanto, não separando linguagem de mídia, ou seja, já é, na prática, um “tecnosigno”, embora sem usar esse termo. A prensa, a imprensa, as editoras, a máquina de escrever são todos elementos que estruturam o liberalismo e deram sustentação para a emersão do capitalismo industrial. E agora não é por acaso que surgem as tecnologias *wireless*, a conexão em nuvem, as criptomoedas – trata-se de mecanismos de uma nova guerra cultural (não mais entre católicos e protestantes, mas entre localistas e globalistas) e de um novo jogo de interesses (de um capital monopolista organizado em redes globais, o chamado “mercado”). É exemplo desse embate a queda de braço entre X/Twitter (Elon Musk) e Superior Tribunal de Justiça brasileiro

(juiz Alexandre de Moraes): o confronto entre empresa transnacional e um Estado com fronteira local.

Sendo assim, duas críticas podem ser aportadas à posição de Paveau ([2016]/2021). A primeira delas é a de que sua posição se revela pouco crítica, ao aceitar que agora devemos entender o entorno tecnológico da interação linguageira apenas como ambiente, e não mais como mídia. Isso, de certa forma, legitima o discurso dominante que usa esses mesmos lemas como parte de sua ação na sociedade, às vezes fracassando em seu intento, como foi o caso do Metaverso de Mark Elliot Zuckerberg. A digitalização do mundo humano não é um fato natural (uma “evolução” material dos meios técnicos e das práticas sociais), mas uma ação e uma opção política de construção de um novo capitalismo, em que a maior parte das tarefas foi transferida ao/à consumidor/a, eliminando postos de trabalho e a responsabilidade das empresas com essas tarefas.

Uma segunda crítica endereçável ao trabalho de Paveau ([2016]/2021) diz respeito a sua proposta de descartar o conceito de mídia, posto que há uma evidente perda hermenêutica. Por meio desse conceito, podemos continuar pensando que esse atravessamento tecnológico na interação linguageira, ao qual estamos sujeitos/as na era digital, não é apenas um ambiente de interação, não é algo natural, mas consiste em uma intervenção que tem um autor e, mais preocupante ainda, uma autoria invisível (de empresas, programadores, congregações de poderosos) que nos coloca reféns (a nós, o povo). O ambiente é programado: se faz mediante linguagem de programação, texto e autoria. E todo dia temos uma nova exigência a cumprir (porque o aplicativo foi atualizado, por exemplo) e nosso tempo é gasto em readaptações perenes, sem que tenhamos qualquer recompensa ou recurso à reclamação. Não há democracia nem sentimento nas profundezas do mundo digital, extremante burocrático, unidirecional, onde só valem os interesses dos que comandam.

Há que se manter o conceito de mídia, mas fazendo um esforço para que ele dê conta desses novos parâmetros ecológicos (como a construção de ambiências e coenunciadores virtuais). Temos que aprender a ler não apenas o texto de superfície, em suas múltiplas cruzas ideológicas, mas também o texto subjacente – o algoritmo –, igualmente cruzado por ideologias e relações de poder. No caso dos assistentes de inteligência artificial generativa (Gemini, ChatGPT, DeepSeek etc.), a leitura do texto

subjacente ainda parece mais complexa e, no entanto, mais necessária para uma interação crítica com a mídia.

Além da obra de Paveau ([2016]/2021), outro trabalho que aporta contribuições para esse debate sobre mídia e midiaticização é o artigo “O que é um dispositivo?”, de Giorgio Agamben (2005). Nele, o filósofo italiano inclui as mídias entre os **dispositivos** que recortam as **subjetividades** (por exemplo, o celular), e convoca a um movimento de profanação do dispositivo.

Segundo o autor, o dispositivo consiste em “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2005, p. 13). Ele cita como dispositivos: as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas; mas também: a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e a linguagem. Nem todos correspondem ao conceito de mídia, mas alguns sim (a caneta, o computador, o celular). Além disso, há aqui a ideia de algo que se interpõe na constituição dos sujeitos.

Para Agamben (2005), o dispositivo é um processo de geração de subjetividades, na medida em que o sujeito “resulta da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os viventes [substâncias] e os dispositivos” (Agamben, 2005, p. 13). Além disso, ele afirma que “a estratégia que devemos adotar no nosso corpo-a-corpo com os dispositivos não pode ser simples, já que se trata de nada menos que liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum” (Agamben, 2005, p. 14).

Essa ideia de uma mediação que atravessa o processo de subjetivação é interessante e produtiva para se pensar as novas mídias digitais. Nesses termos, podemos entender as mídias digitais como elementos do discurso, como discursos em si e como formas às quais se pode resistir. Na perspectiva de Fairclough (2003), se poderia pensar que as mídias, se entendidas como discursos, intervêm em nossas formas de ser, de agir e de interpretar o mundo.

3 Metodologia

Para este estudo, foram feitas 166 capturas de tela de todo o funcionamento do serviço de *streaming* de vídeo da Netflix na tevê, em 9 de setembro de 2022⁵. Esse material foi submetido a uma análise textual-discursiva, a partir da perspectiva crítica de estudo dos gêneros do discurso (Yano; Bonini; Rempel, 2023) e do próprio discurso (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Com o objetivo de entender a mídia como um discurso permeando a prática de assistir filmes e séries, foram focalizados três aspectos na análise, quais sejam:

- a) a organização da mídia e do gênero do discurso, principalmente em termos de uma gramática das escolhas postas no menu;
- b) o discurso, em termos do léxico, das expressões e dos temas mobilizados;
- c) as delimitações materiais, em termos das coerções fisiomidiáticas postas para o/a espectador/a.

Ao considerar essas três miradas para o material, buscou-se tanto verificar os discursos que são mobilizados e os que são apagados quanto o modo como a midiaticização (o hipergênero midiaticizador e as coerções fisiomidiáticas) determina um tipo de olhar para o que se apresenta ao/a espectador/a. Esses aspectos considerados não exaurem todo o potencial de análise desse material. Há categorias importantes do debate sobre mídia digital, como a plataformização, os algoritmos, a economia da atenção, a vigilância, a governança de dados e a curadoria automatizada, que podem ser mais bem explorados em futuras análises desta e de outras plataformas de *streaming*.

As telas apresentadas a seguir foram selecionadas para exemplificar as categorias levantadas durante a análise. Não se trata de uma análise quantitativa, mas de cunho interpretativo, que visa não

⁵ A interface do aplicativo já foi modificada várias vezes de lá para cá.

apenas demonstrar, mas lançar elementos para discutir o argumento defendido (e o problema focado) no artigo, de cunho ensaístico, de que a mídia como elemento material (sociotécnico) também se articula como linguagem e como discurso.

Por estar em uma perspectiva crítica, orientada principalmente pela concepção de discurso de Chouliaraki e Fairclough (1999), o presente trabalho também busca entender as relações sociais desiguais e injustas, bem como intervir sobre essas relações. Focaliza um problema social, sua conjuntura e o estudo da prática social enfocada, privilegiando o exame de sua face discursiva, mas em relação a seus aspectos não discursivos (atividade material, relações sociais e fenômeno mental). A presente pesquisa, portanto, considera um problema de origem (as sujeições e desigualdades que o mundo digital faz emergir no contexto do capitalismo neoliberal) e estuda o gênero do discurso e a mídia *streaming* como forma de atuar sobre esse problema. Em consideração ao conceito de tecnosigno de Paveau ([2016]/2021), a análise empreendida não separa o verbal do tecnológico, embora não explore todas as facetas da estrutura tecnológica da mídia em questão. Nesses termos, as coerções fisiomidiáticas funcionam como umas das categorias da análise, ao lado do gênero do discurso e do discurso.

4 Resultados e discussão

Os resultados são discutidos, nesta seção, em consonância com cada um dos aspectos enfocados.

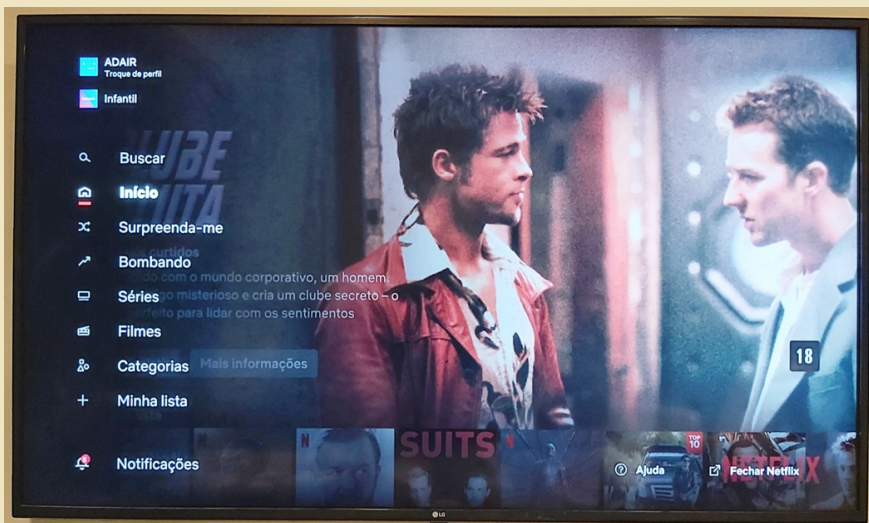
4.1 Organização do hipergênero midiático

Do ponto de vista da prática de assistir vídeos que se realiza no hipergênero midiático *streaming*, há dois níveis de organização: os gêneros de organização e os gêneros de funcionamento (Figura 3), como

já previsto no conceito de hipergênero apresentado em Bonini (2011)⁶. Os gêneros de organização são os que disponibilizam os circuitos de ativação da prática, sendo eles: acesso ao perfil, menu, busca, sugestão do sistema, notificação, categorias e sinopse. Já os gêneros de funcionamento, aqueles que realizam a meta final da prática, correspondem, no caso da Netflix, a filmes e séries, eles próprios se apresentando na forma de inúmeros subgêneros (terror, comédia, aventura etc.).

O menu e as categorias são centrais entre os gêneros de organização, pois são os mecanismos mais intuitivos e diretos de acesso aos gêneros de funcionamento. As categorias classificam os vídeos e são acessíveis diretamente através de quatro comandos do menu: início, bombando, séries, filmes, categorias. Os demais itens do menu (busca, sugestão, minha lista, notificações) têm funções operacionais. Servem para que o/a espectador/a possa pular uma escolha via comparação de categorias, indo direto a um vídeo eleito (busca), a um vídeo sugerido (sugestão), a um vídeo já começado (minha lista), ou a uma mensagem da empresa, em geral sobre futuros lançamentos (notificações).

Figura 3 – Tela inicial da Netflix



Fonte: Arquivo próprio.

⁶ Em um artigo anterior (Ferreira; Bonini, 2024), propus, juntamente com Ferreira, o conceito de hipergênero mediador para analisar a organização do *podcast* como mídia digital. No presente artigo, estou propondo uma nova nomenclatura.

No que tange às categorias acessadas via comandos do menu, elas podem ser enquadradas em sete tipos de escolha, como se segue:

- **Operacional:** Minha lista, Continuar assistindo como Adair;
- **Sugestão:** Principais escolhas para Adair, Porque você viu Suburra: sangue em Roma;
- **Tipo de mídia:** Ultra HD 4K;
- **Recência:** Lançados nos últimos 12 meses, Lançamentos;
- **Popularidade:** Em alta, Mais assistidas várias vezes pelos assinantes, Populares no Netflix;
- **Temas em evidência:** Questões sociais do século 21, Elas dominam a tela, Mulheres contra o crime, Histórias LGBTQ;
- **Gêneros do discurso:** Comédia com drama, Dramas europeus políticos para a TV, Séries policiais dos Estados Unidos, Criminosos implacáveis – séries, Séries cômicas espirituosas, Dramas emocionantes.

Tradicionalmente, os serviços de distribuição de vídeos (as locadoras, por exemplo) sempre utilizaram os gêneros do discurso como elemento central de organização e distribuição, embora também pudesse haver uma estante ou vitrine destinada a lançamentos ou novidades. O fato é que, com a mídia digital, esse conjunto de categorias pode se ampliar ao infinito. Em geral, cumprem três funções: organizar o processo (Minha lista, Continuar assistindo, Ultra HD 4k), informar o que está ou vai estar disponível (Lançamento, p. ex.) e persuadir (com a maioria dos itens sugerindo conclusões, como, por exemplo, a de que o mais recente, ou o mais visto, ou o mais popular é a melhor escolha).

4.2 O discurso do streaming de vídeo

Nas mídias analógicas e eletrônico-analógicas, os dispositivos de operação não eram codificados como linguagem. A tevê eletrônico-analógica apresentava um seletor de canais e, posteriormente, um controle remoto que não podiam ser codificados e recodificados, conforme as conveniências imediatas dos operadores. Já no *streaming* de vídeos, há todo um amplo espaço para discursivizar. Só no item “início” do menu da Netflix, estão disponíveis 40 categorias. De modo geral, quando se trata de filmes e séries, os serviços tradicionais (locadoras ou canais de transmissão linear, por exemplo) operavam apenas com a rotulagem tradicional dos gêneros do discurso na esfera audiovisual. Atualmente, há incontáveis codificações, as quais devem ser lidas como um discurso específico da empresa na interface com os/as consumidores/as desses produtos.

Ao analisar o conjunto das categorias produzidas para mediar a seleção do vídeo a ser assistido, podemos observar alguns elementos que marcam esse discurso, quais sejam: a) a ordem dos comandos; b) o tom das categorias; c) o critério de qualidade; e d) o tema focado.

O primeiro desses elementos (a ordem dos comandos) diz respeito ao modo como é dado destaque a determinados itens. Uma dessas formas é trazer para o topo da lista aquele produto ao qual se pretende dar maior visibilidade para que chame mais a atenção do/a espectador/a. Nesse sentido, por exemplo, série vem no menu antes de filme, o que mostra um lugar privilegiado para esse produto, e a evidência de que a série seja o foco principal da indústria cultural estadunidense, ocupando o lugar nobre que era conferido ao cinema. Nesse ordenamento do que irá aparecer antes e com maior destaque, também joga um papel central o algoritmo, que surge programado pelo histórico de acessos do/a usuário/a, mas mesclado com o ranqueamento decorrente das estratégias de promoção de produtos desencadeadas pela empresa (foco que merece ainda estudos maiores).

O segundo elemento (o tom das categorias) diz respeito às estratégias de persuasão. Muitas categorias se apresentam em tom grandiloquente (Criminosos **implacáveis** – séries; Séries **cômicas espirituosas**; Séries **com mulheres fortes**). É um discurso promocional que enaltece o produto, torna-o mais visível, chamativo. Nesse quesito, há ainda muitas categorias

com um detalhe instigante (Dramas **européus políticos para TV**; Ficção científica **futurista**; Séries premiadas **para maratonar**). No todo, muitos desses rótulos persuasivos partem dos nomes tradicionais dos gêneros do discurso da esfera audiovisual, mas são acrescidos de um incremento; ou seja, não são apenas “series cômicas”, mas são também “espirituosas”.

O terceiro elemento (o critério de qualidade) compreende as categorias que sugerem um ranqueamento mais alto em função de dois quesitos: a recência (Lançados **nos últimos 12 meses**; Lançamentos) e a popularidade (Mais assistidas **várias vezes** pelos assinantes; **Populares** na Netflix; Brasil: **Top 10** em filmes hoje). Trata-se de uma estratégia promocional já tradicional na indústria de entretenimento. Ressalte-se aqui, contudo, a maleabilidade para construir esses ranqueamentos (Top 10, por exemplo), em comparação com as mídias tradicionais, e de dispor em posição de destaque. O consumo de vídeos na mídia digital por demanda aparenta ter um leque maior de escolhas em relação à tevê e às locadoras, mas há um mesmo sistema de nivelamento por baixo, que privilegia sempre os produtos mais comerciais.

O quarto e último elemento (o tema enfocado) aparenta ser a maior novidade na interface dessa nova mídia, uma vez que os vídeos podem ser arrolados em função de diversos temas. De modo geral, contudo, apenas um tema atual é mobilizado e de forma parcial, o da diversidade social (Histórias **LGBTQ**; Séries com **mulheres fortes**; **Elas** dominam a tela; Questões **sociais** do século 21). São os temas já encampados pelo capital no bojo do neoliberalismo, o qual utiliza essas lutas sociais como forma de limpar sua imagem, de esconder a face perversa e opressora das empresas sob o manto de uma suposta defesa da equidade social. Para além desses temas eleitos como política do capitalismo, não há, contudo, temas sociais mais sensíveis ao sistema, como os conflitos no campo, a questão dos povos indígenas, a democratização da comunicação, o socialismo, ou mesmo mais intelectualizados, como as questões de arte, filosofia, política etc.

Em suma, o que ressoa em todas as categorias abordadas nesta seção é um **discurso da escolha** (em plano ostensivamente individual), centrado no hedonismo midiático (a grande emoção) e em fragmentos de ilustração (os temas “renovadores” da atualidade e as extensões dos rótulos das categorias que colocam uma miríade de temas e subdivisões).

4.3 Coerções fisiomidiáticas

O *streaming* como mídia digital se configura na forma de linguagem, não se assemelhando minimamente às mídias eletrônico-analógicas. Essa linguagem, porém, se materializa como fisicalidades que estabelecem limites aos procedimentos exequíveis na mídia. Essas fisicalidades são, portanto, coerções fisiomidiáticas, ou limitações, que se verificam, no material analisado, na forma de: sobreposições, partições e coerções pontuais.

Começamos pelas sobreposições. Diferentemente de uma tevê eletrônico-analógica tradicional, que permitia a seleção de canais, todos eles compondo uma única mídia, na tevê *smart* (neste caso, uma tevê LG), há um conjunto aberto de mídias sobrepostas à tevê – *streamings*, internet, loja de *apps* (Figura 4). O menu mais diretamente relacionado à tevê (que está circulado na figura) compreende apenas procedimentos de ajustes primários, como, por exemplo, a seleção da fonte do sinal. Esse menu, que está codificado em linguagem, corresponde a uma coerção básica, pois as demais mídias dispostas na tevê não irão acionar, por exemplo, se não for conectado o sinal de internet.

Sobre a tela da tevê, cada mídia é clicável, mas também pode ser arrastada para outra posição. Nessa tevê, à medida em que o *mouse* toca uma das mídias, todo um conjunto de opções pré-selecionadas aparece acima do item tocado, indicando o que seriam os supostos destaques dentro daquela mídia. Nesse caso, o/a espectador/a tem a opção de clicar na aba aberta (opção fornecida) ou na mídia e, internamente a ela, fazer sua escolha.

Dentro do *streaming* de vídeo da Netflix, essa sobreposição também existe em vários momentos. Ao passar o *mouse* sobre um comando do menu, “início”, por exemplo (Figura 3), já aparece uma imagem esmaecida de um filme em destaque e das categorias disponíveis dentro desse comando. Ao deixar a tevê inativa por algum tempo, uma tela de descanso se sobrepõe a essa tela operacional, apresentando *banners* de filmes em destaque, misturados com aqueles que foram pré-selecionados pelo/a espectador/a.

Figura 4 – Tela inicial da tevê *smart* da LG



Fonte: Arquivo próprio.

O segundo aspecto das coerções fisiomidiáticas do *streaming* de vídeo da Netflix são as partições, uma vez que, para acionar a mídia, é necessário acionar comandos em diversas etapas: escolher perfil (Figura 5); acessar item do menu; realizar os procedimentos internos ao item. Mesmo depois de chegar ao vídeo, ainda há comandos necessários para o devido acesso ao material, por exemplo, eleger dublagem ou legendagem, em quais línguas etc. Essas coerções impõem um padrão de uso do material; por exemplo, se a legenda da linguagem inclui audiodescrição, sem a opção por legenda simples, a experiência para o/a espectador/a ouvinte será mais árdua, uma vez que terá que ler as descrições de itens já acessáveis pelo sentido da audição; o contrário ocorrerá para uma pessoa surda que não tenha a opção de audiodescrição contemplada no menu de línguas.

Figura 5 – Tela de acesso à Netflix



Fonte: Arquivo próprio.

Um terceiro tipo de coerção são as pontuais. Um exemplo dessas coerções pontuais diz respeito à ordem das categorias. Pela lógica, a categoria “Continuar assistindo” deveria ser o primeiro comando, mas não é, obrigando o/a espectador/a a passar por outras categorias, oportunizando outros consumos. No meu caso, como espectador base dos dados gerados, se clicar em “início”, vou ter as categorias: Minha lista, Lançados nos últimos 12 meses, **Continuar assistindo**; se clicar em “séries”, terei: Minha lista, Séries aclamadas pela crítica, **Continuar assistindo**; se clicar em “filmes”, terei: Minha lista, Populares na Netflix, Em alta, Filmes emocionantes, Ação e aventura, Comédia, **Continuar assistindo**.

Outra coerção pontual é o filme se iniciar automaticamente, sem se clicar em assistir. Apenas pousando o *mouse* sobre o título, já abre uma janela acima, em segundo plano, e o filme dispara. O que aparenta ser uma comodidade, na verdade acaba por acelerar o processo de escolha e, portanto, o consumo de um item.

Em linha parecida a esta última, está a coerção de passagem automática para o próximo episódio de uma série. Esse processo sugere o/a espectador/a a se manter na frente da tevê por mais tempo. A passagem automática pode ser desprogramada, mas esse é o modo nativo. A maioria das pessoas provavelmente terá dificuldade para encontrar o comando de

desprogramação, ou não terá disposição, mantendo a ação sugestível programada pela empresa.

Um último exemplo é o limite relativo ao tempo de disponibilidade no catálogo. A depender de quanto tempo o vídeo fica disponível, o/a espectador/a deve fazer a hierarquização do que deseja ver primeiro. Mas essa temporalidade não é visível na Netflix, ao menos em termos da data de expiração.

No todo, seja pela forma como o hipergênero midiático está organizado, seja pelo discurso materializado nas categorias de escolhas, seja pelas possibilidades de navegação e ajustes, o *streaming* de vídeo da Netflix se apresenta como um campo amplo e irrestrito de possibilidades de escolha e de acesso cultural. Ao considerar toda essa materialidade, contudo, chega-se à conclusão de que há o privilégio da diversão superficial. Têm-se aí o mesmo resultado da tevê eletrônico-analógica, porém encoberto por um discurso de livre escolha (“*on demand*”), através do qual a empresa se libera das tradicionais críticas do direcionamento, do empobrecimento da cultura, da manipulação em seu favor.

5 Considerações finais

Uma mídia digital, como o *streaming* de vídeo, é integralmente construída através de linguagens, de codificações. Muito embora haja também limitações físicas, ela não é uma articulação de materiais, como a mídia eletrônico-analógica, mas um texto a ser lido e um discurso que nos interpela como sujeitos.

Trata-se de uma mídia que faz emergir um novo discurso e uma nova subjetividade do consumo de cultura, mas que mantém as mesmas hierarquias de poder e as mesmas desigualdades do passado. O acesso privilegiado continua sendo dado aos materiais mais comerciais e menos questionadores da realidade social. Essa prática se verifica nos três aspectos da mídia aqui analisados – o hipergênero midiático, as categorias de escolha e as coerções fisiomidiáticas –, particularmente no segundo.

Em tempos de mediação digital, quando praticamente todas as atividades humanas passam a ser realizadas via mídia digital, o leitor crítico

precisa ler não apenas o gênero do discurso posto em circulação pela mídia (filme ou série, por exemplo), mas também a midiatização a que esse produto está sujeito e da qual não se separa. Esse processo evidenciado no *streaming* de vídeo da Netflix não parece ser muito diferente para as demais mídias digitais. Por exemplo, era mais fácil interpretar o sentido de uma notícia dada por determinado jornal em papel com determinado perfil ideológico do que as notícias que agora aparecem em inúmeras mídias digitais, seja numa aba de um celular, seja numa tela no elevador, seja na página inicial do motor de busca da internet, uma vez que, sem dados claros sobre a curadoria empreendida, fica difícil calcular e ler criticamente o projeto de dizer posto em cena. A recuperação da autoria é mais difícil do que no jornal analógico, o que dificulta a análise e a interpretação; os sentidos evocam uma percepção mais naturalizável, tendendo a ler os textos que subitamente aparecem como se fossem meras descrições da realidade, ou acionamentos analógicos, quando é exatamente o contrário. Trata-se, enfim, do efeito da mídia digital, moldando e dissimulando a fonte dos sentidos em circulação, distraindo, assim, de forma nunca vista, “o cão de guarda da mente”.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005. DOI: doi.org/10.5007/12576/11743. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 30 set. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Trabalho original publicado em 1953.

BONINI, Adair. Mídia / suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982011000300005>.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DEBRAY, Régis. *Curso de midiologia geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge, 2003.

FERREIRA, Luciane Sandra dos Reis; BONINI, Adair. O planejamento como etapa da produção de um *podcast* ambiental: uma experiência de ensino com estudantes do 9º ano do ensino fundamental. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v. 21, n. 4, p. 10835-10858, out./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e96792>.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. *MATRIZES*, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64>.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. São Paulo: Cultrix, 2002. Trabalho original publicado em 1964.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do Discurso Digital*: dicionário das formas e das práticas. Organização de Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2021. Trabalho original publicado em 2016.

TÁVORA, Antônio Duarte Fernandes. *Construção de um conceito de suporte*: a matéria, a forma e a função interativa na atualização de gêneros textuais. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3601>. Acesso em: 30 set. 2025.

VERÓN, Eliseo. Teoria da mediação: uma perspectiva semiológica e algumas de suas consequências. *MATRIZES*, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>.

YANO, Daniella de Cássia; BONINI, Adair; REMPEL, Gabriela. A Análise Crítica de Gêneros do discurso. In: BONINI, Adair; YANO, Daniella de Cássia; REMPEL, Gabriela (org.). *Gêneros jornalísticos em uma perspectiva crítica*: pesquisa e ensino no chão da escola. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 19-54. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/generos-jornalisticos-em-uma-perspectiva-critica-pesquisa-e-ensino-no-chao-da-escola/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Instabilidades da cultura digital na representação do discurso outro: práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses

Gabriel Guimarães Alexandre*

Cristian Imbruniz**

Resumo

Com base em pressupostos teóricos dos estudos de letramentos e da análise do discurso de linha francesa, este artigo tem como objetivo investigar a representação do discurso outro (RDO) em práticas de letramento acadêmico de universitários do Brasil e da França, quando da demanda institucional de análise de *fake news* em atividades de leitura e escrita. A hipótese de partida é a de que, em contexto de combate à desinformação, a presença da RDO se estruturaria segundo instabilidades próprias à cultura digital desses estudantes brasileiros e franceses. O *corpus* da pesquisa é constituído de produções textuais escritas de universitários ($n = 203$), coletadas numa universidade do Brasil e numa universidade da França em duas atividades realizadas com formulários *on-line*. A organização do material e da análise foi realizada com auxílio do *software* MAXQDA, privilegiando-se, para este trabalho, as formas marcadas de discurso direto (DD) e de discurso indireto (DI). Os resultados corroboram nossa hipótese, demonstrando semelhanças nos usos de DD (na primeira atividade, efeito de contraste; na segunda, distanciamento justificado) e diferenças nos usos de DI (na primeira atividade, valorização da credibilidade; na segunda, problematização da confiança). Constata-se, portanto, o potencial explicativo desse fenômeno linguístico-discursivo quanto a sua relação com culturas digitais particulares, com contribuições para a formação acadêmica dos estudantes, no que se refere à gestão da palavra alheia em atividades acadêmicas não convencionais.

Palavras-chave: letramentos acadêmicos; desinformação; cultura digital; representação do discurso outro.

* Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de São José do Rio Preto. Doutor em Estudos Linguísticos. Pesquisador e professor substituto no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Unesp. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1432-1118>.

** Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de São José do Rio Preto. Doutor em Filologia e Língua Portuguesa. Pós-doutorando na Unesp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2025/08677-7). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6506-9285>.

Instabilities of Digital Culture in the Representation of the Other's Discourse: Academic Literacy Practices of Brazilian and French University Students

Abstract

Based on theoretical assumptions from literacy studies and French discourse analysis, this paper investigates the representation of the other's discourse (ROD) in academic literacy practices of Brazilian and French university students, in the context of institutional tasks involving the analysis of fake news. The study starts from the hypothesis that, in contexts of combating disinformation, ROD is structured according to instabilities characteristic of the digital cultures of these students. The *corpus* consists of written textual productions by university students ($n = 203$) collected at one university in Brazil and one in France. Data organization and analysis were conducted using MAXQDA software, with a focus on marked forms of direct discourse (DD) and indirect discourse (DI). Results support the hypothesis, showing similarities in DD usage (contrast effect in the first activity; justified distancing in the second) and differences in DI usage (credibility enhancement in the first activity; questioning trust in the second). This linguistic-discursive phenomenon thus reveals its explanatory potential in relation to specific digital cultures, offering contributions to students' academic development, particularly in the management of others' discourse within non-traditional academic activities.

Keywords: academic literacies; disinformation; digital culture; representation of other's discourse.

1 Introdução¹

Este artigo se insere nas investigações do discurso relatado em práticas de letramento acadêmico, compreendendo-o na perspectiva da representação do discurso outro (doravante, RDO), conforme proposto por Authier-Revuz (2020). Nos dados explorados, produzidos por estudantes brasileiros e franceses em uma atividade de análise de *fake news*, esse fenômeno se apresentou, pela sua relação entre práticas letradas e aspectos da cultura digital, como objeto pertinente. Com base em pressupostos teóricos dos estudos de letramentos e da análise do discurso francesa, o objetivo deste trabalho é investigar como a RDO pode ser reconhecida em práticas de letramento de universitários do Brasil e da França, quando da demanda institucional de análise de *fake news* em atividades acadêmicas². A hipótese explorada é a de que, em contexto de combate à desinformação, a presença da RDO se estrutura segundo instabilidades próprias à cultura digital desses estudantes.

Começamos, na seção dois, pela apresentação de uma abordagem discursiva das práticas de letramento em contextos formais de ensino marcados pela desinformação e pela cultura digital. Em seguida, na seção três, apresentamos o material, o *corpus* e a metodologia de pesquisa. Na seção quatro, sistematizamos os resultados obtidos para, na seção cinco, apresentar sua discussão. Terminamos com considerações finais sobre os resultados e sua discussão, retornando à hipótese inicial e sublinhando as contribuições do trabalho.

¹ O trabalho foi feito com o apoio do Programa CAPES-COFECUB (processo 88887.979747/2024-00), da FAPESP (processo 2022/05908-0), do CNPq/Universal (processo 409249/2023-8), do Laboratório CIREL (*Centre interuniversitaire de recherche en éducation de Lille*), equipe Théodile, da Université de Lille, França, e do Grupo de Pesquisa “Práticas de leitura em contexto digital”, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de São José do Rio Preto, aos quais os autores agradecem.

² Trata-se de uma continuidade de trabalho exploratório anterior (Alexandre *et al.*, 2025), a partir do qual uma hipótese foi então formulada para investigação de outro *corpus* (cf. Seção 2).

2 Abordagem discursiva de práticas de letramento acadêmico no cenário da desinformação e das instabilidades da cultura digital

A partir de uma perspectiva socioantropológica dos estudos de letramentos (Street, 1984; Lankshear; Knobel, 2011; Corrêa, 2011), este artigo assume que, em diferentes níveis de ensino, discursos acadêmico-científicos emergem em meio a conflitos. Esse cenário de conflitos enseja a discussão de práticas sociais letradas num contexto marcado, de um lado, pela presença ubíqua das tecnologias digitais e, de outro, pela crescente disseminação de desinformação e *fake news*. Como se sabe, esse cenário registra impactos em diferentes campos do conhecimento (Oliveira *et al.*, 2023). Gourlay, Hamilton e Lea (2014) destacam a indissociabilidade entre transformações sócio-históricas e desenvolvimento de tecnologias digitais no contexto de práticas letradas acadêmicas e digitais. A ascensão tecnológica que acompanha as diversas formas de cultura na sociedade fomentou, por sua vez, a suposição de que haveria “novos letramentos”. Segundo Bhatt (2017), a investigação desses novos letramentos contemplaria (novas) formas de construir e agir no mundo (digital) por meio da leitura e da escrita.

Assim, numa abordagem social dos letramentos digitais, Lankshear e Knobel (2007) argumentam que blogar, escrever *fanfics*, produzir mangás e memes, editar imagens, produzir AMV (*Anime Music Videos*), produzir *podcasts*, *vodcasts* e jogos são igualmente práticas de letramento, como aquelas do contexto analógico, a exemplo da escrita de cartas ou da leitura de livros. Essas “novas” práticas de leitura e escrita se relacionam com um novo *ethos*³, correspondente à ideia de uma comunidade participativa, colaborativa e distribuída na cultura digital. Essa ideia surge de um “rompimento do espaço” associado a mudanças significativas, no sentido de uma coexistência entre espaço conhecido e ciberespaço (Lankshear; Bigum, 1999). Percebe-se, nesses termos, um paradigma mais “distribuído” e “colaborativo”, sem apagamento da diferença entre sujeitos. Uma crítica tem sido feita a respeito de um caráter idealista desse paradigma (Komesu;

³ Conforme discute Alexandre (2024, p. 37), o conceito de *ethos* é emprestado da retórica aristotélica e reelaborado segundo a orientação praxeológica de Gee (2005). Refere-se à disposição que sujeitos têm em relação a práticas letradas digitais, segundo valores, crenças e atitudes quanto à cultura digital e a tecnologias. Assim, não se confunde com a apropriação que Maingueneau (2008) faz desse conceito no quadro da análise do discurso francesa.

Daunay; Fluckiger, 2021), no qual pouca atenção é dispensada a potenciais desigualdades sociais relacionadas às condições materiais de acesso técnico e conectivo dos sujeitos nessa dinâmica.

Numa compreensão da cultura digital como conjunto de práticas sócio-historicamente situadas, Buzato (2010) adverte para o fato de que, assim como “digital”, qualificadores como “popular” e “de massa” servem não apenas para delimitar territórios culturais, como também para descolonizar a noção de cultura. Essa noção teria sido herdada de um certo tipo de crítica literária como “busca da perfeição espiritual/intelectual por meio de um certo treinamento para a apreciação e discriminação daquilo que seria o ‘melhor’ [...] de uma época” (Buzato, 2010, p. 75). Destacam-se, portanto, dois pressupostos desse conceito: o de que o termo “digital” extrapola a dimensão meramente técnica, abrangendo ideias, valores, atitudes e práticas possibilitadas pelas tecnologias – semelhante à proposta de Lankshear e Knobel (2011) –, e o de que a cultura digital deve ser entendida como um processo de mediação, capaz de, simultaneamente, possibilitar e restringir certas práticas sociais. Essa abordagem da cultura digital se afasta de concepções deterministas, que atribuem ao digital a capacidade de refletir ou definir a ordem social. Neste trabalho, a avaliação de que culturas digitais poderiam ser flagradas nas formas de gestão da palavra alheia joga luz sobre conflitos de linguagem, cuja descrição conduz a uma percepção heterogênea das diferenças culturais. Em outras palavras, distancia-se de tentativas de homogeneização das práticas dos universitários em análise.

Desse modo, o presente trabalho se limita ao debate da ampliação dos usos de tecnologias digitais no Brasil e na França, países contemplados pela pesquisa. Outra maneira de abordar esse debate seria considerar os processos de engajamento de usuários em redes sociais digitais, como discutido em Alexandre *et al.* (2025). Segundo dados do relatório da agência *We Are Social* (2024), ao se considerar o índice de engajamento da população conectada, o Brasil apresenta 86,6% e a França, 93,8%, o que mostra uma inserção significativa desses países em ecossistemas digitais. Em relação às plataformas mais utilizadas, no Brasil, predominam o *WhatsApp* (93%), seguido pelo *Instagram* (91,2%) e *Facebook* (83%). Na França, observa-se a primazia do *Facebook* (72%), seguido do *WhatsApp* (63%) e *Instagram* (60%). Quanto ao uso das mídias sociais como fonte de informação, o Brasil ocupa a terceira posição no *ranking* global, com 52,7%

da população utilizando-as para consumo noticioso, percentual superior à média mundial (34,2%). Já a França situa-se na quadragésima posição, com 31%. Em tempos recentes, usos de inteligência artificial se tornaram, também, um dos termômetros da cultura digital. Em pesquisa Google/Ipsos (2025), realizada no final de 2024, 54% dos brasileiros relataram ter usado, nos últimos 12 meses, uma aplicação dessa tecnologia digital. Entre os franceses, o número foi de 35%. Tal discrepância sugere um campo profícuo para análises comparativas entre os dois países, em particular no que tange às práticas letradas acadêmicas e digitais no contexto da desinformação.

Os dados sobre usos de mídias sociais e inteligências artificiais estão, como se vê, atrelados a questões de desinformação. Em ambos os países, a problemática da desinformação tem sido objeto de debate público e acadêmico, sobretudo em períodos de crise, como na pandemia de covid-19. No caso francês, tem-se verificado um aumento na circulação de teorias conspiratórias, de movimentos anticiência e antivacinação, bem como de discursos céticos diante das mudanças climáticas. Esse cenário mostra a importância de práticas de letramento ancoradas em perspectivas críticas, voltadas à leitura e interpretação de informações em ambientes digitais (Siarova; Sternadel; Szőnyi, 2019). Também no Brasil, a disseminação de teorias conspiratórias tem sido observada, sobretudo, nas áreas da saúde pública e da política, frequentemente associada à retórica negacionista de autoridades governamentais (Ricard; Medeiros, 2020; Recuero *et al.*, 2021).

O uso disseminado de tecnologias digitais em contextos de desinformação tem mobilizado os estudos da linguagem. Nesse campo, no lugar de uma abordagem centrada em uma suposta “revolução tecnológica” em práticas de letramento digital, análises de caráter socioantropológico têm privilegiado a compreensão de processos sociais significativos, nos quais se observa a sobreposição de modelos de letramento acadêmico (Lea; Street, 2014). Nesse quadro, a apropriação de recursos linguísticos e tecnológicos pelos sujeitos em formação se associa a processos de aculturação a gêneros discursivos mediados por tecnologias digitais, exigindo problematizações acerca da produção de sentidos, da construção de identidade e das dinâmicas de poder e autoridade nos usos sociais de leitura e escrita. Trata-se de um processo de textualização discursiva que vai além do ato imediato da produção textual e que envolve a compreensão de sua constituição, particularmente no enfrentamento de fenômenos como desinformação e *fake news*.

Fundamentados nesses pressupostos dos estudos da linguagem, alguns trabalhos têm proposto, de fato, revisões em conceitos-chave, como o de desinformação. Alexandre (2024) propõe a superação de concepções restritivas de desinformação, entendidas apenas como “ausência de informação” ou informação deliberadamente falsa ou enganosa (caso das *fake news*). Baseando-se nos estudos de Wardle e Derakhshan (2017) e Tandoc Junior, Lim e Ling (2018), e retomando Assis, Komesu e Pollet (2021), o autor defende uma concepção ampla, que abrange informações verificáveis, estratégias de fabricação e manipulação de conteúdos, mecanismos de construção do verossímil e estratégias discursivas, como sátira e paródia. Para Alexandre (2024), a passagem entre informação e desinformação se configura como uma “ficção discursiva” – já que informar/desinformar fazem parte do mesmo processo interdiscursivo –, sendo a (des)informação concebida como fenômeno que compõe a desordem informacional e incide transversalmente sobre diferentes esferas da vida social. Nesse contexto, o foco de investigação recai sobre a atividade analítica dos sujeitos, que, diante de fluxos informacionais nas redes, precisam tomar decisões cotidianas a respeito do que (não) considerar confiável.

Mídias digitais, desinformação e estudos da linguagem são, portanto, polos de compreensão de práticas de letramentos acadêmico-científicos e de sua relação com as culturas digitais. Nesse conjunto, destacam-se as representações dos discursos do outro e sua análise. Conforme também discutido em Alexandre *et al.* (2025), a análise de discursos outros se insere no campo da heterogeneidade enunciativa (Authier-Revuz, 1990), por tensionar as fronteiras entre interior e exterior do discurso. Fundamentado no dialogismo proposto por Bakhtin, na linguística enunciativa de Benveniste e na psicanálise de Lacan, o conceito de representação do discurso outro (RDO) se constitui como marca da heterogeneidade inscrita no/do discurso. Para Authier-Revuz (1990; 2020), o discurso é radicalmente heterogêneo, articulando-se a si próprio, ao sujeito que o enuncia e ao exterior que o constitui. A linguista propõe compreender a interlocução entre texto e contexto por meio de dois planos – heterogeneidade constitutiva e representada –, implicados no processo enunciativo. É por essa razão que o vínculo entre o que está “de fora” do dizer e o que a ele é constitutivo é resultante desses dois planos, numa dinâmica de negociação do sujeito da linguagem com a “ameaça” da heterogeneidade que lhe escapa. Para

Authier-Revuz (2020), “interior” e “exterior” constituem dimensões de uma mesma realidade discursiva e, dessa forma, duas condições inviabilizariam a univocidade linguística: a reflexividade e a alteridade discursiva. Definida pela linguista como ato enunciativo que toma outro ato como referência, a RDO viabiliza análise dos modos pelos quais um discurso delimita seu exterior para construir uma imagem de si.

Assume-se, com Authier-Revuz (2020), que, apesar das relevantes contribuições no campo dos funcionamentos discursivos e textuais do discurso citado quanto a, por exemplo, criatividade estilísticas, efeitos de sentido, regularidades genéricas e usos comunicativos, pouco se fez quanto ao questionamento dos fundamentos estruturais que sustentam esses fenômenos no plano do discurso. A linguista aponta que essa “falta” é decorrente da persistência da chamada “vulgata” dos três padrões morfológicos: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Esses padrões estariam associados, respectivamente, à textualidade, à transposição ou à reformulação, bem como à combinação literária de ambos. Trata-se, pois, de esquemas que parecem funcionar menos como instrumentos analíticos e mais como expressão de referência à tradição disciplinar. Assim, ao se compreender o fenômeno da representação do discurso outro como pertencente a uma “zona de fórmulas”, para além da tríade do discurso relatado, evita-se restringi-lo a sua referência temporal (e empírica) anterior, considerando, assim, a possibilidade de representar discursos futuros e fictícios.

No contexto das práticas letradas acadêmicas mediadas por tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDIC), foco desta investigação, as respostas produzidas por estudantes universitários brasileiros e franceses a uma demanda institucional voltada à reflexão sobre desinformação se configuram como espaços privilegiados para observação da representação do discurso outro – sobretudo quanto a instabilidades próprias à cultura digital desses estudantes no par pergunta-resposta⁴. A seção seguinte apresenta o *corpus* e os procedimentos metodológicos adotados na realização deste estudo.

⁴ Quanto à indissociabilidade do par pergunta-reposta, segue-se o estabelecido em Alexandre *et al.* (2025), uma vez que a resposta formulada não se dissocia da instrução que a precede, mantendo-se vinculada à orientação comunicativa do enunciado de comando.

3 Entre a sátira de um artigo e a certeza de uma resposta: material e metodologia

3.1 Constituição do corpus da pesquisa

O *corpus* perfaz o total de 203 produções textuais escritas, realizadas por universitários inscritos em cursos de licenciatura e bacharelado de uma universidade brasileira e de outra francesa, no âmbito de colaborações de pesquisa internacionais⁵. Essas produções foram coletadas em 2024, tanto no Brasil quanto na França, em disciplinas regulares que tratavam de práticas de leitura e produção de textos no contexto da universidade, considerando-se o interesse institucional da promoção de educação científica no enfrentamento da desinformação. O perfil dos participantes brasileiros é o de licenciandos em Física e em Letras e de bacharelandos em Letras; o dos participantes franceses é o de licenciandos em Ciências da Educação. Os procedimentos de coleta, de análise e de divulgação dos dados seguem os protocolos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa/ CEP (CAAE processo n. 67001923.9.1001.8142).

Os textos escritos foram coletados nos dois países a partir da aplicação de quatro atividades voltadas à análise de desinformação. Essas atividades incluíram, dentre outras tarefas, a leitura e o comentário de diferentes gêneros discursivos, desde postagens em redes sociais até resumos de artigos científicos. Enquanto, em trabalho anterior (Alexandre *et al.*, 2025), consideraram-se duas atividades do conjunto, voltadas para os gêneros entrevista e postagem em rede social, neste artigo serão abordadas atividades em que os estudantes foram instados a comentar um resumo acadêmico e uma interação com *chatbot*. A Tabela 1 especifica a quantidade de produções textuais coletadas nas duas atividades a serem analisadas:

⁵ Trata-se dos projetos de pesquisa “Aprendizes universitários em práticas contemporâneas de letramento acadêmico-científico para a formação de professores e pesquisadores globalizados”, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Inês Signorini (Unicamp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2022/05908-0) e “Letramentos e tecnologias na educação científica e no enfrentamento da desinformação”, coordenado, na parte brasileira, pela Prof.ª Dr.ª Fabiana Komesu (Unesp) e, na parte francesa, pelo Prof. Dr. Cédric Fluckiger (Université de Lille), com financiamento do programa franco-brasileiro CAPES-COFEUCUB (processo 88887.979747/2024-00). Os autores deste artigo compõem as equipes desses dois projetos de pesquisa.

Tabela 1 – Organização do corpus do material brasileiro e francês

Atividade/objeto da atividade	Conjunto BR	Conjunto FR
A01-Artigo/resumo de artigo científico	47	52
A03-Chat/resposta de um chatbot	40	52
Total parcial	87	104
Total de produções textuais escritas: 203		
Total de caracteres com espaço: 71.173		

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1, por sua vez, apresenta os enunciados da consigna, em português brasileiro e em francês europeu, referentes a cada atividade em estudo:

Quadro 1 – Enunciados da consigna em português brasileiro e em francês europeu

Contexto da atividade	Enunciado em português brasileiro	Enunciado em francês europeu
A01-Artigo Objeto: resumo de artigo científico em inglês satírico sobre covid-19.	O que faz você ter mais ou menos confiança nesta informação?	<i>Qu'est ce qui fait que vous avez plutôt confiance ou plutôt pas confiance dans cette information ?</i>
A03-Chat Objeto: resposta de <i>chatbot</i> de inteligência artificial generativa a partir da pergunta “o aquecimento global se deu pela atividade humana?”	No exerto a seguir, um usuário de internet perguntou ao ChatGPT se o aquecimento global tem origem a partir de atividades humanas. Se você tivesse um trabalho universitário a fazer sobre o assunto, você confiaria nessas informações? Por quê?	<i>Dans l'exemple suivant, un utilisateur demande à ChatGPT si le réchauffement climatique est d'origine humaine. Si vous aviez un travail universitaire à faire sur le sujet, vous appuieriez vous sur ces informations? Pourquoi ?</i>

Fonte: Elaboração própria.

Algumas notas prévias sobre a aplicação das consignas são necessárias. No Brasil, ofereceram-se traduções tanto do resumo de artigo (original em inglês) quanto da resposta do *chatbot* (original em francês), ao passo que, na França, não houve tradução do resumo. Essa diferença, considerada uma limitação em termos de simetria metodológica, será levada em conta na análise. Os enunciados das atividades A01-Artigo e A03-Chat demandavam dos universitários, respectivamente: (i) o reconhecimento de aspectos do objeto da atividade relacionados a índices de confiabilidade; e (ii) a explicação sobre a utilização ou não de respostas de um *chatbot* em trabalhos acadêmicos. Esperava-se que as respostas contemplassem: (i) justificativas de confiança ou não nas informações apresentadas; e (ii)

explicações fundamentadas no texto do *chatbot* quanto ao uso dessas informações no contexto do ensino superior. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos dados.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa segue procedimentos metodológicos estabelecidos em trabalho anterior (Alexandre *et al.*, 2025). Com o propósito de descrever e interpretar aspectos linguísticos e discursivos que mostrem a atividade reflexiva dos sujeitos universitários na linguagem, adota-se, nos termos de Authier-Revuz (2020), o reconhecimento de cinco modos enunciativos. Esses modos enunciativos são definidos a partir de traços diferenciais nos níveis semântico, semiótico e enunciativo: discurso direto (DD), discurso indireto (DI), discurso bivocal (Biv), modalização autonímica de empréstimo (MAE) e modalização em asserção segunda (MAS).

A análise considerou tanto as formas marcadas quanto as não marcadas dos modos enunciativos. Contudo, optou-se, neste artigo, por apresentar unicamente as formas marcadas de RDO dos discursos direto e indireto (DD e DI, daqui em diante), ou seja, aquelas identificáveis pela estrutura superficial das línguas observadas neste estudo (português brasileiro e francês europeu). A escolha metodológica por abordar somente formas marcadas se justifica por (i) considerarmos a descrição linguístico-discursiva desse conjunto de dados; (ii) investigarmos efeitos de sentido explícitos quanto à problemática da desinformação; e (iii) constatarmos relativa produtividade dessas formas no *corpus*.

Como já dito, os modos enunciativos se estruturam a partir de níveis diferenciais, que se apresentam conforme segue: (i) no domínio semântico, o discurso alheio se representa como objeto do dizer (DD, DI) ou como fonte do dizer (MAE, MAS); (ii) no domínio semiótico, o discurso alheio se manifesta mediante o uso ordinário da linguagem (DI, MAS) ou por meio da autonimização (DD, MAE); (iii) no domínio enunciativo, a ancoragem enunciativa dos dois atos de fala – aquele do discurso representado e o do discurso representante – ora é unificada (DI, MAS, MAE), ora dissociada (DD).

Segundo Authier-Revuz (2020, p. 374), a combinação diferencial dos traços semântico (A: falar de/falar segundo), semiótico (B: projetar/não projetar os significantes na cadeia sintática) e enunciativo (C: integrar/disjuntar/compartilhar a ancoragem enunciativa) constitui a base para a identificação dos modos enquanto “fórmula abstrata geral” e “zona de formas” em que essa fórmula pode se realizar. Considerando tais oposições e tomando como referência a ancoragem enunciativa, as fórmulas abstratas correspondem a: DI $[A_1B_1C_1]$, MAS $[A_2B_1C_1]$, MAE $[A_2B_2C_1]$, DD $[A_1B_2C_2]$ e Biv $[A_1B_2C_3]$. Para a identificação das formas de DD e de DI, fundamentamos na proposta metodológica de Authier-Revuz (2020, p. 345), no reconhecimento de (i) fórmula geral dos modos; (ii) espaços de formas nos quais essa fórmula se realiza; e (iii) efeitos de sentido apreendidos.

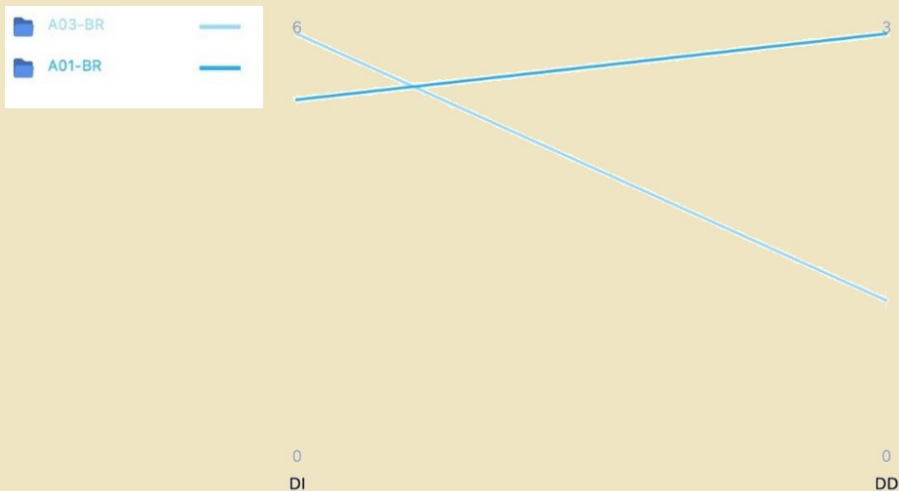
Propõe-se, portanto, oferecer interpretações discursivas a respeito da tendência geral – de forma longitudinal – observada entre universitários quando da RDO em seus enunciados. A comparação desses textos escritos entre estudantes brasileiros e franceses busca discutir a hipótese inicial, a saber, a de que a presença da RDO nessas práticas, no contexto de combate à desinformação, é estruturada segundo instabilidades próprias à cultura digital de estudantes de diferentes países. Semelhante ao que se realizou em trabalho anterior (Alexandre *et al.*, 2025), a análise busca identificar tendências transversais da RDO no material, sem individualizar as ocorrências por respondente. A organização dessas categorias foi realizada com o *software* MAXQDA (versão 24.6.0 – VERBI Software, 2024), utilizado para a análise qualitativa e de dados mistos.

4 Resultados

Nesta seção, apresentamos gráficos criados no MAXQDA para observar a distribuição geral e particular de DD e de DI no *corpus* analisado, com comparação dos dois conjuntos de texto na sequência. Como em Alexandre *et al.* (2025), os enunciados de resposta não são extensos (cf. total de caracteres com espaços na Tabela 1) e foram coletados por meio de formulário (Formulários Google, no caso do Brasil; Plataforma LimeSurvey, no caso da França). A coleta de respostas via questionários pode ser entendida

como “não convencional” no contexto acadêmico, pois nenhuma instrução de como escrevê-las, em que gênero estas deveriam aparecer ou qual limite de palavras deveriam considerar foi dada aos estudantes. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos modos DD e DI no conjunto brasileiro:

Gráfico 1 – Distribuição dos modos DD e DI no conjunto brasileiro

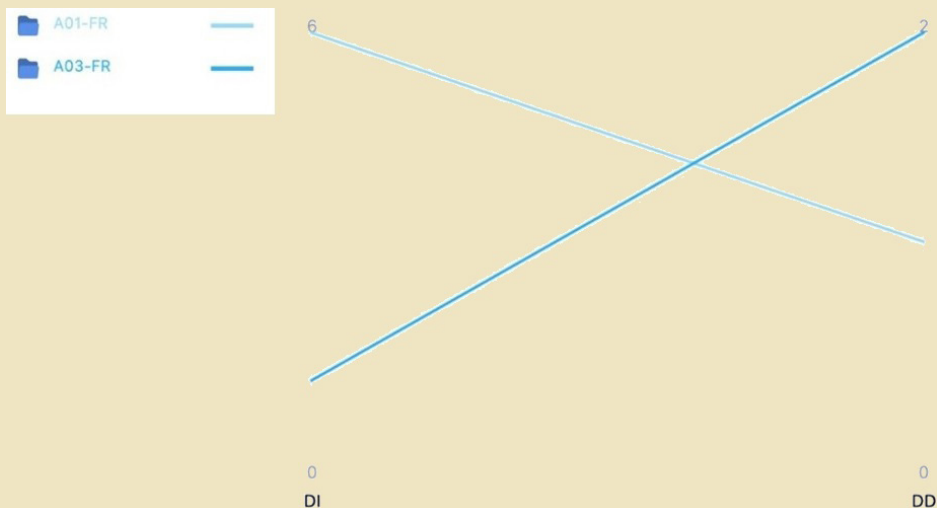


Fonte: Elaboração própria com uso do MAXQDA.

Como é possível observar, o conjunto brasileiro apresenta, na A01-Artigo ($n = 47$), codificada, no gráfico, como A01-BR, ocorrência de 03 DD e de 05 DI (aproximadamente 17% de apropriação do discurso outro). Na A03-Chat ($n = 40$), codificada como A03-BR, por sua vez, há ocorrência de um único DD, mas 06 DI (com semelhança de apropriação de 17%). Assim, o total das formas diretas e indiretas de transmissão do discurso outro é de 15 ocorrências, com taxa aproximada de 17,2%.

Na sequência, o Gráfico 2 apresenta a distribuição dos modos DD e DI no conjunto francês:

Gráfico 2 – Distribuição dos modos DD e DI no conjunto francês

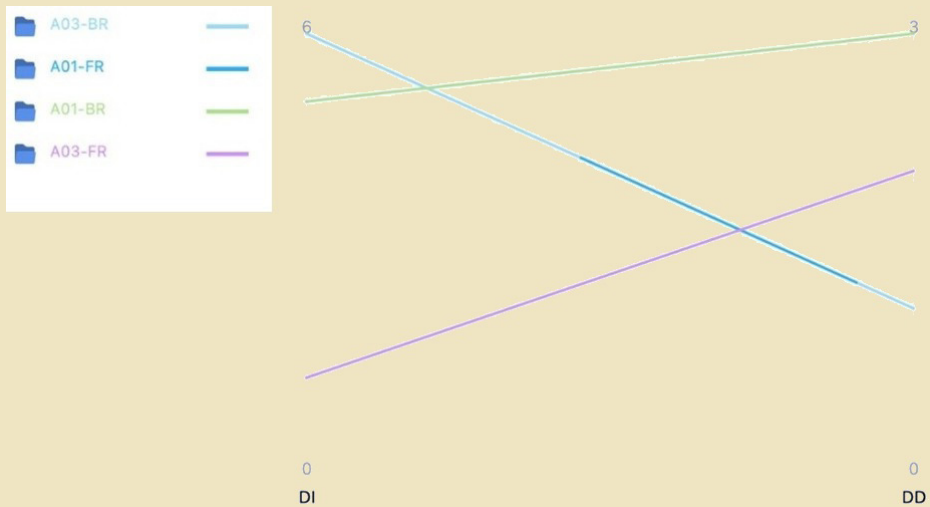


Fonte: Elaboração própria com uso do MAXQDA.

Observa-se, nesse caso, uma diferença em relação ao que acontece no conjunto brasileiro, com taxas gerais menores de apropriação das formas de RDO do DD e do DI. Enquanto na A01-Artigo do conjunto francês ($n = 52$), cuja codificação é A01-FR, há ocorrência de um único DD e de 06 DI (com taxa aproximada de 13%) – portanto, semelhantemente ao que acontece no conjunto brasileiro –, na A03-Chat ($n = 52$), há 02 ocorrências de DD, com ocorrência única de DI (taxa aproximada de 5% de apropriação). Desse modo, embora se observe, no conjunto brasileiro, certa proporcionalidade na taxa de apropriação do discurso outro via discursos direto e indireto, há, no conjunto francês, uma desproporção nesse uso quanto à A03-Chat, com ocorrências pontuais desses modos de RDO.

O Gráfico 3 explora essa comparação dos modos de DD e de DI no *corpus*.

Gráfico 3 – Comparação entre distribuição dos modos DD e DI no corpus



Fonte: Elaboração própria com uso do MAXQDA.

De forma panorâmica, o total de ocorrências apresentado pelas atividades no conjunto brasileiro é de 15 ($n = 87$), sendo 04 ocorrências de DD e 11 de DI. Já o conjunto francês apresenta o total de 10 ocorrências ($n = 104$), sendo 03 ocorrências de DD e 07 de DI. A taxa de apropriação do discurso outro pelas formas diretas e indiretas do discurso, de modo marcado nos textos dos brasileiros e dos franceses, é de respectiva e aproximadamente 17% e de 9%. O conjunto brasileiro apresenta, portanto, uma taxa de apropriação quase duas vezes maior que a do conjunto francês. Por último, embora se observem ocorrências pontuais de DD e de DI na A03-Chat do conjunto francês, a comparação entre os dois conjuntos de texto mostra uma preferência geral pelo DI. Buscamos explorar essas configurações na discussão dos resultados a seguir.

5 Discussão

Os resultados obtidos apontam para duas funções argumentativas predominantes relacionadas aos modos de DD e de DI, numa distribuição não excludente de aparecimento. Essas funções argumentativas foram apreendidas no par pergunta-resposta e, por essa razão, serão definidas em razão do aparecimento das formas de DD e de DI em cada uma das atividades (A01-Artigo e A03-Chat), mostrando a força da relação interlocutiva no funcionamento discursivo desses modos de RDO.

No modo do discurso direto (DD = $A_1B_2C_2$), Authier-Revuz (2020) considera sua estruturação diferencial, no plano semântico, fazendo referência ao objeto do dizer (A_1), cujo estatuto semiótico é sempre autonímico (B_2), com ancoragens distintas no ato enunciativo principal (C_2). No caso da primeira atividade (A01-Artigo), na qual os universitários deveriam responder se confiariam ou não na informação que lhes foi apresentada, os usos de DD sugerem um efeito de contraste entre o que era esperado pelos respondentes e o que, de fato, foi encontrado por eles no objeto de análise da atividade (resumo de artigo científico). Seja na ocorrência representativa em (1), no caso brasileiro, seja na única ocorrência em (2), no caso francês, o funcionamento de DD na A01 emerge como a identificação de uma “estranheza” do texto alheio, a partir da qual o efeito de contraste parece operar:

(1) A utilização de abreviações nos nomes, como “WO”, “DL” e “VR”, os erros de concordância verbal e nominal, como em “O autor VR precisava de pontos SIGAPS, fez o mínimo. Encontrei uma bela imagem para a figura 3.”, a oração “O autor NM disse ‘au, au’ quando os autores começaram a duvidar”, **pois ninguém diz “au, au”**, o fato de que um dos autores levou um patinete e a maneira como são usados os pronomes pessoais. (UP-024-PLPTII-A01-P22)⁶.

(2) Ce qui m'intrigue c'est **les noms tels que «nemo macron», «trottinetta», «lembrouille», «université du melon», et d'autres mots et noms qui me semblent être inventés.** (UL-024 CEF-A01-P13).

⁶ A codificação diz respeito a: instituição de ensino superior (UP, para a universidade brasileira; UL, para a universidade francesa); ano da coleta (024) e disciplina em que foi aplicada (como Prática de leitura e produção de textos II, PLPTII), seguidos de número da atividade (A01 ou A03) e número atribuído aleatoriamente ao participante da pesquisa. A escolha do destaque em negrito indica zona de forma representada marcada de RDO. Nesse caso, de DD ou de DI.

A única ocorrência de DD no conjunto francês se contrapõe às ocorrências do conjunto brasileiro. Na ocorrência registrada entre os estudantes franceses, por um lado, percebe-se um efeito de contraste observacional, isto é, as autonimizadas aparecem como forma de comprovação do que é julgado como inventado (“les noms tels que ‘nemo macron’, ‘trottineta’, ‘l’embrouille’, ‘université du melon’⁷). No conjunto brasileiro, por sua vez, o efeito de contraste ocorre em relação ao conteúdo proposicional mobilizado pela transmissão direta, registrando-se, com efeito, um gesto avaliativo. Essa avaliação recai, por exemplo, na desconfiança do escrevente quanto à possibilidade de alguém ladrar durante a produção de um artigo científico (“pois ninguém diz ‘au, au’”), manifestação avaliada como incompatível com as práticas letradas de produção de um artigo científico. Essa desconfiança, manifesta como avaliação, leva, portanto, o escrevente a autonimizar a palavra alheia.

No modo do discurso indireto ($DI = A_1B_1C_1$), Authier-Revuz (2020) estabelece que o discurso se estrutura, semanticamente, pela referência ao objeto do dizer (A_1), cujo estatuto semiótico é ordinário (portanto, em “uso”, B_1), com uma ancoragem unificada no ato enunciativo principal (C_1). Esse modo de RDO oferece certa representação em que sentido e referência são acessíveis à experiência partilhada da enunciação principal. Por essa razão, é o modo por excelência das operações de (re) formulação (paráfrase do discurso outro) e de categorização (do verbo de dizer, mas não somente, que introduz o ato enunciativo outro). Na primeira atividade, as ocorrências de DI, nos dois conjuntos de texto, fundamentam-se em um efeito de valorização da credibilidade do resumo de artigo científico. Essa semelhança não impede, porém, usos particulares entre brasileiros e franceses. No conjunto brasileiro, o efeito de credibilidade recai no conteúdo proposicional do discurso do outro. No conjunto francês, adota-se um tom generalista:

(3) Além disso, por conter as marcas de opinião, **o autor** (que por algum motivo achou de bom tom colocar no texto) **menção colegas de trabalho que não colaboraram na execução do artigo**, que pode ser interpretado como algo extremamente antiprofissional e antiético de ambas as partes: dos pesquisadores que não colaboraram suficientemente, e do autor que deixou esses comentários. (UP-024-PLPTII-A01-P21).

⁷ Do original: “os nomes tais como ‘nemo macron’, ‘patinete’, ‘mal-entendido’, ‘universidade do melão’”.

(4) De plus, quand on lit le paragraphe sur les contributions des auteurs, **on constate que certains auteurs ont chacun de leur côté lancé le sujet, une idée sur les réseaux sociaux et ont par la suite rédigé l'article.** (UL-024-CEF-A01-P18).

Em (3), observa-se que o efeito de valorização da credibilidade via recuperação do conteúdo proposicional do discurso outro (“o autor menciona colegas de trabalho que não colaboraram na execução do artigo”) passa por uma avaliação específica (“que pode ser interpretado como algo extremamente antiprofissional e antiético”). Em (4), o recurso à constatação registrado no DI (“on constate que certains auteurs on chacun de leur côté lancé le sujet, une idée sur les réseaux sociaux et on par la suite rédigé l'article”⁸) não apresenta avaliação específica, ainda que incida no conteúdo.

A segunda atividade investigada neste artigo (A03-Chat) apresenta novos elementos para discussão. Nela, os estudantes deveriam dizer se utilizariam ou não a resposta gerada pelo *chatbot* ChatGPT em um trabalho universitário sobre a interferência humana no aquecimento global. De forma semelhante, os usos de DD mostram, no *corpus*, um efeito de distanciamento justificado. Nesses usos, as atestações pelo recurso à palavra alheia ora são apresentadas com o intuito de sugerir vagueza ou falta de rigor, como em (5), do conjunto brasileiro; ora são apresentadas como indício de uma simplificação excessiva das informações geradas pelo *chatbot*, como em (6), do conjunto francês.

(5) Não, pois não são citadas fontes externas para que os fatos possam ser checados, **são feitas afirmações generalistas sem construção de base argumentativa prévia como “milhares de cientistas em todo o mundo...”, “que levam em conta diversos fatores”, etc.** (UP-024-PRLP-A03-P07).

(6) Pour être précis, **il faudrait expliquer comment la déforestation contribue à réchauffer la planète et pas juste dire «les humains enlèvent les arbres, ce qui augmente les gaz à effet de serre donc ça réchauffe le climat».** (UL-024-CEF-A03-P05).

No caso brasileiro, observam-se autonimizações por meio da explicação da generalidade da palavra alheia (por exemplo, em “milhares de cientistas em todo o mundo”). Já no caso francês, a transmissão direta serve para sinalizar uma concordância com a palavra alheia quanto à ação humana no aquecimento global (“les humains enlèvent les arbres, ce qui augment

⁸ Do original: “constata-se que certos autores, cada um de seu lado, lançaram o assunto, uma ideia nas redes sociais e em seguida redigiram o artigo”.

les gaz à effet de serre donc ça réchauffe le climat”⁹). Essa concordância é, contudo, matizada pela sugestão da necessidade de precisar as informações apresentadas, condição para que sejam usadas em um trabalho acadêmico.

Os casos de DI da segunda atividade analisada (A03-Chat) marcam uma diferença entre os conjuntos de texto do *corpus*. Nas respostas dos brasileiros, os usos do DI apontam, ao problematizar a confiabilidade das informações, a falta de fontes verificáveis na resposta do *chatbot*. Os usos encontrados no conjunto francês se restringem a uma validação factual, como se pode observar em (7) e em (8):

(7) **Em nenhum momento o ChatGPT fala de qual fonte está tirando as informações que fornece ao usuário**, o que é um sinal de que é preciso verificar se realmente o que foi dito é verdade. (UP-024-PRLP-A03-P10).

(8) **oui car ce que décrit chat gpt n'est pas fait, par exemple concernant le gaz é effet de serre, c'est ce qu'il se passe vraiment en France e dans le monde.** (UL-024-CEF-A03-P11).

Observa-se, desse modo, na estrutura negativa de transmissibilidade indireta do discurso em (7), que o fato de o *chatbot* não explicitar fontes (“Em nenhum momento o ChatGPT fala...”) constitui uma crítica à confiabilidade das informações oferecidas por ele. Dessa forma, essa estrutura não coloca em questão, diretamente, o conteúdo proposicional do discurso outro e, do ponto de vista argumentativo, sublinha os limites do uso de *chatbots* para a produção de trabalhos acadêmicos. Em (8), ocorre, porém, o contrário: especifica-se o conteúdo proposicional do discurso alheio como meio de confirmação da resposta fornecida pelo *chatbot*. Nesse caso, a mobilização da palavra alheia concorre para a aceitabilidade da ferramenta na produção de trabalhos acadêmicos.

De modo geral, na atividade 01, no *corpus*, o recurso ao DI sinaliza a valorização da credibilidade do resumo de artigo científico. De natureza claramente satírica, a leitura do resumo marca uma diferença entre as respostas dos escreventes brasileiros e franceses. No caso dos primeiros, têm-se respostas mais específicas. No dos segundos, menos específicas. Essa diferença de adesão pode ser explicada pela pouca familiaridade dos estudantes franceses com leitura de textos em inglês (“eu não tenho confiança pois eu vejo diversos autores, está em inglês então eu não entendo”¹⁰). Como

9 Do original: “Os seres humanos cortam as árvores, o que aumenta os gases do efeito estufa e, então, aquece o clima”.

10 Do original: “je n'ai pas confiance car je vois de nombreux auteurs, c'est en anglais donc je ne comprends pas” (UL-024-CEF-A01-P04).

já dito anteriormente, não lhes foi oferecida uma tradução do resumo do artigo científico, como na atividade aplicada entre estudantes brasileiros.

As dificuldades com a língua inglesa não explicam sozinhas a falta de especificidade nas respostas dos estudantes franceses. É plausível supor que eles tenham uma relação distinta daquela dos brasileiros com a desinformação, pois suas culturas digitais se organizaram de modo diferenciado em função das configurações sociopolíticas de cada país. Nos últimos anos, particularmente em períodos eleitorais e de crise sanitária, o Brasil experimentou crescimento relevante do problema da desinformação, tornando-o tema recorrente na imprensa, na universidade e em conversas cotidianas, seja como objeto de crítica, seja como objeto de sátira. Embora a França também experimente efeitos da desinformação, operamos sob a hipótese de que, no Brasil, tais efeitos foram mais intensos e arraigados nas práticas sociais, incluindo as de letramento acadêmico-científico. Assim, o jogo entre especificidade e inespecificidade em relação ao discurso do outro, observado nas respostas desses estudantes, pode ser explicado pela dinâmica de práticas sociais e pelas configurações sociopolíticas particulares de cada país.

Na atividade 02, observa-se novamente uma distribuição significativa das ocorrências de RDO. Entre os franceses, duas ocorrências de DD acompanhadas de uma ocorrência única de DI. Entre os brasileiros, uma ocorrência de DD acompanhada de seis de DI. Na única ocorrência de DI do conjunto francês, nota-se uma postura pouco crítica em relação ao texto gerado pelo ChatGPT, sublinhada pelo endosso das informações fornecidas por eles, o que enseja duas interpretações: (i) o escrevente supõe que não haveria conteúdo desinformativo na resposta, sendo sua única limitação a falta de especificidade e de fontes; e (ii) a constituição das práticas culturais dos estudantes franceses podem não incluir atenção clara e articulada sobre os efeitos sociais do uso de IAGen nas práticas de escrita universitária. Pesquisas recentes indicam que o uso dessas ferramentas ainda é limitado entre os franceses, sobretudo em comparação aos brasileiros (Ipsos, 2025), o que reforça a associação entre baixa adesão e percepção reduzida de seu impacto em práticas sociais, incluindo as letradas acadêmico-científicas.

Esses resultados convergem para atestar a hipótese de pesquisa deste artigo. Os usos de DD e de DI, no *corpus* investigado, mostram que a presença de formas de RDO se estrutura nos termos de instabilidades

próprias às culturas digitais particulares – neste caso, de estudantes brasileiros e franceses. Essa remissão às instabilidades próprias à cultura digital dos estudantes é mais visível no contexto de combate à desinformação, quando estes são instados a se confrontar com impactos dessas instabilidades em (suas) práticas de letramento acadêmico.

Considerações finais: instabilidades da cultura digital pela representação do discurso outro

Neste artigo, investigou-se como formas de RDO, particularmente DD e DI, podem ser reconhecidas e interpretadas em práticas de letramento acadêmico de universitários do Brasil e da França, observadas em atividades de escrita e leitura acadêmica que pressupunham debate sobre desinformação. Os resultados mostram que, embora essas formas não tenham sido explicitamente solicitadas nas atividades, desempenharam papel relevante na produção de sentidos e na constituição das práticas de letramento acadêmico-científico, permitindo explorar a hipótese de que o trabalho com a palavra alheia é estruturado por instabilidades próprias à cultura digital dos estudantes de ambos os países. Em contexto de combate à desinformação, essas instabilidades se tornam ainda mais pertinentes para o estudo das formas de RDO, variando conforme os arranjos das culturas digitais. No Brasil, o impacto sociopolítico da desinformação e o uso arraigado de IAGen sugerem maior sensibilidade na avaliação da confiabilidade da palavra alheia. Na França, a menor percepção da desinformação como um problema social e a menor adesão às inteligências artificiais generativas refletem maior hesitação nesse mesmo processo.

Esses resultados oferecem, além da descrição e análise dos efeitos de sentido das formas de RDO, contribuições relevantes para a formação acadêmica de universitários. Destacam-se, sobretudo, as possibilidades abertas pelo tratamento explícito dessas formas, mesmo quando não figuram como objeto de ensino, e as vantagens de abordar os efeitos estruturantes das culturas digitais na materialização de certos usos linguístico-discursivos. Como apontam Alexandre *et al.* (2025), formas linguístico-discursivas como as de RDO não emergem espontaneamente no campo acadêmico.

Ao contrário, elas devem ser explicitamente destacadas, considerando-se também variados modos de estruturação extraverbal, como a constituição da cultura digital dos participantes do estudo.

Referências

ALEXANDRE, Gabriel Guimarães. *Desinformação sobre covid-19: concepções de texto em práticas letradas de agência de fact-checking da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos*. 2024. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/255141>. Acesso em: 22 out. 2025.

ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; KOMESU, Fabiana; FLUCKIGER, Cédric; ASSIS, Juliana Alves. Representação do discurso outro em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses no enfrentamento da desinformação. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 29, n. 66, p. 350-379, 2025. DOI: 105752/P.2358-3428-2025v29n66p350-379. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/36247>. Acesso em: 20 mar. 2026.

ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; POLLET, Marie-Christine. A formação do leitor no contexto da desinformação e das *fake news*: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 9-38, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/27640>. Acesso em: 22 out. 2025.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *La représentation du discours autre*. De Gruyter: Berlin: De Gruyter/Boston, 2020.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, p. 25-42, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824>. Acesso em: 22 out. 2025.

BHATT, Ibrar. *Assignments as Controversies: Digital Literacy and Writing in Classroom Practice*. New York: Routledge, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315644509>. Acesso em: 22 out. 2025.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Cultura digital, Educação e Letramento: conflitos, desafios, perspectivas. In: HÖFLING, Camila (org.). *Jornada de Letras*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2010. p. 69-88.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino de escrita: o exemplo de textos pré-universitários. *Revista da ABRALIN*, v. 10, n. 4, p. 333-356, 2011. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1115>. Acesso em: 22 out. 2025.

GEE, James Paul. *An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Method*. London: Routledge, 2005.

GOURLAY, Lesley; HAMILTON, Mary; LEA, Mary Rosalind. Textual Practices in the New Media Digital Landscape: Messing with Digital Literacies. *Research in Learning Technology*, v. 21, n. 4, 2014.

IPSOS. *Google/Ipsos Multi-Country AI Survey 2025*. Washington: Ipsos, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en-us/google-ipsos-multi-country-ai-survey-2025>. Acesso em: 22 out. 2025.

KOMESU, Fabiana; DAUNAY, Bertrand; FLUCKIGER, Cédric. Littéracies numériques et désinformation: le rôle de l'enseignant dans le contexte d'infodémie. In: SCHEEPERS, Caroline (org.). *Former à l'écrit, former par l'écrit dans le supérieur*. Paris: DeBoeck, 2021. p. 255-267.

LANKSHEAR, Colin; BIGUM, Chris. Literacies and New Technologies in School Settings. *Curriculum Studies*, v. 7, n. 3, p. 445-465, 1999.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. Sampling the “New” in New Literacies. In: KNOBEL, Michele. *A New Literacies Sampler*. New York: Peter Lang Publishing, 2007. p. 1-24.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *New Literacies: Everyday Practices and Social Learning*. 3rd ed. London: Open University Press, 2011.

LEA, Mary Rosalind; STREET, Brian. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução de Fabiana Komesu e Adriana Fischer. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i2p477-493>. Acesso em: 22 out. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Augusto Vinicius de; ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; KOMESU, Fabiana; ASSIS, Juliana Alves; FLUCKIGER, Cédric. Discursive Authority in COVID-19 Vaccination Fact-checking: the Case of @butantanoficial on Instagram. *Revista do GEL*, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 213-236, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3584>. Acesso em: 24 out. 2025.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow; VINHAS, Otávio; VOLCAN, Taiane; ZAGO, Gabriela; STUMPF, Elisa Marchioro; VIEGAS, Paula; HÜTTNER, Luiz Ricardo; BONOTO, Carolina; SILVA, Gabriela; PASSOS, Iara; SALGUEIRO, Igor; SODRÉ, Giéle. *Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil: relatório, resultados e estratégias de combate*. Pelotas: MIDIARS, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/files/2021/05/Desinformac%CC%A7a%CC%83o-covid-midiars-2021-1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

RICARD, Julie; MEDEIROS, Juliano. Using Misinformation as a Political Weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. *Misinformation Review*, The Harvard Kennedy School (HKS), v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://misinforeview.hks.harvard.edu/article/using-misinformation-as-a-political-weapon-covid-19-and-bolsonaro-in-brazil/>. Acesso em: 22 out. 2025.

SIAROVA, Hanna; STERNADEL, Dalibor; SZŐNYI, Eszter. *Research for CULT Committee: Science and Scientific Literacy as an Educational Challenge*. Brussels: European Parliament, 2019. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629188/IPOL_STU\(2019\)629188_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629188/IPOL_STU(2019)629188_EN.pdf). Acesso em: 22 out. 2025.

TANDOC JUNIOR, Edson; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “fake news”. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em: 22 out. 2025.

VERBI Software. *MAXQDA 2024* [computer software]. Berlin: VERBI Software. Disponível em: www.maxqda.com. Acesso em: 22 out. 2025.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making*. Council of Europe Report, DGI, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 22 out. 2025.

WE ARE SOCIAL. *Digital 2024: Global Overview Report*. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>. Acesso em: 24 out. 2025.

Memória digital: negociações com outros sentidos em rasuras digitais de uma resenha acadêmica

Tatiane Henrique Sousa Machado*

Cristiane Carneiro Capristano**

Resumo

Neste estudo, objetiva-se analisar rasuras digitais presentes na produção escrita de 23 resenhas acadêmicas elaboradas por alunas de um curso de Pedagogia, por meio do *Google Docs*, a fim de verificar a existência de tendências nos modos como se mostram nessas rasuras as negociações realizadas por essas escreventes com os diferentes “outros” sentidos que constituem o (seu) dizer. Para tanto, a pesquisa ampara-se teoricamente na noção de heterogeneidades enunciativas, como forjada no quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa, na concepção de rasuras e de rasuras digitais, como desenvolvidas no campo dos estudos da linguagem e da crítica genética, bem como na noção de memória digital. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual examinamos apagamentos, inserções, substituições e deslocamentos feitos pelas acadêmicas no processo de textualização da resenha. Dentre os resultados, destaca-se que as rasuras digitais ligadas à negociação com outros sentidos ocorrem sob o efeito de: (a) relações sinonímicas e antonímicas; (b) operadores argumentativos e modalizadores; e, por fim, (c) estruturação sintático-semântica. Pôde-se concluir que as rasuras digitais sinalizam principalmente operações locais de substituição lexical e operações relacionais, que mostram as escreventes “excluindo” significantes e “procurando” outros numa rede de significantes possíveis, objetivando alçarem-se à escrita valorizada pelo endereçamento projetado nas práticas acadêmico-científicas das quais participam, sob a atuação da memória digital.

Palavras-chave: rasura digital; heterogeneidade enunciativa; Análise do Discurso Francesa; escrita acadêmica; memória digital.

* Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente Adjunto do curso de Letras Português da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Orcid:0000-0002-4873-5239.

** Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: 0000-0003-1225-5716.

Digital Memory: Negotiations with Other Meanings in Digital Erasures of an Academic Review

Abstract

This study analyzes digital erasures in the written production of 23 academic reviews authored by undergraduate Pedagogy students using *Google Docs*. The objective is to identify patterns in how these erasures manifest the negotiations between the writers and the “other” meanings that constitute their discourse. Theoretically, the research is grounded in the notion of enunciative heterogeneities, as formulated within French Discourse Analysis, alongside the concepts of erasure and digital erasure developed in Language Studies and Genetic Criticism, and the notion of digital memory. This qualitative study examines deletions, insertions, substitutions, and displacements performed during the textualization process. The findings reveal that digital erasures linked to the negotiation of meaning are driven by: (a) synonymic and antonymic relations; (b) argumentative operators and modalizers; (c) syntactic-semantic structuring. The study concludes that digital erasures primarily signal local lexical substitutions and relational operations. These movements show writers “excluding” certain signifiers while “searching” for others within a network of possibilities. This process aims to align their prose with the valued writing standards projected by the academic-scientific practices in which they are immersed, all under the influence of digital memory.

Keywords: digital erasure; enunciative heterogeneity; French Discourse Analysis; academic writing; digital memory.

1 Considerações iniciais

O surgimento e a proliferação de recursos de apoio à produção textual ancorados na Inteligência Artificial (IA) – notadamente em plataformas como o *Google Docs*, que incorporam determinados recursos baseados em algoritmos e, em alguns casos, em IA –, têm catalisado o interesse de pesquisadores de diferentes áreas, sobretudo no tocante aos efeitos desses recursos para a constituição da escrita e dos escreventes. Sabe-se que, sobre os textos produzidos com apoio de ferramentas digitais, instaurou-se uma ideia equivocada de controle e de transparência do processo de escrita (Komesu, 2014). Essa ideia filia-se, por exemplo, ainda que de forma indireta, à noção de letramento “it” de Lankshear e Knobel (2005), que concebe os produtos digitais como melhores, apenas por contarem com aquilo que se entende como recursos facilitadores. Diferentemente da noção de letramento “it”, nos filiamos à concepção etnográfico-discursiva de letramento, a partir da qual pudemos compreender que os recursos tecnológicos que se apoiam, em alguma medida, em IA participam da produção de sentidos, mas não há supremacia desses recursos em relação aos sentidos produzidos por discursos e por sujeitos em tempos e em espaços determinados (cf. Corrêa, 2020, p. 71).

Neste artigo, para refletir sobre o papel dos recursos tecnológicos para a constituição da escrita e dos escreventes, reexaminamos aquilo que nomeamos como rasuras digitais, exploradas, em um primeiro momento, em uma pesquisa de doutoramento (Machado, 2021). Do ponto de vista teórico, as rasuras digitais são concebidas como gestos retrospectivos na produção escrita realizada por meio de recursos tecnológicos que se constituem como índices de negociação do sujeito com os diferentes modos de representar a (sua) escrita, sob atuação da memória digital (Machado, 2020, 2021; Capristano, 2025).

Analisamos, neste artigo, qualitativamente, rasuras digitais vinculadas ao que entendemos como negociações com “outro sentido”, ou seja, rasuras que indiciam uma não coincidência das palavras com elas mesmas (no sentido de Authier-Revuz, 1990, 1998, 2004), a fim de verificar a existência de tendências nos modos como se mostram negociações realizadas por escreventes com os diferentes “outros” sentidos

que constituem o (seu) dizer. Assume-se que, nas rasuras digitais ligadas à negociação com “outro sentido”, haveria potencialmente a atuação da memória digital (Dias, 2018, 2019) que acomoda sentidos sugeridos pela máquina, os quais são ilusoriamente aceitos ou negados, a fim de atender à imagem de escrita valorizada pelo endereçamento projetado em práticas acadêmico-científicas.

O material de análise foi composto de 23 resenhas elaboradas por acadêmicas de um curso de Pedagogia (primeiro ano) de uma instituição privada do interior do Paraná, no período de 1º de outubro de 2018 a 11 de dezembro do mesmo ano, como resultado de um projeto de extensão voltado para a escrita acadêmica. As resenhas deveriam ser produzidas por meio da utilização do recurso tecnológico digital *Google Docs*¹. A produção dessas resenhas gerou 130 rascunhos digitais, nos quais pudemos identificar 614 rasuras digitais, como ilustrado na Figura 1:

Figura 1– Rasura Digital

O primeiro capítulo trabalha a questão da inclusão social no meio escolar, o exposto ~~feito~~redigido pela professora e coordenadora Maria Terezinha C. Teixeira dos Santos,

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 1, identifica-se uma rasura digital, no registro de “feito” que, depois, é substituído por “redigido”, uma vez que o tachado indica que o registro do vocábulo “feito” foi apagado pela escrevente, que, simultaneamente, na mesma versão de escrita, inseriu a palavra “redigido”. Por se tratar de dois gestos (apagamento e inserção) no mesmo espaço textual e na mesma versão, considera-se a ocorrência de uma rasura digital por substituição. Além da substituição, identificamos mais três tipos de rasuras digitais: apagamentos (alterações retrospectivas nas quais as escreventes apenas excluem material linguístico, sem inserirem novo

1 O procedimento didático consistiu na inserção de uma consigna de produção textual em documentos compartilhados via *Google Docs*, na qual se solicitava às acadêmicas a elaboração de uma resenha da obra intitulada *Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*, livro produzido pela Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional da Educação em 2007 (Disponível em: <https://portal.dopropessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015509.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026). A orientação de que a escrita ocorresse exclusivamente nesse suporte justificou-se pelas propriedades da ferramenta, que possibilita o registro integral do histórico de versões – aqui denominadas “rascunhos digitais”. Tal funcionalidade viabilizou o acompanhamento sistemático de todo o processo de textualização e a análise das interações (professor/aluno), em virtude da atualização dinâmica dos arquivos por meio do *Google Docs*, ferramenta tecnológica que registra instantaneamente qualquer modificação efetuada nos arquivos e armazena cronologicamente todas as versões geradas na plataforma.

material em seu lugar), inserções (inclusões retrospectivas de material linguístico de diferentes naturezas, como pontuação, acento, espaços em branco relativos à palavra, palavras, expressões, parágrafos inteiros etc.) e, por fim, deslocamentos (alterações retrospectivas nas quais as escreventes recortam parte do material linguístico e, posteriormente, o alocam em outro lugar).

O exame qualitativo desses diferentes tipos de rasuras digitais permitiu averiguar a existência de sete funcionamentos típicos dessas rasuras, incluindo o funcionamento que será explorado neste artigo, a saber: negociações com “outro sentido”, “outro estilo”, “outro suporte”, “outra estrutura composicional”, “outro conteúdo temático”, “outro autor” e “outro discurso”. As negociações com “outro sentido” corresponderam a 10% das rasuras identificadas no material supramencionado. O interesse por expandir e por aprimorar a análise desse conjunto de rasuras digitais deve-se ao fato de que elas são particularmente relevantes para problematizar o modo como recursos tecnológicos participam da produção de sentidos nas práticas letradas acadêmico-científicas.

Para organização deste artigo, primeiro, será apresentada uma discussão sobre a concepção de heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz (1998), que se configura como a base teórica do estudo, a fim de expor como se concebe a relação entre heterogeneidade enunciativa e rasura. Na sequência, amplia-se a discussão, apresentando o conceito de rasura digital e sua relação com a memória digital. Por fim, com base na fundamentação teórica delineada nessas duas primeiras seções, apresentamos os resultados e, na sequência, as considerações finais.

2 Heterogeneidades enunciativas e concepção de rasura

A noção de heterogeneidades enunciativas, como desenvolvida em Authier-Revuz no âmbito da Análise do Discurso de filiação francesa, nos ensina que todo e qualquer enunciado é, inerentemente, atravessado pela presença do Outro/outro, não sendo um produto homogêneo de um sujeito uno e autônomo. Trata-se, pois, de uma noção que busca dar conta da alteridade radical de todo dizer. Esse fenômeno complexo é descrito

a partir da postulação de dois planos indissociáveis: a heterogeneidade constitutiva e a mostrada. A primeira é tida como condição fundamental de todo dizer e sua delimitação está alicerçada, sobretudo, na reinterpretação e no rearranjo feitos por Authier-Revuz (1998) do dialogismo bakhtiniano e da concepção lacaniana de sujeito descentrado e dividido. A segunda, por sua vez, se refere às formas linguísticas concretas por meio das quais o sujeito representa e negocia com a alteridade constitutiva do (seu) dizer.

As não coincidências das palavras consigo mesmas são manifestações justamente da heterogeneidade mostrada e referem-se a fenômenos linguísticos que colocam em cena a impossibilidade de uma (qualquer) palavra ser “ma” e de ter um sentido fechado em si mesma. Essas formas de manifestação da heterogeneidade mostrada são, em geral, marcadas por glosas ou comentários metaenunciativos (por exemplo, “em sentido próprio”, “não no sentido de..”) e expõem a potencialidade de sentidos múltiplos, como os engendrados pela polissemia, homonímia e trocadilho. Authier-Revuz (1998, p. 191) destaca que essas formas não são reflexos do acesso direto ao real da enunciação, mas hipóteses teóricas sobre o funcionamento real, ou seja, respostas dos enunciadores ao encontro com a não coincidência, que se mostrariam também por meio de:

Hesitação (X, enfim X, se quisermos, se assim se pode dizer, se for possível falar de “X” em...); de retoque ou de retificação (X, ou melhor, Y; X, eu deveria ter dito Y; X, o que estou dizendo? com jogos sutis (eu ia dizer Y); ou confirmações (X, é mesmo X que quero dizer) (Authier-Revuz, 2004, p. 15).

Assumimos, com Authier-Revuz (1998, p. 191), que as não coincidências do dizer materializam a reflexividade da linguagem, compreendida não como um ato intencional e formal de um sujeito epistêmico sobre o código (metalinguagem, em sentido estrito), mas sim como um fenômeno inerente e constitutivo do funcionamento discursivo. Ao interromperem a linearidade do enunciado, sinalizam a incerteza e a não unicidade da palavra, expondo a clivagem do sujeito-enunciador e a presença inevitável do não um no próprio dizer, sem, contudo, remeterem a uma exterioridade da língua. Nesse sentido, a reflexividade é aqui compreendida como o modo pelo qual a linguagem, em seu movimento,

se volta sobre si mesma para tentar instaurar uma ilusão de adequação e de coincidência.

Com base nas contribuições teóricas de Authier-Revuz, reconhecemos que rasuras podem ser tidas como marcas de retoque que sinalizam a recuperação do dizer do Outro/outro, já que se pode ver nas rasuras uma dupla designação: “a de *um lugar* para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e de uma *alteridade* a que o fragmento remete” (Authier-Revuz, 1990, p. 30, grifos da autora). Constituir-se-iam, por isso, como “um modo de denegação, no discurso, da heterogeneidade constitutiva, que depende do outro no um” (Authier-Revuz, 2004, p. 74).

Em termos de virtualidades, as rasuras podem ser interpretadas como formas sem elemento autonímico ou metalinguístico, uma vez que a cada substituição, apagamento, deslocamento ou inserção, o escrevente abandona um dizer ou o substitui por outro, deixando subentendido um movimento de “X, quer dizer Y” (substituição, deslocamento), “X quer dizer Ø” (apagamento); “X quer dizer X +” (inserção). Logo, as rasuras funcionam como lugares denominados por Lacan de “point de capiton” (ponto de ancoragem), uma vez que se pode perceber o sujeito num movimento de retorno, olhando seu enunciado de um outro lugar. Essa interpretação nos é lícita, uma vez que Authier-Revuz (1982, p. 44) destaca que “é na letra do discurso, na base do material linguístico, do significante, que se detém a escuta analítica [...]. Os lapsos, os chistes, os sonhos, não são senão as emergências surpreendentes de uma presença semelhante”. Para nós, as rasuras se configurariam como chistes, lapsos que denunciam uma presença, mesmo que inconsciente, de outras possibilidades de dizer. Nesses gestos, coloca-se o “não um” em destaque, ou seja, a dispersão do discurso, instaurando, na aparência de controle, o não controle do dizer. Portanto, as marcas de não coincidências do dizer consigo mesmo, como definidas por Authier-Revuz (1998), bem como as rasuras (na nossa concepção), são marcas que dão forma à relação com o Outro/outro.

Assim, a partir da concepção de heterogeneidade mostrada de Authier-Revuz, compreendemos as rasuras como marca local de uma não coincidência enunciativa, alteridade representada por denegação. As rasuras sinalizariam a divisão enunciativa do escrevente entre utilizador e observador da (sua) escrita, numa tentativa de controle do sentido, que deixa latente a distância entre a palavra e o sentido que ela suscita,

quebrando “a univocidade aparente da *cadeia discursiva*” (Authier-Revuz, 1990, p. 29, grifos da autora) e inscrevendo o Outro/outro no discurso. Por conseguinte, rasuras indiciariam “uma aparente negociação do ‘um’ com os outros que o constituem e determinam a emergência dos enunciados que produz” (Capristano, 2013, p. 666). Em outras palavras:

Do ponto de vista de seu funcionamento, as rasuras manifestam um movimento de retorno do sujeito sobre a (sua) escrita, constitutivo do modo de enunciação escrito, e mostram o escritor/escrevente em um momento de tensão, conflito e/ou reflexão, no qual parece reconhecer algo “errado” ou impróprio na (sua) escrita, cuja resolução o aproximará do que imaginariamente compreende como ideal para a constituição de seu texto final (Capristano, 2025, p. 341).

Ao analisar as rasuras, entendemos haver movimentos de retorno do sujeito sobre o próprio dizer, observando, nesses gestos, marca desse “tropeço” na cadeia do discurso que sinaliza o não um, negociações com o Outro/outro, conforme as contribuições de Authier-Revuz (1990, p. 30-31). Nos estudos dessa autora, propõem-se a possibilidade de identificação de diferentes outros: outra variedade, outro discurso (técnico, feminista, marxista); outro sentido (polissemia, homonímia, metáfora). Como antecipado, neste estudo nos interessam as rasuras que parecem emergir precisamente pela atuação de “outros sentidos”.

As rasuras ligadas à negociação com “outros sentidos”, à luz das contribuições de Authier-Revuz (2004, p. 83), circunscrevem-se como uma não coincidência das palavras com elas mesmas, que corresponderia às “glosas que designam, ao modo da rejeição – por especificação de um sentido contra outro” Authier-Revuz (2004, p. 83) ou que integram ao sentido fatos da polissemia e da homonímia. Essas negociações são motivadas pela consubstancial possibilidade de equívoco, sempre lá, mas apagada pela ilusão da constituição de língua como sistema acabado. Sinalizam, enfim, a língua imersa em infinitas singularidades, num “jogo” inevitável de nomeação, “entre a captura do objeto pela letra, que desemboca na perda” (Authier-Revuz, 1998, p. 23).

3 Rasuras digitais e memória digital

As práticas de escrita desenvolvidas no contexto digital contam, em alguma medida, com o apoio de recursos tecnológicos, orientações do algoritmo e, nesse sentido, entende-se que a máquina, em alguma medida, participa da construção de sentidos, sugerindo caminhos aceitos e negados pelos escreventes. Neste estudo, ao analisarmos as rasuras digitais, entendemos que o “outro sentido”, que sinaliza um embate de sentidos, pode ser, também, “ilusoriamente escolhido mediante as recomendações definidas pelo algoritmo que ‘lineariza’, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (Orlandi, 2020, p. 15).

Dada essa dupla possibilidade, reconhece-se que, nas rasuras digitais, ou seja, aquelas produzidas quando a escrita ocorre por meio de recursos tecnológicos (como o *Google Docs*), atuaria a memória digital que, ao mesmo tempo em que acomoda sentidos sugeridos pelo algoritmo, também abre espaço para outros sentidos, aqueles não sugeridos, mas presentes na relação valorativa estabelecida entre escrevente, enunciado e seu endereçamento. As rasuras digitais permitiriam testemunhar um sujeito negociando a constituição do (seu) projeto de dizer, sinalizando negociações com outras possibilidades da língua e do gênero discursivo, quando da escrita por meio de recursos tecnológicos, portanto, sendo afetado pelo quadro institucional do gênero discursivo (no nosso caso, uma resenha acadêmica), pela temática na qual se filia e pelas relações sócio-históricas que o sujeito estabelece com a escrita e com os recursos tecnológicos.

Entendemos que essas negociações podem irromper como efeitos da memória digital (Dias, 2018), que implica outras duas, a memória metálica e a memória discursiva. A primeira, produzida por meio de recursos tecnológicos, se organiza pelo processo da repetição e da distribuição em série. Segundo Orlandi (2020), a memória metálica se organiza pelo acúmulo da materialidade em que os sentidos são produzidos pela reprodução e pela replicação de modo homogeneizante e limitado a um repositório que lineariza pela repetição. Haveria, assim, um retorno do dizer no intradiscurso reconhecido como o fio do discurso, lugar em que a forma-sujeito tende a absorver-esquecer a presença constitutiva do interdiscurso. A

memória discursiva, por sua vez, é produzida pela materialidade histórica, pelos já ditos e se organiza pelo processo da reformulação, filiando o sujeito a uma rede, a um ponto do interdiscurso. Orlandi (2020), numa retomada de contribuições da Análise do Discurso de orientação francesa, afirma que a memória discursiva refere-se a um conjunto de formulações realizadas e esquecidas que determinam o nosso dizer.

A memória digital, por conseguinte, se daria na escrita digital que se lineariza pelo retorno ao interdiscurso, por meio de um processo de atualização de dados, abrindo espaço para a falha e para o escape do homogeneizante da memória metálica (Dias, 2019). Sendo assim, essas três memórias não são separadas, uma vez que a memória digital implica as outras duas, já que funciona pelos dados e sua relação com o interdiscurso, que sempre tenta escapar da estrutura totalizante imposta pelo processo da memória metálica.

Reconhecendo a atuação memória digital sobre a escrita digital, as rasuras digitais sinalizariam diferentes modos a partir dos quais o sujeito se relaciona com o conhecimento, com a linguagem e com a escrita, quando da produção de enunciados concretos, a partir do agenciamento de diferentes gêneros discursivos, numa negociação mediada pelo diálogo escrevente-leitor e máquina de modo diferente do presente na rasura manuscrita. Reconhecemos a presença da “formação discursiva que atravessa o algoritmo na relação homem-máquina” (Ferragut, 2019, p. 118). Assim, julgamos que, nos enunciados produzidos no ambiente digital, há um sujeito inscrito numa determinada formação discursiva, que, ao enunciar recorrendo ao *Google Docs*, digita, sinalizando o primeiro movimento de sentidos, mas, antes de encerrar o processo, o *Google Docs* passa a apresentar sugestões (supostas correções), oferecendo-lhe resultados ligados a outro movimento de sentidos; esses, por fim, resultam da relação de sentidos entre sujeitos e máquina algorítmica. Portanto, em função desse atravessamento presente no processo de escrita no digital, haveria atuação da memória digital, compreendida como “o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)” (Dias, 2018, p. 105).

Conforme Dias (2018), a memória digital é historicizada e pode ser reconhecida naquilo que escapa da estrutura totalizante da memória

metálica (considerada, por Orlandi, como des-historicizada). Nas rasuras digitais, quando o escrevente rasura supostamente autorizando, desautorizando ou propondo outros caminhos, sejam eles algoritmizados ou não, o dizer se inscreve na história. Adotamos a memória digital enquanto resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve no funcionamento do discurso digital pelo trabalho do interdiscurso. Nesse sentido, as rasuras digitais seriam lugar de vazão e escape, resíduo, sempre historicizado, que acomodaria os sentidos sócio-históricos da língua e dos sujeitos que enunciam.

Em nossos estudos, reconhecemos a atuação da memória digital, que, em alguma medida, agiria sobre as rasuras digitais, a fim de postular que, ao escrever por meio de recursos digitais, a máquina atua, mas não é responsável pelos sentidos produzidos. Ocorre, na nossa interpretação, a atuação imbricada entre sujeito, máquina e discurso, em que seriam confrontados sentidos historicizados e sentidos acumulados, portanto, uma escrita que se constitui entre a memória discursiva e a metálica; entremeio aqui entendido como memória digital. Sendo assim, não há apenas um algoritmo “oferecendo” sugestões ao escrevente, que levaria a uma escrita ilusoriamente melhor, por exemplo, mas também um sujeito deslizando por determinados sentidos, ora aceitando, ora recusando as sugestões que lhe são apresentadas, pois a memória digital é da ordem do histórico e também da repetição algorítmica.

Ao analisar as rasuras digitais de resenhas acadêmicas produzidas no *Google Docs*, partimos da hipótese de que há, em alguma medida, a atuação de uma língua lógico-matemática, a do algoritmo, que, ao indicar percursos (alterações possíveis no texto), ao mesmo tempo bloqueia sentidos, seus movimentos, seu deslocamento e sua historicidade (Orlandi, 2012). Contudo, esses movimentos não excluem a incompletude e a dispersão de sentidos, nem mesmo invalidam as negociações com os diferentes “outros” que constituem o dizer, já que o meio tecnológico participa das produções de sentidos, mas a produção desses sentidos é da ordem dos discursos e dos sujeitos (Corrêa, 2020). Na próxima seção, apresentamos uma análise qualitativa dos dados deste estudo, explorando rasura provocadas pela emergência de “outros sentidos” sob a atuação da memória digital, a fim de dar contornos mais precisos a essa hipótese.

4 Rasuras sob a atuação na memória digital

O material de análise foi recolhido de 23 resenhas elaboradas por alunas de um curso de Pedagogia, como resposta a uma atividade avaliativa desenvolvida no âmbito de um projeto de extensão voltado para a escrita acadêmica. Essas resenhas foram redigidas, como já mencionado, por meio da utilização do recurso tecnológico digital *Google Docs*. A produção dessas resenhas gerou 130 rascunhos digitais, nos quais pudemos identificar 614 rasuras digitais. A partir do escopo teórico acima delineado, identificamos, inicialmente, as rasuras digitais, organizando-as por tipos (apagamento, inserção, substituição, deslocamento) e, depois, observando seu funcionamento. O exame qualitativo dos diferentes tipos de rasuras digitais, também como já antecipado, permitiu averiguar a existência de seis funcionamentos típicos dessas rasuras, incluindo o funcionamento que será explorado neste artigo, a saber: negociações com “outros sentidos”, “outro estilo”, “outro suporte”, “outra estrutura composicional”, “outro conteúdo temático”, “outro autor” e “outro discurso”.

As rasuras envolvendo “outros sentidos” foram assim organizadas:

Tabela 1 – Rasuras ligadas à negociação com *outro sentido*

FUNCIONAMENTO	APAGAMENTO	DESLOCAMENTO	INSERÇÃO	SUBSTITUIÇÃO
(1) Sinonímia/Antonímia	1,6% (1)			77,8% (49)
(2) Operadores argumentativos/modalizadores	3,2% (2)	1,6% (1)	6,3% (4)	
(3) Estruturação sintático-semântica				9,5% (6)
Total (100% - 63)	4,8% (3)	1,6% (1)	6,3% (4)	87,3% (55)

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode ver na tabela, no interior das rasuras envolvendo “outros sentidos”, o tipo de rasura mais recorrente é a *substituição*. Rasuras como apagamentos, deslocamentos e inserções ocorrem em número bem menor, quando se trata de negociações com “outros sentidos”. Compreendemos a recorrência da substituição como um indício forte da atuação do autômato, que apontaria para alguns sentidos (autorizados ou não pelas escreventes), apagando outros, portanto, sinalizando atuação da memória digital sobre o sujeito e sobre o (seu) dizer. Mas não só. Como pretendemos mostrar com alguns exemplos

a seguir, junto com a atuação da máquina, vemos emergir rasuras que indiciam a atuação do sujeito e da língua.

Na tabela, é possível verificar também a distribuição das rasuras em razão de seu funcionamento mais particular. Nas rasuras denominadas de “sinonímia/antonímia”, em geral, ocorre uma operação local de permuta (substituição) de uma palavra por outra, momento no qual se estabelecem relações semânticas de diferentes naturezas – há apenas uma exceção a esse funcionamento mais geral. Nas ocorrências reconhecidas como “operadores argumentativos/modalizadores”, vemos estabelecer-se uma operação relacional, pelo apagamento, pela inserção ou pelo deslocamento de modalizadores e de operadores argumentativos. Por fim, nas rasuras ligadas à “estruturação sintático-semântica”, como a própria nomeação já indica, estão implicados fatores vinculados à estrutura sintático-semântica dos enunciados, nos quais se pode ver operações também relacionais, como demonstramos na sequência.

Nas rasuras digitais ligadas à negociação com “outro sentido”, mediante a operação local de intercâmbio lexical de vocábulos, nas quais se pode ver estabelecidas relações sinonímicas e antonímicas via substituição, vemos delinear-se os seguintes gestos, conforme o exemplo a seguir:

Figura 2 – Rasura digital – substituição – outro sentido

o livro A obra aborda de forma sintetizada, diretrizes e propostas educativas de alguns autores que são reconhecidos por sua experiência e compromisso com a qualidade da

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa rasura, pode-se inferir a presença de um encontro entre duas possibilidades de sentido da língua “o livro x a obra”. Os enunciados (escritos e abandonados) estabelecem uma relação de sinonímia², marcando, por meio da rasura digital, uma cisão e a possibilidade de o dizer ser outro; logo,

² A classificação como “sinonímia/antonímia” é meramente um recurso para explicitar a descrição do funcionamento das rasuras digitais. A nosso ver, o conceito tradicional de sinonímia (bem como, de forma correlata, o de antonímia), ao postular a possibilidade de intercâmbio absoluto de unidades lexicais sem qualquer prejuízo semântico ou pragmático, incorre em uma simplificação teórica. Se entendermos que a linguagem não se resume a um mero sistema de signos estáveis, mas se manifesta como uma prática social indissociável das condições históricas, ideológicas e subjetivas de sua produção, a sinonímia não existiria. Mesmo em casos de alta similaridade denotativa – como “residência” e “moradia” – a seleção de um termo em detrimento do outro sinaliza uma posição do sujeito, uma adesão a uma formação discursiva específica (por exemplo, o registro jurídico/formal *versus* o afetivo/comum). Desse modo, a variação aparente da sinonímia não constitui uma redundância no sistema da língua, mas sim um complexo jogo de paráfrases e substituições que operam dentro de uma dada formação discursiva, na qual cada “sinônimo” (e, por extensão, cada “antônimo”) demarca sutilmente um lugar de enunciação e uma relação de poder-saber distinta, não existindo, portanto, a identidade plena de sentido.

senal de um “encontro dos enunciadores com o equívoco que joga em suas palavras” (Authier-Revuz, 1998, p. 25), que mostram o confronto com o não um, ligado ao “sentido a mais”. Nessa direção, poderíamos interpretar que essa rasura funcionaria, seguindo a proposta analítica de Authier-Revuz, como um gesto de: “O livro, eu falhei dizendo ‘o livro’ trata-se de ‘a obra’”.

Essa rasura poderia ser creditada à atuação da língua lógico-matemática, devido ao fato de o autômato “catalogar possíveis sinônimos”, todavia, ao se observar os pares, a escrita abandonada de “o livro” e a escrita “escolhida” (“a obra”), essa afirmação não se comprova, tendo em vista que, nesta e em muitas ocorrências presentes em nosso material, a máquina não apresenta opções sinonímicas, como, por exemplo: sociedade/meio social; ética e cidadania/tema; alega/defende; participa/modifica, trabalhar/utilizar, conteúdo passado/conteúdo transmitido, dentre outras. Assim, embora a máquina facilite a operação de substituição, oferecendo o que entende como “sinônimo”, seria ingênuo compreender essas rasuras como resultantes meramente de uma sugestão algorítmica. De modo diferente, entendemos que esse tipo de rasura remete à tentativa do sujeito de “fiar-se na existência de uma “comunidade de sentido” (Corrêa, 2020, p. 71), numa rejeição de um sentido em relação a outro, denunciando um sentido que escapa da estrutura totalizante da máquina, inscrevendo-se no interdiscurso, dada a atuação da memória digital. Trata-se, de modo análogo às discussões feitas em Corrêa (2020), de uma tentativa de alçamento à língua do Outro/outro, pertencente a uma posição hipoteticamente superior, uma ruptura aberta pela memória digital.

Em outras rasuras ligadas à negociação com “outro sentido”, a substituição também se deu ligada a relações semânticas, vinculadas, contudo, ao que se poderia supor como sendo relações *antonímicas*, em que os eixos enunciativos não apenas se distinguem, mas aparentemente se opõem, conforme exemplo a seguir:

Figura 3 – Rasura digital – substituição – outro sentido

escola. Que o aluno tem o conteúdo passado pelo professor, mas também utiliza da **teoriaprática** para expor suas opiniões através do diálogo. As aulas devem ser

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa rasura digital – que interrompe a suposta linearidade do dizer e dá lugar à manifestação das não coincidências entre o eu e o Outro/outro –, pode-se inferir a presença de um embate entre duas possibilidades opostas de sentido da língua, sinalizado pela substituição de “teoria” por “prática”. É imperativo notar que, como na rasura anterior, embora as novas tecnologias facilitem operações de substituição, seria ingênuo creditar essa rasura a uma mera sugestão algorítmica; a máquina, em sua estrutura lógica, não ofereceria “prática” como sinônimo para “teoria”. O que se observa é, pois, menos a atuação direta do dispositivo e mais um movimento de um sujeito que busca ancorar-se em uma comunidade de sentido (ver Corrêa, 2020), na expectativa de que seu enunciado encontre eco em uma base interpretativa comum. O abandono do termo “teoria” sinaliza que a produção de sentido é um campo de forças tensionado, no qual a palavra “é inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais ‘viveu sua existência socialmente sustentada’” (Authier-Revuz, 1990, p. 26). Assim, o que se apresenta materialmente como uma substituição lexical atua, de fato, novamente, como um sintoma de que a escrita feita no *Google Docs* não é resultado de um “discurso ruminante” (Dias, 2019), limitado ao acúmulo e à repetição de dados, mas sim mais um espaço de contradição onde “algo fala em outro lugar”. A rasura torna-se indício material de uma determinação exterior: a palavra abandonada permanece presente como um rastro, estabelecendo uma relação antonímica que confronta a estrutura totalizante e pretensamente perfeita da máquina.

Ainda sobre essa rasura, é possível pressupor que ela põe à mostra também o funcionamento das memórias discursivas que, possivelmente, entram em jogo na emergência conjunta desse par (teoria X prática). *Grosso modo*, pode-se afirmar que a relação entre teoria e prática é, sobretudo no campo da formação de professores, frequentemente atravessada por uma memória discursiva na qual a “teoria” é constituída discursivamente como o lugar da verdade e da universalidade, operando como um domínio do saber que tenta estabilizar, de forma definitiva, os sentidos, por exemplo, do que venha a ser o ato de “educar”. Em contrapartida, a “prática” ora é relegada à posição da “falta”, da “imperfeição” ou da mera execução técnica, sendo percebida apenas como o reflexo incompleto ou distorcido da pureza teórica; ora é elevada ao *status* de lugar da realidade, em oposição à suposta abstração da teoria. Esses lugares de sentido, muito possivelmente, estão

em jogo nessa rasura. Vejamos, agora, rasuras ligadas aos operadores argumentativos e/ou modalizadores:

Figura 4 – Rasura digital – inserção – outro sentido

O livro reúne obras de profissionais renomados, de muita qualidade e visivelmente apaixonados por seu trabalho, com conhecimentos agregadores, além de relacionar muito bem a disciplina de Filosofia, já que ilustra a necessidade de desenvolver seres críticos, reflexivos, democráticos; ..., capacidades atribuídas por tal disciplina, também é muito

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa rasura, vemos primeiro o registro de “O livro reúne obras de profissionais renomados, de muita qualidade e apaixonados por seu trabalho”; em seguida, a inserção de um advérbio (“visivelmente”), resultando no registro de: “O livro reúne obras de profissionais renomados, de muita qualidade e visivelmente apaixonados por seu trabalho”. A inserção do advérbio modalizador confere uma avaliação, ou seja, o ponto de vista da imagem que as escreventes fazem sobre os autores da obra, projetando, após a inserção, certo grau de “certeza” que não se pode atribuir à máquina. Ou seja, embora o dispositivo, a máquina, participe da construção de sentidos, não é ela que gerencia o que circula.

Em outra rasura, de modo semelhante, a atuação se dá por meio da inserção de operadores argumentativos, conforme Figura 5:

Figura 5 – Rasura digital – substituição – outro sentido

No entanto, o que restringe a ação docente é a sociedade da qual fazemos parte, que busca a realização financeira, o status de ser o melhor,

Fonte: Dados da pesquisa.

A substituição do sintagma “o que restringe” pela formulação “No entanto, o que restringe” configura-se como um gesto de escrita que uma vez mais materializa a heterogeneidade enunciativa (no sentido de Authier-Revuz), indiciando a presença do “Outro/outro” no discurso do “um”, além de constituir-se como marca material de que o sujeito está em constante negociação com a (sua) própria formulação. Em linhas bastante gerais, é possível dizer que, no primeiro gesto de escrita, sem o operador argumentativo “no entanto”, o enunciado adquire um efeito de sentido mais ligado ao que se poderia chamar de uma constatação objetiva, uma

descrição de uma realidade fenomênica que foi rejeitada pela escrevente; todavia, a inserção de “No entanto”, escolhida provavelmente como “melhor opção” pela escrevente, introduz uma clivagem discursiva em que o sujeito escrevente emerge como instância que pesa opções e confronta sentidos em disputa, instância pressupostamente preferida pelas práticas acadêmico-científicas e, por conseguinte, pelo gênero discursivo “resenha acadêmica”. Como sabemos, “no entanto” é costumeiramente empregado em textos acadêmicos, jurídicos, jornalísticos e literários e é considerado “mais formal”. A escolha pela introdução desse operador em detrimento de outros projeta uma imagem de alguém com domínio da norma culta, capaz de operar em textos que requerem maior formalidade e capacidade de articulação.

Nessas duas últimas ocorrências analisadas, o tipo de envolvimento, diferente das ocorrências anteriores, que parecem operar localmente sobre o léxico (num intercâmbio de palavras), a escrevente parece lidar com a base relacional, ao longo da construção sintático-semântica do enunciado, sob a atuação da memória digital. Sobretudo, fica manifesto o escape da estrutura totalizante da máquina, subjacente à imagem que a escrevente faz sobre o gênero discursivo resenha, que pressupõe apresentação crítica da obra resenhada e, por conseguinte, o agenciamento de modalizadores e operadores argumentativos. Nota-se o resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e, novamente, uma tentativa de fiar-se a uma comunidade de sentido, a acadêmico-científica, que imprime teor avaliativo ao conteúdo analisado numa resenha acadêmica.

Nas rasuras envolvendo “estruturação sintático-semântica”, por meio da operação de substituição, o outro sentido recai sob a relação sintático-semântica dos enunciados com base relacional, conforme exemplo a seguir:

Figura 6 – Rasura digital – substituição – outro sentido

Dando continuidade no capítulo, Moral e ética são palavras muito parecidas, porém seus significados são distintos. ~~O livro também entra em um assunto que diz respeito ao trabalho que deve ser feito com alunos, a fim de que os mesmo reflitam sobre suas condutas e as dos demais~~O trabalho proposto neste capítulo refere-se a uma atividade onde os alunos são levados a reflexão sobre suas condutas, comportamentos e as dos demais, na sociedade, mas que essa reflexão seja feita por meio de princípios. Porém, é importante ressaltar que não é dever apenas da instituição escolar educar moralmente as novas gerações, este é um trabalho onde tem de haver também a participação da família, sociedade e seu entorno. A moralidade humana deve ter seu enfoque no contexto histórico, social e

Fonte: Dados da pesquisa.

Inicialmente, a escrevente registra: “O livro também entra em um assunto que diz respeito ao trabalho que deve ser feito com os alunos, a fim de que os mesmo reflitam sobre suas condutas e as dos demais, mas que essa reflexão seja feita por meio de princípios”. Depois, esse registro é substituído por “O trabalho proposto neste capítulo refere-se a uma atividade onde os alunos são levados a reflexão sobre suas condutas, comportamento e as dos demais, na sociedade, mas que essa reflexão seja feita por meio de princípios”. Dado o refinamento desse tipo de rasura digital, a substituição sintático-semântica parece ligar-se à tentativa de alçar uma escrita, supostamente, mais “clara” e coerente ao endereçamento projetado para o gênero discursivo. Portanto, mais uma vez, não meramente uma máquina a sugerir caminhos a serem trilhados pelo escrevente.

Embora a operação de substituição tenha, hipoteticamente, maior atuação algorítmica, em ocorrências como essa, observa-se a atuação do escrevente que substitui, sem apoio dos facilitadores, buscando controlar o seu dizer e apagar a possibilidade, sempre aberta, de instalação do equívoco. De modo similar, nas rasuras ligadas aos operadores argumentativos ou à estrutura sintático-semântica não há a manipulação de itens lexicais isolados, mas, sim, o agenciamento de recursos da língua em sua base relacional, visando contar com um sentido valorizado pelo endereçamento projetado para o gênero discursivo resenha acadêmica.

5 Considerações finais

A análise desenvolvida neste estudo permitiu averiguar que a emergência de rasuras digitais ligadas à negociação com “outro sentido”, no interior da produção de uma resenha acadêmica, é determinada, linguisticamente, por três fatores principais: o reconhecimento de relações de sinonímia e de antonímia; o emprego de operadores argumentativos ou modalizadores; e, finalmente, a própria organização sintático-semântica dos enunciados escritos produzidos pelas escreventes. Nas rasuras digitais ligadas à sinonímia e à antonímia, embora as escreventes pareçam operar a língua a partir de recursos lexicais isolados, não há uma mera atuação da máquina por meio de mapeamento de possíveis sinônimos/antônimos, pois é possível ver, pela rasura, as escreventes tentando alçarem-se à imagem de escrita acadêmico-científica que consideram, imaginariamente, como superior, a “outra” escrita, sob a atuação da memória digital, num gesto de escape à regulação algorítmica, tendo em vista que elas não se limitam aos vocábulos sugeridos pelo autômato, mas trilham outros caminhos abertos pela língua e pelos discursos.

Já nas rasuras digitais ligadas a modalizadores e/ou operadores argumentativos, a operação mais recorrente foi a inserção de vocábulos, tais como os advérbios, a fim de marcar posicionamento sobre o dizer, buscando, assim, atender a características do gênero resenha acadêmica, que pressupõe uma apresentação crítica da obra resenhada. Por fim, nas rasuras digitais ligadas à estruturação sintático-semântica dos enunciados, as escreventes parecem não lidar com pontos localmente marcados em itens lexicais, mas com a possibilidade do equívoco, sempre lá, buscando rompê-lo por meio de substituições sintático-semânticas que supõem mais “claras” e mais coerentes ao endereçamento projetado para o gênero discursivo.

Embora reconheçamos a presença quantificadora da memória metálica e do algoritmo, mesmo no gesto de rasura digital mais saliente, a substituição, que, aparentemente, contaria com maior apoio da máquina, observamos a atuação da memória digital, abrindo espaço para outros sentidos diferentes dos indicados pela máquina, nas tentativas das escreventes de alçarem-se a uma escrita valorizada pelo endereçamento projetado e aterem-se à palavra ilusoriamente considerada como superior.

O digital não impôs mudanças sobre a forma de projeção da escrita, pois há sempre sujeitos negociando com diferentes dimensões da língua, da escrita e do discurso, uma vez que escrever não se restringe à repetição de regras catalogáveis, mas resulta de processos histórico-discursivos mediados pela linguagem.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. São Paulo: Editora Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2004.

CAPRISTANO, Cristiane Carneiro. Um entre outros: a emergência da rasura na aquisição da escrita. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 13, n. 3, p. 667-694, set./dez. 2013.

CAPRISTANO, Cristiane Carneiro. Rasura. In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (org.). *Dicionário do Ensino de Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes, 2025. v. 1, p. 341-354.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. A inter-incompreensão polêmica e sua versão solipsista em práticas de leitura emergentes. *ComHumanitas*, Quito, v. 11, n. 1, p. 68-81, enero/abr. 2020.

DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes, 2018.

DIAS, Cristiane. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regularização e o deslocamento, o caso dos memes. *RASAL Lingüística*, Buenos Aires, v. 2, n. 2019, p. 55-74, 2019.

FERRAGUT, Guilherme. MPL e MBL: a avenida Paulista e o movimento antes de p e b – uma reflexão sobre a formação algorítmica. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 112-134, jul./dez., 2019.

GINZBURG, Carlo. Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. *O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

KOMESU, Fabiana. Suporte: fonte, fixador, dispositivo socioistórico? In: TFOUNI, Leda Verdiani; MARTHA, Diana Junkes Bueno (org.). *O (in) esperado de Jakobson*. Campinas: Mercado de Letras, 2014. v.1, p. 173-196.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. Digital Literacies: Policy, Pedagogy and Research Considerations for Education. *Opening Plenary Address to ITU Conference*, Oslo, Norway, 20 out. 2005.

MACHADO, Tatiane Henrique Sousa. Rasuras em contexto digital na escrita universitária: de que “outros” é preciso se defender e a que “outros” preciso recorrer? *Revista Interfaces*, v. 11, n. 4, p. 143-157, 2020.

MACHADO, Tatiane Henrique Sousa. *Rasuras digitais na escrita acadêmico-científica: a constituição da escrita do gênero resenha*. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2020.

A manipulação discursiva da percepção visual nas plataformas de mídia digital como estratégia desinformativa

Rodrigo Jesus Félix Paulino*

Débora Liberato Arruda**

Resumo

Neste estudo, investigamos a manipulação discursiva da percepção visual nas plataformas de mídia digital como estratégia desinformativa à luz dos estudos do *design* multimodal, que exploram *layouts* específicos das plataformas para organizar informações, promover engajamento rápido e estimular a circulação viral. Para descrevermos a estratégia de manipulação discursiva, analisamos, com base nas categorias do *design* visual (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020), 163 verificações marcadamente falsas das agências de checagem Lupa (@agencia_lupa) e Aos Fatos (@aosfatos) durante o período eleitoral de 2024. Para organização e análise do *corpus*, distribuímos os *designs* desinformativos selecionados em três macrotemáticas: saúde, moralismo e política. Para caracterizar os conteúdos falsos, consideramos as dimensões visuais e discursivas das plataformas de mídias digitais a partir das categorias referência, diálogo, imagem, situação e intenção (Hissa, 2024). A análise do *corpus* revelou que cada mídia digital possui um *design* multimodal próprio, sujeito a atualizações estruturais, permitindo interações como curtidas, comentários, *reposts*, menções e *hashtags*, o que cria molduras argumentativas específicas e contratos comunicativos particulares. Observamos que desinformações podem assumir forma interrogativa para gerar dúvida, além de frequentemente incluir comentários pessoais e opinativos que reforçam interpretações subjetivas. Além disso, identificamos o uso recorrente de manipulação imagética e de deslocamento de contexto, acompanhado de sinais de urgência, especialmente relacionados ao sistema eleitoral, à justiça e ao Governo Federal. Em certos casos, mensagens circularam via aplicativos como WhatsApp e empregaram fórmulas persuasivas ('não aceite', 'não permita'), bem como apelos morais e emocionais orientados aos chamados 'bons costumes'. Os resultados mostram que a desinformação digital opera por meio de *design* multimodal estratégico, influenciando percepção, engajamento e disseminação de conteúdos falsos.

Palavras-chaves: plataformas de mídia digital; desinformação; *design* multimodal; manipulação discursiva; agência de checagem.

* PPG-LA/UNICAMP. Doutorando em Linguística Aplicada. Diagramador e designer. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7358-8931>.

** PosLA/UECE. Doutora em Linguística Aplicada. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e do Curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6075-5585>.

The Discursive Manipulation of Visual Perception on Digital Media Platforms as a Disinformation Strategy

Abstract

In this study, we investigated the discursive manipulation of visual perception on digital media platforms as a disinformation strategy in light of multimodal design studies, which explore specific platform layouts to organize information, promote rapid engagement, and stimulate viral circulation. To describe the discursive manipulation strategy, we analyzed, based on the categories of visual design (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020), 163 markedly false fact-checks from the fact-checking agencies Lupa (@agencia_lupa) and Aos Fatos (@aosfatos) during the 2024 election period. For the organization and analysis of the *corpus*, we distributed the selected disinformation designs into three macro-themes: health, moralism, and politics. To characterize the false content, we considered the visual and discursive dimensions of the digital media platforms based on the categories of reference, dialogue, image, situation, and intention (Hissa, 2024). The analysis revealed recurring multimodal patterns, predominantly combining visual and textual elements, often complemented by audio and speech (similar to the human voice). We observed the use of persuasive strategies, including questions that generate doubt, opinionated comments, image manipulation, and signs of urgency. Visually, central human figures, superimposed texts, and symbolic elements stand out, structuring information hierarchies and simulating authenticity. The multimodal strategies articulate words, images, and videos to create narrative cohesion and emotional impact, mobilizing feelings such as fear, indignation, and morality. The results show that digital disinformation operates through strategic multimodal design, influencing perception, engagement, and the dissemination of false content.

Keywords: digital media platforms; disinformation; multimodal design; discourse manipulation; fact-checking agency.

Introdução

É um truísmo afirmar que a sociedade mudou a forma de produzir, consumir e disseminar informação e conteúdos nas mídias digitais atualmente, principalmente na transição de uma cultura analógica de escrita para uma cultura digital baseada na imagem (Bucci, 2021) cuja agência de interlocução e enunciação passou a ser as plataformas (Instagram, X, TikTok, Facebook) e seus agentes não humanos (aqui representados pela Inteligência Artificial e seus algoritmos). Essa mudança na cena enunciativa redefine o papel das plataformas digitais, que passam a atuar como agentes centrais na mediação dos conteúdos (informativos ou não) de toda a rede discursiva no ambiente digital. Tal mediação se caracteriza pela ausência de intermediários tradicionais, como jornais ou emissoras, e pela descentralização do poder de produzir e disseminar enunciados. Isso significa que, no contexto das plataformas, os usuários adquirem a potencialidade de criar enunciados sobre quaisquer assuntos, publicá-los a qualquer momento e alcançar um grande público, fenômeno que Han (2018) denomina *desmediatização*.

Hissa (2021) explica que desmediatizar constitui uma ação estratégica da política neoliberal, na qual as informações divulgadas na mídia digital passam a ser produzidas, enviadas e recebidas sem a mediação ou curadoria dos tradicionais meios intermediários, como as mídias televisivas e jornalísticas hegemônicas. Nesse cenário, emerge a figura do *Homo digitalis* (Han, 2018), sujeito moldado pelas dinâmicas comunicacionais próprias do ambiente virtual e pela lógica de circulação contínua de dados e discursos. Embora tal transformação tenha sido inicialmente celebrada como possibilidade de ampliar a pluralidade e a democracia informacional, ela também favoreceu a criação de espaços onde conteúdos deliberadamente falsos são produzidos e disseminados, especialmente por grupos conservadores de extrema direita. Essas práticas impulsionam processos de desinformação e discursos de ódio, inaugurando novas formas de produzir conteúdo e manipular narrativas em larga escala.

É diante desse cenário que esta pesquisa se insere, ao focalizar a organização e a textualização do ecossistema da desinformação nas plataformas digitais. Interessa-nos compreender como a desinformação é

construída visual e discursivamente e como suas escolhas composicionais estruturam determinados efeitos de sentido. Perguntamos, assim, de que modo a descrição e categorização do *design* multimodal presente nos *frames* de conteúdo curado da *timeline* do Instagram das agências Lupa e Aos Fatos permitem identificar padrões discursivos desse ecossistema. Buscamos analisar como esses *designs*, ao articularem diferentes modos semióticos, configuram tais padrões. Nosso estudo, justifica-se pela centralidade do *design* multimodal na circulação contemporânea da informação, em ambientes nos quais a articulação entre texto, imagem, *layout* e recursos audiovisuais é decisiva para a construção de sentidos e para a consolidação de estratégias associadas à desinformação.

Partimos inicialmente de uma premissa de natureza empírica: as plataformas de mídias digitais adotam recursos que combinam diferentes modos de percepção, como visão e audição, e que esses elementos influenciam a maneira como os usuários percebem e interpretam as informações, interferindo na produção de sentidos. Em seguida, articulamos os estudos sobre *design* visual (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020) para analisar os conteúdos manipulados selecionados nesta pesquisa, especialmente o eixo da interpretação e as categorias de *referência*, *diálogo*, *estrutura*, *situação* e *intenção*.

Para a apresentação desta pesquisa, dividimos o artigo em três partes. Na primeira, situamos e relacionamos, ainda que de forma breve, dada a extensão limitada do gênero artigo, a disseminação da desinformação nas plataformas de mídias digitais, destacando como suas estruturas algorítmicas e multimodais favorecem a circulação de conteúdos falsos. Embora o fenômeno da desinformação (tratada muitas vezes apenas como *fake news*) possua um arcabouço teórico robusto, a intenção desta seção é estabelecer parâmetros conceituais, buscando apresentar os principais tópicos que fundamentam nossa análise do *corpus*. A segunda diz respeito aos procedimentos de coleta e análise do *corpus*, na qual partimos de *frames* de conteúdo curado nas *timelines*¹ das agências de checagem Lupa e Aos Fatos² na plataforma digital Instagram. O foco recai sobre o período eleitoral das eleições municipais de

1 Adotamos a concepção de Hissa (2024) sobre *frames* de conteúdo curado em *timelines*, entendidos como *designs* multissemióticos que organizam e enquadram informações segundo o formato da plataforma. No caso das agências de checagem, tais *frames* são considerados curados por se submeterem a processos de verificação factual e editorial antes de sua publicação no *feed* ou *timeline*.

2 As agências de checagem configuram um jornalismo especializado na verificação de informações digitais, baseado em processos rigorosos de verificação de fatos (*fact-checking*) e transparência. No Brasil, destacam-se a Lupa e a Aos Fatos, devido à maior visibilidade e alcance de seus conteúdos no Instagram (Queiroz et al., 2024).

2024, compreendendo os meses de agosto a outubro – isto é, os dois meses que antecedem o pleito e o mês da realização da eleição propriamente dita. Selecionamos todas as verificações realizadas nesse período e, em especial, aquelas marcadamente falsas. Por fim, escolhemos 30 (trinta) *designs* desinformativos para análise. A terceira parte diz respeito às nossas análises dos *designs* desinformativos, realizadas com base nas categorias previamente definidas. Essa etapa nos permitiu constatar a frequência das modalidades combinadas na construção desses *designs*, bem como a recorrência de elementos específicos – como características das imagens, eixos dialógicos de conexão, organização dos elementos pictóricos e referências visuais, entre outros. Na última seção, tecemos considerações sobre os principais achados e os resultados deste estudo.

1 Plataformas digitais e desinformação

Esta seção tem por objetivo discutir, ainda que brevemente, alguns conceitos-chave para este estudo. Para tanto, recorre-se inicialmente a Poell, Nieborg e Dijck (2020, p. 4), que definem as plataformas de mídia digital como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e contempladores, organizadas por meio da coleta sistemática, do processamento algorítmico, da monetização e da circulação de dados”. Essa definição é fundamental para compreender como a sociedade vem passando por um processo de *desmediatização* (Han, 2018), ou seja, pelo fim dos mediadores nas mídias. Pode-se atribuir a ocorrência desse fenômeno, em grande parte, à *plataformização* da vida social e à mediação da (des)informação nos contextos digitais.

Para Mari Junior e Paletta (2023), embora a disseminação de informações falsas não seja um fenômeno novo, a desinformação assume novas proporções nas mídias digitais, já que esses ambientes organizam, indexam e apresentam conteúdos com base em algoritmos que recomendam o que é considerado mais relevante para cada usuário. Essa lógica algorítmica gera as chamadas bolhas discursivas (Pariser, 2018), nas quais o conteúdo é personalizado de acordo com as interações, os comportamentos

(como tempo de tela e de visualização) e as preferências dos usuários. Em consequência, cria-se um espaço fechado de circulação de informações, o que compromete tanto a diversidade quanto a qualidade informacional, favorecendo a disseminação de informações falsas. Esse efeito foi confirmado, por exemplo, nos estudos de Vosoughi, Roy e Aral (2018), que demonstraram que a estrutura algorítmica e o formato do conteúdo nas mídias digitais aumentam em até 70% a probabilidade de compartilhamento de *fake news* em comparação com informações verdadeiras.

Martins (2024) elucida que a ascensão das plataformas digitais, popularizadas como redes sociais, estrutura-se na fragmentação de recursos multissemióticos, construindo bolhas discursivas e comercializando os conteúdos que nelas circulam, transformando a informação em produto e intensificando sua circulação. Esse processo ocorre principalmente devido ao *design* de suas estruturas algorítmicas, que configuram diferentes modalidades de interação e consumo de conteúdo.

Esse modelo de tratamento da informação cria um ambiente favorável para a proliferação de desinformação, caracterizada por

[...] um processo de produção intencional de um ambiente comunicacional pautado por informações falsas, equivocadas ou descontextualizadas para provocar desordem comunicacional (Martins, 2020), atualizando padrões de manipulação da informação já verificados na imprensa, como a ocultação e a fragmentação de fatos (Christofolletti, 2018), tornados mais impactante no contexto das plataformas digitais, tendo em vista que as tecnologias que dão suporte a elas permitem rápida difusão de conteúdos, maior volume, automatização de processos e opacidade em seus fluxos, ao passo que estão cada vez mais inseridas na sociedade e se tornando espaço prioritário para a obtenção de informações (Martins, 2024, p. 340).

Frente a esse quadro, a desinformação assume novas características devido ao próprio *design* das plataformas digitais, que intensificam a disseminação de informações falsas (Vosoughi; Roy; Aral, 2018), ao passo que priorizam conteúdos patrocinados e mais lucrativos. Esse quadro indica que a influência econômica sobre a circulação de informações frequentemente se sobrepõe à qualidade informacional. Morozov (2018, p. 11) reforça essa perspectiva ao afirmar que “o modelo de negócios da *big*

tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam”. Isso demonstra a lógica mercadológica, seus potenciais riscos para a integridade informacional, tanto na esfera pública como privada e, logo, para a democracia (Democracy Reporting International, 2024).

Cesarino (2025) pontua que as plataformas digitais há muito deixaram de ser simplesmente repositórios de informação e recomendação de conteúdos com base nas preferências dos usuários. Em seus próprios *designs* técnicos, essas plataformas incorporam lógicas que nos implicam em uma *crise permanente*, nos termos da autora, uma vez que as *big techs* vêm reformulando e influenciando processos eleitorais e dinâmicas democráticas de modo contínuo. Segundo a autora, essas plataformas inauguraram novas formas de se fazer política – aquilo que ela denomina *metapolítica*. Essa compreensão estrutural também é defendida por Recuero (2025), ao argumentar que as estruturas algorítmicas estão em constante atualização e coevoluem com os processos de produção desinformativa nas mídias digitais, moldando, assim, as dinâmicas sociais contemporâneas.

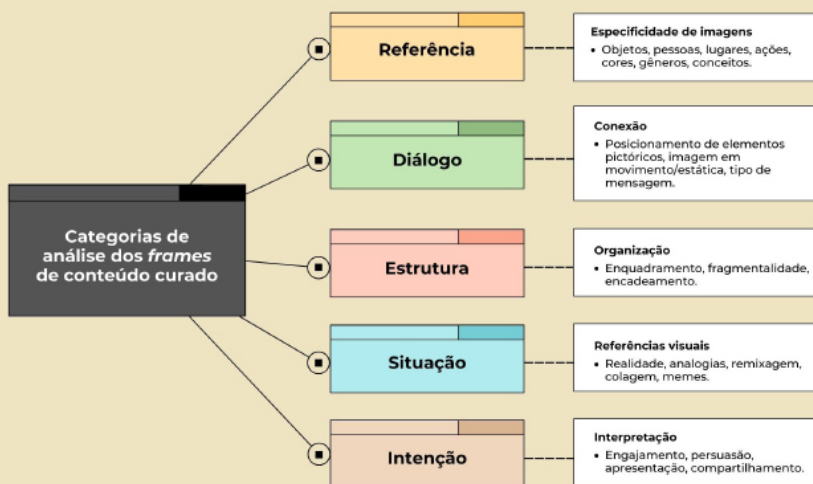
2 Categorias de análise e procedimentos de coleta do *corpus*

Nesta seção, apresentamos as categorias que elegemos para analisar os *designs* multimodais desinformativos, disponibilizados em *frames* de conteúdo curado das *timelines* nos perfis das agências de checagem Lupa e Aos fatos no Instagram³. Tomamos como base analítica os estudos sobre leitura de textos multimodais de Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020), com ênfase no *design* visual. Além disso, baseamo-nos nos estudos de Hissa (2024), que desenvolve categorias específicas para análise multimodal (referência, diálogo, estrutura, situação e intenção) na plataforma Instagram. A autora propõe cinco categorias para a análise de *frames* multissemióticos, cada uma associada a um eixo específico de interpretação: 1) *referência*: baseia-se no eixo da especificidade da imagem, abrangendo a descrição de objetos, pessoas, lugares, ações, cores, gêneros e conceitos; 2) *diálogo*:

³ A agência Aos Fatos concentrou sua cobertura principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto a Lupa, pela primeira vez, verificou informações em três capitais: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Apesar desse foco, ambas as agências publicaram verificações provenientes de outras regiões do Brasil, o que evidencia a limitação geográfica do recorte adotado nesta pesquisa.

relaciona-se ao eixo da conexão, considerando o posicionamento de elementos pictóricos, o tipo de mensagem e o uso de imagens estáticas ou em movimento; 3) *imagem*: centra-se no eixo da organização, incluindo aspectos como enquadramento, fragmentalidade e encadeamento visual; 4) *situação*: refere-se ao eixo das referências visuais, abordando elementos como realidade, analogias, remixagens, colagens e memes; 5) *intenção*: trata do eixo interpretativo, com foco nos objetivos do *frame*, como promover engajamento, chamar atenção, persuadir, compartilhar experiências ou apresentar novos conteúdos. Essa abordagem está exemplificada na figura a seguir.

Figura 1 – Categorias de análise dos *frames* de conteúdo curado



Fonte: Adaptado de Hissa (2024).

Na Figura 1, estão discriminadas as categorias de análise dos *frames* de conteúdo curado, derivadas do campo do *Design* Visual. Partimos do pressuposto de que o usuário das plataformas de mídias digitais constrói sentidos por meio das escolhas de *design* que essas plataformas oferecem – ou seja, a composição do *design* multimodal⁴ presente no ecossistema da desinformação. Desse modo, buscamos compreender de que maneira a seleção

⁴ Para Pinheiro (2024, p. 406), a correlação entre modalidades semióticas e os elementos do *design* é fundamental, pois estes se configuram como as funções daquelas, o que significa que, sem eles, as modalidades semióticas não teriam razão de existir.

de recursos sonoros, tipográficos, cromáticos e outros elementos contribuem para a manutenção desse ecossistema e para a produção de padrões discursivos manipuladores, impactando, assim, a percepção da verdade.

Para a coleta do *corpus*, realizamos quatro etapas metodológicas. Na primeira etapa, procedemos à curadoria das postagens, identificando e selecionando 255 publicações explicitamente classificadas como *verificações* ou *checagens*. Esse recorte assegura que o *corpus* final abranja apenas conteúdos efetivamente submetidos a processos de *fact-checking*. Na segunda etapa, realizamos a filtragem por selo *falso*: dentre as 255 postagens de checagem, 163 foram marcadas com etiquetas ou selos de *falso*. Essa etapa reforça a objetividade da seleção, selecionando apenas os casos de desinformação confirmada.

Nas 163 verificações classificadas como *falsas*, observamos a combinação de diferentes recursos multimodais na produção de desinformação. A análise identificou modalidades recorrentes, que são sistematizadas no quadro a seguir com suas composições e descrições, facilitando a compreensão do fenômeno.

Quadro 1 – Modalidade(s) combinadas no Ecossistema da Desinformação (ED)

Modalidade(s) combinadas	Componentes	Descrição no ED
Visual	Imagem estática	Imagem, ilustração ou <i>print screen</i> , sem texto ou som.
Escrita	Texto	Mensagem de texto, publicações de <i>feed</i> nas plataformas.
Visual + Escrita	Imagem + texto sobreposto ou imagem acompanhada de legenda/texto	Imagem com texto desinformativo, meme desinformativo.
Escrita + Visual + Oral	Imagem + texto + narração.	Imagem com legenda e/ou voz.
Audiovisual (Visual + Oral)	Vídeo + som/narração.	Vídeo com personagem humano e com fala direta ou vídeo com imagem com texto no plano de fundo.
Audiovisual (Visual + Sonoro)	Vídeo + sons não verbais.	Vídeos com sons como música, efeitos ou ruídos, sem fala humana.
Audiovisual (Visual e Oral) + Escrita	Vídeo com som verbal + legenda ou texto fixo escrito.	Vídeos com legenda ou sobreposição de texto com fala humana, ou com <i>printscreen</i> exibido ao fundo e fala humana em primeiro plano (reação/comentário).
Audiovisual (Visual + Sonoro) + Escrita	Vídeo + sons não verbais + texto escrito.	Vídeos com sons como música, efeitos ou ruídos, com texto escrito sobreposto.
Oral (áudio)	Mensagem de voz ou trilha sonora isolada.	Mensagem com conteúdo apenas sonoro, sem imagem, vídeo ou texto escrito.

Fonte: Elaborado pelos autores.

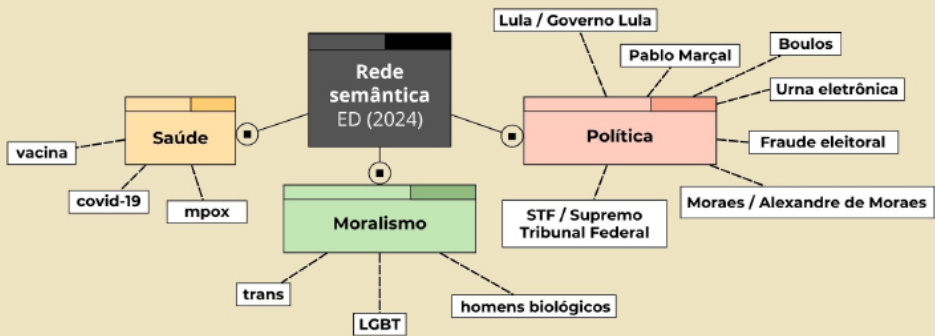
A partir da categorização descrita, identificamos as seguintes ocorrências nos *designs* desinformativos analisados: escrita (40,15%), audiovisual (visual e oral) com escrita (29,93%) e combinação visual e

escrita (21,17%) foram as modalidades mais recorrentes, representando a maior parte das ocorrências. Outras combinações incluíram visual (16,06%), audiovisual (visual e sonoro) com escrita (9,49%), audiovisual (visual e sonoro) isolado (14,60%), audiovisual (visual e oral) isolado (8,03%), combinação escrita, visual e oral (0,73%) e oral isolado (2,92%)⁵.

No que diz respeito à terceira etapa de coleta do *corpus*, denominada seleção temática, a partir das 163 postagens falsas, percebemos que o ecossistema da desinformação (ED) se estrutura em três macrotemáticas nucleares⁶: *moralismo*, *política* e *saúde*. Essa etapa assegura que todas as postagens analisadas estejam vinculadas a um tema central, refletindo o recorte proposto neste estudo.

Para a quarta e última etapa da coleta do *corpus*, correspondente à seleção semântica, realizou-se um refinamento das postagens em cada macrotemática, com base em palavras-chave e tópicos específicos, de modo a assegurar que o conteúdo realmente representasse o tema e suas nuances de significado. Nesse processo, foram escolhidas dez verificações por mês – agosto, setembro e outubro de 2024 – totalizando 30 (trinta). Essa distinção reduz a subjetividade e garante maior precisão na categorização. A figura a seguir apresenta os resultados dessa etapa.

Figura 2 – Rede semântica do ecossistema da desinformação (2024)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas verificações coletadas.

⁵ Nesse processo de categorização, justificamos que a soma das porcentagens das modalidades combinadas ultrapassa 100%, pois alguns conteúdos foram classificados em múltiplas categorias. Isso indica que, em um mesmo design, podem ocorrer combinações de diferentes modalidades.

⁶ Neste ponto, cabe destacar que toda desinformação é, em alguma medida, política, pois interfere em um contexto social mais amplo. Contudo, determinadas postagens apresentam recortes temáticos específicos, com focos discursivos voltados à disseminação de informações falsas.

Na Figura 2, apresentamos a rede semântica do ecossistema da desinformação nas eleições municipais brasileiras de 2024. Para classificar as 163 verificações falsas⁷, aplicamos critérios de inclusão e exclusão visando selecionar dez *frames* por mês (agosto, setembro e outubro), totalizando 30: 1) semântico: frequência de palavras-chave e tópicos representativos do tema e suas nuances; 2) duplicidade: quando verificações sobre o mesmo assunto apareceram em compilados de desinformação, apenas uma foi selecionada; 3) macrotemáticas: excluíram-se verificações falsas sem relação direta com saúde, moralismo ou política; 4) contexto político: no eixo da política, priorizaram-se verificações relacionadas ao contexto sociopolítico brasileiro, desconsiderando verificações internacionais, mesmo que parcialmente correlacionadas.

Adicionalmente, foi adotada a amostragem proporcional⁸ ao peso das macrotemáticas em cada mês, garantindo a representatividade da distribuição observada no *corpus*. Essa estratégia evita que uma divisão igualitária crie um equilíbrio artificial, que não refletiria a presença real das temáticas, preservando a fidelidade do *corpus* à dinâmica observada no ecossistema da desinformação. Das 95 verificações marcadamente falsas, foram considerados 30 *designs*, sendo 10 para cada mês, para análise.

Para a análise dos *designs* desinformativos, procedeu-se à tabulação e classificação dos *frames* segundo as macrotemáticas deste estudo. Em seguida, iniciamos a análise qualitativa do *corpus* coletado, a partir das categorias selecionadas – referência, diálogo, estrutura da imagem, situação e intenção – e dos eixos analíticos para o estudo dos conteúdos das mídias digitais, a saber: *especificidade da imagem, conexão, organização, referências visuais e interpretação*. Os resultados dessa análise são apresentados na seção a seguir.

7 Dessas, 95 foram selecionadas com base nos critérios de inclusão e exclusão. Ao enquadrar essas verificações nas macrotemáticas, constatou-se que a política concentrou a maior parte do conteúdo desinformativo (83,16%), seguida da saúde (9,47%) e do moralismo (7,37%).

8 Classificação por mês (ET = Enquadramento Temático; P = Proporcional, 10 verificações): Agosto – ET: S5, M6, P19; P: S2, M2, P6. Setembro – ET: S1, M1, P24; P: S0, M1, P9. Outubro – ET: S3, M0, P36; P: S1, M0, P9.

3 Análise do design multimodal da desinformação

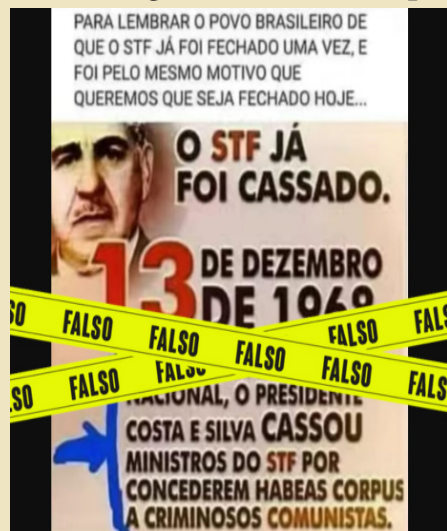
Para os 30 *designs* desinformativos analisados (10 por mês: agosto, setembro e outubro de 2024), adotamos amostragem proporcional por peso das macrotemáticas, garantindo representatividade no *corpus*. Antes da análise detalhada, avaliamos as categorias das modalidades combinadas (cf. Quadro 1). As mais recorrentes foram escrita (50%), visual + escrita (40%) e audiovisual (visual e oral) com escrita (30%), seguidas de visual (16,67%), audiovisual (visual e oral) (10%) e oral (áudio) (3,33%); as demais categorias – escrita + visual + oral, audiovisual (visual + sonoro) e audiovisual (visual + sonoro) + escrita – não apresentaram ocorrências. Observamos, portanto, que a combinação de elementos visuais e textuais, especialmente quando acompanhada de fala humana, predomina nos *designs* desinformativos, refletindo as idiosincrasias das plataformas digitais, entendidas como “molduras” em seus *layouts* (Bacelar; Damasceno-Morais, 2021).

A análise do *corpus* revelou que cada mídia digital possui um *design* multimodal próprio, sujeito a atualizações estruturais, permitindo interações como curtidas, comentários, *reposts*, menções e *hashtags*, o que cria molduras argumentativas específicas e contratos comunicativos particulares. Observamos, também, que desinformações podem assumir forma interrogativa para gerar dúvida, além de frequentemente incluir comentários pessoais e opinativos que reforçam interpretações subjetivas. Além disso, identificamos o uso recorrente de manipulação imagética e de deslocamento de contexto, acompanhado de sinais de urgência, especialmente relacionados ao sistema eleitoral, à justiça e ao governo federal. Em certos casos, mensagens circularam via aplicativos como WhatsApp e empregaram fórmulas persuasivas (“não aceite”, “não permita”), bem como apelos morais e emocionais orientados aos chamados “bons costumes”.

Com base nos padrões observados, exemplificamos nosso processo de análise apresentando, nas figuras e nos parágrafos seguintes, a avaliação do *design* desinformativo relativo à categoria política, que concentrou a maior parte do conteúdo desinformativo, a partir do *frame* de conteúdo curado *É falso que o Supremo Tribunal Federal tenha sido fechado em 1968*⁹, ilustrado na figura a seguir.

⁹ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/09/23/c-falso-que-o-supremo-tribunal-federal-tenha-sido-fechado-em-1968>. Acesso em: 9 out. 2025.

Figura 3 – *Design* desinformativo: política



Fonte: Agência Lupa.

No eixo da especificidade da imagem, o *frame* apresenta uma figura humana parcialmente enquadrada, em expressão séria, acompanhada de números e palavras em destaque, com uso de cores intensas – especialmente vermelho e preto – que evocam urgência e gravidade. A composição, com enquadramento fechado e estética que remete a documento ou cartaz político, busca conferir autoridade e veracidade histórica ao conteúdo. No eixo conexão, observamos integração entre texto e imagem, com predominância da mensagem escrita e uso da figura retratada como reforço simbólico, em estética semelhante à de materiais de propaganda política. O texto em caixa alta e negrito dirige a interpretação e provoca indignação, articulando visual e discurso para sustentar coerência narrativa e reforçar o efeito persuasivo da desinformação.

No eixo da organização, o *frame* adota formato vertical típico de mídias digitais e apresenta fragmentação visual, combinando texto explicativo, número em destaque e figura recortada em formato de colagem para maximizar impacto informativo e persuasivo. No eixo de referências visuais, utiliza analogias históricas e remixagens que distorcem um evento real – a promulgação do AI-5 – para criar uma falsa equivalência política, recorrendo a estética de memes e colagens que mesclam nostalgia e autoritarismo. Por

fim, no eixo interpretativo, evidencia intenção persuasiva e mobilizadora, buscando deslegitimar o STF e normalizar discursos antidemocráticos por meio de emoções como indignação, nostalgia e ressentimento, favorecendo engajamento reacionário e desinformação histórica.

Ao observarmos os 30 *designs* desinformativos selecionados, verificamos que, na categoria de referência (especificidade da imagem), predominam figuras humanas centrais reconhecíveis – como políticos, jornalistas, influenciadores e atletas – com expressões alinhadas ao papel atribuído. Esses visuais costumam incluir textos curtos e impactantes sobrepostos em cores contrastantes (vermelho, amarelo, azul e branco), reforçando sentidos de urgência, alerta ou credibilidade. Além disso, fundos neutros destacam a figura principal, enquanto elementos simbólicos, como bandeiras, logotipos e uniformes, auxiliam na contextualização da mensagem.

Na categoria diálogo (eixo conexão), identificamos integração constante entre elementos visuais e textuais, com textos sobrepostos a imagens ou vídeos para orientar a interpretação do público. Predominam formatos multimodais, como vídeos curtos, imagens com texto e montagens que simulam publicações jornalísticas, frequentemente acompanhados de linguagem sensacionalista, textos em caixa-alta e marcas de urgência (“URGENTE”, “ATENÇÃO”, “ABSURDO”). As produções buscam coesão entre palavra e imagem, simulando autenticidade técnica (*prints*, documentos, transmissões) ou emocional (reação, denúncia). Quando os elementos visuais são reduzidos, o texto assume centralidade. Identificamos, assim, um modelo comunicativo baseado na conexão imediata e afetiva entre modalidades, privilegiando o engajamento rápido nas plataformas digitais.

Na categoria imagem (eixo organização), percebemos a predominância da centralização da figura principal – geralmente rostos, políticos ou “provas” como documentos e gráficos – em enquadramentos verticais típicos das plataformas digitais. A composição visual apresenta hierarquia clara, com elementos de maior impacto (texto, números, expressões faciais ou valores monetários) posicionados no centro ou topo, guiando a leitura de forma linear. Há forte fragmentação visual, com sobreposição de camadas (tarjas, ícones, legendas, textos) que orientam a interpretação e reforçam a narrativa. As publicações alternam imagens estáticas e vídeos curtos, muitas vezes simulando formatos jornalísticos ou técnicos para conferir credibilidade. O uso de cores contrastantes (amarelo,

vermelho, branco e azul) destaca informações-chave. Esse padrão revela uma lógica persuasiva de encadeamento visual, que constrói sentidos de urgência, autoridade e autenticidade.

Na categoria situação (eixo referências visuais), identificamos o predomínio de referências híbridas entre realidade e ficção, nas quais imagens, vídeos e textos são remixados, recontextualizados ou colados para produzir aparência de veracidade. Há uso frequente de estética jornalística e institucional – como simulações de portais de notícia, documentos oficiais e transmissões – para conferir credibilidade a conteúdos falsos ou manipulados. Destaca-se também o emprego de analogias visuais, que reinterpretam eventos, símbolos e figuras públicas para sustentar discursos ideológicos ou conspiratórios. Formatos típicos das mídias digitais, como memes, *stories*, *prints* e vídeos de reação, são incorporados para aumentar alcance e familiaridade estética. Além disso, fragmentos reais (fotos, dados, trechos de reportagens) são combinados a elementos fabricados, gerando uma zona ambígua entre fato e invenção. Esse padrão revela uma lógica de produção baseada na apropriação e manipulação de referências visuais reconhecíveis.

Por fim, na categoria intenção (eixo interpretação), observamos a predominância de estratégias voltadas ao engajamento político e emocional, ancoradas em discursos de medo, indignação, desconfiança e moralidade. As peças analisadas buscam moldar percepções por meio de narrativas polarizadoras, associando opositores a condutas imorais, ilegais ou ameaçadoras e vinculando instituições a corrupção ou fraude. A mobilização do público se dá pelo estímulo a emoções intensas – como urgência, raiva, humor ou choque – que favorecem o compartilhamento rápido e acrítico. Notamos, ainda, o uso de estruturas persuasivas de desinformação, nas quais apelos à moral, à verdade e à proteção nacional encobrem objetivos de ataque, descrédito e manipulação ideológica. Em síntese, trata-se de uma lógica comunicacional centrada na intensificação afetiva e na instrumentalização das emoções como mecanismo de adesão, polarização e viralização.

Considerações finais

A análise dos 30 *designs* desinformativos, retirados de perfis de agências de checagem no Instagram, revelou que o ecossistema da desinformação, no período analisado, se concentra em três macrotemas principais: saúde, moralismo e política. Além disso, foram identificadas nove modalidades comunicativas combinadas, nas quais a escrita se mostra central. Mesmo em um contexto multimodal, é por meio da escrita – seja em maiúsculas, com diferentes fontes ou cores – que a desinformação adquire caráter persuasivo e formatos que reforçam seu impacto junto ao público. Foram constatados padrões recorrentes de *design* desinformativo que combinam figuras humanas centrais e reconhecíveis, textos curtos e impactantes sobrepostos em cores contrastantes e enquadramentos que privilegiam a hierarquia visual e a centralização da informação.

Observamos uma forte integração entre elementos visuais e textuais, enquanto remixagens de imagens, vídeos e textos criam uma zona ambígua entre factual e inverídico. As estratégias comunicacionais buscam provocar engajamento rápido e afetivo, explorando medo, indignação e moralidade para mobilizar percepções políticas, reforçar narrativas polarizadoras e favorecer a circulação viral. Em termos de multimodalidade, prevalecem composições baseadas em escrita pura, combinações de visual e texto, e formatos audiovisuais, evidenciando um modelo de comunicação que instrumentaliza emoção e persuasão para intensificar impacto e adesão do público. Contudo reconhecemos que o escopo deste estudo, embora tenha permitido uma análise detalhada de certos *designs* e a identificação de padrões visuais e textuais, não reflete de forma ampla e definitiva o ecossistema da desinformação.

Considerando que a desinformação geralmente é viral e possui curta duração nas mídias digitais, os padrões observados podem variar conforme o período analisado. Assim, o recorte temporal e o número limitado de exemplos não permitem generalizações conclusivas, tampouco a consolidação das macrotemáticas identificadas. Embora esta pesquisa tenha se concentrado nos eixos de saúde, moralismo e política, reconhecemos a relevância de outras temáticas, como meio ambiente e educação, que merecem investigação em estudos futuros. Nesta linha, destacamos, por

exemplo, a análise de como os padrões de desinformação variam em diferentes países, permitindo identificar estratégias de adaptação local. Há oportunidades significativas para investigações futuras, especialmente no estudo do fenômeno da desinformação em seu *design* no campo da Linguística Aplicada. A identificação, retextualização e apresentação dos *designs* desinformativos, ao nosso ver, é fundamental para o seu reconhecimento e, posteriormente, para o desenvolvimento de estratégias eficazes de combate à desinformação.

Referências

BACELAR, Ana Paula de Sousa; DAMASCENO-MORAIS, Rubens. As molduras argumentativas do Instagram: design descritivo-analítico de interação multimodal. *Revista da Abralín*, Sergipe, v. 20, n. 3, p. 938-954, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i3.1957. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1957>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BUCCI, Eugênio. *A Superindústria do Imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CESARINO, Letícia. Crise permanente e a metapolítica das plataformas: preempção, radicalização, aceleração. *Revista Brasileira de Estudos CTS*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 69-87, 2025. Disponível em: <https://revistabrasileiradeestudoscts.com/revista/article/view/12>. Acesso em: 13 set. 2025.

DEMOCRACY REPORTING INTERNATIONAL. *Mídia e Democracia. Integridade Eleitoral no Ambiente Digital: riscos e recomendações para as eleições municipais brasileiras*. Rio de Janeiro: Beatriz Saab e Francesca Giannaccini, 2024. (Série).

HISSA, Débora. Desmediatização, Infodemia e *fake news* na cultura digital. *Scripta*, [S.L.], v. 25, n. 54, p. 40-67, 30 nov. 2021a. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2358-3428.2021v25n54p40-67>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/26575>. Acesso em: 30 maio 2022.

HISSA, D. L. A. A leitura plataformizada na mídia digital: da sobrecarga informacional à perda do pensamento crítico. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 304–331, 2024. DOI: 10.25189/rabralin.v23i2.2208. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2208>. Acesso em: 12 ago. 2024.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. *Letramentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MARI JUNIOR, Sergio; PALETTA, Francisco Carlos. Desinformação e suas manifestações nas plataformas de mídia digital. *RISTI: Revista Ibérica de Sistemase Tecnologias de Informação*, n. E61, p. 259-270, ago. 2023. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003158298.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

MARTINS, Helena. A desinformação em meio à crise do capitalismo e à configuração de uma nova estrutura de mediação social. *Revista Eco-Pós*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 330-352, 2024. DOI: 10.29146/eco-ps.v27i1.28045. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28045. Acesso em: 24 nov. 2024.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. São Paulo: Zahar, 2012.

PINHEIRO, Petrilson. Da linguística saussuriana à semiótica social: o conceito de multimodalidade sob escrutínio. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [s. l.], v. 63, n. 2, p. 396-411, maio/ago. 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/01031813v63220248675669>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/RRbYKdH3WVGQKK8fW8gXn6K/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José van. Plataformização. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>. Acesso em: 10 out. 2025.

QUEIROZ, Ana Beatriz Leal Reis; VIEIRA, Pedro Henrique de Oliveira; FERREIRA, Raíssa Fernanda Rojas; ESPINDOLA, Sarah Neres; MIGUEL, Katarini Giroldo; FENELON, Tais Marina Telarolli. *Lupa e Aos Fatos: uma análise comparativa entre as agências de checagem no Brasil*. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 24., 2024, Goiânia/GO. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/15/2210/04272024200208662d83f066edc.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RECUERO, Raquel. A Systemic Framework for Disinformation on Social Media Platforms. *Platforms & Society*, [s. l.], v. 2, p. 1-12, ago. 2025. SAGE Publications. DOI: 10.1177/29768624251367199. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/29768624251367199>. Acesso em: 15 ago. 2025.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The Spread of True and False News Online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. DOI: 10.1126/science.aap9559. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29590045>. Acesso em: 10 out. 2025.

“Conteúdo patrocinado”: uma análise discursiva de jornalismo, propaganda e da fragilização da cena genérica no Instagram

Fellipe de Souza Gualberto Leite*

Érika de Moraes**

Resumo

No presente artigo, buscamos analisar, por intermédio da base teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, três *publiposts* (Alves; Chaves, 2020), um gênero do tipo discursivo publicitário que simula, por meio de sua cenografia, outros gêneros em *posts* do Instagram. Foram analisados *publiposts* publicados nos perfis do Instagram dos jornais *Folha de S.Paulo*, *Estadão* e *O Globo*. O objetivo é demonstrar como os jornais, por meio da enunciação, manipularam a construção cenográfica para transmitir que a peça se trata de um anúncio, e não de conteúdo jornalístico. Foram recrutados, para as análises, os conceitos de cena genérica, englobante e cenografia de Maingueneau (2012, 2017), as concepções de Paveau (2021) sobre o discurso no ambiente digital e o conceito de pericenografia, segundo Oliveira (2019). Como resultado, identificamos que a fragilização das cenas englobante e genérica, típicas do ambiente digital, facilita a simulação da cenografia de outros gêneros no discurso publicitário, uma prática recorrente desse tipo discursivo. Entendemos também que, por mais que os jornais se esforcem em criar a cenografia de um anúncio para o *publipost*, indicando que o conteúdo é patrocinado na legenda e por meio de ferramentas tecnodiscursivas, a pericenografia pode favorecer a confusão entre jornalismo e publicidade.

Palavras-chave: análise do discurso; jornalismo; cenografia; instagram; *publipost*.

* Doutorando em Estudos Linguísticos (IBILCE-UNESP, Campus de São José do Rio Preto), Mestre em Estudos Linguísticos (IBILCE-UNESP, Campus de São José do Rio Preto) e Bacharel em Jornalismo (FAAC-UNESP, Campus de Bauru). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5068-3298>.

** Doutora em Linguística (IEL-UNICAMP), com pós-doutoramento pela Université Paris-Sorbonne. Docente na Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Câmpus de Bauru; com atuação no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE-UNESP, Campus de São José do Rio Preto. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6571-3971>.

“Sponsored Content”: A Discursive Analysis of Journalism, Propaganda, and of the Weakening of the Generic Scene on Instagram

Abstract

In this article, we seek to analyze, through the theoretical-methodological basis of French-style Discourse Analysis, three publiposts (Alves; Chaves, 2020), a genre of advertising discourse that simulates, through its scenography, other genres in Instagram posts. Publiposts published on the Instagram profiles of the newspapers Folha de S. Paulo, Estadão, and O Globo were analyzed. The objective is to demonstrate how the newspapers, through enunciation, manipulated the scenographic construction to convey that the piece is an advertisement and not journalistic content. The concepts of generic scene, encompassing scene, and scenography (Maingueneau, 2012; 2017), Paveau's conceptions of discourse in the digital environment (2021), and the concept of periscenography (Oliveira, 2019) were used for the analysis. As a result, we identified that the weakening of encompassing and generic scenes, typical of the digital environment, facilitates the simulation of the scenography of other genres in advertising discourse, a recurring practice of this type of discourse. We also understand that, however much newspapers strive to create the scenography of an advertisement for a sponsored post, indicating that the content is sponsored in the caption and through techno-discursive tools, this peri-scenography can favor confusion between journalism and advertising.

Keywords: discourse analysis; journalism; scenography; instagram; publipost.

1 A web, a reconfiguração dos gêneros e a fragilização das cenas genéricas e englobantes

No campo da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, Maingueneau (2017) estudou a forma como os gêneros discursivos se reconfiguram na *web*. O autor afirma que até os mais estabelecidos dos gêneros – isto é, formatos discursivos contextualizados em seu período sócio-histórico e que possuem uma finalidade, um papel e um suporte definidos (Maingueneau, 2017, p. 137) – se modificam no espaço digital, assumindo novos formatos. Nas palavras do pesquisador: “mesmo quando parece que se retoma um gênero já existente, pode-se duvidar de que se trata do ‘mesmo’ gênero sobre o papel e sobre a *web*” (Maingueneau, 2017, p. 136). Isso ocorreria devido à fragilização da cena genérica e à priorização da cenografia no ambiente digital.

No livro *Cenas da Enunciação* (2012), Maingueneau afirma que a enunciação se apoiaria em três “cenas”, a primeira delas, a englobante, diz respeito

ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. Quando recebemos um panfleto na rua, devemos ser capazes de determinar se se trata de algo que remete ao discurso religioso, político, publicitário etc., ou seja, devemos ser capazes de determinar em que cena englobante devemos nos colocar para interpretá-lo, para saber de que modo ele interpela seu leitor. (Maingueneau, 2012, p. 115-116).

Em seguida, o enunciado também se situaria em uma cena genérica, que “determina uma finalidade à atividade de fala, papéis a seus autores, prescreve circunstâncias (lugar, momento...) legítimas, sua extensão, seu *medium* etc.” (Maingueneau, 2017, p. 140).

Maingueneau explica que “estas duas ‘cenas’, englobante e genérica, definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero de discurso” (Maingueneau, 2012, p. 116) e, em muitos casos, são suficientes para a construção do enunciado. Porém, em boa parte das ocorrências, uma terceira cena pode ser necessária: a cenografia, que se engendra na própria enunciação. Maingueneau cita, por exemplo, propagandas políticas que se dão na forma

de cartas abertas. Nesse caso, um enunciado do tipo político e do gênero propaganda assume a cenografia de outro gênero, a carta, e se estabelece de modo distinto, atingindo o leitor de forma diversa. O mesmo aconteceria em enunciados do tipo publicitário e do gênero anúncio, que podem construir uma cenografia jornalística – formatando seu enunciado na forma de uma matéria, com título, *lead* etc. – para fazer o interlocutor pensar que aquilo não se trata de uma propaganda.

Nas palavras de Maingueneau, a cenografia “é, ao mesmo tempo, origem e produto do discurso; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida” (Maingueneau, 2012, p. 118). O autor ainda detalha o funcionamento da construção da cenografia em um enunciado:

Para desempenhar plenamente seu papel, a cenografia não deve, portanto, ser um simples quadro, um elemento de decoração, como se o discurso viesse ocupar o interior de um espaço já construído e independente desse discurso: a enunciação, ao se desenvolver, esforça-se por instituir progressivamente seu próprio dispositivo de fala (Maingueneau, 2012, p. 118).

Nesse sentido, a grande mudança acarretada pela *web* se dá no fato de que, no ambiente digital, “as coações da cena genérica são fracas. Os sites, quais sejam seus conteúdos, são submissos a um conjunto de coações técnicas” (Maingueneau, 2017, p. 143). Em outras palavras, Maingueneau explica que o funcionamento da *web* deteriora as cenas englobante e genérica, devido à veiculação de enunciados dos mais diversos tipos e gêneros nos mesmos formatos.

Um exemplo são os *posts* no Instagram. Nessa rede social, enunciados dos mais diversos tipos discursivos (político, jornalístico, publicitário, religioso etc.) se dão no mesmo formato (o *post*). Na plataforma, todos os *posts* possuem a mesma formatação: imagem ou vídeo, acompanhados de legenda com, no máximo, 2200 caracteres e do que a analista do discurso Marie-Anne Paveau (2021) propôs chamar de elementos tecnodiscursivos: o nome de usuário, a foto de perfil, o horário da publicação e outras informações. Segundo a pesquisadora, a imagem, o enunciado escrito e os elementos tecnodiscursivos constroem, de maneira conjunta, o enunciado

nativo digital, uma vez que todos agregam conteúdo e que, neste *medium*, os enunciados podem ser “plurissemióticos e mobilizar simultaneamente, e na mesma semiose, texto, imagem fixa ou animada, som” (Paveau, 2021, p. 58).

Maingueneau ressalta que, como a *web* realiza a homogeneização dos enunciados de diferentes tipos e gêneros discursivos no mesmo formato (o *post*, no caso do Instagram), a cenografia, então, se infla para transmitir o gênero discursivo. Nas palavras do autor, no ambiente digital, a cenografia assume um papel-chave, pois a principal fonte de informação para transmitir um gênero discursivo é “a encenação da comunicação, que mobiliza massivamente as fontes propriamente verbais, multimodais (imagem fixa, em movimento, som) e as operações hipertextuais” (Maingueneau, 2017, p. 143).

Neste artigo, interessa-nos a publicação de *publiposts* (Alves; Chaves, 2020) no perfil do Instagram de jornais. Acreditamos que, neste caso, é possível visualizar como os gêneros publicitários e jornalísticos se reconfiguram na cultura digital e como a cenografia entra em ação para evitar (ou pelo menos tentar evitar) que enunciados jornalísticos e publicitários que compartilham a mesma formatação (o *post*) e foram proferidos pelo mesmo enunciador (o jornal) sejam confundidos. A análise realizada se apoia nos procedimentos da Análise do Discurso de vertente francesa, com foco nas categorias de Maingueneau (2012, 2017): cenas englobante, genérica e cenografia, bem como nas noções sobre enunciado nativo digital de Paveau (2021) e no conceito de pericenografia de Oliveira (2019). O *corpus* é composto por três *publiposts* feitos no mês de outubro de 2025 e extraídos dos perfis oficiais dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Estadão* no Instagram, selecionados por apresentarem a marcação “conteúdo patrocinado”¹. Os *publiposts* foram escolhidos por serem os mais recentes disponíveis no perfil dos jornais à data inicial de escrita do artigo (1º de novembro de 2025), e, dessa forma, permitirem uma análise das práticas mais atuais dos três jornais de maior prestígio do Brasil para sinalizar *publiposts* em suas redes sociais.

¹ Os jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Estadão* possuem abrangência nacional e são alguns dos veículos jornalísticos mais antigos ainda em circulação no Brasil, com datas de fundação que remetem, respectivamente, a 1921, 1925 e 1875. Os três veículos foram os jornais com maior tiragem no país em 2024, segundo pesquisa do *Poder360*, disponível em <https://www.poder360.com.br/poder-midia/estadao-e-folha-puxam-alta-na-circulacao-de-jornais-impresos/>. O *Estadão*, em 2024, circulou 131.522 jornais por dia; *O Globo*, por sua vez, teve uma tiragem de 48.912 exemplares; enquanto a *Folha* obteve a circulação de 44.815. Todos os jornais também possuem presença nas redes digitais e portais de notícias. Os veículos *Folha de S.Paulo* e *Estadão* têm sede na cidade de São Paulo (SP), enquanto *O Globo* está localizado no Rio de Janeiro (RJ).

A análise busca observar como a construção da cenografia e os elementos tecnodiscursivos usados pelos jornais contribuem para ressaltar ou disfarçar a natureza publicitária do enunciado, demonstrando como os veículos, por meio da enunciação, intentam construir uma cenografia que transmita que a peça se trata de um anúncio, e não de conteúdo jornalístico.

A fim de alcançar esse objetivo, o presente trabalho realiza uma contextualização sobre os gêneros discursivos jornalístico e publicitário e a forma como estes se relacionam no interior do interdiscurso (Maingueneau, 2008), apresenta a concepção de *publipost* (Alves; Chaves, 2020), preparando, assim, o suporte necessário para a análise. Nas considerações finais, reflete sobre a tentativa dos jornais de criar uma cenografia de anúncio para os *publiposts*, à luz da noção de “astúcia” (De Certeau, 1998).

2 O discurso jornalístico e o discurso publicitário

Do ponto de vista de Lage (2011), um pesquisador da área do Jornalismo, os enunciados jornalísticos precisam, para estarem dentro da ética profissional deste campo, ser objetivos, imparciais e verdadeiros. A “verdade”, nesse caso, seria uma “verdade verificável”, ou seja, “não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político; o que importa é se de fato aconteceu aquilo ou, no caso de uma entrevista, se o entrevistado disse realmente aquilo” (Lage, 2011, p. 22).

No que diz respeito à objetividade e à imparcialidade, sabemos que a AD, conforme concebida por Pêcheux e, posteriormente, por Maingueneau, considera impossível um enunciado isento de subjetividade e parcialidade, uma vez que o sujeito, por natureza, é interpelado pelo seu Inconsciente, condições de produção, posicionamentos mais ou menos conscientes, instituição a partir da qual fala etc. De acordo com Pêcheux (2014), o sujeito teria certo alcance ao enunciar:

Constata-se, com efeito, que o sujeito pode penetrar conscientemente na zona do (esquecimento) nº 2 e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro (Pêcheux, 2014, p. 176).

No entanto, haveria também uma dimensão do discurso, chamada por ele de “esquecimento nº 1”, que é “inacessível ao sujeito, precisamente por essa razão, aparece como constitutivo da subjetividade da língua” (Pêcheux, 2014, p. 177). Nesse sentido, o enunciador jornalístico procura, na medida do possível, mitigar a subjetividade e a parcialidade de seus enunciados, embora a eliminação total seja inalcançável. Moraes (2019) já estudou a forma como, apesar de pregar a imparcialidade e a objetividade, o discurso jornalístico, do ponto de vista da AD, será sempre proferido por um enunciador interpelado por forças além de seu controle:

O sujeito (jornalístico) que se apaga (in)conscientemente não deixa de ser assujeitado às práticas sociais, que regulam o que pode e deve ser dito de acordo com posições institucionais, concepção fundamental da AD desde seu surgimento. A subjetividade no discurso é efeito das formações discursivas, compreendidas como inacabadas. (Moraes, 2019, p. 26).

O discurso publicitário, por outro lado, seria aquele que, na visão do enunciador jornalista (mas não necessariamente na visão do enunciador publicitário), não teria as mesmas pretensões do jornalismo de informar de forma verdadeira, objetiva e imparcial, mas estaria comprometido com interesses financeiros. Bertrand (1999) define os enunciados do campo publicitário em oposição ao campo jornalístico. Para esse autor, enquanto o jornalismo está pautado em uma deontologia, o campo publicitário teria o objetivo de “seduzir um público a fim de vendê-lo aos anunciantes” (Bertrand, 1999, p. 38). Pelo respaldo teórico-metodológico da AD, por sua vez, e como reforça o presente estudo, é possível perceber que esses campos podem ter fronteiras menos nítidas.

No campo da AD, as características que o discurso jornalístico atribui a si mesmo (objetividade, imparcialidade e verdade) e ao seu Outro (no caso do discurso publicitário, o objetivo de vender e seduzir o público), demonstram o primado do interdiscurso, teorizado por Maingueneau (2008), que aponta como os discursos estabelecem suas identidades. Para iniciar essa discussão, apresentamos o conceito de “campo discursivo”, que seria um espaço em que diferentes “formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (Maingueneau, 2008, p. 34). Desse

modo, o tipo discursivo jornalístico, que estaria localizado no campo discursivo da comunicação, se delimitaria e, ao mesmo tempo, seria delimitado por outros tipos discursivos concorrentes no mesmo campo, como o da publicidade. Para Maingueneau (2008), um discurso tem sua identidade criada pelas relações (seja de aliança, embate ou concorrência) que estabelece com o seu Outro no interior do interdiscurso. Assim, o discurso jornalístico surgiria como um discurso com identidade própria e delimitações definidas ao estabelecer relações com seus “vizinhos” no campo discursivo da comunicação, o que ele faz ao atribuir a si mesmo características como verdade, imparcialidade e objetividade e imputar as características negativas, opostas a essas, ao seu Outro (a publicidade).

Em resumo, acreditamos que seja impossível delimitar claramente a fronteira entre jornalismo e publicidade. Porém, neste artigo, entenderemos o discurso jornalístico como

enunciados que se propõem a integrar esse discurso e, ao mesmo tempo, se preocupam em seguir as delimitações éticas dos códigos deontológicos dessa prática, se comprometendo em criar uma representação fiel da realidade e abandonar, na medida do possível, a subjetividade, compartilhando informações que sejam verdadeiras, ou pelo menos, verificáveis (Leite; Moraes, 2023, p. 13).

Nesse sentido, os *publiposts* publicados por jornais em seus perfis no Instagram e recrutados para o *corpus* deste artigo não seriam, em última instância, jornalísticos, uma vez que não seguem as restrições deontológicas de busca de imparcialidade e objetividade, e também por serem sinalizados pelos próprios veículos como material publicitário.

Por fim, entendemos que, por mais que existam limitações éticas e formais no discurso jornalístico, cada sujeito, ao enunciar, pode usar o que De Certeau (1998) chama de “astúcia” e inovar em sua enunciação, subvertendo a lógica de um tipo discursivo sem extrapolar os seus limites. Nas palavras do autor, a ordem “seria o equivalente daquilo que as regras de metro e rima eram antigamente para os poetas: um conjunto de imposições estimuladoras da invenção, uma regulamentação para facilitar as improvisações” (De Certeau, 1998, p. 50). Identificamos que é isso que a publicidade faz quando, “jogando dentro das regras”, usa de estratégias para parasitar a cenografia jornalística e ser confundida como um discurso de tal tipo.

3 O gênero *publipost* no Instagram

Maigneueau afirma que existem gêneros discursivos que “por natureza exigem a escolha de uma cenografia: é o caso dos gêneros publicitários, literários, filosóficos etc. Há publicidades que apresentam cenografias de conversação, outras, de discurso científico etc.” (Maigneueau, 2012, p. 119). De acordo com o autor, a publicidade é um dos tipos discursivos mais propensos a se apoderar da cenografia de outros para construir seus enunciados e ofertar produtos e/ou serviços.

No Instagram, o gênero publicitário também se apodera de cenografias diversas. Foi o que descobriram as pesquisadoras Kemylla Alves e Aline Chaves, no artigo “O gênero discursivo *publipost*: uma análise do discurso digital na rede social Instagram”. No texto, as autoras definiram o *publipost* como “um gênero do discurso que participa do dispositivo comunicativo da publicidade” (Alves; Chaves, 2020, p. 2337). Esse gênero ocorreria quando um anunciante paga para que um influenciador ou jornal faça uma publicação divulgando um produto ou um serviço em seu perfil.

As pesquisadoras afirmam que “o *publipost* se caracteriza, na realidade, por um procedimento de parasitação da cena genérica e da cenografia de um *post* de influenciador(a) digital” (Alves; Chaves, 2020, p. 2338). Neste trabalho em específico, tratamos dos *publiposts* feitos em perfis de jornais, mas entendemos que as características elencadas pelas autoras, de parasitação da cena genérica e da cenografia, se repetem. Em seu artigo, Alves e Chaves continuam a discussão sobre o modo como o *publipost* se apodera dessas cenas dos *posts* de influenciadores:

Ainda pouco estudado, o *publipost* se caracteriza por um anúncio camuflado, introduzido na cena genérica e na cenografia do gênero discursivo comumente empregado pelos influenciadores digitais, isto é, o *post* de Instagram. Desse modo, a publicidade pretende atingir o público-alvo por meio de uma fala autorizada. (Alves; Chaves, 2020, p. 2333).

Desse modo, no gênero *publipost*, o anúncio se aproveita do perfil de um influenciador ou de um jornal para se construir, por meio da cenografia, como mais um dos *posts* desse enunciadador, camuflando-

se como um conteúdo produzido naturalmente pelo jornal e evocando para si as características que são atribuídas àquele perfil. No caso de um veículo jornalístico, os atributos que um *publipost* atrairia para si, caso conseguisse parasitar a cena genérica, seriam a verdade, a imparcialidade e a objetividade. Maingueneau já havia escrito sobre como a cenografia pode fazer com que o leitor interprete um gênero discursivo como outro. Para o autor, a cenografia “tem inevitavelmente por efeito fazer passar a cena englobante e a cena genérica ao segundo plano, de modo que o leitor se encontre preso numa armadilha” (Maingueneau, 2012, p. 117).

4 Análises

Analisaremos, a seguir, três *publiposts*, com o objetivo de apontar como os jornais organizam sua enunciação e a cenografia para demonstrar que o enunciado se trata de um *post* do tipo discursivo publicitário. Começaremos apresentando o *publipost* da *Folha de S.Paulo*.

Figura 1 – *Publipost* feito no perfil do jornal *Folha de S.Paulo*



Fonte: Folha de S.Paulo (2025a).

Maingueneau (2017) ressalta que, no ambiente digital, a cenografia se daria por meio de três formas de expressão, a primeira delas seria a “dimensão procedimental (cada site é uma rede de instruções)”

(Maingueneau, 2017, p. 144), ou seja, cada *site* ou plataforma de rede social possui certas ferramentas e modos de uso disponíveis, de que o enunciador pode lançar mão para estabelecer a cenografia. Começando a partir dos elementos tecnodiscursivos, ressaltamos que a indicação de “Parceria paga”, abaixo do nome de usuário do jornal, é responsável por reforçar a cenografia publicitária ao indicar ao leitor, por meio da dimensão procedimental, que o enunciado deve ser lido como integrante do tipo publicitário.

A segunda forma da cenografia se manifestar na *web* seria por meio de uma “dimensão iconotextual (o site mostra as imagens e constitui ele mesmo um conjunto de imagens em uma tela)” (Maingueneau, 2017, p. 144), que se dá por intermédio da parte imagética e textual do enunciado. Nesse caso, a *Folha de S.Paulo* tenta criar a cenografia de um anúncio por meio dos dizeres “[CONTEÚDO PATROCINADO]” no início da legenda. No entanto, o restante do texto não reforça a cenografia publicitária, uma vez que a legenda pode dar a entender que o jornal está noticiando um novo sistema da 99Food de forma um tanto elogiosa, o que seria estranho na deontologia do jornalismo, mas poderia enganar leitores menos versados sobre o papel da imprensa. O enunciado completo apresenta o seguinte texto:

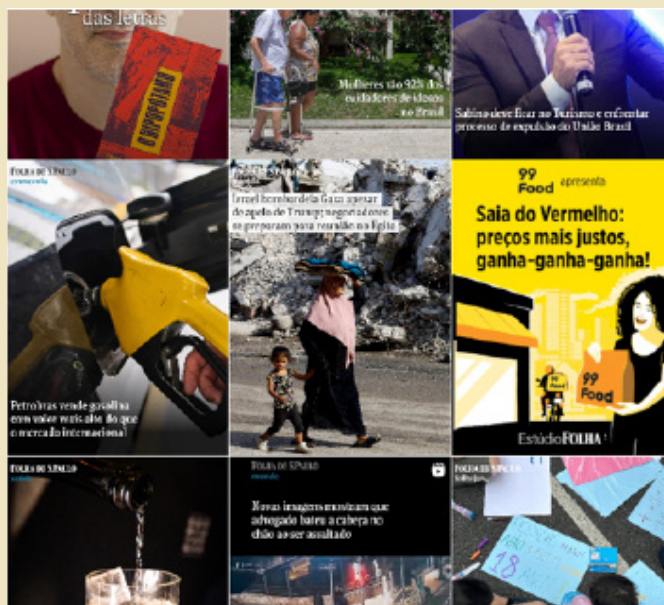
[CONTEÚDO PATROCINADO]

Empresa adota modelo ganha-ganha-ganha: preços mais justos para o consumidor, melhores negócios para os restaurantes e valorização dos entregadores. Com novo sistema, a 99Food quer incluir restaurantes e clientes que estavam de fora do mercado de delivery. A ideia, diz a empresa, é crescer o bolo e fazer com que todos ganhem com esse crescimento. (Folha de S.Paulo, 2025a).

O trecho “com novo sistema, a 99Food quer incluir restaurantes e clientes que estavam de fora do mercado de delivery. A ideia, diz a empresa, é crescer o bolo e fazer com que todos ganhem com esse crescimento” contribui para a ambiguidade perceptiva do leitor, uma vez que se constrói de forma parecida com enunciados do tipo e gênero jornalístico, citando falas que parecem ser obtidas em entrevista.

É preciso ressaltar também que o *publipost* se destaca entre os demais *posts* feitos no perfil da *Folha de S.Paulo* (Figura 2). Enquanto os enunciados jornalísticos apresentam o logotipo do jornal e o nome da editoria na qual a notícia se enquadra, ambos inscritos sobre uma foto, o *publipost* apresenta o logotipo do 99Food, a empresa anunciante. Além disso, a publicação paga utiliza uma ilustração que contrasta com as demais publicações do jornal, como pode ser conferido na imagem a seguir:

Figura 2 – Perfil do jornal *Folha de S.Paulo*



Fonte: Folha de S.Paulo (2025b).

Desse modo, a análise mostra que o jornal tenta reforçar a cenografia publicitária no *post*, por meio da indicação no começo da legenda, e no *design* destoante do *publipost* – ambos integrantes da dimensão iconotextual –, a fim de transmitir a ideia de que o enunciado não se trata de um conteúdo jornalístico. Neste momento, achamos produtivo evocar o conceito de pericenografia, que afirma que não apenas a construção cenográfica do próprio *post* influencia o leitor, mas os elementos presentes nos arredores do enunciado também possuiriam impacto na cenografia. Para Oliveira (2019), é necessário levar em conta o “funcionamento discursivo que acompanha,

de maneira periférica e simultânea, uma dada cenografia, no seio de um gênero específico, produzindo sentidos afetados por essa relação, reforçando ou, eventualmente, contradizendo o discurso ‘parasitado’” (Oliveira, 2019, p. 100). Portanto, por mais que a *Folha de S.Paulo* tente afastar o *publipost* da mesma cenografia de seus enunciados jornalísticos, a pericenografia criada pelos *posts* ao redor – que são do gênero jornalístico – pode reforçar o sentido jornalístico no enunciado publicitário, permitindo que o leitor pense: “se o *post* está no perfil da *Folha*, então é jornalístico”.

O segundo exemplo, retirado do perfil do jornal *O Globo* (Figura 3), também usa das dimensões procedimental, indicando que o *post* é uma parceria paga (inclusive marcando o anunciante, algo que a *Folha de S.Paulo* não faz), e iconotextual para inflar a cenografia de um anúncio publicitário e, dessa forma, tentar evitar que o *post* seja confundido com seus enunciados jornalísticos.

Figura 3 – Publipost feito no perfil do jornal O Globo

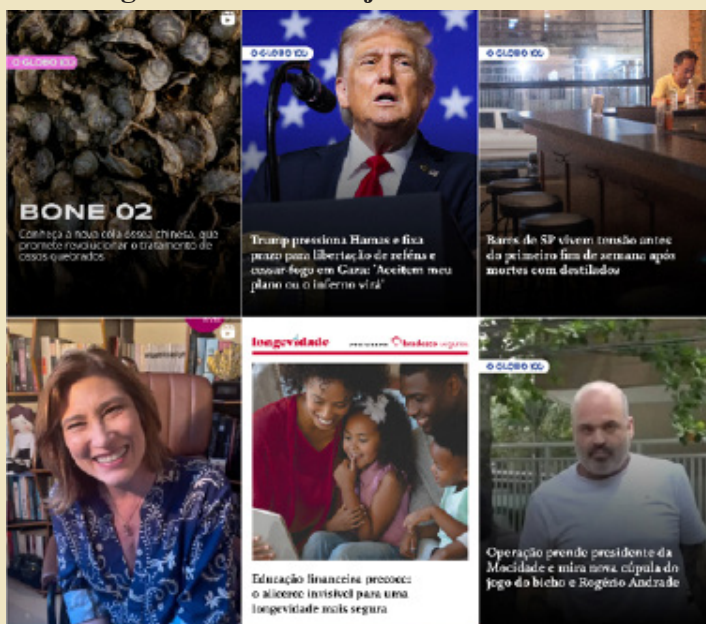


Fonte: Jornal O Globo (2025a).

A dimensão iconotextual é a mais trabalhada aqui, uma vez que o *design* do *publipost* é construído de forma diferente dos demais *posts* do gênero jornalístico (Figura 4). Os enunciados jornalísticos no Instagram do jornal apresentam o logotipo d’*O Globo*, enquanto o *publipost* ostenta apenas o logotipo da empresa Bradesco Seguros e faz uso de uma margem branca,

que não existe em outros *posts*. A diferença na apresentação contribui para a criação de uma cenografia de publicidade, porque torna o *post* distinto das outras publicações que teriam cenografia jornalística. A pericenografia, que propõe “observar não apenas um texto, mas a relação entre textos postos a circular conjuntamente em um espaço delimitado como a página de um jornal, a tela de um site” (Oliveira, 2019, p. 96), nesse caso, ajuda a diferenciar os enunciados jornalísticos do anúncio, criando, pelo contraste, um destaque visual entre o enunciado do tipo discursivo publicitário e do jornalístico, e contribuindo para que o leitor faça a distinção, como pode ser visto a seguir:

Figura 4 – Perfil do jornal *O Globo*



Fonte: Jornal O Globo (2025b).

O jornal *O Globo*, no entanto, foi o único que não inseriu os termos “Conteúdo patrocinado” no início do enunciado, fazendo a indicação apenas por meio de um elemento tecnodiscursivo, o que também permite que o leitor situe o enunciado como um integrante do tipo discursivo publicitário e contribui para a criação de uma cenografia publicitária. A legenda do *post*, por sua vez, possui o seguinte enunciado:

Falar sobre dinheiro com adolescentes pode parecer precoce, mas é justamente nessa fase que se formam os hábitos e crenças que irão impactar toda a trajetória financeira (e emocional) ao longo da vida. Ensinar noções de planejamento, consumo consciente e autonomia financeira antes da maioridade é um investimento de longo prazo que reflete diretamente na qualidade do envelhecimento.

Essa preparação precoce ajuda a construir adultos mais estáveis, seguros e preparados para os desafios da vida adulta e da longevidade. Quem aprende cedo a cuidar do que tem, chega mais longe com mais liberdade, saúde mental e tranquilidade. (O Globo, 2025a).

O texto da legenda não possui todas as características de um enunciado jornalístico, uma vez que é possível checar subjetividade e imparcialidade em trechos como “falar sobre dinheiro com adolescentes pode parecer precoce, mas é justamente nessa fase que se formam os hábitos e crenças que irão impactar toda a trajetória financeira (e emocional)”, que ocorrem sem a citação de fontes.

O último *publipost* aqui analisado, feito pelo jornal *Estadão* (Figura 5), tenta criar uma cenografia publicitária usando elemento tecnodiscursivo que demonstra uma parceria paga e, na legenda, marcando o perfil da Samsung, empresa responsável pela publicidade. Além disso, o *Estadão* também inicia a legenda com os dizeres “CONTEÚDO PATROCINADO”, como é possível ver na imagem a seguir:

Figura 5 – *Publipost* feito no perfil do jornal *Estadão*



Fonte: Estadão (2025a).

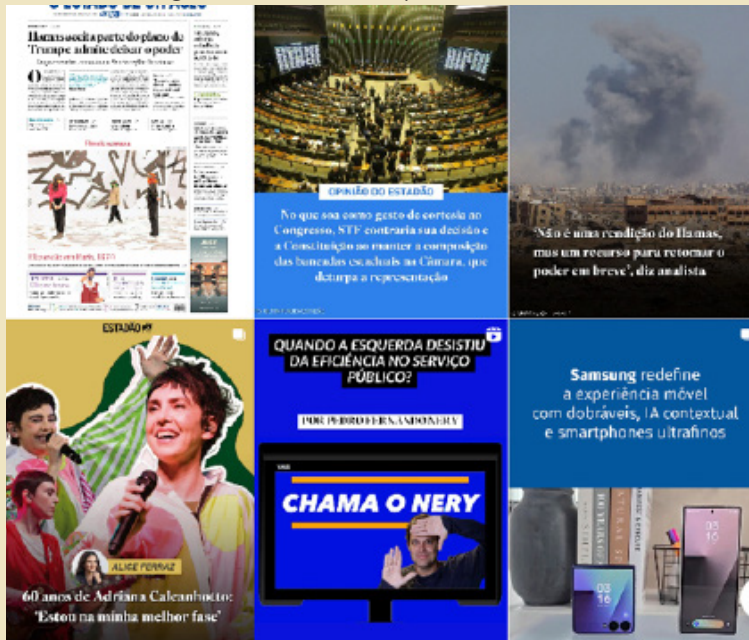
No entanto, o restante da legenda pode dar a impressão de que o *publipost* se trata, na verdade, de uma notícia que anuncia lançamentos da marca de celulares, e não de um conteúdo pago pela Samsung. O texto chega até mesmo a transmitir certo ar de veracidade, imparcialidade e objetividade, dando a entender que o enunciado é do tipo jornalístico e contribuindo para a ambiguidade perceptiva do leitor, que pode não saber em que gênero discursivo enquadrar o enunciado.

CONTEÚDO PATROCINADO por @samsungbrasil | A Samsung lidera a transformação móvel ao integrar IA avançada em toda a linha Galaxy, unindo dobráveis e modelos ultrafinos.

Confira a página especial e saiba como a empresa se consolida como pioneira em inovação e referência no mercado global. (Estadão, 2025a).

O *publipost* é aquele em que a cenografia iconotextual, no âmbito imagético, em menos se difere dos enunciados jornalísticos presentes no perfil do Instagram do jornal (Figura 6), criando uma pericenografia que reforça a ideia de pertencimento do enunciado do tipo discursivo publicitário.

Figura 6 – Perfil do jornal *Estadão*



Fonte: Estadão (2025b).

Considerações finais

De acordo com Maingueneau (2012), “em uma cenografia associam-se uma figura de enunciador e uma figura correlata de coenunciadores. Esses dois lugares supõem igualmente uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais pretende originar-se o discurso” (Maingueneau, 2012, p. 117). Em resumo, o autor afirma que a cenografia, ao se estabelecer, busca definir três elementos: quem somos (enunciador e interlocutor), onde estamos e quando estamos. A *Folha de S.Paulo* e o *Estadão*, ao iniciarem as legendas dos *publiposts* com os dizeres “conteúdo patrocinado”, tencionam as relações entre tipos de textos e cenografias, tentando situar os leitores no espaço (da publicidade) e na identidade (quem fala não é o jornal, em sua imparcialidade, verdade e objetividade, mas o jornal que também carrega anúncios), estabelecendo que, neste caso em específico, o *post* não se trata de um enunciado jornalístico, mas de um anúncio.

No entanto, acreditamos que o aviso de “conteúdo patrocinado”, disponível na legenda e indicado por meio de um elemento tecnodiscursivo, não é suficiente para criar a cenografia de um anúncio no *publipost*, uma vez que a pericenografia, ou seja, o fato de um *publipost* circular em meio a conteúdos jornalísticos, reforça uma cenografia jornalística na publicidade. No caso do *Estadão*, por exemplo, se um leitor estivesse apenas transitando pelo perfil do veículo e não clicasse no *publipost* analisado, ou não se atentasse para os dizeres “Conteúdo patrocinado” na legenda, dificilmente ele saberia que o enunciado é do tipo publicitário, uma vez que, ao contrário dos outros jornais, este não adicionou o logotipo da Samsung à imagem nem fez grandes diferenciações no *design*, como ocorreu em maior escala n’O *Globo*.

É certo que “os gêneros publicitários mobilizam cenografias variadas na medida em que, para persuadir seu destinatário, devem captar seu imaginário, atribuir-lhe uma identidade por intermédio de uma cena de fala que seja valorizada para o enunciador assim como para o coenunciador” (Maingueneau, 2012, p. 119). Isso foi demonstrado, nos casos analisados neste artigo, ao enfatizar como o *publipost* tenta se aproveitar da credibilidade dos veículos jornalísticos para divulgar produtos e serviços. Constatamos, também, que o enfraquecimento das cenas genéricas e englobantes na *web* favorece a simulação da cenografia jornalística, uma vez que, por mais que os jornais indiquem que o conteúdo é patrocinado, ainda há margem para que um leitor não perceba que se trata de um anúncio. Desse modo, podemos afirmar que a reconfiguração dos gêneros na *web*, causada pelas mudanças nas cenas da enunciação, faz com que um velho jogo (a tentativa da publicidade de cooptar a credibilidade do jornalismo para si) seja afetado por novas formas de jogar, devido à padronização dos enunciados nas redes sociais.

De Certeau (1998) já havia refletido sobre como “a ordem reinante serve de suporte para produções inúmeras” (De Certeau, 1998, p. 49-50), ou seja, sobre os modos como uma coerção ou limitação – nesse caso, a recusa do tipo discursivo jornalístico em ser confundido com o publicitário – abre espaço para a “astúcia” de outros atores para encontrar novas formas de burlar as práticas e, no caso da publicidade, se inserir de maneira diversa no ambiente jornalístico, simulando esse tipo discursivo. À sua maneira, o discurso publicitário se submete ao distanciamento que o jornalismo lhe

impõe, mas faz do espaço que lhe é concedido, seja no jornal impresso ou nas redes sociais, um uso diverso, que subverte o distanciamento planejado pelo jornalismo. É a partir dessa “astúcia” que surgem formas de parasitação da cenografia, podendo fazer com que leitores confundam os dois tipos discursivos, por mais que os jornais sinalizem a publicidade.

Referências

ALVES, Kemylla Diniz Cunha; CHAVES, Aline Saddi. O gênero discursivo *publípost*: uma análise do discurso digital na rede social Instagram. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 78 Suplemento, p. 2332-2344, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/245/267>. Acesso em: 6 out 2025.

BERTRAND, Claude-Jean. *A deontologia das mídias*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ESTADÃO. *CONTEÚDO PATROCINADO por @samsungbrasil*, 3 out. 2025a. Instagram: @estadao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DPXeBIXgZVS/?img_index=1. Acesso em: 6 out. 2025.

ESTADÃO. *Instagram: @estadao*, out. 2025b.

FOLHA DE S.PAULO. [*CONTEÚDO PATROCINADO*], 4 out. 2025a. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DPY_ix7jclX/. Acesso em: 6 out. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. *Instagram: @folhadespaulo*, out. 2025b.

JORNAL O GLOBO. *Falar sobre dinheiro com adolescentes...*, 3 out. 2025a. Instagram: @jornaloglobo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DPWotfuD5BR/>. Acesso em: 6 out. 2025.

JORNAL O GLOBO. *Instagram: @jornaloglobo*, out 2025b.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2011.

LEITE, Fellipe de Souza Gualberto; MORAES, Érika de. Uma apropriação de cenografia: o uso da cenografia jornalística para difusão do discurso de ódio contra pessoas trans. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 17, n. 37, p. 10-29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/41450>. Acesso em: 6 out 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Cenografia epistolar e debate público. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (org.). *Cenas da Enunciação*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 115-135.

MAINGUENEAU, Dominique. Gêneros do discurso e *web*: existem os gêneros *web*? *Revista da ABRALIN*, v. 15, n. 3, p. 135-160, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1274>. Acesso em: 2 out. 2025.

MORAES, Érika de. *Aplicativos de notícias, destacamento e efeitos de sentidos: representações internacionais sobre o Brasil (em UOL e Le Monde)*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas*. Tradução de Ana Carolina Vilela-Ardenghi *et al.* 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PÊCHEUX, Michel. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

OLIVEIRA, Hélio. A pericenografia discursiva. *Revista Polifonia*, v. 26, n. 43, p. 89-110, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8255>. Acesso em: 6 de out. 2025.

Divulgação científica em ambientes virtuais: reflexões e possibilidades sobre práticas aparentemente insurgentes

Paula Baracat De Grande*
Vera Lúcia Lopes Cristóvão**
Gustavo André Oliveira***

Resumo

O objetivo do presente trabalho é (re)mapear canais brasileiros que fazem divulgação científica (DC) na área da linguagem e analisar perfis de rede social de DC, procurando entender e descrever em que medida a compreensão dessa prática se dilata e/ou comprime conforme as demandas das redes digitais. Para isso, nos baseamos teoricamente nas contribuições de Grillo (2013), no que tange à dimensão histórica e constituinte da DC; de Cristóvão *et al.* (2023), em seu mapeamento sobre a DC nas Ciências da Linguagem no Brasil e em Portugal; e de De Grande e Oliveira (2025), em sua problematização dos efeitos do atravessamento da lógica da cibercultura nas práticas de DC em redes sociais digitais. A metodologia é qualitativa-interpretativista, com dados de natureza bibliográfica e documental. Para analisar os enunciados concretos de DC, partimos da concepção dialógica de linguagem do Círculo de Bakhtin e na proposta analítica de Rojo (2013). Nos mapeamentos, como resultado, notamos que a não institucionalidade dos canais ocasiona, em maior ocorrência, a descontinuidade das iniciativas de DC. Já na análise dos perfis, mostramos que as postagens se adequam a forças centrífugas dos algoritmos. Com isso, esperamos contribuir para o entendimento das potencialidades da DC em ambientes digitais latentes e, como consequência disso, aprimorar o olhar estratégico para as possibilidades vindas deste contexto.

Palavras-chave: divulgação científica; popularização da ciência; práticas linguageiras; ambientes digitais.

* Doutora em Linguística Aplicada (UNICAMP). Professora Adjunta do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR – Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7570-0906>.

** Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Professora sênior no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, com o projeto "Laboratório Integrado de Letramentos Acadêmico-Científicos: estudo de uma comunidade de prática em construção", Processo: 314398/2021-0, Chamada CNPq Nº 4/2021. Londrina, PR – Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7875-6930>.

*** Licenciando em Letras-Português pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária, projeto "Percursos Formativos como Espaços de Agência para os Letramentos Acadêmico-Científicos em Tempos de Inteligência Artificial Generativa", número 14621, orientado pela Profa. Dra. Paula Baracat De Grande. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6252-0106>.

Science Communication in Virtual Environments: Reflections and Possibilities on Apparently Insurgent Practices

Abstract

The aim of this paper is to (re)map channels dedicated to science communication (SC) in the field of language and to analyze SC social media profiles, seeking to understand and describe the extent to which the notion of SC expands and/or constrains according to the demands of digital networks. To this end, we draw on Grillo (2013) regarding the historical and constitutive dimension of SC; Cristovão *et al.* (2023), in their mapping of SC in the Language Sciences in Brazil and Portugal; and De Grande and Oliveira (2025), in their problematization of the effects of cyberculture logic on SC practices in social media. The methodology is qualitative-interpretive, based on bibliographic and documentary data. To analyze concrete SC utterances in social media, we rely on the dialogical conception of language from the Bakhtin Circle and on Rojo's (2013) analytical framework. As a result of the mappings, we observed that the non-institutionality of the channels most often leads to the discontinuity of SC initiatives. In the analysis of the profiles, we show that posts adapt to the centrifugal forces of algorithms. With this, we expect to contribute to a better understanding of the potential of SC in emerging digital environments and, consequently, to enhance the strategic outlook on the possibilities arising from this context.

Keywords: science communication; science popularization; language practices; digital environments.

Introdução

O presente trabalho busca debater, analisar e compreender as práticas de divulgação científica (DC) no contexto digital contemporâneo. Para tanto, atualiza a cartografia realizada por Cristovão *et al.* (2023) de DC no campo dos estudos da linguagem no Brasil, a fim de analisar as permanências e mudanças nos canais brasileiros previamente mapeados. O mapeamento foi refeito para observar quais canais continuam ativos e identificar o tipo de direcionamento e de atividade de cada um deles. Em um segundo momento, este texto dedica-se à análise de dois perfis de DC, bem como de suas publicações, no campo dos estudos da linguagem na rede social digital Instagram.

Baseando-se numa perspectiva bakhtiniana da constituição dos enunciados e no método sociológico bakhtiniano, buscamos caracterizar o contexto sócio-histórico e a esfera de comunicação humana da DC contemporânea previamente para depois analisar enunciados concretos. Para isso, discutimos a DC em seu funcionamento dentro dos novos modos e meios de comunicação, sobretudo aqueles perpassados pela lógica da cibercultura (Santaella, 2007), visando, assim, mirar também naquilo que circunda e constitui a DC dos dias atuais, como seu contexto e o fluxo histórico do qual faz parte – compreendemos que tais realizações da linguagem apenas se materializam e existem através de agentes ativos e singulares que dela fazem uso (Volóchinov, 2021).

Nas seguintes seções, faremos, inicialmente, a apresentação de nossa perspectiva teórica, em que também buscamos caracterizar o campo investigado, e, em seguida, descrevemos a metodologia do estudo. Então, passaremos à apresentação de nosso primeiro resultado de pesquisa, isto é, o (re)mapeamento dos canais de divulgação científica brasileiros mapeados por Cristovão *et al.* (2023), que também fornecem dados que nos ajudam a compreender o contexto sócio-histórico da DC atual. Em seguida, analisamos dois canais de divulgação científica em linguagens, realizando também uma conexão entre as duas análises. Ao fim, traçamos algumas considerações definitivamente parciais.

Perspectiva teórica

Partimos de uma concepção dialógica de linguagem, com base no Círculo de Bakhtin. Nessa perspectiva, a língua é compreendida como de natureza interativa, e a comunicação discursiva, enquanto realização concreta da linguagem, é tomada através da ligação do seu lastro com o real, com o uso vigente da língua pelos falantes (Volóchinov, 2021). Assim, todos os dias, diversos são os usos e agenciamentos da linguagem, organizada através de gêneros discursivos, convocados em diferentes práticas sociais nas mais variadas esferas da comunicação humana. Isso posto, a partir da perspectiva sociocultural dos Estudos de Letramento (Kleiman, 1995; Kleiman *et al.*, 2024; Street, 1984), compreendemos que é a prática social que demanda os diferentes usos da linguagem em gêneros específicos, refletindo e refratando os objetivos de uma dada esfera discursiva.

Sobre as práticas específicas que nos interessam nesta investigação, poderíamos enquadrar a DC enquanto prática social na qual enunciados produzidos pela esfera acadêmico-científica são retextualizados, através de didatizações¹, e recontextualizados para o público não especializado/não especialista (Grillo, 2013). A DC é originada, de maneira embrionária, no século XVIII, conforme propõe Rojo (2008), com o surgimento e o desenvolvimento da enciclopédia, com sua organização através de verbetes e a difusão do conhecimento especializado para um público amplo.

De forma objetiva, vemos que a DC, atualmente, reflete drasticamente seu contexto maior. Contexto marcado por informações estendidas, espalhadas e, por extensão, multifacetadas, o que se torna evidente, por exemplo, quando percebemos a ampliação das possibilidades conferidas pelo aparato tecnológico atual às práticas para se agrupar e divulgar ciência. Neste momento do desenvolvimento humano, surgem e se intensificam opções diversas para se acessar, compartilhar, reproduzir e se relacionar com formas variadas de conhecimento. Para tanto, as informações disponíveis passam a ser veiculadas de forma a responder às novas demandas e sensibilidades, o que demonstra não se tratar apenas de

¹ Nos parece apropriado recordar que discussões sobre a natureza do conceito de "didatizar", realizadas no âmbito da produção de materiais didáticos e análise de aulas, por exemplo, têm indispensável importância para se aferir os procedimentos e encaminhamentos na construção enunciativo-discursiva dos discursos de DC. O uso indiscriminado e, por vezes, intercambiável com outros termos pode conduzir a um esgarçamento conceitual que prejudique as práticas para a divulgação da ciência na medida em que não estabelece bases sólidas para o entendimento (Cf. Oliveira; Cristovão; De Grande, 2025).

uma transposição de suportes. Nesse sentido, verificamos, portanto, uma relação indissociável entre as práticas correntes no mundo contemporâneo e as séries de atualizações que têm sofrido a DC.

Na contemporaneidade, vivemos em um mundo globalizado, neoliberal, pós-pandêmico, hiperfragmentado, conectado através da cibercultura e dividido em bolhas permeadas pela desinformação (Bolter, 2000; Bucci, 2023; Komesu *et al.*, 2022; Santaella, 2007). Nesse contexto, há um imbricamento entre as diferentes esferas da vida humana, propiciado, acima de tudo, pela incorporação cada vez mais acelerada de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs). A partir daí, com mais frequência e intensidade, a ciência (e a divulgação dela) passa a dialogar e ser dialogada em meios de comunicação digitais.

Em De Grande e Oliveira (2025), argumentamos que a lógica mercadológica das redes sociais, ditada por engajamento de seus usuários e direcionamento de publicidade via algoritmos, demanda e, muitas vezes, determina características dos enunciados concretos de DC em redes sociais. Em suma, verificamos que as TDICs modificaram os modos discursivos como cada esfera de atividade humana constrói seus tipos relativamente estáveis de enunciados nas mais diversas situações comunicativas. Assim também ocorre com a DC, o que é refletido tanto na circulação quanto no consumo de seus conteúdos. De forma geral, os textos verbais se tornaram também mais breves e a forma composicional e o estilo dos enunciados passaram a fazer maior uso da multimodalidade. A adaptação às dinâmicas das redes sociais se acentuou especialmente durante a pandemia, quando se intensificou a busca por informações científicas e se acentuou a tensão entre dados verificados e desinformação (Komesu *et al.*, 2022). Nesse cenário, os algoritmos e as bolhas de informação ganharam relevância, revelando novos desafios para a vulgarização ética da ciência.

A compreensão desse processo exige situá-lo no quadro cultural descrito por Santaella (2007), em que os sistemas culturais se sobrepõem e interagem, sem substituir totalmente os anteriores. Assim, a atual hipercomplexidade midiática resulta da coexistência de seis formações históricas: oralidade, escrita, impressão, cultura de massas, cultura das mídias e cibercultura. A cultura das mídias, ao mediar a transição para a cibercultura, introduziu práticas comunicativas individualizadas e híbridas, sensibilizando os indivíduos para os meios digitais. Já a cibercultura, com a

qual lidamos ao observar enunciados de DC veiculados em meios digitais, promove a convergência das linguagens e mídias anteriores, criando sistemas hipermediáticos, em que o hipertexto e a multimídia se articulam para potencializar a interatividade e a circulação de sentidos.

Quando a DC encontra nas redes sociais um novo espaço de democratização de acesso ao conhecimento científico produzido, novas questões e novos desafios se impõem. Nessas redes, predominam produções marcadas pela hiperfragmentação: vídeos recortados, *reels* de duração mínima, postagens limitadas por poucos caracteres e imagens que condensam o máximo de informação em um único registro (De Grande; Oliveira, 2025). Tais características demandam pesquisas para entender os efeitos nos textos de DC decorrentes da circulação em redes sociais, inclusive no que se refere às relações específicas com o saber científico de origem. Nas seções subsequentes, buscamos contribuir para esse debate.

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza básica, cujo principal propósito reside na construção e ampliação do conhecimento sobre um determinado tema ou fenômeno, assim, independe, num primeiro momento, de sua aplicabilidade prática imediata. Confluem aqui o estudo teórico e empírico, com objetivo descritivo e explicativo (Paiva, 2019). Nossa abordagem é de cunho qualitativo-interpretativista e adotou como métodos a pesquisa bibliográfica e a documental.

Buscamos, inicialmente, através de revisão bibliográfica sobre DC e sobre cibercultura, aprofundar a compreensão inicial do tema visando captar qualitativamente transformações históricas da DC até sua chegada aos ambientes virtuais e, tendo feito isso, investigar propriamente o contexto sócio-histórico no qual a DC se realiza na contemporaneidade. Uma vez confirmada a existência de tais atualizações, nossas fontes bibliográficas nos serviram para comentar e problematizar as alterações percebidas. Passamos, então, a refazer o mapeamento de Cristovão *et al.* (2023), apresentado na próxima seção, revisitando, descrevendo e categorizando os canais de divulgação científica na área dos estudos da linguagem, a partir do qual

notamos o encerramento de muitas iniciativas. Assim, rastreamos perfis no Instagram de todos os canais mapeados por Cristovão *et al.* (2023) com o intuito de sanar dúvidas em relação aos encerramentos de atividades de perfis sem um motivo aparente e, de modo paralelo, buscamos averiguar se os canais ativos e inativos também produziam ou produziram em algum momento conteúdos de DC para a rede social em questão – ao fim das buscas, não encontramos respostas para o primeiro objetivo, o término das iniciativas, e com relação ao segundo objetivo, constatamos que os canais, via de regra, não produziam materiais de DC na outra rede.

Por termos criado uma conta do zero para investigar os perfis, o Instagram, através do algoritmo, passou a nos recomendar uma série de canais cujo tema era as ciências da linguagem e, em alguns casos, havia a produção de materiais de DC. A partir de então, num período compreendido entre fevereiro e julho de 2025, passamos a monitorar diferentes contas de divulgadores no Instagram. O caráter exploratório de nossa pesquisa teve seu conjunto de dados ampliados, então, através de um movimento similar ao percebido na técnica conhecida como *snowball*, em que a partir de um conjunto inicial de dados outros passam a compor a análise por “indicações”. Para, então, compreender a materialidade dos textos de DC na cibercultura, escolhemos dois perfis representativos a partir de um conjunto analisado para caracterizar as práticas de linguagem dessa esfera na rede social Instagram.

Apresentação dos resultados e discussão

1 (Re)mapeamento

Iniciamos esta seção apresentando o resultado do mapeamento feito por nós a partir de parte do levantamento de Cristovão *et al.* (2023) de canais brasileiros de DC. Atualizamos tal levantamento, pois, apesar de sua recência, notamos mudanças significativas no universo mapeado ao revisá-lo com o objetivo de compreender a DC no campo dos estudos da linguagem: muitos canais se tornaram inativos em poucos anos.

Constatamos que, de modo geral, dos 26 canais de DC mapeados, dezesseis não estavam mais ativos, isto é, postando conteúdos pelo menos no último ano. Da quantia restante, oito continuavam postando de modo periódico e duas contas não mais se enquadravam no critério estabelecido como canais de DC. Para o (re)mapeamento dos canais de DC na área dos estudos da linguagem, utilizamos como categorias: identificação; institucionalidade; suporte; direcionamento; e atividade, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Canais de DC (re)mapeados

Identificação	Institucionalidade	Suporte	Direcionamento	Atividade ²
Spin de Notícias	Não institucional	Site: Portal Deviante	Conteúdo amplo	X
Ciência Sem Fio	Não institucional	Site: Portal Deviante	Conteúdo amplo	X
SciKids	Não institucional	Site: Portal Deviante	Conteúdo amplo	O*
Contrafactual	Não institucional	Site: Portal Deviante	Conteúdo amplo	O*
Língua Ciência	Não institucional	Plataforma Spotify	Conteúdo direcionado	X
Palavra puxa palavra	Não institucional	Plataforma Spotify	Conteúdo direcionado	X*
Língua Livre	Não institucional	Plataforma Spotify	Conteúdo direcionado	X
Linguística vulgar	Institucional	Plataforma Spotify	Conteúdo direcionado	X
Babel Podcast	Não institucional	Plataforma Spotify	Conteúdo direcionado	O
ABRALIN	Institucional	Plataforma SoundCloud	Conteúdo direcionado	X*
#Linguística - Blog de ciências UniCamp	Institucional	Blog UniCamp	Conteúdo direcionado	O

² Como indicações gráficas desta categoria elegemos “X” para canais inativos, com o fundo preenchido em vermelho, e “O”, preenchido em verde, para perfis ativos. Além disso, conferimos um asterisco (X* ou O*), preenchido em amarelo, para os casos que julgamos necessitados de uma análise particular, requerendo, portanto, um espaço maior para a discussão.

Nós da Linguística	Institucional	Blog WordPress	Conteúdo direcionado	O
Ciência Hoje	Não institucional	Site da Revista	Conteúdo direcionado	X*
Membrana linguística	Não institucional	Portal Medium	Conteúdo direcionado	X
Revista Roseta	Não institucional	Site da Revista	Conteúdo direcionado	O
O Linguisticão	Não institucional	Blogspot	Conteúdo direcionado	X
Linguística de Boteco	Não institucional	Blog WordPress	Conteúdo direcionado	X
Enchendo Linguística	Não institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	X
Linguística do cotidiano	Institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	X
Com a palavra linguística	Não institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	X
LevelLetras	Não institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	O
Canal da Acesin	Institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	O
Linguagem na Lata	Institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	X
Handouts de Linguística	Não Institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	X
Bruna Martioli	Não Institucional	YouTube	Conteúdo amplo	O*

Fonte: Elaboração própria.

Mesmo compreendendo que os dados obtidos e analisados fazem parte de uma amostragem e não representam a totalidade do universo de casos de divulgação científica, nos parágrafos seguintes expandimos algumas reflexões captadas durante nossa geração de dados, julgando que sejam esclarecedoras sobre situações concretas de continuidade ou não desses e outros perfis.

Em primeiro lugar, destacamos os itens três e quatro apresentados no quadro, ou seja, respectivamente, os canais SciKids e Contrafactual.

Ambos, embora permaneçam ativos, apresentam como últimas postagens referentes ao recorte temático deste artigo, isto é, a DC na área de linguagens, na época do levantamento realizado por Cristovão *et al.* (2023). Em suma, durante nossas análises, vimos a necessidade de sublinhar estes dois perfis como casos ímpares. A razão disso se deve ao fato de que, ao colocarem em segundo plano as ciências da linguagem e passarem a tematizar sobre conteúdos em alta³, suas estratégias confirmam uma certa tendência de “ondas de interesse” nas ciências da linguagem (Cristovão; Pereira, 2023; Sampaio, 2018). Em conclusão, o caso revela, paralelamente, um certo apagamento destas ciências frente à área das ciências biológicas no horizonte de interesse da população.

Sobre o item seis da tabela, o canal Palavra puxa palavra, cujo nome era Ser linguagem, percebemos já na mudança no nome, mas não somente, uma tentativa do canal em se adequar, paulatinamente, à lógica das redes. Mesmo após tal tentativa, o canal foi desativado. As tentativas de mudança se tornam evidentes sobretudo no episódio intitulado “#DawtonAqui | Transição”. Nele, o pesquisador dono do canal, Dawton Valentim, graduado em Letras-Português e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), descreve o que chamou de “reposicionamento digital”, movimento que, segundo Valentim, representaria uma resposta à percepção de que os temas mais recorrentes em seu canal (“livros, universidade, linguística e literatura”) constituíam elementos de um processo de comunicação que não atendia “ao *marketing* de algoritmos” e, conseqüentemente, impactavam o seu alcance e reconhecimento – um dos motivos apontados pelo professor para o encerramento de suas atividades.

Já com relação ao canal da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), levantamos a discussão sobre em que medida o gênero entrevista, material da postagem considerada por Cristovão *et al.* (2023) para o enquadramento do perfil na lista de canais, pode ser caracterizado como um produto de DC. Em sua entrevista, a pesquisadora Mônica Savedra aparenta falar para outros pesquisadores, portanto, não se atentando a critérios canônicos de constituição da DC, como a retextualização e a didatização. Tomamos o caso em particular para explorar e retratar um fenômeno de maior amplitude: na medida em que discussões, políticas

³ Durante o período de nossas análises (meio de 2024 até o início de 2025), apesar da baixa frequência nas postagens dos canais, encontrávamos postagem como “Como os animais sabem o que podem comer?” (SciKids) ou “E se o Brasil desenvolvesse uma bomba atômica?” (Contrafactual), revelando um certo acompanhamento dos divulgadores com temas “em alta”.

e ações de DC se intensificam, mais frequentes se tornam os equívocos na compreensão do assunto, como já mencionado anteriormente (Braz; Cristovão, 2023; Ueda; Barros; Cristovão, 2025). Neste caso em específico, enquadramos, portanto, a fala da pesquisadora como um exercício de disseminação da ciência.

Por fim, destacamos o canal Bruna Martiulli. Martiulli é formada em Pedagogia e Letras pela FASB e mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Minho, em seu canal do YouTube percebemos a concretização do que Dawton Valentim chamou de um “reposicionamento digital”. Suas postagens continuam regulares, mas passaram a versar sobre um tipo diferente de conteúdo: no lugar de materiais de divulgação científica, encontramos regularmente a pesquisadora em seu dia a dia enquanto estudante do doutorado, fornecendo dicas de viagens, rotina, treino e estudos. Apesar de agora seus vídeos no YouTube versarem pouco ou nada sobre ciências da linguagem e DC, eles não foram completamente abandonados – como percebido nos itens três e quatro do quadro. Tampouco deixaram de existir ou serem postados – como no caso analisado nos itens seis e dez. Independente de quaisquer que tenham sido seus motivos, da transformação visível algo nos chama a atenção no que concerne à complexidade epistemológica do sistema cultural digital, em vias de transição.

2 Mapeamento de novas iniciativas de DC em linguagens

Conforme exibido na seção anterior, o (re)mapeamento dos canais originalmente investigados por Cristovão *et al.* (2023) revelou um número expressivo de propostas de DC descontinuadas. Contudo, de maneira quase paradoxal, não há uma retração do campo da DC. Pelo contrário, evidencia-se, cada vez mais, uma transformação nas dinâmicas de produção e circulação de conteúdos científicos, assentadas sob um crescente interesse acadêmico em problematizar o tema, como é feito nos dossiês “Gêneros textuais/discursivos e modos heterogêneos e singulares de construção e divulgação/popularização científica”, da *Revista ProLingua* (2024), e

“Divulgação/popularização da ciência linguística”, da *Revista Letras Raras* (2025). Ambos os dossiês, com artigos de autoria de diversos pesquisadores espalhados pelo Brasil e mundo, materializam, de maneira distinta, mas complementar, o interesse em investigar “a relação efetiva entre os gêneros textuais/discursivos e a dinâmica heterogênea das práticas comunicativas, no que respeita, especialmente, aos diferentes modos de construção, divulgação e popularização de conhecimentos científicos” (Pereira; Assis; Cristovão, p. i, 2024), buscando, assim, caracterizar práticas de divulgação e/ou popularização científica, sobretudo aquela feita na área de linguagens, e, conseqüentemente, “ampliar as discussões em torno do fortalecimento da relação entre a ciência linguística e a sociedade” (Moés; Pereira; Pinto, p. 5, 2025).

Diante da expansão das iniciativas de DC no campo dos estudos da linguagem, buscamos mapear novas propostas no YouTube e Spotify:

Quadro 2 – Novos exemplos de ações de DC em linguagens

Identificação	Institucionalidade	Suporte	Direcionamento	Atividade ⁴
Colmeia Linguística ⁵	Não institucional	Spotify e YouTube	Conteúdo direcionado	O
Mexendo com a Língua	Institucional	Spotify	Conteúdo direcionado	O
Linguística ON	Não institucional	Spotify	Conteúdo direcionado	O
Parafraseando	Institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	O
Projeto Linguística e Ensino	Institucional	YouTube	Conteúdo direcionado	O

Fonte: Elaboração própria.

Exemplificando o que fora dito, neste segundo quadro, mapeamos, ao todo, cinco novas ações de DC em linguagens posteriores ao mapeamento

⁴ Como indicações gráficas desta categoria elegemos “X” para canais inativos, com o fundo preenchido em vermelho, e “O”, preenchido em verde, para perfis ativos. Além disso, conferimos um asterisco (X* ou O*), preenchido em amarelo, para os casos que julgamos necessitados de uma análise particular, requerendo, portanto, um espaço maior para a discussão.

⁵ A partir dos resultados de sua cartografia e das entrevistas realizadas com divulgadoras científicas na época (Cristovão *et al.*, 2023), nasce a iniciativa da Colmeia Linguística (COLIN) (Cf. Braz; Cristovão, 2023).

de Cristovão *et al.* (2023). Em suma, ao olharmos para cada um dos canais, sem desconsiderar suas particularidades, percebemos, em linhas gerais, uma maior adequação aos preceitos constitutivos das práticas languageiras nas (das) redes digitais. É o caso, por exemplo, da concisão na duração dos conteúdos – com exceção do item 2, o canal Mexendo com a Língua, todos os outros canais possuem vídeos com a duração média entre 10 e 20 minutos.

A forma mais rápida de expor os conteúdos é respaldada pela sensibilidade dos sujeitos modernos hiperconectados, que buscam consumir o maior número de informações numa menor quantidade de tempo – o que mais uma vez demonstra a relação direta entre a língua em uso e as dinâmicas de construção dos enunciados (Volóchinov, 2021). Além disso, percebemos também uma presença maior de signos visuais. As imagens se apresentam para confirmar a necessidade da cibercultura em fundir os textos e a multimídia, articulados dessa maneira para potencializar uma maior interatividade com os usuários e o fluxo de seus sentidos (Santaella, 2007). Em conclusão, reconhecemos que os levantamentos prévios que fizemos poderiam (e podem) ser expandidos a esmo, buscamos aqui apenas desenvolver e evidenciar o fato de que existe uma ampliação das ações de DC que se confirmam não só pelas pesquisas, mas também por práticas cada vez mais diversas para se divulgar ciências, com ênfase nas ciências da linguagem.

3 Análise de perfis de DC no Instagram

No período em que se seguiu após o término de nossos esforços para reunir os dados e refazer o mapeamento proposto por Cristovão *et al.* (2023), mantivemos uma série de discussões cujo eixo central tinha como foco, principalmente, definir categorias e pensar os principais motivos para o encerramento de parte significativa dos canais de DC pertencentes a nossa amostragem. O fim abrupto de parte dos perfis, na maioria dos casos, não

tinha motivo aparente, nem qualquer pronunciamento que anunciasse o término das atividades. Nossa hipótese é de que, em uma parcela expressiva dos casos, aconteceu algo parecido com o que relatou o divulgador Dawton Valentim em seu depoimento sobre o fim do canal Palavra puxa palavra. Ou seja, ao não se adequarem a uma espécie de linguagem das redes, os canais, sobretudo os não institucionais, não atingiram um alcance necessário para que o algoritmo das redes impulsionasse os conteúdos, aumentando o engajamento e, conseqüentemente, o reconhecimento e possível monetização desses canais. Diante dessa constatação, passamos a nos questionar: quais são os critérios para a manutenção e popularização dos perfis de DC nas redes? A divulgação científica feita através das redes deve tender mais para o lado da lógica das redes ou da divulgação segura dos conteúdos? Essas escolhas são complementares? Excludentes?

Nossa decisão de proceder diretamente a uma análise qualitativa de determinados perfis no Instagram, sem a elaboração de um novo e extenso mapeamento de iniciativas, decorre sobretudo do fato de que o panorama das ações de DC em linguagens no Brasil foi recentemente investigado por trabalhos de envergadura. Destacamos, por exemplo, o trabalho de Leite e Carvalho (2025), responsável por mapear 38 novas ações de DC em linguagens, sendo nove delas perfis no Instagram. Evidenciamos também a tese de Guilherme Moés (2025). Moés, ao tomar como objeto as práticas languageiras de divulgação científica da Linguística no Brasil, encontra uma série de pesquisadores e iniciativas que divulgam ciência através dos seus perfis no Instagram. Com o cenário já mapeado por outros pesquisadores, nossa pesquisa opta por avançar e adotar uma abordagem direcionada aos critérios constitutivos dos perfis de DC no Instagram. Como exemplo de abordagem semelhante temos o trabalho de Marcelino Silva e Queiroz (2025), que, partindo do reconhecimento da existência de múltiplos perfis, concentra-se em analisar as publicações do perfil @linguisticamente. falando.

Portanto, dentre a gama de perfis por nós observados no Instagram, 28 no total, dois foram os que escolhemos para comporem

uma análise mais pormenorizada do cenário. São eles: @prolinguegp⁷ e @linguisticamentefono⁸/@emilysilvano_phd. O segundo perfil escolhido mudou de nome ao longo desta pesquisa, por isso mantemos o nome antigo (o primeiro) e o novo (o segundo). A escolha dos referidos perfis levou em conta o fato de ambos serem representativos de um dos dois tipos de perfis mais comuns de DC na rede, segundo nosso levantamento, isto é: a) canais institucionais de divulgação, geralmente vinculados a um grupo de pesquisa e/ou instituição e; b) canais pessoais de divulgação, ou seja, contas em que o conteúdo postado está frequentemente relacionado a um divulgador e seu trabalho/área de especialização. Interessante notar que a mudança de nome do perfil mais pessoal reforça, exatamente, o nome próprio da divulgadora de ciência.

No quadro a seguir, destacamos as características gerais de ambas as contas para, em seguida, analisarmos exemplos concretos de práticas de DC nas duas páginas:

Quadro 3 – Contas de divulgação científica

Identificação	Institucionalidade	Formato	Direcionamento	Atividade ⁹
@prolinguegp	Institucional	Carrossel	Conteúdo direcionado	O
@linguisticamentefono @emilysilvano_phd	Não institucional	Carrossel e reels	Conteúdo direcionado	O

Fonte: Adaptado de Oliveira e De Grande (2025).

Preliminarmente, destacamos a supressão e a ampliação de algumas das categorias levantadas por Cristovão *et al.* (2023) e desenvolvidas por nós ao refazer o mapeamento. Isso se deve particularmente ao novo protocolo

⁷ O primeiro dos perfis analisados, de viés institucional, está vinculado ao LABICO (Laboratório de Bilinguismo e Cognição), que, por sua vez, filia-se ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De acordo com informações disponibilizadas no perfil, o trabalho de divulgação científica da página é realizado por múltiplos pesquisadores.

⁸ O segundo perfil analisado, de caráter não institucional, é da pesquisadora Emily Silvano. Segundo informações disponibilizadas em seu perfil, Emily Silvano é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e cursa Pós-Doutorado na Universidade Johns Hopkins.

⁹ Em alinhamento com o quadro anterior, optamos por manter os perfis ativos identificados com o caractere "O" em um fundo com preenchimento verde.

instituído em que pretendemos examinar situações em que a DC ocorre de forma dialógica ao seu contexto maior, isto é, responde ao arranjo das redes, bem como as questões verbais e extraverbais de seus interlocutores – o que pode ser observado, por exemplo, na adequação ou recusa aos jargões das redes na composição dos textos (Volóchinov, 2021). Assim sendo, apresentamos a seguir dois exemplares de postagens que constituíram o *corpus* da pesquisa, cada um retirado de um dos perfis estudados para, em seguida, relacionarmos a análise das categorias elegidas no quadro 3:

Ilustração 1¹⁰– Postagem de DC no perfil @prolinguegp

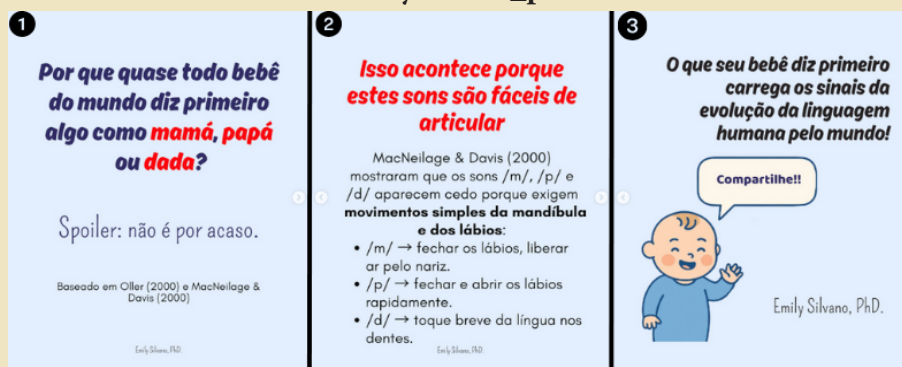


Fonte: Página do Instagram de @prolinguegp¹¹.

10 No primeiro dos exemplos, o perfil do @prolinguegp comunica que um “estudo brasileiro investigou como ouvir música enquanto lemos pode afetar (positivamente ou negativamente) a nossa compreensão leitora em L2”. A apresentação da pesquisa é feita utilizando como mote a pergunta “é possível ler enquanto escutamos Dua Lipa e ter uma boa compreensão?”. Ao fim, os autores expõem as referências base utilizadas para a elaboração do material de DC.

11 A postagem é composta de dezesseis imagens, das quais selecionamos apenas três, não ordenadas, a título de exemplificação. Material completo disponível em: <https://www.instagram.com/p/DRvXZp6EWlv/?igsh=bWRrdTJtcnV0anBm>.

Ilustração 2¹² – Postagem de DC no perfil @linguísticamentefono/@emilysilvano_phd



Fonte: Página do Instagram de @emilysilvano_phd¹³.

O primeiro dos critérios abordados foi o da institucionalidade¹⁴. Em ambas as contas analisadas, percebemos que o *status* de institucionalidade influencia na estruturação composicional das publicações, bem como de suas unidades linguísticas, formando o estilo do enunciado (Rojo, 2013), que reflete numa maior ou menor padronização conforme a filiação, ou não, a uma instituição. Podemos notar, no perfil institucional (Ilustração 1), um *design* homogêneo, principalmente quando posto ao lado de outras publicações do perfil, com fontes, paletas de cores e ilustrações padronizadas, de forma quase protocolar, constituindo assim uma identidade visual desvinculada de sujeitos e centrada sobretudo no grupo de pesquisa. Paralelamente, situamos o segundo perfil analisado (Ilustração 2) de maneira diversa. Neste, há uma maior heterogeneidade nas escolhas que constituem o *design* da publicação, conferindo à conta marcas de personalidade que refletem escolhas feitas com maior liberdade, conforme o gosto. Assim, quando analisada ao lado de outras publicações, torna-se nítido a pesquisadora que existe e vive nos bastidores do trabalho de

¹² Na publicação do segundo exemplo, Emily Silvano baseia-se na pesquisa de Oller (2000) e MacNeilage e Davis (2000) para explicar a razão de “mamãe” e “papai” aparecerem “entre as primeiras palavras dos bebês no mundo todo”. No último quadro, a autora encerra o assunto com uma frase síntese e solicita ao público que compartilhe a publicação.

¹³ A publicação original possui ao todo seis imagens, das quais escolhemos três, não ordenadas, para comporem este exemplo. Material completo disponível em: <https://www.instagram.com/p/DN1Ubh84jJ/?igsh=cjVleTg1d2c2ZHg5>.

¹⁴ Nos pareceu pertinente manter este critério pois, conforme evidenciado em dados do quadro 1, numa relação de proporcionalidade, percebemos que grande parte dos canais de DC descontinuados eram **não institucionais**. Podendo concluir, portanto, que a institucionalidade desempenha uma função na permanência da atividade de propostas de DC, talvez em razão do vínculo e/ou financiamento – quando este último está disponível. Pesquisadores diversos têm atentado para este fato (cf. Cristóvão *et al.*, 2023; Freitag, 2025).

divulgação. Em relação ao conteúdo dos enunciados, ambos partem de uma possível curiosidade de um público amplo, apresentada por meio de uma pergunta, e citam explicitamente pesquisas na área dos Estudos da Linguagem, que são didatizadas, retextualizadas e recontextualizadas tendo em vista a circulação dos enunciados na rede social digital.

Na segunda categoria, em que versamos sobre o formato utilizado pelos perfis para fazer DC, dedicamos maior tempo para comentar, discutir e classificar nossos resultados. Isso se deve a alguns fatores. Inicialmente, notamos que ambos os perfis convergem quanto à utilização do formato carrossel (Ilustrações 1 e 2), fato representativo de uma adequação das diferentes práticas de DC às demandas de um tempo e lugar histórico atravessado pela lógica das redes. Assim, através do formato carrossel, as postagens passam a agrupar, em uma única publicação, um maior número de imagens, utilizando elementos de diferentes semioses, compilando variadas informações, prontas para serem acessadas com um simples toque para o lado (Rojo, 2013). A isso, soma-se também o fato de que, com mais imagens, conseqüentemente, poderá haver maior engajamento e alcance das publicações, o que corresponde a uma demanda indissociável da cibercultura: a algorítmica (Santaella, 2007). É o caso, por exemplo, observado na ilustração 1, em que os divulgadores do Grupo ProLinGue, através de elementos de referência – texto, imagens e cores –, ancoram sua peça de DC a um elemento cultural pertencente a um determinado nicho através da imagem de uma cantora pop, e, após gerar a aproximação dos leitores, passam à exposição da pesquisa de “Azevedo, Oliveira, Finger e Tomitch (2025)”. É curioso notar como ambas as contas manipulam essa nova forma de organizar e dispor as informações para constituir materiais que sejam manifestações autênticas de divulgação científica e compatíveis com a lógica das redes (De Grande; Oliveira, 2025; Grillo, 2013; Rojo, 2013). Ao fim disso, destacamos ainda que, no perfil não institucional, é mais comum a divulgação através dos *reels*. Nesses vídeos de menor duração, a pesquisadora explica algum tema cotidiano e/ou viral nas redes de forma didática. Cabe verificar que a Emily Silvano aparece e faz uso de sua própria imagem durante toda a exposição, o que, em maior ou menor grau, provoca uma indissociabilidade personalística entre a sua imagem e o conteúdo divulgado.

Com relação ao direcionamento, objetivamos entender, nessa categoria, de que modo os perfis direcionam e focalizam suas atenções em meio à hiperfragmentação dos ambientes digitais. Em suma, constatamos que nos perfis selecionados prevalece o enfoque para questões referentes à grande área das ciências da linguagem – ainda que, no perfil não institucional, em razão da sua maior proximidade com a personalidade da pesquisadora, também sejam exibidas informações particulares da vida da divulgadora e do seu dia a dia, para além de seus ofícios. Enfim, como fechamento, analisamos a categoria atividade, na qual pudemos atestar que ambos os perfis permanecem ativos e com postagens frequentes – aspecto positivo quando contrastado com a realidade do elevado número de canais que exibimos em inatividade durante o mapeamento apresentado na primeira parte desta seção. No caso investigado durante esta segunda análise, as duas iniciativas, mesmo com mais de três anos de atividade, resistem e continuam contribuindo para a sociedade, divulgando e tornando acessível conteúdos científicos de maneira regular.

Considerações finais

Em conclusão, ao olharmos para as práticas contemporâneas de DC nas redes digitais, em particular as da área de Linguagens, podemos constatar uma série de alterações que entendemos serem respostas das práticas de DC ao ecossistema das TDICs, atravessado pela cibercultura, que funciona como uma força centrípeta nos discursos que nela são construídos.

A descontinuidade de projetos de DC, sobretudo os não institucionais, notada durante o levantamento, por exemplo, é um fator marcante e determinante, que parece refletir a rapidez das tendências e a fragmentação das redes. Soma-se, paradoxalmente, a isso uma ampliação nas ações e pesquisas sobre a DC em Linguagens (Cristovão, 2025; Leite; Carvalho, 2025; Moés, 2025; Ueda; Barros; Cristovão, 2025). Nesse ambiente, ocorrem uma série de negociações responsáveis pela adesão em maior ou menor grau de técnicas e procedimentos provenientes do ambiente digital e, portanto, constitutivo de seus enunciados pelos divulgadores para

se manterem dentro do “*marketing* de algoritmos” – como é o caso da condensação de conteúdos em carrosséis e/ou *reels* a serem veiculados em ambientes virtuais múltiplos.

Dado o exposto, muitas são as reflexões possíveis que poderíamos lançar mão para arrematar esta pesquisa. Em síntese, dessa série de fatores analisados, chegamos a um sem-número de considerações, mas todas elas são indubitavelmente parciais, o que acaba por refletir o emaranhado caminho a ser percorrido em direção ao esclarecimento de questões que envolvam práticas languageiras em (nas) redes digitais. Acreditamos que se tornou evidente, durante o presente texto, que as Ciências da Linguagem, através de seus divulgadores e pesquisadores – pesquisadores divulgadores e divulgadores pesquisadores –, têm se colocado no palco das discussões, presentificando e reivindicando espaços de destaque.

Conforme demonstraram Cristovão *et al.* (2023), durante entrevistas realizadas com divulgadores de ciência, os processos que dão origem e motivam ações de DC, apesar de suas inúmeras diferenças, como é o caso da institucionalidade, convergem sobretudo em dois momentos: primeiro, no consumo de outros conteúdos de DC; e, segundo, no desejo de horizontalizar conhecimentos científicos para um público amplo alheio a ele, neste caso em específico, conhecimentos linguísticos (Cristovão *et al.*, 2023, p. 300-303). Nesse sentido, alimentadas pelo desejo de reconhecer, valorizar e trazer horizontalidade ao conhecimento científico, as pesquisas sobre novas práticas de DC devem seguir o princípio perpetrado pelo significado de Sankofa – um símbolo da cosmovisão africana trazida ao Brasil durante o processo de colonização –, que nos ensina a buscar no passado os aprendizados necessários para compreender o futuro. Enfim, esperamos, desse modo, contribuir para que a discussão avance na esfera acadêmica, pois assim poderemos desenvolver e aperfeiçoar o olhar estratégico para as redes e, sobretudo, mirar em estratégias, como a divulgação científica nesses espaços, que reafirmam os laços entre a universidade e seu principal pilar: a sociedade.

Referências

BRAZ, Bruna Oliveira; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Análise de produções textuais multimodais de divulgação científica das ciências da linguagem. *Entrepalavras*, v. 13, n. 2, p. 111-129, maio/ago. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-22664>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BOLTER, Jay David. Remediation and the Desire for Immediacy. *Convergence*, v. 6, n. 1, p. 62-71, 2000.

BUCCI, Eugênio. *Incerteza, um ensaio: como pensamos a ideia que nos desorienta (e orienta o mundo digital)*. São Paulo: Autêntica, 2023.

CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Cartografia de pesquisas sobre divulgação científica. *PROLÍNGUA*, v. 19, n. 2, p. 41-57, 2025. DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2024v19n2.71544. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/71544>. Acesso em: 22 set. 2025.

CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes *et al.* Uma cartografia da divulgação científica em Ciências da Linguagem no Brasil e em Portugal. *Diacrítica*, v. 37, n. 1, p. 284-309, 2023. DOI: 10.21814/diacritica.5400. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/5400>. Acesso em: 19 set. 2025.

CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; PEREIRA, Luísa Álvares. A divulgação científica nas ciências da linguagem do Brasil e de Portugal: mídias e gêneros em foco. In: GRAÇA, Luciana *et al.* (org.). *Da didática de língua(s) ao seu ensino: estudos de homenagem ao professor Joaquim Dolz*. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 211-229.

DE GRANDE, Paula Baracat; OLIVEIRA, Gustavo André. Novos desafios em se fazer divulgação científica na contemporaneidade. *PROLÍNGUA*, v. 19, n. 2, p. 1-7, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2024v19n2.72447. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/72447>. Acesso em: 19 set. 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.).

Divulgação científica em ambientes virtuais: reflexões e possibilidades sobre práticas aparentemente insurgentes

O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.15-41.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 4).

FREITAG, Raquel. Políticas de financiamento e divulgação da ciência. *Revista da Anpoll*, v. 56, p. e2030, 2025. DOI: 10.18309/ranpoll.v56.2030. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/2030>. Acesso em: 25 fev. 2026.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros*. 2013. Tese (Livre Docência em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KLEIMAN, Angela B. *et al.* O conceito de letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 63, n. 1, p. 240-254, jan./abr. 2024.

KOMESU, Fabiana *et al.* Covid-19 e desinformação: notas sobre o serviço brasileiro “Saúde sem Fake News” e seu leitor. *Revista Investigações*, Recife, v. 35, n. 2, p. 1-28, 2022.

LEITE, Evandro Gonçalves; CARVALHO, Eduardo Gonçalves de. Mapeamento de ações de divulgação científica da Linguística no Brasil. *Revista da Anpoll*, v. 56, p. e2025, 2025. DOI: 10.18309/ranpoll.v56.2025. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/2025>. Acesso em: 19 set. 2025.

MARCELINO SILVA, Juliana; QUEIROZ, Thiago Felinto Oliveira de. Linguisticamente falando: a divulgação/popularização do conhecimento científico em publicações de um perfil no Instagram. *Revista Letras Raras*,

Campina Grande, v. 14, n. 2, p. e6354, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15531889. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/6354>. Acesso em: 21 set. 2025.

MOÉS, Guilherme. *A divulgação/popularização científica da Linguística no Brasil: uma análise histórica, agentiva e responsiva*. 2025. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

MOÉS, Guilherme; PEREIRA, Regina Celi Mendes; PINTO, Rosalice. Apresentação. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 14, n. 2, p. e6226, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15549268. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/6226>. Acesso em: 21 set. 2025.

OLIVEIRA, Dener Martins de; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; DE GRANDE, Paula Baracat. Os conceitos de transposição didática e didatização na produção de materiais didáticos de línguas: aproximações e distanciamentos. In: SEMINÁRIO DE LETRAMENTOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS – SELAC, 3., 2025, Londrina. *Anais eletrônicos [...]*. Londrina: UEL, 2025. p. 297-302.

OLIVEIRA, Gustavo André; DE GRANDE, Paula Baracat. Práticas de divulgação científica em ambientes virtuais: limites e potencialidades. In: SEMINÁRIO DE LETRAMENTOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS – SELAC, 3., 2025, Londrina. *Anais eletrônicos [...]*. Londrina: UEL, 2025. p. 325-330

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Manual de pesquisas em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.

PEREIRA, Regina Celi Mendes; ASSIS, Juliana Alves; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Apresentação: Gêneros textuais/discursivos e modos heterogêneos e singulares de construção e divulgação/popularização científica. *PROLÍNGUA*, v. 19, n. 2, p. i-iii, 2025. DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2024v19n2.65783. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/65783>. Acesso em: 21 set. 2025.

Divulgação científica em ambientes virtuais: reflexões e possibilidades sobre 150 práticas aparentemente insurgentes

ROJO, Roxane. O letramento escolar e os textos da divulgação científica – a apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 8, n. 3, p. 581-612, set./dez. 2008.

ROJO, Roxane. A teoria dos gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e os multiletramentos. In: ROJO, Roxane (org.). *Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

SAMPAIO, Thiago Oliveira da Motta. Onde estão os linguistas na divulgação científica brasileira? *Revista do EDICC*, v. 5, n. 1, out. 2018.

STREET, Brian V. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge, MA.: Cambridge University Press, 1984.

UEDA, Daisy; BARROS, Eliana Merlin de; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Mapeamento sistemático da literatura: pesquisas sobre divulgação científica na área da Linguística. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 14, n. 2, p. e6258, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15531364. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/6258>. Acesso em: 19 set. 2025.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2021.

Divulgação científica na esfera acadêmica: estudo do efeito de informalidade em roteiros escritos de *podcast* de pós-graduandos*

Augusto Oliveira Dordan**

Julia Giacon***

Resumo

A partir de pressupostos teórico-metodológicos dos Estudos de Letramentos e da Análise Dialógica do Discurso, este trabalho tem como objetivo explorar regularidades enunciativas que corroboram a construção de efeito de informalidade no trabalho do escrevente universitário com uma prática acadêmico-científica para a qual não é necessariamente formado, mas pela qual é potencialmente cobrado: a divulgação de seu trabalho científico a um público amplo. O conjunto do material é formado de 39 roteiros de *podcast* de divulgação científica produzidos por pesquisadores em formação na área de Humanidades, no contexto de uma disciplina de pós-graduação. A organização do *corpus* e da análise foi realizada com auxílio do *software* de análise qualitativa MAXQDA 24. Parte-se da hipótese de que, ainda que não haja instrução explícita quanto ao estilo de linguagem a ser empregado nesse tipo de produção textual escrita, aspectos linguístico-discursivos relacionados ao registro informal da língua emergem como índice do movimento do escrevente em direção ao presumido do gênero (Corrêa, 2011; Volóchinov, 2019). Os resultados indicam que os aspectos linguístico-discursivos que emergem nas produções textuais configuram, predominantemente, duas regularidades enunciativas: (i) caracterização valorativa e (ii) registro vocabular, na relação com o presumido do gênero relacionado à aproximação entre esfera acadêmica e esfera do cotidiano.

Palavras-chave: letramentos acadêmico-científicos; discurso científico; presumidos sociais; divulgação científica; informalidade.

* Este estudo é resultante do apoio das seguintes agências de fomento: (i) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/Proc. nº 23/06752-6 e 23/08765-8), no âmbito do Projeto Temático "Aprendizes universitários em práticas contemporâneas de letramento acadêmico-científico para a formação de professores e de pesquisadores globalizados" (Proc. nº 2022/05908-0); e (ii) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt/Proc. nº 88887.936730/2024-00), no âmbito da rede de pesquisa internacional "Literacies in Different Fields of Knowledge".

** Universidade Estadual Paulista (UNESP); Mestre em Estudos Linguísticos; Doutorando em Estudos Linguísticos; Membro do Grupo de Pesquisa "Práticas de leitura e escrita em contexto digital" (UNESP/CNPq); Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5974-6988>.

*** Universidade Estadual Paulista (UNESP); Licenciada em Letras (Português/Espanhol); Mestranda em Estudos Linguísticos; Membro do Grupo de Pesquisa "Práticas de leitura e escrita em contexto digital" (UNESP/CNPq); Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7668-2835>.

Scientific Dissemination in the Academic Sphere: Study of the Effect of Informality in Graduate Students' Written Podcast Scripts

Abstract

Based on the theoretical and methodological assumptions of the New Literacy Studies and Dialogic Discourse Analysis, this study aims to explore enunciative regularities that support the construction of an effect of informality in the work of university writers engaging in an academic-scientific practice for which they are not necessarily trained, but to which they are potentially held accountable: the dissemination of their scientific work to a broad audience. The dataset comprises 39 podcast scripts for scientific dissemination produced by early-degree researchers in the field of Humanities, within the context of a graduate-level course. The organization of the *corpus* and the analysis were carried out using the qualitative analysis software MAXQDA 24. The study is based on the hypothesis that, even in the absence of explicit instruction regarding the style of language to be employed in this type of written production, linguistic-discursive aspects related to the informal register of language emerge as an index of the writer's movement toward the assumed expectations of the genre (Corrêa, 2011; Volóchinov, 2019). The results indicate that the linguistic-discursive aspects that emerge in the textual productions predominantly configure two enunciative regularities: (i) evaluative characterization and (ii) lexical register, in relation to the assumed features of the genre associated with the approximation between the academic and everyday sphere.

Keywords: academic-scientific literacy; scientific discourse; social assumed; scientific dissemination; informality.

Introdução

Nos estudos da linguagem e na etnografia, a concepção das práticas sociais de leitura e de escrita é traçada a partir de diferentes vertentes e perspectivas teórico-metodológicas, como ressaltam Kleiman *et al.* (2024). Este estudo se insere numa vertente sociocultural (Street, 2010; Lankshear; Knobel, 2011; Lea; Street, 2014) e discursiva (Corrêa, 2011) dos Estudos de Letramentos. Tal perspectiva considera que as práticas de leitura e escrita em diferentes esferas (acadêmica, científica, digital etc.) são, por um lado, indissociáveis de sua dimensão social e, por outro, da história de sentido que carregam. Especificamente, inserimo-nos numa agenda de investigações que busca compreender o modo como diferentes práticas contemporâneas de letramento acadêmico-científico presentes na cultura digital se constituem em meio a tensões resultantes da relação contraditória entre diferentes sujeitos, instituições e identidades sociais (Komesu, 2013; Assis; Komesu; Pollet, 2021; Tenani, 2023; Dordan, 2025; Alexandre *et al.*, 2025).

Este trabalho tem como objetivo explorar regularidades enunciativas que corroboram a construção de efeito de informalidade no trabalho do escrevente universitário com uma prática acadêmico-científica para a qual não é necessariamente formado, mas pela qual é potencialmente cobrado: a divulgação de seu trabalho científico a um público amplo. A exemplo do que propõe Corrêa (2011), parte-se da hipótese de que, ainda que não haja instrução explícita quanto ao estilo de linguagem a ser empregado nesse tipo de produção textual escrita, aspectos linguístico-discursivos relacionados ao registro informal da língua emergem como índice do movimento do escrevente em direção ao presumido do gênero, constituindo regularidades enunciativas. O conjunto do material é formado de 39 roteiros de *podcast* de divulgação científica produzidos por pesquisadores em formação na área de Humanidades, no contexto de uma disciplina de pós-graduação. A análise empregada foi de natureza qualitativa, com aplicação de critérios quantitativos na sistematização de regularidades enunciativas.

O trabalho está organizado da seguinte forma: após esta breve introdução, passamos à discussão da constituição de práticas de letramento acadêmico-científico da contemporaneidade, como a divulgação científica

por meio de *podcasts*. Na seção seguinte, propomos uma interpretação discursiva para o uso de registro informal da língua na escrita acadêmico-científica notado por autores do campo da Linguística Aplicada. Em seguida, apresentamos o conjunto do material e os procedimentos metodológicos adotados. Na seção de resultados e de análise dos dados, debruçamo-nos sobre a interpretação de aspectos linguístico-discursivos relacionados ao registro informal da língua que emergem nas produções textuais escritas analisadas. Por fim, nas considerações finais, sistematizamos os resultados a fim de contribuir com os estudos de letramento e de discurso, no que se refere ao reconhecimento da heterogeneidade das práticas de letramento acadêmico-científico contemporâneas e da indissociabilidade entre fato linguístico e prática social.

Dos *papers* aos *podcasts*: práticas letradas acadêmico-científicas da contemporaneidade

Como tem sido admitido em discussões no campo dos estudos de letramentos, os diferentes tipos de desenvolvimento tecnológico observados nas últimas décadas geraram efeitos igualmente diversos no modo como os sujeitos interagem em práticas sociais de leitura e de escrita (Lankshear; Knobel, 2011; Fluckiger, 2020). Na esfera acadêmica, particularmente, alguns desses desafios estão ligados a mudanças no modo como a ciência é produzida e comunicada no contexto da cultura digital (Luzón; Pérez-Llantada, 2022). Nessa discussão, dois conjuntos de práticas distintas podem ser considerados no que se refere às formas de comunicar ciência na contemporaneidade: a comunicação entre pares, em práticas de comunicação científica; e a extrapares, dirigida a um público não especializado, em práticas de divulgação científica (Bueno, 2010). Na concepção de Bueno (2018, p. 57), já numa discussão sobre a divulgação científica no contexto digital, a segunda prática se diferencia da primeira por

[...] transita[r] fora dos canais tradicionais da comunicação científica, pode[r] ou não ser produzida pelos pesquisadores ou cientistas, incorpora[r] uma linguagem ou discurso acessível para seu público principal: o cidadão comum, o não especialista.

Em relação à comunicação científica, nota-se que a influência dos avanços tecnológicos resultou numa acentuada demanda por atualização constante e abertura das etapas de produção do conhecimento científico, como se pode verificar na valorização e no incentivo de publicações *preprint* e de Ciência Aberta (*Open Science*)¹, conforme se vê em Clinio (2019). Em relação à divulgação científica, Luzón e Pérez-Llantada (2022) destacam a abertura da possibilidade de comunicação “direta” entre pesquisador e público geral – sem mediação da esfera jornalística outrora característica dessa prática – gerada pela consolidação das mídias digitais como forma de comunicação e dos gêneros constituídos na esfera digital. Nessa concepção, o posicionamento direto e explícito permitiria, aos pesquisadores, “[...] desempenhar o papel de intelectuais populares e discutir publicamente novas pesquisas”, a fim de influenciar o debate público em assuntos de interesse social (Luzón; Pérez-Llantada, 2022, p. 37, tradução nossa)².

Ações dessa natureza que emergem da esfera acadêmica podem ser compreendidas como vinculadas a uma prática contemporânea de divulgação científica, que tem no centro do processo o próprio pesquisador. O pesquisador, por sua vez, é vinculado a uma instituição de ensino e pesquisa, que pode tomar como objeto de divulgação (i) a sua própria pesquisa, (ii) as pesquisas de seu grupo ou laboratório, (iii) temas de interesse comum ou urgentes em um determinado período sócio-histórico, entre outras possibilidades. Trata-se da divulgação científica constituída na esfera acadêmica. Convém sublinhar essas especificidades em razão da nossa hipótese de que a divulgação científica é uma prática primordialmente heterogênea do ponto de vista de sua constituição e materialização por conta da diversidade de agentes produtores (pesquisadores universitários, pesquisadores independentes, jornalistas, professores e estudantes de diferentes níveis de ensino), de contextos de produção (esferas acadêmica, midiática, educacional) e de públicos projetados (interlocutores sem formação acadêmico-científica consolidada, estudantes, outros potenciais interessados no tema) envolvidos nesse processo. Nessas variadas

1 No contexto brasileiro, temos o exemplo da Associação Brasileira de Linguística (Abralín), que tem adotado, nos últimos anos, políticas de acesso e seleção de trabalhos para publicação em seus periódicos voltadas ao movimento Ciência Aberta. Em nota, a Abralín informa que a adoção dessas políticas desde 2019 tem relação intrínseca com a crise de replicabilidade (relação de um estudo científico com outros) e credibilidade da ciência (relação de um conhecimento científico com a sua percepção pública) que decorre da falta de transparência nos processos de produção, avaliação e compartilhamento de conhecimento. Disponível em: <https://abralin.org/ciencia-aberta/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

2 No original, “[...] to perform the role of public intellectuals, and discuss new research publicly”.

materializações da prática, emerge um elemento comum, a saber, uma concepção de uso de registro informal da língua, presente em produções que se voltam para um público amplo. Trata-se de um estilo de comunicação pouco teórico e formal e, supostamente, acessível e informal (Bueno, 2018; Chagas; Massarani, 2020; Luzón; Pérez-Llantada, 2022).

Nesse cenário, podemos afirmar que os efeitos do *boom* de desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) foram sentidos não somente na produção e circulação de conhecimento científico, como vimos em Luzón e Pérez-Llantada (2022), como também na recepção de informações relacionadas à ciência e à tecnologia (C&T). Desse modo, falar sobre divulgação científica hoje demanda levar em conta práticas de leitura e escrita em diferentes semioses – as quais mobilizam tanto o suporte físico quanto o digital, tanto o texto escrito quanto o audiovisual –, como é possível constatar a partir da última edição da pesquisa “Percepção pública da Ciência & Tecnologia no Brasil”. A investigação, realizada em 2023 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Governo Federal, constatou que a maioria dos entrevistados obtém informações relacionadas à C&T a partir de redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais (72,9%), seguido de programas de televisão (71,8%), matérias de jornais ou revistas (64,4%) e rádios e *podcasts* (54%); livros e enciclopédias *on-line* aparecem em penúltimo (49,8%) e último lugar (43,9%), respectivamente (CGEE, 2024).

Representando o interesse de 54% do público entrevistado na pesquisa do CGEE, o *podcast* – mídia caracterizada por um arquivo de áudio publicado de forma *on-line* – parece, pois, constituir um espaço profícuo para o desenvolvimento de práticas de divulgação científica na contemporaneidade por conta de sua aparente “facilidade de produção e compartilhamento”, como argumentam Dantas-Queiroz, Wentzel e Queiroz (2018). Para os autores, “[...] qualquer pessoa com acesso a um computador com microfone, a um *software* de gravação e à internet tem a capacidade de produzir esse tipo de conteúdo” (Dantas-Queiroz; Wentzel; Queiroz, 2018, tradução nossa)³. Nesses termos, os autores privilegiam a discussão do potencial e dos desafios da comunicação de ciência em *podcasts* no Brasil, a partir de um mapeamento do consumo, dos formatos populares e do perfil do ouvinte.

3 No original, “[...] anyone that has access to a computer with a microphone, recording software and the Internet has the capacity of producing this kind of content”.

Em contrapartida, da perspectiva dos estudos linguísticos, a suposta “facilidade” de produção de *podcasts* em contexto acadêmico é contestada por Tenani (2023), em crítica ao apagamento da complexidade enunciativa do formato. Em diálogo com autores que discutem o uso criativo da ferramenta em contexto pedagógico, como McGarr (2009 *apud* Tenani, 2023), a pesquisadora pontua que tais práticas desconsideram a complexidade enunciativa desse tipo de produção, no qual se dá o encontro entre práticas orais/faladas e letradas/escritas nas diferentes etapas de construção do *podcast*: faz-se necessária, *a priori*, a elaboração de um roteiro escrito para ser performado *a posteriori*, na etapa de gravação do episódio; ou seja, o produto final é sonoro, mas partiu de uma organização textual que mobiliza o suporte escrito. Assim, Tenani (2023) argumenta que o trabalho com *podcasts* não deveria ser pensado no âmbito de sua facilidade de produção e circulação, mas a partir das práticas letradas digitais contemporâneas que particularizam e são mobilizadas por produtores e por ouvintes, pensadas no âmbito de novos suportes e modos de enunciar o saber científico na esfera acadêmica – caso do *podcast*.

Estendida à reflexão sobre a divulgação científica produzida por pesquisadores, essa proposição nos permite compreender que, no ensino superior, o interesse no trabalho com *podcasts* dessa natureza representa também uma entrada para a discussão sobre as relações entre diferentes práticas letradas contemporâneas. Especificamente, o registro informal da língua colocado por vários autores como traço característico de práticas de divulgação científica e de produção de *podcasts* (Bueno, 2018; Dantas-Queiroz; Wentzel; Queiroz, 2018; Chagas; Massarani, 2020; Luzón; Pérez; Llantada, 2022) representa um ponto de interesse a uma investigação sobre a emergência de regularidades enunciativas materializadas por aspectos dessa natureza em roteiros escritos de *podcast* produzidos por pós-graduandos, como discutimos a seguir.

Informalidade na escrita acadêmico-científica: contribuições da perspectiva discursiva

No campo da Linguística Aplicada e das investigações sobre a escrita acadêmico-científica, há um argumento sustentado por Hyland e Jiang (2017) de que, em comunidades disciplinares específicas, gêneros dessa esfera têm presenciado a emergência de aspectos ligados ao registro informal da língua, em oposição à formalidade e objetividade esperadas deles e das características enunciativas do discurso científico. A investigação quali-quantitativa dos autores toma a informalidade como um traço da língua *per se* que vem sendo empiricamente observado em práticas de escrita em diferentes esferas sociais, como a publicitária, a jornalística, a corporativa e, como argumentam, também a acadêmico-científica. Nessa perspectiva, a construção de um efeito de informalidade na escrita acadêmica consiste em uma estratégia utilizada por um escritor (indivíduo) para conferir a seu texto (produto) a “[...] expressão de um tom mais pessoal, o que implica uma relação mais próxima com os leitores, uma disposição para negociar afirmações e uma atitude positiva em relação à subjetividade” (Hyland; Jiang, 2017, p. 42, tradução nossa)⁴. A definição de informalidade adotada pelos autores, de uma perspectiva pragmática, considera ainda que esse aspecto (i) está ligado à abertura à negociação interacional por parte do pesquisador; (ii) é reconhecível a partir de marcas linguísticas e retóricas no texto; e (iii) funciona num *continuum* da formalidade à informalidade, não binariamente.

No que se refere às chamadas marcas linguísticas e retóricas, os autores argumentam que a expressão desse “tom mais pessoal” se dá a partir da seleção e da utilização, por parte do escritor, de recursos “[...] frequentemente avaliados negativamente por autores de guias de estilo” na escrita acadêmico-científica (Hyland; Jiang, 2017, p. 43, tradução nossa)⁵ e ligados “[...] àquilo que é geralmente considerado ‘informal’ em linguagem [...] e que transmite interatividade, envolvimento e engajamento pessoal com os leitores” (Hyland; Jiang, 2017, p. 44, tradução nossa)⁶. A lista dos

4 No original, “[...] the expression of a more personal tenor which implies a closer relationship to readers, a willingness to negotiate claims and a positive attitude towards subjectivity”.

5 No original, “[...] often regarded negatively by style guide authors”.

6 No original, “what is generally considered to be ‘informal’ language [...], conveying interactiveness, involvement and personal engagement with readers”.

chamados recursos de informalidade em língua inglesa sistematizados pelos autores inclui: pronomes de primeira pessoa em referência ao autor, pronomes anafóricos sem referência, infinitivos divididos, conjunções ou advérbios conjuntivos no início de sentença, expressões de listagem, contrações, questões diretas e exclamações. Pode-se dizer, assim, que os autores compreendem o componente “informal” como um traço imanente da língua: haveria recursos que, quando utilizados por escritores, resultam num efeito de informalidade no texto acadêmico-científico, visando maior engajamento com leitores. A partir de *corpus* constituído de artigos científicos publicados nos anos de 1965, 1985 e 2015, a investigação concluiu que, longitudinalmente, houve um pequeno aumento na utilização dos ditos recursos de informalidade em artigos das *hard sciences* (Biologia e Engenharia Elétrica), mas não nas *social sciences* (Sociologia e Linguística Aplicada). Dentre os recursos analisados pelos autores, o de maior frequência foi a utilização de pronome de primeira pessoa em referência ao autor.

A partir da mesma perspectiva teórico-metodológica que Hyland e Jiang (2017), Babapour e Kuhi (2018) realizaram investigação em torno de recursos de informalidade em diferentes gêneros da esfera acadêmica, relacionados à comunicação e à divulgação científica, como artigos em periódicos (*journals*), em revistas (*magazines*) e em jornais (*newspapers*). Os autores argumentam que, ante mudanças sociais em torno do fazer científico e da popularização da ciência, o aumento do uso de recursos de informalidade na escrita acadêmico-científica teria relação com o tipo de público visado pelo autor de um texto: “[...] quanto mais popular um texto científico é, mais propenso se torna à irrupção de elementos de informalidade” (Babapour; Kuhi, 2018, p. 57, tradução nossa)⁷. A investigação demonstrou que é possível reconhecer elementos de informalidade empregados nos três tipos de materiais analisados pelos autores. Babapour e Kuhi (2018) destacam, entretanto, a alta frequência desses recursos em textos científicos publicados em revistas (*magazines*) voltadas a um público geral, mais amplo do que o acadêmico.

A partir dessa discussão, interessa-nos investigar, em roteiros de *podcast* de divulgação científica produzidos por escreventes universitários, a emergência de aspectos linguístico-discursivos relacionados ao registro informal da língua numa atividade genérica que prevê como interlocutor

⁷ No original, “[...] the more popular a scientific text is, the more informal elements are likely to penetrate into it”.

um público amplo, sem formação acadêmico-científica especializada. Por um lado, este estudo se aproxima dos trabalhos mencionados (Hyland; Jiang, 2017; Babapour; Kuhl, 2018) ao reconhecer o efeito de informalidade como um aspecto emergente na escrita acadêmico-científica. Por outro lado, distancia-se do tratamento dado à informalidade como um aspecto da imanente da língua: a exemplo do que propõe Corrêa (2011) na passagem da perspectiva etnográfica à perspectiva discursiva dos estudos de letramentos, argumentamos que a discussão pode partir do tratamento da informalidade como um efeito do movimento do escrevente (sujeito do discurso) em direção ao presumido do gênero, na relação indissociável entre fato linguístico e prática social.

O tema dos presumidos sociais (Volóchinov, 2019) é central na reflexão que Corrêa (2011) desenvolve a respeito das fronteiras entre a perspectiva etnográfica – apreendida no âmbito dos estudos de letramentos – e discursiva – apreendida no âmbito dos estudos do discurso. Se, por um lado, o filósofo russo admite a existência de uma instância sociocultural ampla – um conjunto de presumidos – necessária à compreensão do sentido de um enunciado concreto, por outro lado, o linguista brasileiro argumenta a respeito da existência de instância reguladora do sentido de gêneros do discurso que excede seu caráter relativamente estável. Trata-se do que Corrêa (2011, p. 344) chama de presumidos de gêneros do discurso, conjunto de fatores como “[...] a temática em que o gênero se inclui, o quadro institucional em que é produzido e as perspectivas que, de fora do texto, o orientam”, necessários à compreensão e à produção de enunciados genéricos.

Adotar uma perspectiva discursiva na apreensão de práticas de divulgação científica dentro e fora da esfera acadêmica implica, para além de atenção aos seus presumidos sociais, compreender que a divulgação científica é uma modalidade particular de diálogo entre a esfera científica e outras esferas de atividade humana, sobretudo a esfera do cotidiano, como define Grillo (2008). De acordo com a autora, “[...] os enunciados de divulgação dialogam, por um lado, com o discurso científico [...] e, por outro, com a presunção do universo de referências de seu destinatário, constituído por aquilo que o divulgador pressupõe que ele domina e, acima de tudo, não domina” (Grillo, 2008, p. 68-69). Na contemporaneidade, poderia se dizer que a divulgação científica assume ainda um outro tipo

de relação dialógica, dessa vez com gêneros constituídos na esfera digital (Bueno, 2018).

A partir dessa assunção, argumentamos que o registro informal da língua tomado como ideal na prática de divulgação científica ganha, numa perspectiva discursiva, o lugar de um tipo de presumido em relação ao gênero. Em trabalho anterior (Dordan, 2025), discutimos que ainda que esse traço estilístico não seja necessariamente explicitado em instruções para a realização de atividades voltadas à divulgação científica (como no caso do nosso *corpus*), ele constitui um aspecto esperado de enunciados que compreendem (i) um horizonte espacial comum; (ii) um tipo de conhecimento e de compreensão comum do contexto extraverbal por parte dos interlocutores e (iii) sua avaliação desse contexto (Volóchinov, 2019), numa conjuntura sócio-histórica que imputa ao pesquisador em formação o engajamento com práticas de divulgação científica voltadas a um público sem formação acadêmico-científica especializada, ainda que esse tipo de prática não constitua um aspecto da formação acadêmica e institucional do pesquisador. Assim, buscamos explorar regularidades enunciativas que corroboram a construção de efeito de informalidade no trabalho do escrevente universitário com a prática de divulgação científica como índice do movimento do sujeito em direção ao presumido do gênero.

Material e procedimentos metodológicos

O conjunto do material é formado de 39 produções textuais escritas em formato de roteiro de *podcast* de divulgação científica realizadas por escrevintes universitários (graduados, mestrandos, mestres, doutorandos) vinculados às áreas de Educação, Letras e Linguística de três Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas na região Sudeste do Brasil. Trata-se de IES públicas e privadas envolvidas em ações de internacionalização do ensino e da pesquisa, em nível de graduação e pós-graduação. As produções textuais foram coletadas no âmbito de uma disciplina oferecida em rede por quatro programas de pós-graduação (PPG) das IES. A disciplina, desenvolvida durante o 1º semestre de 2023, tratou, de modo amplo, de aspectos sócio-históricos que atravessam diferentes práticas letradas

acadêmico-científicas e, de modo específico, sobre aspectos linguístico-discursivos que constituem variados gêneros dessa esfera.

Ao final de um dos módulos da disciplina e de uma discussão sobre a emergência da divulgação científica na esfera acadêmica, os discentes foram convidados a produzir um conjunto de atividades relacionadas a essa temática, considerada a relação entre (i) o seu próprio trabalho acadêmico (pesquisa de mestrado ou doutorado), (ii) o marcado interesse social na/pela ciência produzida nas universidades e (iii) a cobrança institucional por divulgação de impactos científicos ao público geral. Uma dessas atividades visava à produção de um roteiro de *podcast*, um dos potenciais gêneros da divulgação científica na cultura digital, como discutido na seção anterior. A coleta das atividades foi de natureza observacional, uma vez que os escreventes não receberam instrução explícita no contexto da realização da atividade quanto ao que era institucionalmente requisitado de um texto de divulgação científica ou de um roteiro de *podcast*.

O enunciado da atividade mencionada solicitava ao escrevente a produção de um texto de extensão curta (entre 400 e 800 palavras) que apresentasse sua própria pesquisa de mestrado ou doutorado a um público leitor sem formação acadêmico-científica consolidada na área de Educação, Letras e/ou Linguística. O gênero a ser considerado era um roteiro de *podcast* de divulgação científica. Os únicos elementos explicitamente demandados na produção da atividade centravam-se na presença de uma apresentação pessoal por parte do pesquisador, apresentação de seu objeto de pesquisa e presença de título para o episódio roteirizado ou para o programa de *podcast* fictício. O exercício não previu uma etapa de gravação do roteiro escrito. Os procedimentos de coleta, de análise dos dados e de sua divulgação seguem os protocolos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa/CEP da IES responsável pela administração do banco de dados do qual as atividades fazem parte (CAAE processo n. 67001923.9.1001.8142).

Inspirados na perspectiva etnográfico-discursiva de Corrêa (2011), os procedimentos metodológicos priorizam a apreensão de aspectos linguístico-discursivos relacionados ao registro informal da língua, e a interpretação das regularidades enunciativas materializadas por esses aspectos. Os aspectos linguístico-discursivos que caracterizam o conjunto do material foram etiquetados em cada uma das produções textuais ($n = 39$) com auxílio do *software* de análise qualitativa MAXQDA 24 (VERBI

Software, 2024). A apreensão de regularidades enunciativas que corroboram a construção de efeito de informalidade no texto de divulgação científica se justifica em razão de um investimento da perspectiva etnográfico-discursiva em tratar “[...] dados etnográficos da produção do texto [...] na própria conformação discursiva nele registrada”, isto é, como “[...] fatos de discurso simultâneos à formulação linguística, e não como dados que, simplesmente, refletiriam e comprovariam uma determinação prévia, seja ela ligada ao contexto situacional, social ou histórico” (Corrêa, 2011, p. 335).

“O assunto é complexo, né?”: resultados e análise dos dados

Na análise de aspectos linguístico-discursivos relacionados ao registro informal da língua, buscamos apreender regularidades enunciativas que corroboram a construção de efeito de informalidade nos roteiros escritos de *podcast* de divulgação científica produzidos por escreventes universitários. O direcionamento do olhar a dados dessa natureza se justifica em razão de sua proeminência de ocorrência no conjunto do material, ainda que tal aspecto – uso de registro informal da língua – não tenha sido requisitado no momento de produção textual. Trata-se, como pretendemos demonstrar, de um índice do movimento do escrevente em direção ao presumido do gênero – isto é, em direção a um inventário de aspectos históricos e interlocutivos necessários à constituição dessa unidade como gênero do discurso que excedem suas características relativamente estáveis.

A análise qualitativa com auxílio do *software* MAXQDA 24 permitiu a criação de etiquetas analíticas em cada uma das produções textuais que compõem o conjunto do material. As etiquetas, correspondentes às ocorrências de aspectos linguístico-discursivos relacionados ao registro informal da língua, foram sistematizadas em termos de maior representatividade no *corpus*, com aplicação de critério quantitativo para apreensão de regularidades enunciativas. Ao todo, observamos a seguinte distribuição de ocorrências: das 39 produções textuais analisadas (100%), 32 delas (82%) apresentaram ao menos uma ocorrência de aspecto relacionado ao registro informal da língua no texto de divulgação científica, enquanto 7 produções (18%) não apresentaram nenhuma ocorrência, o que

ilustra a proeminência desse traço no conjunto dos dados. Nas produções textuais que caracterizam o primeiro grupo, foram identificadas 235 ocorrências de marcas linguístico-discursivas dessa natureza, configurando, predominantemente, duas regularidades enunciativas classificadas por nós: (i) caracterização valorativa (47 ocorrências) e (ii) registro vocabular (37 ocorrências). Há outras regularidades enunciativas constatadas, que não serão abordadas neste trabalho em razão de sua extensão. A seguir, passamos à apresentação e interpretação de excertos de enunciados representativos das duas principais regularidades identificadas, com destaques em negrito nos aspectos linguístico-discursivos apreendidos na análise:

- (1) Bem, **o assunto é complexo, né? E muito importante, instigante e... polêmico.** É por tudo isso que eu decidi pesquisá-lo e quero demais compartilhar com você o que tenho aprendido (A1U1P1_01)⁸
- (2) Hoje, elaboramos um episódio especial para falar sobre como o letramento afeta a avaliação de estudantes em diferentes níveis de ensino. Vamos mergulhar nesse **assunto fascinante!** (A1U2P2_11)
- (3) **Sei que são perguntas que a gente não faz no nosso cotidiano, na pausa para um cafezinho ou em uma mesa de bar, mas elas são interessantes de serem respondidas, não são?** Eu considero que sim e, por isso, minha pesquisa objetiva investigar [...] (A1U3P3_08)
- (4) No episódio de hoje, exploraremos o **fascinante mundo** dos projetos de vida e bem-estar de jovens brasileiros. Sem dúvidas, a juventude é uma etapa de descobertas e crescimento [...]. Vamos mergulhar nesse **tema empolgante** e fornecer dicas e insights úteis para nossos ouvintes, professores, adolescentes, seus pais e todos os curiosos pelo tema (A1U3P3_12)

Os excertos (1), (2), (3) e (4), acima, são representativos da regularidade enunciativa mais proeminente nos roteiros escritos de *podcast*, a qual denominamos de caracterização valorativa (doravante, CV). Trata-se de regularidade enunciativa que materializa, no texto de divulgação científica, determinada avaliação explicitamente marcada do escrevente em relação à ciência, ao seu objeto de pesquisa ou ainda à interação simulada no roteiro. Ao materializar apreciações do escrevente universitário em

⁸ A codificação foi realizada da seguinte forma: A – atividade realizada pelo participante da pesquisa, dentro um conjunto de atividades coletadas na disciplina; U – universidade, em ordem alfabética; P – programa de pós-graduação, em ordem alfabética; N (01, 02, 03...) – produção textual, em ordem alfabética a partir do nome do participante, dentro de U e P. Os dados foram anonimizados, em consonância com os procedimentos do CEP.

relação ao conteúdo em pauta, a CV corrobora a construção de efeito de informalidade em razão do modo como se opõe ao efeito de objetividade desejado no texto acadêmico-científico. Assim, em vez de pautar-se pelo rigor na apresentação dos temas e dos objetos de estudo científico, o roteiro de *podcast* de divulgação científica parece constituir-se na simulação de aproximação entre o pesquisador que enuncia, seu objeto ou tema de pesquisa e o destinatário virtual ao qual a produção verbal é endereçada. Em outras palavras, parece constituir-se da exteriorização da ciência para outra esfera de atividade humana – no caso, a do cotidiano – no nível interlocutivo, assim como asseverado por Grillo (2008).

Precisamente, compreendemos que esse movimento busca marcar, por meio da adjetivação, a complexidade dos objetos científicos (“o assunto é complexo, né? E muito importante, instigante, e... polêmico”), a incompatibilidade entre a esfera acadêmica e a esfera do cotidiano (“sei que são perguntas que a gente não faz no nosso cotidiano, na pausa para um cafezinho [...])”, e a relevância do tema de pesquisa atribuída pelo pesquisador (“assunto fascinante”/“fascinante mundo”/“tema empolgante”). Desse modo, considerando a “temática em que o gênero se inclui” – a divulgação científica do trabalho acadêmico –, “o quadro institucional em que é produzido” – o acadêmico-científico – e “as perspectivas que, de fora do texto, o orientam” (Corrêa, 2011, p. 344) – conjuntura sócio-histórica de cobrança social e institucional da divulgação de resultados científicos em mídias sociais digitais, num ideal de acessibilidade –, é possível reconhecer a existência de um presumido relacionado ao roteiro de *podcast* de divulgação científica que regula a emergência de uma regularidade enunciativa que marca dois aspectos: (i) a desejada explicitação da complexidade da ciência e (ii) o desejado reconhecimento da incompatibilidade entre esfera acadêmica e esfera da vida cotidiana, bem como da necessidade de aproximação da primeira com a segunda.

Esse movimento de aproximação entre duas esferas distintas no qual a constituição do gênero e a construção de efeito de informalidade estão ancoradas não se dá na ordem da adequação de construção estilística, tampouco na ordem da escolha consciente de termos que gerariam tal efeito. Trata-se da resposta do escrevente à demanda interlocutiva exposta na instrução da atividade – projeção de leitor sem formação acadêmico-científica consolidada – e ao decorrente índice de orientação social do

enunciado (Volóchinov, 2013), isto é, à força que o destinatário exerce na organização do enunciado. Isso ocorre porque, de acordo com o filósofo russo, “a orientação social é uma das forças vivas organizadoras que, junto com a situação da enunciação, constituem não só a forma estilística, mas também a estrutura puramente gramatical da enunciação” (Volóchinov, 2013, p. 159). Nessa concepção, um fato linguístico como um determinado “marcador de informalidade” (Hyland; Jiang, 2017) só pode ser concebido no âmbito de uma prática social situada e de um gênero do discurso específico, em conjunto com seus presumidos.

É possível visualizar a força dessa demanda interlocutiva também nos seguintes excertos, com destaques em negrito:

- (5) Olá! E aí, **sentiu o drama**? Acho que por esses breves áudios deu pra perceber que, sim, **o assunto é brabo**. [...] Trata-se de algo que afeta todos nós, em todas as áreas da vida. **Uma hora ou outra** você, ou alguém bem próximo, pode se ver envolvido ou tendo que se posicionar em uma situação [...] (A1U1P1_01)
- (6) ENFIM, / ESSE ASSUNTO RENDE MUITO **PANO PRA MANGA** // (risos/descontração/ritmo de conversa) [...] HOJE NÓS PREPARAMOS UM **EPISÓDIO PARA LÁ DE ESPECIAL** [...] PESSOAL, / **A PROSA ESTÁ BOA MAS O PROGRAMA DE HOJE ESTA CHEGANDO AO FIM.** // (A1U2P2_01)
- (7) Locutor(a) 1: Então... **quando ela diz que tá estudando** as estratégias discursivas de desmascaramento das fraudes, **ela tá tentando descobrir**, na linguagem, formas de desmascarar as *fakes news* e dar autonomia para as pessoas conseguirem distinguir as informações falsa. Mas **ela deixa bem claro** que nem tudo na linguagem pode ser desmascarado (A1U2P2_06)
- (8) Apesar da antiguidade, a Filologia como Crítica Textual só alçou o *status* de ciência na metade do século XIX [...] **De lá pra cá muita água passou por debaixo da ponte**, o método de Lachmann foi criticado, revisto e ainda hoje se discutem os métodos e objetos da Filologia (A1U3P4_06)

Os excertos (5), (6), (7) e (8), acima, são representativos da segunda regularidade enunciativa mais proeminente na construção de efeito de informalidade no roteiro de *podcast* de divulgação científica. Trata-se de regularidade enunciativa classificada como registro vocabular (RV, daqui em diante). De modo amplo, seu funcionamento se pauta pela utilização, por parte do escrevente, de termos constituídos no âmbito de um vocabulário

coloquial, com frequente emprego de gírias e expressões cristalizadas na esfera do cotidiano. Na materialização de um léxico estranho à esfera acadêmica, tais aspectos linguístico-discursivos corroboram a construção de efeito de informalidade no roteiro de *podcast* de DC ao descaracterizar certo conjunto de restrições enunciativas do discurso científico, e ao colocar o conteúdo científico em contato com a esfera da vida cotidiana e com seus “centros valorativos próprios” (Grillo, 2008, p. 69).

A RV se materializa, assim, no uso de expressões coloquiais na simulação de espontaneidade, como se observa em práticas orais/faladas (“sentiu o drama?”/“o assunto é brabo”/“uma hora ou outra”/“pano pra manga”/“para lá de especial”/“a prosa está boa”), e na apropriação, por parte do escrevente, de estratégias próximas da esfera do cotidiano para fazer referência ao discurso do outro, em oposição aos modos legitimados no interior da esfera acadêmica (“quando ela diz que tá estudando”/“ela tá tentando descobrir”/“ela deixa bem claro”). É possível notar, ainda, no que se refere à reconhecida circulação do escrevente por práticas letradas outras, a apropriação de metáforas cristalizadas da oralidade, associadas à sabedoria popular e materializadas, por exemplo, por meio de expressões proverbiais (“de lá para cá muita água passou por debaixo da ponte”); e a apropriação de recursos que excedem o aspecto lexical e que buscam contribuir com a construção de um efeito rítmico e performático na enunciação (“[risos/descontração/ritmo de conversa]”), em diálogo com modos de enunciar reconhecíveis na esfera cotidiana.

De uma perspectiva discursiva dos estudos de letramentos, compreendemos que, quando materializados, esses aspectos linguístico-discursivos irrompem no gênero em direção oposta à construção estilística esperada de uma produção verbal que se constitui na esfera acadêmica – especificamente, na universidade, num contexto de disciplina de pós-graduação sem instrução explícita para envolvimento com a prática de divulgação científica –, e corroboram a construção de efeito do que poderia se classificar como “recurso de informalidade”, isto é, de aspectos avaliados negativamente por guias de estilo e que se opõem ao que é convencionalizado para a escrita acadêmica (Hyland; Jiang, 2017). Trata-se de aspecto que se constitui não na ordem da consciência, como estratégia de um indivíduo que produz um texto, mas na ordem do presumido, como índice do movimento do escrevente em direção ao campo de sentido mais ou menos conjecturado

para o gênero. Nesse campo, estariam presumidas não só a necessidade de aproximação entre esfera acadêmica e esfera cotidiana, nem somente a necessidade de aproximação entre sujeito pesquisador e destinatário, mas também a asseveração de que, na contemporaneidade, o modo como se enuncia é tão importante – se não mais – quanto aquilo que se enuncia.

Considerações finais

A partir de pressupostos teórico-metodológicos dos Estudos de Letramentose da Análise Dialógica do Discurso, buscamos, neste trabalho, explorar regularidades enunciativas que corroboram a construção de efeito de informalidade no trabalho do escrevente universitário diante de uma prática acadêmico-científica para a qual não é necessariamente formado, mas pela qual é potencialmente cobrado: a divulgação de seu trabalho científico a um público amplo. Numa conjuntura sócio-histórica marcada por demanda social e institucional por popularização de resultados científicos em mídias sociais digitais que não é acompanhada de uma agenda de formação acadêmica do pesquisador, procuramos oferecer uma entrada de interpretação discursiva a marcas linguísticas que corroboram a construção do desejado efeito de informalidade no texto de divulgação científica, endereçado a um público sem formação acadêmico-científica consolidada.

Na análise dos dados, a hipótese de que aspectos linguístico-discursivos dessa natureza emergem nos roteiros de *podcast* de divulgação científica produzidos por pós-graduandos como índice do movimento do escrevente em direção ao presumido do gênero foi confirmada. Dessa perspectiva, a informalidade pode ser compreendida não como traço imanente da língua, como repositório de marcas linguísticas e retóricas utilizadas estratégica e conscientemente no texto acadêmico-científico por indivíduo escritor; mas como um efeito gerado pelo movimento do sujeito do discurso em direção à parte presumida do roteiro de *podcast* de divulgação científica, em resposta a um horizonte de expectativas institucionais de que ele cumpra a proposta da atividade e de que consiga endereçar o enunciado genérico a um destinatário sem formação acadêmico-científica

consolidada. Trata-se de um investimento no caráter indissociável entre fato linguístico – registro (in)formal da língua – e prática social – escrita acadêmico-científica.

Os principais resultados identificados na análise e explorados neste trabalho indicam o caráter proeminente de regularidades enunciativas relacionadas ao efeito de informalidade no texto escrito do roteiro de *podcast* de DC, ainda que o escrevente universitário não tenha recebido instrução explícita quanto a esse aspecto: das 39 produções textuais analisadas (100%), 32 delas (82%) apresentaram ao menos uma ocorrência de aspecto linguístico-discursivo relacionado ao registro informal da língua, enquanto apenas 7 produções (18%) não presenciaram nenhuma ocorrência. Dentre as principais tendências em regularidades enunciativas dessa natureza, estão duas, por nós assim classificadas: (i) caracterização valorativa (47 ocorrências), categoria que reúne enunciados em que se manifesta, de forma explicitamente marcada, a avaliação do escrevente sobre ciência ou sobre seu objeto de pesquisa por meio de adjetivação; e (ii) registro vocabular (37 ocorrências), regularidade enunciativa cujo funcionamento se ancora na incorporação, pela esfera acadêmica, de unidades lexicais e expressões estabilizadas na esfera do cotidiano.

De uma perspectiva discursiva que admite a existência de presumidos sociais necessários à constituição de enunciados concretos (Volóchinov, 2019) e de presumidos necessários à constituição de gêneros do discurso (Corrêa, 2011), compreendemos que as ocorrências apreendidas apontam para movimentos do escrevente universitário (sujeito do discurso) em direção ao presumido de que, no nível interlocutivo, o roteiro de *podcast* de divulgação científica deve investir no processo de aproximação da esfera acadêmica e de seu conjunto de valores, da esfera da vida cotidiana e também de seu conjunto de valores. Trata-se, como discute Grillo (2008, p. 69), de conceber que “nesse processo de exteriorização, os conhecimentos científicos e tecnológicos entram em diálogo com os de outras esferas, sobretudo com a ideologia do cotidiano [...]”.

Por fim, destacamos que, nesse contexto de análise, o aspecto que fala “junto com” a estabilidade relativa do gênero (Corrêa, 2011) é a necessidade de marcar explicitamente a complexidade dos objetos científicos sem perder de vista um modo de enunciar característico não da esfera acadêmica, na qual o gênero se constitui, mas da esfera cotidiana,

para a qual a produção verbal de divulgação científica deve ser endereçada. O efeito de informalidade proeminente nas produções textuais analisadas, assim, corrobora a assunção de Corrêa (2011, p. 345) de que o presumido de um gênero “ultrapassa [...] as determinações formais e de sentido, pois pode fazê-las dizer mais ou menos do que se suporia em função, estritamente, de sua organização verbal”. No âmbito das discussões sobre práticas de linguagem na cultura digital, de modo amplo, e sobre práticas de leitura e escrita de comunicação da ciência, de modo específico, a observação de regularidades enunciativas dessa natureza em textos acadêmico-científicos pode se constituir como um espaço profícuo tanto para a discussão de aspectos linguístico-discursivos característicos de um modo de enunciar característico de nosso tempo, quanto para o reconhecimento da circulação do sujeito por diferentes práticas letradas na constituição de uma prática acadêmico-científica contemporânea, tal como a divulgação científica de sua pesquisa.

Referências

ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; KOMESU, Fabiana; FLUCKIGER, Cédric; ASSIS, Juliana Alves. Representação do discurso outro em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses no enfrentamento da desinformação. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 29, n. 66, p. 350-379, 2025. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/36247>. Acesso em: 18 de mar. 2026.

ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; POLLET, Marie-Christine. A formação do leitor no contexto da desinformação e das *fake news*: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 9-38, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/27640>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BABAPOUR, Mina; KUHI, Davud. Popularization of Scientific Discourses and Penetration of Informal Elements. *The Journal of Applied Linguistics and Applied Literature*, v. 6, n. 2, p. 49-97, 2018. Disponível em: https://jalda.azaruniv.ac.ir/article_13849.html. Acesso em: 10 fev. 2026.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, v. 15, n. 1, p. 01-12, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BUENO, Wilson Costa. A divulgação científica no universo digital: o protagonismo dos portais, blogs e mídias sociais. In: PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; ROSA, Flávia (org.). *Produção e difusão de ciência na cibercultura: narrativas em múltiplos olhares*. Ilhéus: Editus, 2018. cap. 3, p. 55-68. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fc27h/pdf/porto-9788574555249.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CGEE. *Percepção pública da C&T no Brasil – 2023*: Resumo Executivo. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/4686075/CGEE_OCTI_Resumo_Executivo-Perc_Pub_CT_Br_2023.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

CHAGAS, Catarina; MASSARANI, Luisa. *Manual de sobrevivência para divulgar Ciência e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

CLINIO, Anne. Ciência aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. *TransInformação*, v. 31, p. e190028, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/pPH6wwxN6rGhyVJM83pGSnp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino da escrita: o exemplo de textos de pré-universitários. *Revista da Abralín*, v. 10, p. 333-356, 2011. Disponível em: <https://revista.ojs.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1115/1038>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DANTAS-QUEIROZ, Marcos Vinicius; WENTZEL, Lia; QUEIROZ, Luciano L. Science Communication Podcasting in Brazil: the Potential and Challenges Depicted by Two Podcasts. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 90, n. 2, p. 1891-1901, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/5H5N4NnbzJCnqhvqRcDzYSM/abstract/?lang=en>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DORDAN, Augusto Vinicius de Oliveira. *Discurso científico/discurso da divulgação científica: relações de fronteira e constituição em podcasts de universitários*. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2025. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/311565>. Acesso em: 10 fev. 2026.

FLUCKIGER, Cédric. Aprender em tempos da epidemia de Covid-19: contribuições da noção de letramento digital. In: ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; FLUCKIGER, Cédric (org.). *Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. p. 32-57.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Gêneros primários e gêneros secundários no círculo de Bakhtin: implicações para a divulgação científica. *Alfa*, v. 52, n. 1, p. 57-79, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1467>. Acesso em: 10 fev. 2026.

HYLAND, Ken; JIANG, Feng. Is Academic Writing Becoming More Informal? *English for Specific Purposes*, v. 45, n. 1, p. 40-51, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0889490616301016>. Acesso em: 10 fev. 2026.

KLEIMAN, Angela B.; VIANNA, Carolina Assis Dias; SITO, Luanda Soares; VALSECHI, Marília Curado; DE GRANDE, Paula Baracat. O conceito de letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 63, n. 1, p. 240-254, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/p9F37675xm94vWt9TrKCFSP/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

KOMESU, Fabiana. Concepção(ões) de texto em contexto de EaD semipresencial. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 15, n. 1, p. 305-333, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/76205>. Acesso em: 10 fev. 2026.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *New Literacies: Everyday Practices and Social Learning*. 3rd ed. Maidenhead: Open University Press, 2011.

LEA, Mary Rosalind; STREET, Brian Vincent. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução de Fabiana Komesu e Adriana Fischer. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 16, n. 2, p. 477-496, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79407>. Acesso em: 10 fev. 2026.

LUZÓN, Maria José; PÉREZ-LLANTADA, Carmen. *Digital Genres in Academic Knowledge Production and Communication: Perspectives and Practices*. Bristol/Jackson: Multilingual Matters, 2022.

STREET, Brian. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. Tradução de Armando Silveiro e Adriana Fischer. *Perspectiva*, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p541>. Acesso em: 10 fev. 2026.

TENANI, Luciani Ester. Complexidade enunciativa do *podcast* em contexto de intercâmbio virtual no Ensino Superior. *Estudos Linguísticos*, v. 52, n. 1, p. 283-301, 2023. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3469>. Acesso em: 10 fev. 2026.

VERBI Software. *MAXQDA 24* [software de computador]. Berlim, Alemanha: VERBI Software, 2024. Disponível em: <https://www.maxqda.com/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. A construção da enunciação. In: VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. cap. 5, p. 157-188.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. In: VOLÓCHINOV, Valentin. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização e tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. cap. 2, p. 109-146.

Plataformas públicas, linguagem técnica e exclusão informacional: práticas de linguagem digital e cidadania informacional em *sites* governamentais de Ciência e Tecnologia

Thiago Brasileiro Vilar Hermont*
Daniela Veloso de Abreu e Matos**

Resumo

A expansão das plataformas digitais governamentais de Ciência e Tecnologia no Brasil evidencia o papel da linguagem técnica como mediadora do acesso público à informação. Contudo, a densidade terminológica e o desenho comunicativo desses ambientes frequentemente limitam a inteligibilidade e, conseqüentemente, a cidadania informacional de seus usuários. Este artigo analisa as práticas de linguagem digital presentes nesses portais, observando como se articulam as dimensões técnico-institucionais e discursivas na mediação entre Estado e sociedade. A partir de uma abordagem qualitativo-funcional, fundamentada na Linguística Sistêmico-Funcional e nos estudos sobre linguagem simples e letramento digital, são examinados elementos textuais e multimodais de *sites* governamentais de Ciência e Tecnologia. O objetivo é compreender em que medida o *design* linguístico-visual impacta o exercício do direito à informação em contexto digital. O estudo propõe que a cidadania informacional depende não apenas da disponibilidade tecnológica, mas também da acessibilidade linguística, condição essencial para o fortalecimento de práticas democráticas de comunicação pública.

Palavras-chave: linguagem digital; cidadania informacional; linguagem técnica; acesso à informação; plataformas governamentais.

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Direito. Pesquisador membro do Observatório para a Qualidade da Lei da Faculdade de Direito da UFMG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9761-8082>.

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestra em Ciências da Religião. Doutoranda em Ciências da Religião pela PUC Minas e Universidade de Copenhague. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0373-6684>.

Public Platforms, Technical Language and Informational Exclusion: Digital Language Practices and Informational Citizenship in Government Websites on Science and Technology

Abstract

The expansion of government digital platforms for science and technology in Brazil highlights the role of technical language as a mediator of public access to information. However, the terminological density and communicative design of these environments often limit intelligibility and, consequently, informational citizenship. This paper analyzes the digital language practices present in these portals, observing how technical-institutional and discursive dimensions interact in the mediation between State and society. Based on a qualitative-functional approach grounded in Systemic-Functional Linguistics and studies on plain language and digital literacy, the research examines textual and multimodal elements from government websites on science and technology. The aim is to understand to what extent linguistic-visual design impacts the exercise of the right to information in the digital context. The study argues that informational citizenship depends not only on technological availability but also on linguistic accessibility, which is essential to strengthening democratic practices of public communication.

Keywords: digital language; informational citizenship; technical language; access to information; government platforms.

Introdução

O processo de digitalização das políticas públicas de ciência e tecnologia no Brasil intensificou, nas últimas décadas, a presença do Estado em plataformas *online*. Esses ambientes, frequentemente apresentados como instrumentos de transparência e participação, tornaram-se espaços privilegiados de mediação entre governo e sociedade. Entretanto, o modo como a informação é textual e visualmente organizada nesses portais condiciona diretamente sua inteligibilidade e, por consequência, o efetivo acesso dos cidadãos ao conhecimento produzido com recursos públicos.

Nas interfaces digitais do poder público, a linguagem sempre cumpre papel central. Mais do que simples veículo de transmissão de dados e informações, ela estrutura as formas de interação e delimita quem é capaz de compreender, navegar e agir no ambiente informacional. A predominância de uma linguagem tecnocrática, marcada por jargões científicos, termos administrativos e construções sintáticas complexas, por exemplo, tende a excluir grande parcela da população, principalmente aquela com menor letramento digital ou técnico. Tal exclusão, portanto, ocorre não apenas do ponto de vista tecnológico, mas discursivo, uma vez que se funda na opacidade textual e na ausência de estratégias de tradução e simplificação que permitam o exercício pleno da cidadania informacional.

Este artigo parte dessa premissa para investigar de que maneira as práticas de linguagem digital presentes em *sites* governamentais de ciência e tecnologia impactam a efetivação do direito de acesso à informação pelo usuário. Adota-se como horizonte teórico a Linguística Sistêmico-Funcional, associada aos estudos de linguagem simples e às abordagens contemporâneas de letramento digital e acessibilidade comunicacional, áreas que situam a compreensão linguística dentro de um panorama social, ou seja, a linguagem vista dentro de contextos de comunicação real. Metodologicamente, realiza-se uma análise qualitativo-funcional de textos e elementos multimodais de plataformas públicas, observando-se tanto a organização textual quanto a arquitetura informacional e os recursos textuais empregados, quer sejam eles escritos ou imagéticos.

O objetivo é compreender como a linguagem técnica se transforma em barreira ou em ponte para o cidadão-usuário de acordo

com sua manifestação. Busca-se, ainda, pensar parâmetros analíticos que permitam avaliar a clareza, a coerência e a adequação comunicativa de conteúdos públicos em meio digital, de forma que se garanta maior grau de interpretabilidade por usuários com perfis de letramento distintos. A hipótese central é que o acesso equitativo à informação, condição para a cidadania democrática, exige não apenas infraestrutura tecnológica, mas também políticas linguísticas voltadas à inteligibilidade e à transparência textual, sem as quais o usuário médio é cerceado da compreensão mais ampla de conteúdos iminentemente públicos e necessários à efetivação da participação cidadã no acesso à informação governamental.

A discussão que se segue organiza-se em quatro seções: o referencial teórico, que articula os conceitos de linguagem digital, inteligibilidade e cidadania informacional, em conjunto com a Linguística Sistêmico-Funcional; a metodologia, com a descrição dos procedimentos analíticos adotados; a seção de resultados e discussão, em que são analisados exemplos concretos de portais governamentais; e, por fim, a conclusão, que sintetiza as contribuições do estudo para o campo da Linguística Aplicada e das políticas de comunicação pública digital.

1 Referencial teórico

A linguagem digital, enquanto prática social, constitui-se como um campo de disputas simbólicas e de mediação do poder comunicativo nas sociedades contemporâneas, no qual se articulam formas de produção, circulação e interpretação de sentidos (Bourdieu, 1989) mediadas por tecnologias digitais. Assim, a partir das abordagens que ampliam a noção de linguagem para além do texto impresso, as práticas linguísticas em ambientes digitais acabam por incorporar recursos multimodais cuja combinação impacta diretamente a inteligibilidade da comunicação pública digital. Nesse sentido, compreender a linguagem digital implica considerar a interação entre textos, imagens, navegação e interfaces, bem como os efeitos dessas modalidades sobre a participação social (Hermont, 2016).

Dentro dessa perspectiva, Halliday (2004) enfatiza que todo uso da linguagem expressa escolhas que realizam funções ideacionais,

interpessoais e textuais em contextos situados¹. Quando transpostas para ambientes digitais, essas funções são mediadas por plataformas e interfaces que reconfiguram as condições de produção e recepção de sentido, criando tanto novas possibilidades de engajamento quanto barreiras de acesso à informação.

Assim, dentro do contexto de plataformas governamentais, é importante entender que letramento digital se refere a capacidades que vão além do simples uso instrumental de dispositivos e suportes digitais, incorporando a competência para interpretar, avaliar e produzir significados em contextos multimodais e tecnológicos, constituindo-se práticas que envolvem, por exemplo, a leitura crítica de interfaces, a navegação em gêneros eletrônicos e a resolução de problemas comunicativos mediados pela tecnologia. Essa concepção não só amplia a noção tradicional de letramento, como também integra dimensões sociais, críticas e culturais da interação digital, uma vez que “a combinação de semioses, que está, assim, no cerne da produção de discursos e de sentidos, tem sido ainda mais evidenciada após a democratização do acesso às tecnologias digitais e eletrônicas” (Moreira; Ferraz, 2024).

Ainda dentro dessa dinâmica conceitual, a noção de letramento informacional se torna imprescindível, uma vez que abarca a habilidade de reconhecimento da necessidade de determinada informação, além de outros pressupostos, como a capacidade de localizar fontes relevantes, avaliar criticamente conteúdos e utilizá-los de forma eficaz para construir conhecimento e tomar decisões informadas (Marques; Gasque, 2023). Em suma, letramento informacional mede a capacidade do usuário de plataformas governamentais de ciência e tecnologia de se assenhorar, por meio de seus conhecimentos digitais, do conteúdo nelas disposto de forma eficiente. É justamente nesta articulação entre letramento digital e letramento informacional que se percebe os primeiros passos em direção a um exercício mais pleno da cidadania em contextos mediados por tecnologias, já que tais práticas integram competências técnicas, críticas e contextuais de uso da linguagem digital, notadamente em sua função interpessoal (Halliday, 2004).

¹ De forma sintética, as três metafunções da linguagem se organizam assim: ideacional, referente à representação do conteúdo e da experiência; interpessoal, ligada às relações e aos papéis sociais instaurados na interação; e textual, responsável pela organização da mensagem em forma coerente e coesa.

Nesse esteio, as duas formas de letramento trazidas encontram anteparo, dentro do escopo linguístico, em *sites* governamentais, justamente na aliança com a noção de cidadania informacional, tríade esta que desemboca, como visto a seguir, na concepção de linguagem simples, tão em voga atualmente. No âmbito da comunicação pública e de políticas públicas digitais, a cidadania informacional destaca que o direito à informação e, conseqüentemente, aquele mesmo exercício da cidadania já trazido, depende não apenas do acesso formal aos conteúdos, mas da competência para interpretá-los criticamente e agir com base neles, o que conversa diretamente com os níveis de letramento digital e informacional. Assim, a cidadania informacional acaba por agregar tanto dimensões legais do direito à informação quanto as capacidades sociais e cognitivas necessárias para acessar, compreender e utilizar informações em contextos digitais complexos, demandando atenção a fatores educacionais, tecnológicos e institucionais (Carrijo, 2024).

É o que se percebe na aproximação do conceito de cidadania informacional com a linguística aplicada aos estudos de políticas públicas, quando se nota que a fruição da cidadania digital depende, imprescindivelmente, de letramentos múltiplos, além do informacional e digital, ainda que estes sejam essenciais (Buzato, 2007). Letramento não se trata apenas de competência individual, mas prática social situada, mediada por relações de poder e por regimes de visibilidade, o que se relaciona intrinsecamente com a metafunção hallidayana interpessoal, já reforçada em seção anterior (Street, 1984). Sob esse ângulo, o domínio técnico sobre as ferramentas digitais é apenas uma das dimensões da inclusão informacional, já que se torna igualmente necessária a capacidade de interpretar gêneros discursivos e recursos multimodais que estruturam a comunicação pública digital de forma coerente e situada.

Autores como van Leeuwen (2008) e Kress (2010) reforçam que os textos em ambiente digital transcendem a visão mais tradicional de texto apenas como produto escrito, tornando-se multimodais por natureza, uma vez que combinam modos verbais, visuais e espaciais, como se percebe desde a escolha das fontes tipográficas usadas e os espaçamentos em branco, até as figuras e cores empregadas. A legibilidade das plataformas depende da coerência entre esses modos, da relação entre texto, ícone, cor, hierarquia de menus e arquitetura de navegação, por exemplo.

A partir do tripé letramento digital, letramento informacional e cidadania informacional, surge a linguagem simples como mediadora necessária e desejada entre Estado e usuários de suas plataformas digitais, imperativo ainda mais reforçado pelo poder de um dos interlocutores envolvidos na dinâmica comunicacional proposta. Conforme já estabelecido em termos legais, na década de 1990, por meio da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a redação das leis, e, mais recentemente, com a promulgação da Lei nº 15.263/2025, que instituiu a Política Nacional de Linguagem Simples, a linguagem precisa promover clareza, transparência e acessibilidade comunicativa em documentos em toda uma gama de suportes, articulando escolhas linguísticas e de *design* com a finalidade de tornar a informação facilmente localizável, compreensível e utilizável pelo público-alvo:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;
- b) usar frases curtas e concisas;
- c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;
- e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

- a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;
- b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras,

evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

- c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;
- d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;
- e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;
- f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;
- g) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes;

III - para a obtenção de ordem lógica:

- a) reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;
- b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;
- c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;
- d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens. (Brasil, 1998).

Art. 4º Para fins desta Lei, considera-se linguagem simples o conjunto de técnicas destinadas à transmissão clara e objetiva de informações, de modo que as palavras, a estrutura e o leiaute da mensagem permitam ao cidadão facilmente encontrar a informação, compreendê-la e usá-la. (Brasil, 2025).

O que se percebe, então, nas plataformas governamentais, é que a linguagem técnica acaba por cumprir uma dupla função: de um lado, institucionaliza saberes especializados e indispensáveis à natureza dos conteúdos oficiais; de outro, quando não mediada por estratégias de acessibilidade comunicativa, pode restringir a inteligibilidade para o cidadão comum. Esse último aspecto tem relação direta com as diretrizes da linguagem simples, cujos princípios estruturais, reproduzidos anteriormente, contribuem para ampliar a participação cidadã e reduzir

obstáculos comunicativos no uso de serviços públicos digitais (Plain Language Association International, 2023).

Sob esse prisma, a exclusão informacional emerge não apenas da falta de acesso físico a tecnologias (Craide, 2024), mas, sobretudo, da ausência de condições discursivas e educativas que permitam a fruição crítica e operacional da informação digital, como destacado previamente. A exclusão informacional articula desigualdades tecnológicas, educativas e comunicativas que limitam o exercício pleno da cidadania em sociedades cada vez mais mediadas por interfaces digitais², tornando-se fator crucial para a validação de acesso à informação e, por conseguinte, ao exercício desimpedido da cidadania. Na medida em que a linguagem técnica não se traduz adequadamente em termos compreensíveis, ou que estes não sejam abordados durante o processo educacional formal, instaura-se a exclusão simbólica e prática: o cidadão torna-se incapaz de compreender plenamente o que está diante de si, mesmo tendo acesso formal ao conteúdo apresentado.

2 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativo-funcional, ancorada na Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 2004) e nos estudos críticos do letramento e da linguagem digital (Buzato, 2007; Street, 1984). Tal abordagem parte do pressuposto de que a linguagem, especialmente em contextos institucionais digitais, não é um mero veículo neutro de informação, mas um recurso semiótico que constrói relações sociais, organiza experiências e estrutura práticas de poder e participação.

O *corpus* da pesquisa é composto por cinco plataformas governamentais brasileiras vinculadas à área de ciência, tecnologia e inovação: os *sites* do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da iniciativa

2 Pesquisas recentes indicam que a redação e o *design* de muitos *sites* governamentais ainda operam sob lógicas tecnoburocráticas que dificultam a apropriação cidadã (Mortais *et al.*, 2024).

InovaGov e do Portal Gov.br – seção Ciência e Tecnologia³. A seleção dessas plataformas justifica-se por três critérios principais. Em primeiro lugar, todas elas desempenham papel estratégico na formulação, execução ou divulgação de políticas públicas de ciência e tecnologia, concentrando informações de interesse coletivo financiadas majoritariamente com recursos públicos. Em segundo lugar, são portais que se dirigem simultaneamente a pesquisadores, gestores públicos, empresas e demais cidadãos, o que torna particularmente relevante a análise de suas escolhas comunicativas sob a perspectiva da cidadania informacional, considerando a diversidade interlocutória. Por fim, em função de um alto grau de institucionalização e padronização comunicativa, as plataformas permitem a observação de práticas recorrentes de linguagem técnica e de organização multimodal no âmbito do Estado brasileiro, dentro de um contexto primordial para o avanço científico e tecnológico nacionais.

A coleta de dados foi realizada em outubro de 2025 e contemplou, em cada plataforma, a *homepage* institucional, páginas descritivas de programas e políticas públicas, seções de editais e chamadas públicas, bem como áreas explicitamente voltadas à comunicação com o cidadão, como páginas informativas e seções de perguntas frequentes. Assim, a escolha desses recortes internos fundamentou a hipótese de que tais espaços concentram os principais pontos de contato entre o Estado e o usuário-cidadão, sendo, portanto, decisivos para a efetivação ou restrição do direito à informação em ambiente digital.

A análise das páginas selecionadas foi conduzida a partir de três dimensões complementares: linguística, discursiva e multimodal. A dimensão linguística teve como foco o vocabulário empregado, a densidade terminológica, a complexidade sintática e a presença de definições, paráfrases ou explicações acessíveis de termos técnicos. Por sua vez, a dimensão discursiva concentrou-se na organização temática dos textos, nas estratégias de interlocução institucional, nas marcas de enunciação e na forma como o destinatário é construído discursivamente, seja como especialista, seja como cidadão leigo. Por fim, a dimensão multimodal procurou examinar a organização visual das páginas, considerando elementos como hierarquia

3 Os portais podem ser acessados, respectivamente, em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br>; <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>; <http://www.finep.gov.br/>; <https://inovagov.enap.gov.br/>; e <https://www.gov.br/pt-br/categorias/ciencia-e-tecnologia>.

de menus, uso de ícones, cores, tipografia, contrastes, disposição espacial da informação e coerência entre os modos verbal e não verbal.

O procedimento analítico, ao seu turno, seguiu três etapas articuladas. A primeira consistiu na observação sistemática dos elementos linguísticos, discursivos e multimodais de cada página. Na sequência, procedeu-se à interpretação funcional desses dados, com base nas categorias derivadas da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 2004), especialmente no que se refere às metafunções ideacional, interpessoal e textual, adaptadas ao contexto da comunicação digital institucional. Para apoiar essa interpretação, foram mobilizados critérios de legibilidade e usabilidade digital propostos por Nielsen e Loranger (2006), sobretudo no que diz respeito à clareza informacional e à experiência do usuário. Finalmente, a terceira e última etapa consistiu na avaliação dos efeitos dessas escolhas linguísticas e multimodais sobre a inteligibilidade dos conteúdos e sobre o potencial de participação informada do usuário, buscando-se compreender de que maneira a linguagem técnica, quando não mediada por estratégias de clareza comunicativa e *design* acessível, pode operar como fator de exclusão informacional, limitando o exercício da cidadania em ambientes digitais. A análise, portanto, se orientou por perspectiva funcional e crítica, que relaciona práticas de linguagem digital, políticas públicas e direitos informacionais (Hermont, 2014).

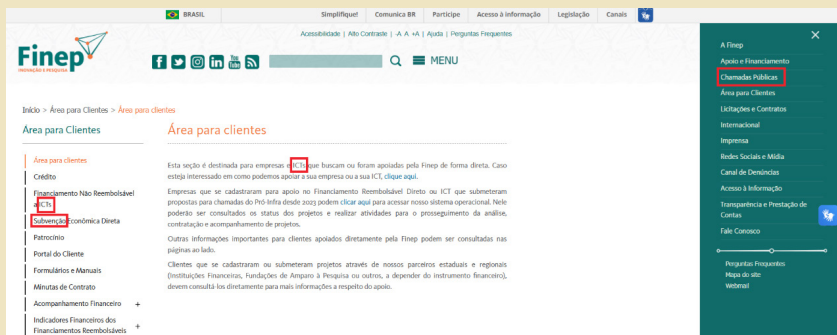
3 Resultados e discussão

A análise das plataformas governamentais de ciência e tecnologia revelou padrões recorrentes de tecnocratização discursiva, tanto no plano linguístico quanto no multimodal, impactando diretamente a inteligibilidade dos conteúdos e, conseqüentemente, o pleno exercício da cidadania informacional. Assim, considerando o panorama apresentado no referencial teórico, é possível constatar que as escolhas linguísticas e visuais realizadas nesses ambientes digitais tendem a privilegiar interlocutores especializados, em detrimento do cidadão não especialista.

Dentro do escopo linguístico, a alta frequência de termos técnicos, como “fomento”, “subvenção econômica”, “ICTs”, “chamadas públicas”, assim

como “instrumentos de financiamento”, consistentemente empregados sem definições, paráfrases ou explicações contextuais, torna-se gargalo para uma compreensão mais ampla. Tal prática, como já destacado ao longo do artigo, reforça a construção de um gênero discursivo institucional voltado prioritariamente ao público dotado de conhecimentos técnicos, como pesquisadores e gestores, e não ao público leigo, em diálogo direto com a noção de exclusão informacional discutida.

Figura 1 – Exemplo de uso de terminologia sem conceituação



Fonte: Finep (2025, destaque próprio).

A figura 1 evidencia a ausência de estratégias de mediação linguística, como glossários, *hiperlinks* explicativos ou reformulações, reforçando a ideia de que o acesso formal à informação não se traduz, necessariamente, em acesso cognitivo ou interpretativo imediato. Retomando o que foi trazido sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, percebe-se que narrativas deste feitio acabam por comprometer a metafunção ideacional, uma vez que dificultam a construção de significado por leitores que não compartilham o mesmo repertório técnico. Essa observação torna-se ainda mais relevante quando se nota a presença de contradições recorrentes entre o discurso institucional de transparência e a materialidade linguística e visual dos portais, uma vez que um dos objetivos centrais da existência de tais plataformas é justamente o de trazer informação de forma célere e compreensível.

Assim, embora as plataformas frequentemente se apresentem como instrumentos de democratização do conhecimento e de ampliação

do acesso público à informação, o que inegavelmente é verdade pelo simples fato de existirem, suas práticas discursivas produzem efeitos de opacidade comunicativa: a linguagem técnica torna-se marcador simbólico de legitimidade científica, fortalecendo hierarquias entre quem detém o saber e quem apenas consome informação, retomando a noção de poder simbólico já mencionada (Bourdieu, 1989).

Ainda dentro da dinâmica sistêmica-funcional, no que tange à metafunção interpessoal, a assimetria manifesta-se na forma como o leitor é posicionado discursivamente. Raramente interpelado diretamente, como ocorre em bulas de medicamentos, o leitor é construído como um destinatário abstrato e passivo, reduzindo o potencial dialógico autor-texto-leitor (Menegassi, 2010) e limitando a participação informada do usuário, aspecto central para a compreensão da cidadania informacional como prática social situada.

Já nos níveis textual e ideacional, como já abordado, a análise evidencia o uso recorrente de nominalizações e construções sintáticas impessoais, como “efetivação do fomento”, “operacionalização das chamadas”, “informa-se que” ou “solicita-se ao interessado”, tornando-se escolhas linguísticas reprodutoras de distanciamento institucional, que acabam por diluir o papel da agência, obscurecendo responsabilidades e burocratizando uma escrita que deveria ser mais acessível:

Figura 2 – Exemplos de impessoalidade linguística

The image is a screenshot of a webpage from the Brazilian government portal (gov.br). The page is titled "Portaria do CNPq flexibiliza regras e permite a mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos outras fontes de renda". The main text contains the sentence: "É permitido a esses bolsistas acumular a bolsa com atividade remunerada ou outros rendimentos, sem prejudicar atividades e com anuência do orientador." A red box highlights the phrase "É permitido". Below the main text, there is a sub-header: "Começou a vigorar" followed by the text: "nesta quinta-feira, 21 de agosto, a Portaria CNPq Nº 2.346/2025, que dispõe sobre as possibilidades de complementação financeira advinda de outras fontes e acúmulo de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 12 de agosto." A red box highlights the phrase "Começou a vigorar". The page also shows navigation links, a search bar, and social media sharing options.

Fonte: CNPq (2025, destaque próprio).

Plataformas públicas, linguagem técnica e exclusão informacional: práticas de linguagem₁₈₈
digital e cidadania informacional em *sites* governamentais de Ciência e Tecnologia

No plano multimodal, por sua vez, constatou-se predominância de *layouts* verticalizados, menus hierárquicos extensos e baixo contraste cromático. Segundo as *Web Content Accessibility Guidelines* (W3C, 2024), a ausência de contraste mínimo e de descrições alternativas para ícones e imagens limita a experiência de usuários com diferentes níveis de letramento digital. A análise funcional mostra que a falta de coerência entre o texto e os modos visuais fragiliza a unidade semiótica da página, tornando a navegação mais excludente e menos intuitiva. O resultado é uma comunicação institucionalmente densa, mas socialmente restritiva, ainda que se perceba a presença destes recursos multimodais que transcendem o mero texto escrito, como a presença de vídeos curtos, imagens e paletas de cores múltiplas⁴.

Figura 3 – Exemplo de página em desarmonia visual



Fonte: Gov.br (2025).

Ainda que o espaço em branco, na página em destaque na figura 3, acabe sendo preenchido à medida que o menu à esquerda é aberto, este é hierarquicamente muito longo e verticalizado (16 itens ao todo), não sendo intuitivo ou agradável ao primeiro contato com o endereço eletrônico. Sob uma perspectiva funcional, a falta de coerência entre os modos verbal e

⁴ De todas as cinco *homepages* analisadas, o Portal Gov.br, na seção de Ciência e Tecnologia, é o que apresenta a menor quantidade de atributos textuais-imagéticos, com predominância de mais de 50% de seu espaço em branco.

visual pode acabar comprometendo a própria metafunção textual, quando por fim localizada, o que dificulta tanto a construção de sentido quanto a navegabilidade fluida.

Tais achados convergem com os estudos de Buzato (2007) e Kegler e Fossá (2012), que associam a inclusão informacional não apenas à conectividade tecnológica, mas à legibilidade discursiva. A exclusão informacional, portanto, não decorre apenas da ausência de infraestrutura digital, mas de uma barreira linguística e multimodal que limita a apropriação do conteúdo público pelo usuário comum. Assim, o que se percebe é que as plataformas examinadas ainda tendem a tratar a informação como dado técnico, e não como elemento comunicativo orientado ao cidadão.

Nesse sentido, os resultados percebidos reforçam a urgência de políticas linguísticas digitais que promovam transparência textual, clareza multimodal e desenho comunicacional inclusivo, dimensões fundamentais para o fortalecimento da cidadania informacional e para a consolidação de uma comunicação pública efetivamente democrática⁵.

Assim, os três pilares textual, multimodal e comunicacional acabam por erigir os fundamentos da cidadania informacional, entendida não apenas como o direito de acessar informações, mas como o direito de compreendê-las e utilizá-las de forma significativa, atendo-se ao fim máximo de qualquer diálogo que se estabeleça com o poder público. Nessa perspectiva, promover a inteligibilidade e a inclusão nos canais oficiais de comunicação torna-se condição indispensável para a democratização do conhecimento público, além de fortalecer a confiança nas instituições, garantindo o exercício pleno da cidadania.

Conclusão

O estudo evidenciou que a exclusão informacional em plataformas públicas brasileiras de ciência e tecnologia não tem um matiz meramente

⁵ Detalhadamente, a transparência textual implica a superação de barreiras técnico-burocráticas que dificultam a compreensão dos textos administrativos e jurídicos, exigindo vocabulário acessível, explicitação de conceitos e organização sintática que favoreça a leitura fluida. Já a clareza multimodal reconhece que, nos ambientes digitais, a linguagem se realiza por meio da interação entre texto, imagem, cor, som e movimento, de modo que a integração consciente desses elementos amplia a inteligibilidade e favorece a inclusão de diferentes públicos. O desenho comunicacional inclusivo, por sua vez, abrange a dimensão estética e funcional da comunicação pública, compreendendo o *design* das interfaces, a arquitetura da informação e os princípios de acessibilidade e responsividade digital. Reconhece-se, assim, que a forma é também conteúdo: um portal de difícil navegação ou um texto excessivamente técnico não apenas informam mal, mas produzem exclusão informacional.

tecnológico, mas também discursivo, uma vez que o problema reside na forma como o Estado comunica o conhecimento científico e técnico em ambientes digitais, o que leva a uma contradição central: enquanto o discurso institucional reivindica transparência, a materialidade linguística e multimodal frequentemente produz opacidade comunicativa.

A linguagem técnica é usada como signo de legitimidade científica, reforçando hierarquias entre quem detém o saber e quem deve apenas consumir informação. Essa assimetria, sob a ótica da Linguística Sistêmico-Funcional, demonstra que a metafunção interpessoal, responsável por negociar relações de poder dentro de um contexto social dado, permanece mais verticalizada, reduzindo o potencial dialógico do texto e a participação do leitor-cidadão. Assim, no que pese o caráter intrínseco e indispensável de termos tecnicamente necessários, os chamados jargões, assim como o público-alvo original, pesquisadores e cientistas, é importante repensar até que ponto a comunicação deve se dar exclusivamente para esta parcela da população, considerando as tentativas mais modernas de democratização e popularização dentro das áreas de ciência, tecnologia e inovação⁶.

Defende-se, portanto, que políticas de linguagem e *design* governamental devam reconhecer a linguagem digital acessível como infraestrutura pública. A adoção de princípios de linguagem simples, clareza multimodal e usabilidade textual não constitui mera escolha estilística, mas requisito ético e esperado de governança comunicativa eficaz.

Sob este prisma, ao propor um olhar linguístico-funcional para as práticas digitais do Estado, este artigo busca contribuir para o campo fundamentalmente interdisciplinar da Linguística Aplicada, aproximando-o da administração pública e das políticas de comunicação. A cidadania informacional depende de textos públicos que possam ser compreendidos por todos, em especial por aqueles que historicamente se encontram nas margens do letramento técnico. Afinal, garantir o direito à informação em ambientes digitais, modalidade de alcance já praticamente universalizado, requer compreender que a linguagem é, ela própria, uma tecnologia: quando opaca, exclui; quando clara e acessível, emancipa.

6 A ressalva de Gidi (2024) sobre a área jurídica cabe igualmente em válida analogia para a divulgação científica: "O fato de o leigo não compreender [os termos técnicos] não significa que eles sejam inúteis. Todas as profissões, técnicas e ciências desenvolvem termos técnicos que facilitam a comunicação entre seus operadores" (Gidi, 2024, p. 298).

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1989.

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. *Diário Oficial da União*, 27 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp95compilado.htm. Acesso em: 31 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 nov. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15263.htm. Acesso em: 31 jan. 2026.

BUZATO, Marcelo El Khouri. *Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CARRIJO, Luciene. *Transparência ativa: análise da accountability do Portal de Transparência do Governo do Distrito Federal (2012-2022)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

CRAIDE, Sabrina. Apenas 22 % dos brasileiros têm boas condições de conectividade. *Agência Brasil*, Brasília, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/apenas-22-dos-brasileiros-tem-boas-condicoes-de-conectividade>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GIDI, Antonio. *Redação Jurídica: estilo profissional – forma, estrutura, coesão e voz*. 3. Ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

HALLIDAY, Michael. *An Introduction to Functional Grammar*. 3. Ed. Londres: Hodder Education and Hachette UK Company, 2004.

HERMONT, Thiago Brasileiro Vilar. *Uma análise multimodal à luz do modelo GeM: homepages do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

HERMONT, Thiago Brasileiro Vilar. Uma análise multimodal à luz do modelo GeM: *homepage do Ministério do Meio Ambiente do Brasil*. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 709-743, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/PZtw83hvsk9FMRJd77FTfL/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2026.

KEGLER, Bruno; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Comunicação pública digital: reflexões teóricas para a análise de portais governamentais. *Cadernos de Comunicação*, Santa Maria, v. 16, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/5829>. Acesso em: 31 out. 2025.

KRESS, Gunther. *Multimodality: a Social Semiotic Approach to Contemporary Communication*. London: Routledge, 2010.

MARQUES, Cláudia Luíza; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Letramento informacional e estilos de aprendizagem: novo olhar sobre o processo ensino-aprendizagem. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 1, p. 48-66, 2023.

DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v14i1p48-66. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/191593>. Acesso em: 29 jan. 2026.

MENEGASSI, Renilson José. Perguntas de leitura. In: MENEGASSI, Renilson José (org.). *Leitura e ensino*. Maringá: Eduem, 2010. p. 167-189.

MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues; FERRAZ, Bruna Fontes. A multimodalidade na literatura para crianças e jovens e suas experimentações estéticas e digitais. *Texto Livre*, v. 17, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tl/a/ZwT5xPcYwwPFrhwhHjMYrgN/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2026.

MORTAIS, Ana Carolina Tavares *et al.* Legibilidade textual na comunicação pública: uma análise da Constituição Federal Brasileira. *Revista JurES*, Vitória, v. 17, n. 32, p. 155-167, dez. 2024.

NIELSEN, Jakob; LORANGER, Hoa. *Prioritizing Web Usability*. Berkeley: New Riders, 2006.

PLAIN LANGUAGE ASSOCIATION INTERNATIONAL (PLAIN). *What is Plain Language?* 2023. Disponível em: <https://plainlanguagenetwork.org/plain-language/what-is-plain-language/> Acesso em: 1 nov. 2025.

STREET, Brian. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and Practice: New Tools for Critical Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

W3C – World Wide Web Consortium. *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2*. 12 Dec. 2024. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG22/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

Estrangeirismo e os processos de gramaticalização e lexicalização em “do *job*”: uma abordagem funcionalista

Tiago Almeida Assumpção*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno linguístico manifesto no uso da expressão “do *job*” em contextos de interação no português brasileiro (PB), tomando como base os postulados da Teoria Funcional. A pesquisa investiga o estrangeirismo “*job*”, oriundo do inglês, e sua nova atribuição semântica – serviço sexual – a partir de contextos interacionais. Para tanto, esta pesquisa, de natureza exploratória, bibliográfica e qualitativa, tomou como *corpus* um vídeo musical e três *shorts* (vídeos de curta duração) disponibilizados pelo YouTube. A análise dos contextos interacionais nos quais a expressão “do *job*” está presente considera fatores fonéticos, morfológicos, sintáticos e pragmáticos. Constatou-se também, nesta pesquisa, que “do *job*” está passando por processos de gramaticalização e lexicalização no português brasileiro. A pesquisa contribui para os estudos sobre variação linguística, mais especificamente, no que concerne aos estrangeirismos e suas mudanças semânticas no português brasileiro.

Palavras-chave: do *job*; estrangeirismo; funcionalismo; gramaticalização; lexicalização.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Letras com licenciatura em português/inglês. Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas, na área de concentração “Linguística e Língua Portuguesa”, sendo bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0567-1941>.

Foreignisms and the Processes of Grammaticalization and Lexicalization in “*do job*”: a Functionalist Approach

Abstract

This study aimed to analyze the linguistic phenomenon of the expression “*do job*” in interactive contexts in Brazilian Portuguese (BP), based on the postulates of Functional Theory. The research investigates the loanword “*job*,” originating from English, and its new semantic attribution—sexual service—based on interactional contexts. To this end, a music video and three short videos (shorts) available on YouTube were used as *corpus* for this research of exploratory, bibliographic and qualitative nature. The analysis of the interactional contexts in which the expression “*do job*” appears considers phonetic, morphological, syntactic, and pragmatic factors. This research also found that “*do job*” is undergoing processes of grammaticalization and lexicalization in Brazilian Portuguese. This research contributes to studies on linguistic variation, more specifically regarding loanwords and their semantic changes in Brazilian Portuguese.

Keywords: *do job*; foreignism; functionalism; grammaticalization; lexicalization.

Introdução

A língua adotada por uma comunidade linguística está sempre sujeita a mudanças. À medida que os falantes de tal grupo expressam seu vernáculo, intensifica-se o processo de variação da língua. Logo, a interação entre os indivíduos implica mudança linguística. O mesmo acontece quando falantes de línguas distintas interagem entre si. É possível observar esse fenômeno com o uso, por parte dos brasileiros, da expressão “do *job*”, originada do contato entre falantes do português brasileiro (PB) e o inglês, língua franca da contemporaneidade, o que resultou na seguinte formulação: de (prep. port.) + o (art. port.) + *job* (subs. inglês).

Segundo o Dicionário Cambridge (2025), disponível virtualmente¹, *job* é o “trabalho regular que uma pessoa faz para ganhar dinheiro”². Porém, como será aprofundado na seção de análise do *corpus*, a expressão “do *job*”, usada pelos falantes brasileiros nas situações analisadas, adquiriu uma nova atribuição semântica, um tipo de “especialização” do termo: refere-se aos profissionais do sexo, ou seja, ao serviço no qual alguém faz sexo em troca de dinheiro. Quando alguém diz que x é “do *job*”, significa que a pessoa referida é uma profissional do sexo, conforme esse novo valor semântico.

O presente artigo tem como objetivo analisar o fenômeno linguístico manifesto no uso da expressão “do *job*” em contextos de interação no PB, tomando como base os postulados da Teoria Funcional. Dessa forma, esta pesquisa não só investigou a sintaxe envolvida na formação da expressão examinada, como também considerou os domínios da semântica e da pragmática. Além disso, este trabalho perscrutou o processo de empréstimo linguístico representado pelo termo *job*, bem como os fenômenos de gramaticalização e lexicalização ligados à formação da expressão “do *job*”.

Para tanto, foi analisado um *corpus* no qual é possível observar situações em que a expressão “do *job*” é usada no contexto brasileiro, constituído por um vídeo musical e três *shorts*³, todos encontrados por meio de busca na plataforma YouTube. A canção selecionada se chama “Do *job*”, de Grelo e Mc Tuto, e os títulos dos *shorts* são: “Quanto ganha por mês

1 O endereço eletrônico para a explicação da palavra *job* no dicionário virtual da Cambridge pode ser acessado pelo seguinte *link*: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/job>.

2 A citação no corpo do texto foi traduzida pelo autor deste artigo. O texto original é o seguinte: “The regular work that a person does to earn money”.

3 Modalidade de vídeos na internet conhecidos por serem curtos, com duração de, normalmente, um minuto.

uma do job em Balneário Camboriú”, “Garotas do job trabalhando #job #mulher” e “Profissão chamada do JOB”.

A próxima seção deste artigo é dedicada aos princípios teóricos e conceituais adotados para a análise. Nela, os conceitos de funcionalismo, estrangeirismo, gramaticalização e lexicalização são discutidos. Em seguida, há um segmento do texto dedicado à apresentação da metodologia utilizada e outro concernente à análise propriamente dita. A última seção contempla as considerações finais acerca da discussão realizada.

Estrangeirismo, gramaticalização e lexicalização

Para investigar o fenômeno linguístico manifesto na expressão “do *job*”, foi adotada a perspectiva do funcionalismo. A linguagem, para os funcionalistas, é concebida como um instrumento de interação social. O interesse de investigação linguística dos pesquisadores que se afiliam a essa abordagem está na situação comunicativa, a qual envolve os interlocutores e o contexto discursivo – ou seja, as condições discursivas. Dessa forma, o funcionalismo busca explicar as regularidades percebidas no uso interativo da língua (Cunha, 2009). Para além da condição da situação comunicativa imediata, Volóchinov (2019, 2025) alerta que outros fatores externos influenciam a produção discursiva, como o fato de o falante considerar um “auditório” para direcionar seu discurso. Logo, a canção e os vídeos analisados foram produzidos tendo um “auditório” em mente, ou seja, pessoas para quem o discurso foi direcionado.

Portanto, a estrutura gramatical das línguas não é vista como um sistema abstrato pelos funcionalistas, diferentemente das correntes formalistas (com especial destaque ao estruturalismo e ao gerativismo). Os linguistas que adotam o funcionalismo como abordagem estudam a relação da estrutura gramatical de uma língua e os contextos comunicativos em que ela é usada (Cunha, 2009). Para essa corrente, a língua não é um sistema abstrato convencionado que impõe regras sobre os indivíduos, os quais não exercem nenhuma influência sobre ele, tampouco uma estrutura mental inata, desenvolvida, principalmente, na infância por meio de contato com *outputs* externos. A língua, para os funcionalistas, é o resultado das

interações de seus falantes entre si ou do contato desses falantes com outras comunidades linguísticas.

A variação da estrutura linguística decorre da frequência de uso pelos falantes e da natureza de suas interações. Na perspectiva do funcionalismo, um grande conjunto de fenômenos linguísticos é o resultado da adaptação da estrutura gramatical às necessidades comunicativas dos falantes de um sistema linguístico. Logo, além de os funcionalistas apresentarem concepções distintas da natureza da linguagem, apresentam também diferentes objetivos de análise linguística, métodos próprios e preferência por dados empíricos que divergem aos de outras abordagens (Cunha, 2009). Além disso, essa corrente confere mais atenção a fatores de ordem semântica e pragmática, se comparada às correntes formalistas. Esses fatores são essenciais para entender o caso do fenômeno linguístico “do *job*”, fruto do contato entre falantes do PB com o inglês.

Como dito anteriormente, *job* é uma palavra oriunda do inglês cujo significado tradicional é, essencialmente, o trabalho que uma pessoa faz para receber dinheiro. À medida que os brasileiros intensificaram seu contato com o inglês, também surgiram novos itens lexicais no PB em forma de empréstimos linguísticos – sendo *job* um desses vocábulos.

No que diz respeito aos empréstimos linguísticos e, mais especificamente, aos estrangeirismos, há, entre as correntes da Linguística, posicionamentos diversos. Até mesmo os lexicógrafos e os gramáticos posicionam-se de maneira distinta em relação a esse tipo de contato linguístico. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), base de pesquisa lexical publicada pela Academia Brasileira de Letras (ABL), diz apenas que esse item lexical é um substantivo masculino oriundo do inglês⁴, sendo possível localizá-lo por meio da barra de pesquisa “Vocabulário de Estrangeirismos”, disponível na plataforma. Os autores Garcez e Zilles (2001) sugerem que um possível motivo para a adesão dos brasileiros a tantos termos vindos do inglês seria o desejo da classe consumidora brasileira de se espelhar nos modelos de consumo norte-americano e europeu.

Em relação aos gramáticos, Domingos Paschoal Cegalla (2010), nome consagrado pela tradição letrada brasileira, percebe os estrangeirismos com uma posição mais purista da língua, ao dizer que “o inglês e o francês são os idiomas que maior influência exercem, hoje, sobre o português.

⁴ Disponível neste [link](https://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-de-estrangeirismo): <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-de-estrangeirismo>.

Pelas páginas dos jornais e das revistas desliza um caudal de anglicismos e galicismos, muitos dos quais desnecessários” (Cegalla, 2010, p. 127). Apesar disso, o autor reconhece as influências derivadas do contato mútuo que as línguas podem exercer entre si, quando diz:

As palavras de outros idiomas penetram na língua através das relações entre povos e graças às influências que as culturas e civilizações exercem umas sobre as outras. Desde os primórdios da língua portuguesa, e mais intensamente na fase da sua expansão pelos continentes e, depois, nos séculos das grandes invenções numerosos termos estrangeiros, importados e aprovados pelo uso, vieram enriquecer-lhe o patrimônio léxico. (Cegalla, 2010, p. 126).

Rocha Lima (2024), por sua vez, não apresenta explicações nem comentários a respeito dos estrangeirismos na sua *Gramática normativa*. Celso Ferreira da Cunha e Luis Filipe Lindley Cintra (2016) falam somente a respeito das variações linguísticas decorrentes de processos internos de interações entre falantes do português, sendo elas: variações diatópicas (falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais), variações diastráticas (nível culto, língua padrão, nível popular etc.) e variações diafásicas (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres etc.).

Já Evanildo Bechara (2019), gramático e filólogo também consagrado pela tradição linguística brasileira, não só dedica seções da sua *Moderna gramática portuguesa* para os neologismos derivados de contatos do português com outras línguas, como também apresenta dois conceitos essenciais e adotados nesta pesquisa: empréstimos e estrangeirismos. Segundo o autor,

De modo geral, os estrangeirismos léxicos se repartem em dois grupos: os que se assimilam de tal maneira à língua que os recebe, que só são identificados como empréstimos pelas pessoas que lhes conhecem a história (*guerra, detalhe*, etc. – a esses os alemães chamam *Lehnwörter*, ‘empréstimos’); mas há os que facilmente mostram não ser prata da casa, e se apresentam na vestimenta estrangeira (*maillot, ballet, feedback, footing*, etc.) ou se mascaram de vernáculos, como *maiô, abajur, tíquete*, etc. (são os, em alemão, *Fremdwörter*, ‘estrangeirismos’). O termo *empréstimo* abarca estas duas noções e se aplica tanto aos estrangeirismos léxicos quanto aos sintáticos e semânticos. (Bechara, 2019, p. 633).

O uso constante do estrangeirismo *job* resultou em uma nova atribuição de significado a esse termo: o de “profissão do sexo”. Ocorreu também uma variação desse item lexical no que diz respeito à sintaxe, na medida em que as incidências do termo são frequentemente precedidas da junção da preposição “de” somada ao artigo “o”, formando a expressão “do *job*”, a qual está passando pelos processos de gramaticalização e lexicalização, segundo a abordagem funcionalista.

Gramaticalização, de acordo com Cunha (2009), é um processo no qual itens lexicais e construções sintáticas passam a assumir funções gramaticais e, quando gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Ou seja, designa as eventuais transformações que itens lexicais de natureza concreta, normalmente substantivos, passam ao se tornarem mais abstratos, mudando de classe morfológica, ou quando itens gramaticais passam a desenvolver novas funções gramaticais. É um processo que pode resultar em perdas fonéticas e, até mesmo, em junções de itens gramaticais a outros itens, transformando-se, assim, em morfemas. É possível observar esse fenômeno no texto de Martelotta e Silva (1996), intitulado “Gramaticalização de *então*”, no qual é atestado que o elemento “então”, de um modo geral, tende a ocorrer mais no discurso oral e que seus usos mais gramaticalizados, e, portanto, mais abstratos, tendem a predominar nos níveis mais altos de escolaridade.

Outro processo linguístico investigado pelos funcionalistas e fundamental para esta pesquisa é o da lexicalização. No trabalho de Barreto (2012), intitulado “Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares?”, é mostrado como esses dois processos são muito similares e difíceis de serem delimitados, muitas vezes sendo considerados processos paralelos que operam em diferentes níveis da língua, visto que ambos envolvem redução fonética, reanálise sintática, desmotivação, fossilização e convencionalização. Além disso, a autora diz que,

uma vez que no processo de gramaticalização há não só a recategorização, a morfologização e a sintaticização, mas a aquisição de um novo conteúdo semântico e de uma nova função gramatical, o item gramaticalizado passa a ocupar um lugar no acervo lexical da língua. Desse modo, a gramaticalização parece contribuir para a lexicalização. [...] Um outro ponto que merece consideração é o fato de se considerar a gramaticalização como um processo essencialmente metafórico e a lexicalização, um processo metonímico. (Barreto, 2012, p. 412).

A pesquisadora ainda afirma que o linguista alemão Christian Lehmann restringe e define lexicalização “ao processo segundo o qual uma forma linguística se torna lexical, isto é, passa a pertencer ao inventário de uma língua, tornando-se holística” (Barreto, 2012, p. 407). Além disso, conforme Barreto (2012), a lexicalização é o estágio final da gramaticalização. Acreditamos ser esse o caso da expressão “do job”.

Bezerra Júnior *et al.* (2023), no artigo “O processo de lexicalização de ‘fanfic’: uma análise no Twitter”, investigaram o estrangeirismo *fanfic*, oriundo do inglês *fan fiction*, e descobriram, com base num *corpus* de 2536 *tweets*, que esse termo está passando por três processos linguísticos no PB: lexicalização, semanticização e gramaticalização. Além disso, sua incorporação está sendo sujeita às regras fonológicas e morfológicas do PB. Essa investigação foi muito importante para a produção deste artigo devido à escolha do *corpus* e do objeto e aos fenômenos analisados, os quais são similares aos do presente artigo. A seguir, apresentaremos a metodologia adotada para a investigação feita nesta pesquisa.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza exploratória, bibliográfica e qualitativa. A abordagem exploratória, nas palavras de Antônio Carlos Gil (2002), tem

como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (Gil, 2002, p. 41).

Na investigação proposta por este artigo, a pesquisa exploratória considerou variados aspectos para o estudo do objeto. Observou-se os fatores linguísticos de ordem pragmática, sintática e semântica por meio de textos em situações comunicativas diversas (canção e vídeos de relato e de entrevista) para a compreensão da gramaticalização e da lexicalização na

expressão “do *job*” no PB. O autor ainda diz que, “embora o planejamento de pesquisa obrigatória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso” (Gil, 2002, p. 41).

No que concerne à pesquisa bibliográfica, também segundo Gil (2002),

é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (Gil, 2002, p. 44).

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para o conhecimento das produções bibliográficas a respeito do funcionalismo e dos conceitos de “estrangeirismo”, “gramaticalização” e “lexicalização”. As obras consultadas ofereceram o aporte teórico necessário para a análise e para as conclusões realizadas neste trabalho.

Por fim, a investigação adotou, ainda, um caráter de pesquisa qualitativa para a análise propriamente dita. Segundo Silveira e Córdova (2009), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 32). Dessa forma, ao observar as situações de interação social nos contextos comunicativos em que “do *job*” se manifesta no *corpus*, foi feita a análise para a explicação dos fenômenos linguísticos da gramaticalização e da lexicalização, os quais, por serem de natureza linguística, são sociais.

Para a coleta do *corpus* mencionado na introdução, foram digitadas as palavras “do” seguida por “*job*” no YouTube. A canção “Do job”, de Grelo e Mc Tuto, foi escolhida por ter o maior número de visualizações entre as canções que apareceram. Os outros três vídeos mostraram situações interacionais diferentes, além de também terem um número expressivo de visualizações. O número de visualizações é importante para ter uma noção do quanto a expressão examinada tem se difundido no PB e as situações de comunicação diferentes também mostram a disseminação e popularização da expressão nas mais diversas esferas da vida. A seguir, será detalhada a análise propriamente dita do termo “do *job*” com base no *corpus*.

Análise do *corpus*

Conforme exposto nas seções anteriores, o *corpus* selecionado para este trabalho consiste em um vídeo musical, “Do job”⁵, de Grelo e Mc Tuto, e três *shorts*. Os títulos dos *shorts* são: “Quanto ganha por mês uma do job em Balneário Camboriú”⁶, “Garotas do job trabalhando #job #mulher”⁷ e “Profissão chamada do JOB”⁸. A escolha dos vídeos foi feita com base no número de visualizações, o que se justifica pelo fato de esse critério indicar a popularização da expressão “do job” e o expressivo alcance de contato entre a população brasileira com esse termo de origem inglesa. A partir daqui, até o final desta seção, todas as incidências de “job”, “o job” e “do job” provenientes do *corpus* analisado serão grafadas em negrito (incluindo nos títulos dos vídeos) para facilitar as comparações e os eventuais exames que o leitor vier a fazer.

O primeiro objeto de análise foi o vídeo musical “**Do job**”, de Grelo e Mc Tuto. Trata-se de um vídeo publicado no YouTube, em 11 de novembro de 2024, no canal MC Tuto, com três minutos e treze segundos de duração e, no momento de escrita deste texto, contando 86.513.356 visualizações dos usuários dessa plataforma, quantidade essa que indica a popularização da canção e um grande alcance de contato entre a população brasileira e a expressão “do job”. Esse canal é voltado para o público que escuta a vertente do *funk* cujas canções normalmente versam a respeito de relações amorosas entre homens e mulheres. A seguir, reproduzimos a letra da canção analisada, à qual foram acrescentados, pelo autor deste artigo, os sinais de barra (/) para delimitar as fronteiras entre os versos:

Tava de bobeira no pão/ Ela encostou, me chamou de lindo/ Eu falei: Bebê, linda é você/ Aí o resto você já deve saber o que rolou/ Logo eu descobri que ela era **do job**/ Mas pensa na mina que é de boa demais/ Eu falei: Bebê, me trata de um jeito especial/ Que eu trato você como a princesa que você é/ E nunca mais ela me cobrou, só vem pelo *love*/ Nunca mais ela trabalhou, agora é pelo esporte/ Como é que pode? Como é que pode?/ Consegui ganhar o coração da **do job**/ E nunca

5 Canção disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WNesCpWncIQ>

6 *Short* disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/aZyb8MIRReM>

7 *Short* disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/HRsK9lx7Tdg>

8 *Short* disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/e0txaL8yIHQ>

mais ela me cobrou, só vem pelo *love*/ E nunca mais ela trabalhou, agora é pelo esporte/ Como é que pode? Como é que pode?/ Consegui ganhar o coração da **do job**/ Tava de bobeira no pião/ Ela encostou, me chamou de lindo/ Eu falei: Bebê, linda é você/ Aí o resto você deve saber o que rolou/ Logo eu percebi que ela era **do job**/ Mas pensa na mina que é de boa demais/ Eu falei: Bebê, me trata de um jeito especial/ Que eu trato você como a princesa que você é/ E nunca mais ela me cobrou, só vem pelo *love*/ E nunca mais ela trabalhou, agora é pelo esporte/ Como é que pode? Como é que pode?/ Consegui ganhar o coração da **do job**/ E nunca mais ela me cobrou, só vem pelo *love*/ E nunca mais ela trabalhou, agora é pelo esporte/ Como é que pode? Como é que pode?/ Consegui ganhar o coração da **do job**/ E nunca mais ela me cobrou, só vem pelo *love*/ E nunca mais ela trabalhou, agora é pelo esporte/ Como é que pode? Como é que pode?/ Consegui ganhar o coração da **do job**. (Do job, 2024, 00:00 – 03:13).

Nessa canção, há um eu lírico masculino que se envolve em um romance com uma mulher que ele descobre posteriormente trabalhar com serviços sexuais, o que é evidenciado no verso “Logo eu descobri que ela era **do job**”. À medida que o relacionamento deles progride, eles se apaixonam e ela não cobra mais para ter momentos íntimos com ele, como demonstrado nos versos a seguir: “Consegui ganhar o coração da **do job**/ E nunca mais ela me cobrou, só vem pelo *love*/ E nunca mais ela trabalhou, agora é pelo esporte”. Considerando-se os aspectos contextuais e imagéticos, os versos selecionados demonstram claramente que a expressão “do *job*” diverge do sentido original de *job* ao especializar o trabalho que alguém faz em troca de dinheiro para o serviço sexual. Para além da letra da canção, fatores visuais colaboram para inferir esse sentido. No fundo do vídeo há uma mão feminina oferecendo um coração roxo em uma das extremidades e, na outra, uma mão masculina segurando várias notas de R\$100,00. Uma possibilidade para a escolha do coração roxo ao invés do usual vermelho esteja na forma como alguns jovens usam corações dessa cor em redes sociais. Nesse tipo de uso, o coração roxo é usado em situações de flerte, na forma de *emoji*⁹, simbolizando uma intenção de cunho sexual daquele que o posta numa conversa privada com seu alvo de interesse. Certamente essa hipótese dialoga com o contexto do vídeo, tendo em vista o teor da letra musical comentada acima, o valor semântico da expressão “do *job*”, somados

⁹ Pequenos ícones ou figuras usados nas redes sociais para expressar ideias e emoções.

à troca do coração roxo pelas notas de dinheiro, sugerida pela imagem de fundo do vídeo. Assim, a mulher estaria concedendo uma relação sexual, simbolizada pelo coração roxo, em troca das notas de dinheiro do homem.

O primeiro *short*, “Quanto ganha por mês uma **do job** em Balneário Camboriú”, é um vídeo curto, com quarenta e três segundos de duração, postado pelo canal do YouTube chamado Maicon Küster, em 12 de setembro de 2024, e, no momento de escrita deste texto, contava com 10.671.333 visualizações, outro número que indica a expressiva circulação da expressão “do job”. Esse canal é voltado para um público jovem e a temática dos vídeos é diversa, abarcando política, fofoca sobre *influencers* e, até mesmo, vídeos musicais feitos pelo Maicon Küster. O vídeo analisado trata-se de um *react*¹⁰, em que o *youtuber* Maicon Küster reage, ao vivo, a uma entrevista feita durante a noite com uma trabalhadora do sexo na cidade de Balneário Camboriú, em Santa Catarina. Ao todo, há cinco falantes nesse vídeo: o entrevistador, a entrevistada, o *youtuber* Maicon Küster (que será abreviado como MK) e duas pessoas não nomeadas no vídeo que interagem com o *youtuber* (que serão sinalizadas como OUTRA PESSOA 1 e OUTRA PESSOA 2). Antes da fala de cada um deles, está indicado, em caixa alta, quem fala, seguido por dois pontos. Segue a transcrição do vídeo analisado:

ENTREVISTADOR: Qual é a tua profissão hoje?

MK: Ó, essa aqui eu acho que ela é estudante de Medicina também! Vamos ver se é isso mesmo...

ENTREVISTADA: A minha é o **job**.

MK: Ah! Errei... vamo lá!

ENTREVISTADOR: É o quê?!

MK: Quem diria...

ENTREVISTADOR: Eu sou casado, eu não entendo disso, viu gente? E aqui, dá dinheiro?

OUTRA PESSOA 1: Ele se fazendo de desentendido haha.

OUTRA PESSOA 2: “Eu não entendo o que é **do job**, eu sou casado”!

ENTREVISTADA: Balneário dá muito dinheiro!

MK: Eita... dá muito dinheiro pras **do job** aí, rapaziada.

¹⁰ Modalidade de vídeo comum no YouTube, no qual a pessoa que posta um vídeo reage e faz comentários a respeito de outro vídeo.

ENTREVISTADOR: Quanto que você cobra por hora?

ENTREVISTADA: Tem *job* de 1000... tem *job* de meia hora... às vezes vai... (Interrupção do MK)

MK: O mercado tá supervalorizado hein, rapaziada?! Agora eu entendo a Mari Ávila cobrar 15 mil, né?

ENTREVISTADA: 600, 700 reais.

ENTREVISTADOR: Você trabalha quantos dias na semana?

ENTREVISTADA: Cinco.

ENTREVISTADOR: 4.000 por semana e 16.000 no mês?

ENTREVISTADA: Por aí. Mas o que vale é isso!

ENTREVISTADOR: Cara! Isso é um puta número!

MK: Eu tenho minhas dúvidas, hein... só umas dúvidas! (Quanto ganha, 2024, 00:00 – 00:43).

A primeira ocorrência do termo analisado nesse *short* vem precedida pelo artigo “o”. Quando o entrevistador pergunta qual é a profissão da entrevistada, ela responde que trabalha com “o *job*”, como se fosse esperado delimitar o que seria esse trabalho, se tomássemos o sentido original do termo. Ao mesmo tempo que isso demonstra uma vontade de ocultar a natureza da profissão por meio de eufemismos, mostra que há uma certa popularização do termo. O entrevistador fica surpreso pela imprevisibilidade da resposta e diz, de forma cômica, que não conhece a expressão por ser casado, indicando que ele seria julgado pelo seu cônjuge caso conhecesse esse novo valor semântico de *job*. Em seguida, pergunta quanto a entrevistada cobra por hora e ela responde dizendo que há *job* de R\$1.000,00 e *job* de meia hora, os quais variam entre R\$600,00 e R\$700,00. Depois, ele conclui que ela faz R\$16.000,00 por mês. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, Maicon Küster reage com surpresa em relação a esses valores, mencionando Mari Ávila que, segundo ele, cobraria R\$15.000,00 dentro desse “mercado”.

O próximo *short* analisado se chama “Garotas **do job** trabalhando #job #mulher”. Ele é um vídeo de onze segundos de duração que foi postado pelo canal @MauBrMaya no dia 12 de maio de 2025 e contava com 38.911 visualizações na data de escrita deste texto. Esse canal normalmente posta vídeos que mostram as experiências pessoais do filmador. No vídeo analisado, há apenas um falante, que diz o seguinte: “Aqui, galera, as garotas

do job trabalhando. Já no pontinho delas... no outro lado da rua” (Garotas, 2025, 00:00 – 00:11).

Para compreender completamente essa fala e as implicações da expressão “do *job*”, é essencial levar em consideração os fatores pragmáticos nela envolvidos. A pessoa que gravou o vídeo e proferiu a fala mencionada estava dirigindo um carro, no meio de uma estrada, enquanto apontava a câmera para mulheres que estavam no outro lado da rua. Uma delas, inclusive, falava com um motorista que estava dentro do carro enquanto ela estava do lado de fora. A menção que o gravador do vídeo fez a um “pontinho” se refere a um lugar usual onde as pessoas que são profissionais do sexo podem ser encontradas para a contratação de serviços. Como foi evidenciado aqui, todos esses fatores de ordem contextual, somados ao que foi propriamente dito pelo falante, foram fundamentais para inferir que “do *job*” possui o significado discutido neste artigo, isto é, de “profissão do sexo”.

O terceiro e último *short*, “Profissão chamada **do JOB**”, postado no YouTube pelo canal @Manualantiotario, no dia 03 de janeiro de 2025, com duração de um minuto e vinte e sete segundos, e visualizado por 744.924 pessoas até o momento de escrita deste texto, é um *react* de uma experiência vivenciada por uma mulher que confundiu o sentido da expressão “do *job*”. Esse canal é voltado para o público que se identifica com o movimento masculinista. A maioria dos vídeos postados dizem respeito às relações entre homens e mulheres. O *react* em questão foi feito sem comentários por parte da pessoa que reagia ao vídeo, logo, sua transcrição, reproduzida a seguir, é constituída somente das palavras da mulher do vídeo motivador do *react*:

Gente, era um cabrunco de uma profissão chamada “**do job**”, né. E pra mim **job** eu misturo inglês e português direto. **Job** pra mim é trabalho isso e aquilo de boa. Tava no barzinho eu umas amiga minha e outra galera misturada, aí todo mundo conversando isso e aquilo, tal, tal, tal... aí a outra chegou pra menina e falou bem assim “E aí **o job** como é que vai?” Aí ela “Vai de boa crescendo muito, graças a Deus! 2025 eu vou ganhar muito dinheiro”. Aí eu “Porra, que massa!” Aí eu tentando me enturmar, aí eu falei “Porra, que massa! Eu também tô trabalhando com a internet. Muito bom 2025 eu acho que vai dar bom pra mim com fé em Jesus isso e aquilo”. Elas “Ah! Cê trabalha com isso também?” Eu disse “Sim, sim”. Aí eu peguei e falei “É faço uns vídeo aí na internet, umas presepadinha que a

galera gosta de ser aquilo”. Elas “Que massa, qual seu... sua rede social?”. Isso aqui e eu mostrei meus vídeo tal no Instagram isso e aquilo. Começaram a rir... a rir pra gargalhar! Eu, rapaz, dizem que os vídeo é engraçado, mas desse jeito cê nem assistiu já tá rindo, já sei que é bom. Quando eu penso que não, elas falaram “Rapaz, a gente trabalha com **o job**”. Eu disse “Sim, isso pra mim tá melhor”. Vai tomar no... elas disse “Não, a gente trabalha com conteúdo adulto, mais de dezoito” Isso e aquilo... eu disse “Ah, então no caso você é puta?” Só que elas não gostaram porque fala que essa expressão é deselegante ao trabalho delas. Falei “Ah... não... entendi”. Desculpa e aquilo, respeito e tal... mas tem que se explicar melhor! Tem que expressar melhor essas coisas, porque a pessoa fica confundindo... “Ah... porque eu trabalho **no job**”. Primeiro que eu achei redundante essa frase porque trabalho e **job** é a mesma coisa, aí eu fiquei sem entender. Rapaz, eu fiquei num constrangimento tão grande e olha que pra eu ficar com vergonha é muito difícil, viu? Mas isso realmente... eu fiquei da cor dessa camisa. (Profissão, 2025, 00:00 – 01:27).

Como é possível perceber por meio do relato da mulher, a conotação de *job* como prestação de serviço sexual é relativamente nova. Além disso, como foi relatado, as próprias trabalhadoras do sexo estão se referindo a essa atividade usando *job* e suas formas acompanhadas de artigos e preposições e, no caso analisado, até preferem esse termo a outros para se referir ao próprio trabalho.

Ao todo, foram encontradas, nesse *corpus*, 24 ocorrências do vocábulo *job* (em negrito) com o sentido de prestação de serviço sexual em troca de compensação monetária, sendo 15 vezes precedidas pela preposição “de” somada ao artigo “o”, três precedidas apenas pelo artigo “o” e cinco aparições de *job* sem acompanhamentos. Ocorreu também uma situação específica na qual *job* foi precedido pela preposição “em” somada ao artigo “o”, formando “no *job*”. Isso evidencia que *job* com o valor semântico mencionado anteriormente é mais usado pelos falantes do PB quando acompanhado pela preposição “de” somado ao artigo “o”, o que mostra que ocorre uma reanálise sintática própria dos processos de gramaticalização e lexicalização (Barreto, 2012).

Vale ressaltar que, seguindo os princípios da Thaís Cristóforo Silva, a respeito da fonética e da fonologia do português (2019) e do inglês (2021), a pronúncia de “do *job*” proferida nos vídeos, na maioria de suas

manifestações, é feita da seguinte forma: [dU'ʒɔbI]. Isso sugere alterações fonéticas no estrangeirismo *job* próprias do PB, na medida em que, na pronúncia mais usual do inglês, diz-se ['dʒɑ:b], e um potencial ajuntamento das formas gramaticais “de” e “o” a esse vocábulo. Mostra-se, assim, a ação dos processos de gramaticalização e lexicalização no estrangeirismo examinado nas dimensões fonológica, morfológica e sintática.

Por fim, é possível dizer que há uma metonimização dos termos “*job*”, “do *job*” (forma mais usual e objeto desta pesquisa), “o *job*” e “no *job*”, visto que todos eles podem ser usados para se referir à profissão do sexo. A presença de metonímia é comum em itens lexicais que estão passando pelo processo de lexicalização (Barreto, 2012). Diante de tudo que foi dito até aqui, concluímos que a expressão “do *job*” está em vias de lexicalização e o acompanhamento mais recorrente de *job* – “de” + “o” – está em processo de gramaticalização com o estrangeirismo referido.

Considerações finais

Por meio de um *corpus* variado, composto por uma canção e três *shorts* de alcance expressivo no YouTube, pode-se constatar, levando em consideração fatores sintáticos, fonéticos, morfológicos e pragmáticos, que a nova atribuição semântica de “*job*” como trabalho remunerado para serviço sexual que alguém faz em troca de pagamento está se popularizando entre os falantes do PB. Tal variação linguística foi oriunda do contato frequente dessa comunidade de falantes com o inglês, língua de maior prestígio na contemporaneidade.

Pode-se perceber, sob a lupa do funcionalismo, que alguns estrangeirismos também passam pelos mesmos processos linguísticos que os vocábulos considerados naturais de uma língua, algo que resulta na mudança das línguas envolvidas e lhes acrescentam novas formas de expressão e interpretação da realidade. Esse é caso da expressão “do *job*”, que está em vias de lexicalização e gramaticalização no PB. Além disso, ambos os processos podem ocorrer simultaneamente, complementando um ao outro, como ocorrido na expressão investigada neste artigo.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp)*. Edição digital 2025-2026. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BARRETO, Therezinha. Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares? *In: LOBO, Tânia et al. (org.). Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. *E-book*. p. 407-416.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BEZERRA JÚNIOR, Alexsandro Santana *et al.* O processo de lexicalização de “fanfic”: uma análise no Twitter. *Travessias Interativas*, São Cristóvão-SE, v. 13, n. 28, p. 45-61, 2023. DOI: 10.51951/ti.v13i28.p45-61. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/18368>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. *In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 157-176.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

DICIONÁRIO CAMBRIDGE. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/>. Acesso em: 14 de jul. 2025.

DO JOB. Canal MC Tuto, 2024. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WNesCpWnclQ>. Acesso em: 17 de jul. 2025.

GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001. p. 15-36.

GAROTAS do job trabalhando #job #mulher. Canal @MauBrMaya, 2025. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/HRsK9lx7Tdg>. Acesso em: 19 de jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; SILVA, Lucilene Rodrigues da. Gramaticalização de então. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 123-131.

PROFISSÃO chamada do JOB. Canal @Manualantiotario, 2025. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/e0txaL8yIHQ>. Acesso em: 19 de jul. 2025.

QUANTO GANHA por mês uma do job em Balneário Camboriú. Canal Maicon Küster, 2024. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/aZyb8MIRReM>. Acesso em: 17 de jul. 2025.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2024.

SILVA, Thaís Cristóforo. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Thaís Cristóforo. *Pronúncia do inglês: para falantes do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). *Métodos de pesquisa*. Coordenação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFRGS) e do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2025.

Seção livre

A psicologia social em Volóchinov e Plekhanov: formas da comunicação social na crítica literária

Rodrigo Alan Feltrin Ferraz*

Resumo

O artigo analisa o conceito de psicologia social em Valentin Volóchinov e Gueórgui Plekhanov, examinando sua função mediadora entre base material e ideologia. Mostra-se que Volóchinov retoma a definição de Plekhanov, situando-a no âmbito de sua filosofia da linguagem e desdobrando-a nas formas da comunicação social, determinadas pelo regime sociopolítico e pela situação social mais próxima. Em Plekhanov, essas determinações aparecem em análises literárias e estéticas, sobretudo na relação entre arte e vida social.

Palavras-chave: psicologia social; comunicação social; dialogismo; Volóchinov; Plekhanov.

* Doutorando em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL-PUC/SP), Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA), São Paulo, SP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2705-1098>.

Social Psychology in Voloshinov and Plekhanov: Forms of Social Communciation in Literary Criticism

Abstract

This article examines the concept of social psychology in Valentin Voloshinov and Georgy Plekhanov, focusing on its mediating role between the material base and ideology. It shows that Voloshinov adopts Plekhanov's definition and reframes it within his philosophy of language as forms of social communication determined by the sociopolitical regime and the closest social situation. In Plekhanov, these determinations appear in literary and aesthetic analyses, especially in the relationship between art and social life.

Keywords: social psychology; social communication; dialogism; Voloshinov; Plekhanov.

1 Introdução

Em sua teoria linguística, o linguista e filósofo da linguagem Valentin Volóchinov (1895-1936) se apropria do conceito de psicologia social, tal como formulado por Gueórgui Plekhanov (1856-1918), desdobrando-o na noção de que as formas da comunicação social são determinadas pelo regime sociopolítico e pela situação social mais próxima. Segundo Volóchinov (2017, p. 109), “as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação. A mudança nessas formas acarreta uma mudança do signo”. Para Plekhanov, de modo análogo, uma situação sociopolítica estável favorece a doutrina da arte pela arte, enquanto os períodos revolucionários a desestabilizam, de modo que as variações dessa doutrina acompanham as transformações políticas. Em suas análises literárias, o filósofo demonstra atenção às condições mais próximas de interação dos artistas, a relação dos autores com a burguesia de sua época e com seus pares eleitos, compreendendo nelas um dado essencial para a crítica estética.

Propomos, neste artigo, uma reflexão sobre o conceito de psicologia social em ambos os autores e seus desdobramentos: em Volóchinov, como fundamento de uma teoria da comunicação social; em Plekhanov, como princípio que orienta a análise das determinações históricas da criação artística. Buscamos mostrar que a principal diferença entre os dois reside no âmbito de aplicação do conceito: enquanto Volóchinov o insere na estrutura de uma teoria geral da linguagem, Plekhanov o mobiliza em leituras ensaísticas voltadas à relação entre arte e vida social. Para desenvolver essa comparação, partimos da conceituação de psicologia social e examinamos, em seguida, como Volóchinov e Plekhanov articulam o vínculo entre as formas ideológicas e as condições sociais, observando, em especial, as determinações do regime sociopolítico e da situação social mais próxima. Trata-se de uma investigação teórica de caráter qualitativo, baseada em análise bibliográfica das obras de Volóchinov e Plekhanov e da literatura crítica a seu respeito.

2 O conceito de psicologia social

A relevância de Plekhanov para a tradição marxista russa é amplamente reconhecida e seus escritos filosóficos constituíram uma das primeiras tentativas sistemáticas de interpretar Marx à luz das condições históricas da Rússia do final do século XIX e início do XX. O revolucionário e teórico marxista Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924), mais conhecido pelo *nom de guerre* Lênin, por exemplo, afirmou que o filósofo “educou uma geração inteira de marxistas russos” (Plekhanov, 1987, p. 5). É nesse quadro que Volóchinov retoma o conceito de psicologia social, formulado por Plekhanov, incorporando-o à sua teoria das formas da comunicação social.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017 [1929]), Volóchinov utiliza o termo sem redefini-lo, apenas indicando sua origem no pensamento de Plekhanov. No glossário da tradução de Grillo e Américo (2017, p. 360), “ideologia do cotidiano” é apresentada como equivalente a psicologia social na tradição marxista. A correspondência não é casual, pois para Plekhanov (1987, p. 296), compreender o pensamento científico ou artístico de uma época exige reconstruir, a partir da base econômica, a psicologia social que expressa o “estado de espírito e de sentimento” predominante em determinada classe e tempo histórico. Essa dimensão, mediadora entre infraestrutura e ideologia, impede que a análise recaia em explicações idealistas ou místicas, as quais o filósofo denomina concepções de “alma social” ou “espírito do povo”.

Volóchinov retoma esse núcleo e o amplia, ao afirmar que a psicologia social só se concretiza no processo real de comunicação verbal. Fora da interação *sígnica* efetiva, o conceito perde materialidade e se converte em abstração metafísica. Daí sua formulação:

A assim chamada psicologia social que, de acordo com a teoria de Plekhanov e da maioria dos marxistas, é um elo transitório entre o regime sociopolítico e a ideologia em sentido estrito (ciência, arte, etc.), materializa-se na realidade como uma *interação verbal*. Fora desse processo real da comunicação e interação verbal (*sígnica* em sentido amplo), a psicologia social se transformaria em um conceito metafísico ou mítico. (Volóchinov, 2017, p. 106–107).

A citação, próxima da formulação original de Plekhanov, evidencia tanto a continuidade entre ambos quanto a inflexão decisiva proposta por Volóchinov, que consiste no deslocamento do problema da psicologia social para o terreno da linguagem, onde se inscrevem as formas da comunicação social e suas determinações históricas. Nessa perspectiva, a psicologia social converte-se no ponto de passagem entre a base material da sociedade e as formas concretas de comunicação, uma vez que toda ideologia se realiza materialmente no signo e que a interação verbal constitui a mediação efetiva entre base e superestrutura.

A materialização da psicologia social na palavra implica que a análise das ideologias não pode prescindir das formas de comunicação que as sustentam. Volóchinov denomina essas formas de gêneros discursivos, que são tipos relativamente estáveis de enunciado que condensam modos historicamente determinados de interação. Neles se configuram, de maneira simultaneamente *sígnica* e social, os modos de relação entre os sujeitos, a posição que ocupam no processo produtivo e o regime político que os organiza. Dessa forma, a ideologia deixa de ser uma esfera autônoma do pensamento e passa a ser apreendida nas formas concretas da comunicação cotidiana.

A psicologia social deve, portanto, ser observada sob dois aspectos correlatos: o conteúdo, que diz respeito aos temas ideológicos que ela veicula, e a forma, que corresponde às modalidades concretas de comunicação por meio das quais esses temas se realizam. Volóchinov (2017, p. 108) insiste que a tradição marxista se deteve demasiadamente na primeira dimensão, negligenciando a segunda, e propõe que se busquem “formas claras e materiais da expressão da psicologia social”. Essas formas são as “formas da comunicação cotidiana, *sígnica*”, cuja tipologia representaria, segundo ele, “uma das tarefas mais atuais do marxismo”. O autor afirma ainda, como princípio metodológico, que “não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material” (Volóchinov, 2017, p. 110).

Dessa perspectiva, cada época e cada grupo social dispõem de um repertório próprio de formas discursivas, nas quais o conteúdo ideológico se organiza segundo tipos de enunciado e modos de relação específicos. Há, segundo o autor, “uma unidade ininterrupta e orgânica entre a forma da comunicação, a forma do enunciado e o seu tema” (Volóchinov, 2017, p. 108). Essa unidade permite compreender que as formas da comunicação

discursiva são determinadas, em última instância, pelas relações de trabalho e pelo regime sociopolítico. As transformações das estruturas produtivas e dos sistemas de poder não apenas modificam o vocabulário e as representações, mas reconfiguram os próprios gêneros através dos quais os sujeitos se relacionam e produzem sentido.

A correlação entre base e superestrutura, que Volóchinov (2017, p. 106) reconhece como “extremamente complexa”, ganha assim um tratamento concreto: as relações produtivas condicionam os contatos verbais possíveis entre os indivíduos, e o regime sociopolítico define as formas pelas quais esses contatos se institucionalizam na prática discursiva. A psicologia social, como ideologia do cotidiano, realiza-se em enunciados e gêneros, que são formas de interação que expressam a posição social dos falantes e o conjunto das condições históricas em que se inscrevem. A teoria da linguagem de Volóchinov, portanto, não se limita a descrever as formas linguísticas, mas as reinscreve no movimento dialético entre base econômica e vida ideológica, transformando a análise da comunicação em instrumento de crítica materialista da cultura.

3 Volóchinov: as formas da comunicação social e suas determinações

Após estabelecer que a psicologia social se realiza como interação verbal, Volóchinov passa a examinar as suas manifestações concretas, as formas da comunicação social. Como observam Grillo e Américo (2017, p. 361) no glossário da edição brasileira, os termos *interação discursiva*, *comunicação social*, *interação social*, *comunicação ideológica* e *comunicação discursiva* são empregados pelo autor como sinônimos. No presente artigo, adotamos esse entendimento.

Assim, Volóchinov (2017, p. 107) define a psicologia social como “aquele universo de discursos verbais que abarca todas as formas e todos os tipos de criação ideológica estável”. Ela se realiza, portanto, nas diversas formas de enunciado, sob o modo de gêneros discursivos – “tipos de relação e interação por meio de signos” – que articulam o cotidiano e a produção

ideológica. É nessas formas, que podem ser chamadas também de formas da comunicação social, que a ideologia se materializa.

Ainda, o autor afirma que a psicologia social deve ser analisada em duas dimensões: a do conteúdo, isto é, “os temas que são pertinentes a ela”, e a da forma, “as formas e tipos de comunicação discursiva em que esses temas se realizam” (Volóchinov, 2017, p. 108). A tradição marxista, observa, privilegiou o estudo dos conteúdos temáticos e negligenciou a investigação das formas materiais da expressão. Para superar essa limitação, propõe que se busquem “formas claras e materiais da expressão da psicologia social”, que são justamente “as formas da comunicação cotidiana, *sígnica*”. Entre as exigências metodológicas, reitera o princípio de que “não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material” (Volóchinov, 2017, p. 110).

Retomando o argumento exposto na seção anterior, a análise da psicologia social envolve duas dimensões complementares: (i) o conteúdo, correspondente aos temas ideológicos que se materializam em enunciados, e (ii) a forma, correspondente às modalidades de comunicação – os gêneros – pelas quais esses temas se realizam. Em Volóchinov (2017, p. 107), essas duas dimensões são condicionadas pelo regime sociopolítico e pelas relações de trabalho, pois, como afirma o autor, “as relações produtivas e o regime sociopolítico condicionado diretamente por elas determinam todos os possíveis contatos verbais entre as pessoas”.

Essa formulação encontra eco em Plekhanov (1964, p. 123), que, nas *Cartas sem endereço* (1912–1913), afirma que “a arte de qualquer povo está determinada por sua psicologia; sua psicologia é resultado de sua situação, e esta depende em última instância do estado de suas forças produtivas e de suas relações de produção”. Ambos associam o desenvolvimento das formas simbólicas às condições materiais de existência: Plekhanov no campo da estética e Volóchinov no da linguagem. Em ambos, a psicologia social funciona como mediação entre base e superestrutura, permitindo compreender como o regime sociopolítico e a situação social mais próxima moldam as formas da comunicação e, nelas, a própria experiência ideológica.

4 Plekhanov e os escritos estéticos

Na obra de Plekhanov, a reflexão sobre arte e literatura integra uma concepção materialista da cultura que busca compreender as formas estéticas como manifestações historicamente determinadas da vida social. O filósofo considera que a arte possui raízes objetivas e decorre do ser social, o que o leva a sustentar que o retrato autêntico da realidade constitui seu principal critério de valor. Contra as tendências idealistas que desvinculavam a criação artística do mundo histórico, Plekhanov (1964, p. 21) defende o realismo como princípio estruturante e o vínculo necessário entre forma e conteúdo: “Quanto mais a execução corresponder ao projeto – ou, de modo mais geral, quanto mais a forma de uma produção artística corresponder à sua ideia – mais bem-sucedida ela será”, afirma o autor, sintetizando o que denomina critério artístico objetivo.

Shcherbina (1981, p. 13-14) afirma que, via de regra, apenas as afirmações sobre estética de Plekhanov que atestam que “a arte é socialmente condicionada, que depende da base” foram muito mais referenciadas do que aquelas que procuram explicar o que devemos entender por base, isto é, quais são as “características históricas específicas desse condicionamento, da interação mútua da arte e do ser social, da natureza específica de seu desenvolvimento histórico”¹. Mais adiante a autora menciona um momento no qual o próprio filósofo faz referência à complexidade de fatos da base material, em particular da influência do regime sociopolítico que, sob determinadas circunstâncias, pode inclusive se impor como o fator determinante:

“Em certos momentos do desenvolvimento social”, escreve Plekhanov em suas notas para palestras sobre arte, “a influência na literatura do fator político é mais forte do que a do fator econômico, por exemplo, no século XIX (durante a Restauração). Basicamente, a economia também existe, mas às vezes ela não exerce influência através da política, mas através da filosofia, por exemplo. Isso depende de *que tipo* de relações sociais se desenvolveram em uma determinada base econômica, mas parece que a questão depende do fato de que, por alguma

¹ No original: “[...] art is socially conditioned, that it depends on the basis.[...] specific historical features of this conditioning, the mutual interaction of art and social being, the specific nature of its historical development.”

razão inexplicável, os fatores se influenciam mais fracamente em alguns momentos e mais fortemente em outros”² (Shcherbina, 1981, p. 16, tradução nossa).

No ensaio *Arte e vida social*, essa tese ganha corpo na análise das transformações literárias do século XIX. O filósofo mostra que o deslocamento dos artistas em relação à vida pública e sua adesão à arte pela arte correspondem a momentos de estabilidade política, nos quais a ausência de luta social intensifica o sentimento de isolamento do criador. Quando, ao contrário, a realidade é atravessada por processos revolucionários, a arte tende a reconectar-se à vida social, abandonando o ideal de autonomia estética. A dinâmica que Plekhanov descreve repõe, em outro plano, a determinação mútua entre regime sociopolítico e formas simbólicas, princípio que Volóchinov retoma ao tratar das formas da comunicação social.

Esse princípio expressa, em linguagem estética, a mesma exigência metodológica que Volóchinov formula para a análise das formas da comunicação: não isolar o fenômeno ideológico de sua base material. A relação entre arte e vida social, título de um de seus ensaios de 1912–1913, é o ponto de partida para examinar o surgimento da doutrina da arte pela arte. Plekhanov distingue dois modos de compreender a função social da arte: de um lado, a concepção que a orienta para o desenvolvimento da consciência humana e a transformação do regime social; de outro, a visão que a toma como finalidade em si mesma, desligada de qualquer objetivo externo. É a essa segunda posição que o autor dá o nome de doutrina da arte pela arte.

A questão decisiva, contudo, não é apenas teórica: trata-se de compreender sob que condições sociais essa doutrina emerge. Pergunta Plekhanov (1964, p. 11): “Quais são as principais condições sociais que fazem que, nos artistas e nas pessoas vivamente interessadas pela criação artística, nasça e se reforce a tendência da arte pela arte?”. A resposta, coerente com o método histórico-materialista, remete ao descompasso entre a posição dos artistas e o meio social que os cerca. “A tendência dos artistas e das pessoas vivamente interessadas pela criação artística, para aceitar o ponto de vista

2 No original: “‘At certain moments of social development,’ Plekhanov writes in his notes for lectures on art, ‘the influence on literature of the political factor is stronger than that of the economic factor, for example, in the nineteenth century (during the Restoration). Basically, economics is there as well, but sometimes it does not exert an influence through politics, but through philosophy, for example. This depends on *what kind* of social relations have developed on a given economic basis, but it seems as though the matter depends on the fact that, for some inexplicable reason, the factors influence one another more weakly at some times and more strongly at others.’”

da ‘arte pela arte’, nasce e reforça-se na sequência do desacordo que existe entre eles e o meio social que os rodeia” (Plekhanov, 1964, p. 20).

A doutrina da arte pela arte, portanto, resulta de um estado de dissociação entre o produtor artístico e as condições sociais de sua existência, e não de uma pura opção estética. Nessa interpretação, Plekhanov aplica ao campo da arte o mesmo princípio que orienta Volóchinov na análise da linguagem: a forma de expressão – seja verbal, seja artística – é determinada pelas condições históricas da comunicação e pelas posições sociais dos sujeitos. Assim como a psicologia social se materializa nas formas da comunicação cotidiana, a consciência estética se materializa nas formas da criação artística.

Vemos claramente que Plekhanov considera o regime sociopolítico como fator essencial para se analisar a arte, e em certos quadros, por alguma razão inexplicável para o autor, mesmo o fator preponderante. Ainda em *Arte e vida social*, Plekhanov (1964, p. 15) começa por investigar o popular escritor russo Aleksandr Sergeevich Pushkin (1799-1839). Segundo o autor, houve um tempo em que Pushkin “não defendia a teoria da arte pela arte”; estamos falando da “época de Alexandre I”³, na qual o escritor “não refugia ao combate, pelo contrário, procurava-o”. No entanto, posteriormente, “na época de Nicolau I”⁴ as “suas ideias sofreram radical mudança” e o escritor russo passou a defender a tendência da arte pela arte. Com isso, o filósofo se pergunta, “a que se deve mudança tão profunda?” (Plekhanov, 1964, p. 15). Em seguida, o próprio autor responde:

O começo do reinado de Nicolau I foi assinalado pela catástrofe do 14 de dezembro⁵, que exerceu enorme influência sobre o desenvolvimento ulterior de nossa “sociedade” e sobre o próprio destino de Pushkin. Com os derrotados “decembristas” desapareceram de cena os representantes mais cultos e avançados da “sociedade” de então, o que não deixou de rebaixar consideravelmente seu nível moral e intelectual. (Plekhanov, 1964, p. 16).

3 Alcunha de Alexandre Pavlovich Romanov (São Petersburgo, 23 de dezembro de 1777 – Taganrog, 1 de dezembro de 1825), Imperador da Rússia de 1801 até sua morte, primeiro monarca russo simultaneamente Rei da Polônia e Grão-Duque da Finlândia.

4 Alcunha de Nikolai Pavlovich Romanov (Gatchina, 6 de julho de 1796 – São Petersburgo, 2 de março de 1855), Imperador da Rússia e Grão-Duque da Finlândia de 1825 até sua morte.

5 “O autor refere-se à insurreição armada dos revolucionários aristocratas contra a autocracia czarista, a 14 de dezembro de 1825, em São Petersburgo (de onde vem o nome de *decembristas*, aplicado aos insurretos). Após o esmagamento da insurreição, seus organizadores foram executados, e desterrados para a Sibéria muitos dos que dela participaram” (Plekhanov, 1964, p. 16, nota).

Primeiramente devemos observar que Plekhanov atribui a radical mudança de posição de Pushkin à ascensão do novo imperador que assume o trono na Rússia. Percebe-se ainda no texto que, além de uma mudança no regime político, a morte do antigo imperador e a ascensão do novo ocasionaram mudanças sociais no país, como a execução dos chamados “decembristas”, citados pelo autor. Plekhanov se ocupa, portanto, com a mudança no regime sociopolítico como fator relevante para a doutrina da “arte pela arte”, o que corresponde ao princípio que, mais tarde, seria formulado por Volóchinov ao tratar das determinações sociais da comunicação.

Adiante, com o objetivo de reforçar sua argumentação, Plekhanov (1964, p. 18) passa a observar autores contemporâneos de Pushkin em outro país, a França, onde, segundo o autor, “correntes intelectuais encontraram pelo menos até meados do século passado, a mais vasta simpatia em todo o continente europeu”. Ademais, segundo o filósofo, os escritores românticos franceses eram em sua grande maioria “ardentes partidários da arte pela arte” (Plekhanov, 1964, p. 20). Como se poderia imaginar, Plekhanov viu nos autores franceses o mesmo desacordo entre seus indivíduos e a sociedade de sua época. Segundo o filósofo, tal disjunção:

não constituía qualquer perigo para as relações sociais burguesas. Os jovens burgueses que formavam parte dos círculos românticos não se opunham absolutamente a ditas relações sociais, mas ao mesmo tempo, sentiam-se indignados ante a abjeção, o tédio e a vulgaridade da existência burguesa. A nova arte, que tanto os entusiasmava, era para eles um refúgio contra essa abjeção, tédio e vulgaridade (Plekhanov, 1964, p. 20).

Vemos mais uma vez Plekhanov atribuir as ideias estéticas dos artistas franceses à insatisfação que tinham a respeito da sociedade em que viviam. O filósofo novamente atribui esse fato ao regime sociopolítico:

Nos últimos anos da Restauração⁶ e na primeira metade do reinado de Luís Filipe⁷, isto é, na melhor época do Romantismo, havia-lhes sido mais difícil

6 A Restauração foi o período da história francesa durante o qual a Casa de Bourbon voltou ao poder após a queda de Napoleão Bonaparte (1769-1821) em 3 de maio de 1814. Interrompida brevemente pelos Cem Dias em 1815, a Restauração durou até a Revolução de Julho em 26 de julho de 1830.

7 O reinado de Luís Filipe (1773-1850) marca o fim da Restauração e o início da chamada Monarquia de Julho e se estende pelo período de 1830-1848, terminando com a Revolução de Fevereiro de 1848, início da breve Segunda República Francesa (1848-1852).

acostumarem-se à abjeção, ao prosaísmo e ao tédio burgueses, porquanto a França acabava de passar pelas tormentas da grande revolução e da época napoleônica que agitaram profundamente as paixões humanas. Quando a burguesia passou a ocupar a posição dominante na sociedade e deixou de sentir-se inflamada pelo fogo da luta libertadora, à nova arte não restou senão *idealizar a negação do modo de vida burguês*. A arte romântica foi justamente essa idealização (Plekhanov, 1964, p. 20, itálicos originais).

Dessa forma, seguindo o raciocínio de Plekhanov, o melhor período do Romantismo francês coincide com o momento de relativa calmaria no regime político do país, diferentemente do período anterior, que corresponde à grande Revolução Francesa de 1789 e os turbulentos anos que a ela se seguiram com as guerras napoleônicas. Foi o estabelecimento e consolidação da burguesia como classe dominante – Luís Felipe é conhecido na história francesa como *le roi-bourgeois*, o rei burguês – e com ela o circunstancial equilíbrio político do Estado francês que germinaram as condições requeridas para o florescimento do Romantismo no país. Esse movimento literário calcado na concepção da arte pela arte dependia de um relaxamento na luta política para motivar o distanciamento de seus escritores da vida social ao seu entorno, e disso decorre o *élan* do romantismo francês, que deve a esse momento histórico sua melhor época. Agora vejamos como Plekhanov avalia os defensores da arte pela arte no agitado momento revolucionário que se seguiu à serenidade na vida burguesa proporcionada pelo “Rei cidadão” Luís Felipe:

Quando estalou a tormenta vivificadora da revolução de fevereiro de 1848, muitos artistas franceses partidários da teoria da arte pela arte, rechaçaram-na decididamente. Inclusive Baudelaire, a quem Gautier haveria de citar depois como o exemplo de artista firmemente convencido da necessidade de autonomia absoluta da arte, começou desde o primeiro momento a editar a revista revolucionária *Le Salut Public* [*A Salvação Pública*]. É bem verdade que a revista logo deixou de circular, mas ainda em 1852, no prefácio a *Chansons*, de Pedro Dupont, Baudelaire qualificava de pueril a teoria da arte pela arte e proclamava que a arte devia perseguir fins sociais. Tão somente o triunfo da contrarrevolução fez com que Baudelaire e outros artistas de ideias análogas voltassem definitivamente à “pueril teoria da arte pela arte” (Plekhanov, 1964, p. 24-5).

Vemos aqui, novamente, a situação política mudar o posicionamento dos escritores. Aqueles que anteriormente eram vistos como autores exemplos da firmeza com que defendiam a doutrina da arte pela arte – como Charles Pierre Baudelaire (1821-1867) e Pierre Jules Théophile Gautier (1811-1872) – mudaram bruscamente de posição no momento em que a calma da vida burguesa era interrompida pelo turbilhão da revolução: a teoria da arte pela arte passa de princípio a ser seguido a doutrina pueril e ingênua, para enfim se restabelecer com o fim do período revolucionário.

A leitura estética de Plekhanov, portanto, ilumina a dimensão histórica e coletiva da criação artística, convertendo a obra em um indício das contradições do tempo e das relações de classe que a produzem. Sua análise da arte pela arte antecipará, nas seções seguintes, a discussão sobre as duas determinações que Volóchinov associa às formas da comunicação social: o regime sociopolítico e a situação social mais próxima.

5 Determinação das formas da comunicação social: o regime sociopolítico

Ao examinar a arte no interior do materialismo histórico, Plekhanov busca compreender não apenas a dependência da arte em relação à base social, mas as modalidades específicas dessa dependência, isto é, os modos pelos quais as condições econômicas e políticas se convertem em forma estética. O filósofo distingue entre o condicionamento estrutural que relaciona a arte ao conjunto das forças produtivas e as mediações conjunturais, em que o regime sociopolítico atua como instância imediatamente determinante. Essa distinção é decisiva porque, em determinadas fases históricas, o fator político se impõe como mediador central das formas ideológicas. “Em certos momentos do desenvolvimento social”, observa o autor, “a influência na literatura do fator político é mais forte do que a do fator econômico [...]”. A economia continua a existir, mas às vezes ela atua através da política ou da filosofia” (Plekhanov, 1981, p. 16).

Essa formulação explicita o que Volóchinov denominará, em outra chave, a determinação das formas da comunicação social pelo regime sociopolítico: uma correspondência dinâmica entre estrutura econômica,

organização política e linguagem simbólica. O regime político, com suas instituições, censuras e sistemas de legitimação, delimita as condições concretas de interação social e, portanto, as possibilidades expressivas do signo. A arte, nesse sentido, não reflete mecanicamente a economia, mas refrata as transformações políticas que modulam a vida coletiva.

É sob esse prisma que Plekhanov interpreta as inflexões estéticas de Pushkin. Na época de Alexandre I, o poeta ainda se posicionava no espaço público como intérprete das contradições políticas de seu tempo; já sob Nicolau I, após a repressão de 1825 e o exílio dos decembristas, seu horizonte se retrai e sua obra assume feição mais introspectiva. A substituição de um regime por outro não alterou apenas as condições objetivas de publicação e recepção da literatura, mas também a psicologia social dos intelectuais russos. O desmoronamento das expectativas revolucionárias engendrou uma consciência desiludida, que se manifestou na adoção da doutrina da arte pela arte – tentativa de preservar a autonomia do espírito num ambiente de repressão e silêncio político. A mudança de orientação estética de Pushkin, longe de ser mera evolução individual, ilustra o modo como o regime sociopolítico redefine o campo das formas possíveis de expressão.

O mesmo mecanismo é identificado por Plekhanov na França. Após o tumulto revolucionário e as guerras napoleônicas, o período de relativa estabilidade da Restauração e da Monarquia de Julho criou as condições ideológicas para o florescimento do Romantismo. O deslocamento dos artistas da esfera política para o espaço privado traduziu-se em uma psicologia social específica: “Os jovens burgueses que formavam parte dos círculos românticos não se opunham absolutamente às relações sociais existentes, mas sentiam-se indignados ante a abjeção, o tédio e a vulgaridade da existência burguesa. A nova arte era para eles um refúgio contra essa abjeção” (Plekhanov, 1964, p. 20). Essa recusa moral, que não rompe com a estrutura social, produz uma estética da negação abstrata, uma forma discursiva que, na linguagem de Volóchinov, poderíamos compreender como signo de um diálogo interrompido entre artista e sociedade. A arte pela arte aparece, então, como forma de comunicação ideológica voltada para dentro de si mesma, expressão de um regime de interação social limitado e autorreferencial.

Quando o regime político se transforma e a luta social reaparece, essa clausura estética tende a se romper. A revolução de 1848, observa

Plekhanov, levou muitos artistas – inclusive Baudelaire e Gautier – a rejeitar a doutrina da autonomia absoluta da arte. O mesmo Baudelaire que fora símbolo da pureza estética passa, durante o breve surto revolucionário, a dirigir um jornal político e a declarar pueril a teoria da arte pela arte. Somente com a contrarrevolução e o restabelecimento da ordem burguesa ele retoma a antiga posição. O vaivém das posturas revela que a estética não é autônoma em relação à conjuntura política: o regime de sociabilidade redefine o lugar do artista e o sentido de sua produção simbólica.

O que Plekhanov delinea, portanto, é uma tipologia das formas artísticas subordinada ao ritmo histórico das lutas políticas. Em períodos de estabilização, a arte tende à autorreclusão e ao formalismo; em momentos de mobilização social, ela recupera sua função comunicativa, aproximando-se da vida coletiva. A alternância entre essas fases constitui, em termos volochinovianos, uma transformação das formas da comunicação social: quando a sociedade se abre ao conflito, o diálogo reaparece; quando se fecha, o signo se autonomiza.

A leitura de Plekhanov evidencia, assim, que o regime sociopolítico age sobre a arte de modo análogo àquele que Volóchinov atribui à linguagem: em ambos os casos, o campo de possibilidades expressivas é definido pela estrutura das relações sociais e pela hierarquia de vozes que cada época autoriza ou silencia. A doutrina da arte pela arte é, nesse sentido, uma forma histórica de monologismo estético, correspondente a um momento de retração das forças populares e de consolidação burguesa. Já a arte revolucionária – como a linguagem popular estudada por Volóchinov – constitui um espaço de polifonia, no qual os sentidos se confrontam e as fronteiras entre sujeito e sociedade se tornam permeáveis.

A análise do regime sociopolítico em Plekhanov, portanto, não apenas ilumina a gênese das correntes estéticas modernas, mas também confirma, por via empírica, o princípio teórico de Volóchinov: as formas da comunicação, sejam elas verbais ou artísticas, são determinadas pelas condições concretas de interação social e transformam-se com as mudanças do regime político que organiza a experiência coletiva.

6 A visão de mundo de classes e grupos sociais: a situação social mais próxima

De acordo com o relato de Shcherbina (1981, p. 9), Plekhanov acreditava que “o artista reproduz os fenômenos da realidade à luz de suas visões de classe” e por isso o filósofo russo “relaciona a representação de certos aspectos da vida na arte com a visão de mundo de classes ou grupos sociais”⁸. No entanto, acrescenta ainda a autora (1981, p. 14), que as visões estéticas de Plekhanov refutam “a interpretação sociológica vulgar da arte como diretamente dependente da economia”, como aliás já tivemos a oportunidade de verificar anteriormente. Isso se deve à sua “ideia das formas complexas de conexão entre o ser social e a arte”⁹, tratando-se, portanto, da relação entre um multifacetado ser social, com suas inúmeras conexões e relações com o mundo social que o cerca.

Dedicar-nos-emos neste momento a recuperar como Plekhanov se refere à posição dos artistas em relação à sua situação social mais próxima. Como vimos anteriormente em Volóchinov (2017, p. 104-5), o linguista alude a esse conceito reportando o interlocutor imediato da situação de comunicação, em outras palavras, a quem seu discurso é diretamente endereçado, o público que o enunciador tinha em mente para tornar sua obra inteligível, seus *peers*. Ademais, Volóchinov versa exatamente sobre as relações sociais de grupos e classe presentes entre os envolvidos na comunicação. O filósofo se reporta a essa relação constantemente sob o ponto de vista das classes nesse contexto. Segundo Shcherbina (1981, p. 14), essas complexas relações são ilustradas por Plekhanov “com o exemplo do desenvolvimento do drama francês no século XVIII”¹⁰, e se põe adiante retoricamente a questão “O Aquiles de Racine é um grego ou um marquês da corte francesa?”¹¹ (Shcherbina, 1981, p. 17).

Em se tratando de Pushkin, Plekhanov (1964, p. 16) faz diversos comentários a respeito de quem ele considerava serem seus interlocutores:

8 No original: “According to Plekhanov, the artist reproduces the phenomena of reality in the light of his class views. He links the representation of certain aspects of life in art with the world outlook of classes or social groups.”

9 No original: “Plekhanov’s aesthetic view refutes the vulgar sociological interpretation of art as directly dependent on the economy. The idea of the complex forms of connection between social being and art was illustrated by Plekhanov [...]”.

10 No original: “illustrated by Plekhanov with the example of the development of French drama in the eighteenth century”.

11 No original: “Is Racine’s Achilles a Greek or a marquis from the French court?”

“Pushkin queixa-se do aborrecimento e da vulgaridade imperantes em nossas capitais. Mas o que fazia sofrer não era somente a grosseria da sociedade que o rodeava; amargavam-lhe também a vida suas relações com as ‘altas esferas’”. Nesse trecho, podemos observar que o filósofo tem a intenção de sublinhar que as relações de que Pushkin se queixa, e, portanto, as que mantém, não eram com qualquer público, mas com as altas esferas da sociedade, as quais ele presumia que seriam os seus leitores.

Mais adiante, a fim de reforçar o argumento, Plekhanov menciona o uso que o escritor russo faz do termo “povo”, o que poderia ser entendido como uma censura ao seu modo de analisar o escritor:

[...] objetar-me-ia que o poeta de Pushkin não dirige essas duras palavras a seus protetores, mas ao “povo”. Mas, o verdadeiro povo se encontrava completamente fora do campo visual da literatura de então. A palavra povo tem para Pushkin a mesma significação da palavra “multidão”, frequentemente usada por ele e que, naturalmente, não se refere às massas trabalhadoras. [...] É difícil supor que essa caracterização se refira, por exemplo, aos artesãos das cidades. (Plekhanov, 1964, p. 18).

Nesse momento fica claro para Plekhanov que as pessoas a quem Pushkin se refere quando usa as expressões destacadas por ele entre aspas não são a massa do povo trabalhador, mas alguma espécie de elite culta com a qual este se relaciona e na qual imagina um “representante médio” de um grupo social, tal como vimos em Volóchinov.

De volta aos escritores franceses, para Plekhanov a questão do interlocutor se manifesta no desprezo que sentem pela “sociedade burguesa”, por exemplo quando se referem à sua aparência, montada sob medida para *épater la bourgeoisie*:

Quem não ouviu falar do jaleco vermelho do próprio Gautier, motivo de escândalo entre a “gente de bem”? Os trajes fantásticos e os cabelos compridos eram recursos utilizados pelos jovens românticos para se contraporem aos odiados burgueses. A palidez do rosto era também uma espécie de protesto contra a sociedade burguesa. [...] é preciso assinalar que os esforços por adquirir esta ou outra aparência externa refletem sempre as relações sociais de uma época (Plekhanov, 1964, p. 21).

Como se vê, Plekhanov faz questão de mencionar o desprezo que os escritores românticos franceses sentem pela “burguesia” de sua época, marcado pela forma de se vestir e se portar. Segundo Plekhanov (1964, p. 20), os “burgueses” no vocabulário desses artistas eram “pessoas cujo único delito era levar vida burguesa e não prosternar-se ante os gênios românticos”. Tudo isso nos leva a crer que o filósofo imagina que os artistas não tinham interesse nesse grupo social como interlocutores, mas apenas naqueles que mantinham o mesmo desprezo pelas convenções de seu espaço e tempo, portanto estão se comunicando com outro grupo social, formado somente por seus pares, a *jeunesse dorée* que de fato lia seus livros. Vemos aqui um apelo à sua situação social mais próxima.

Se isso é verdadeiro para o juízo que Plekhanov faz de suas vestimentas, não menos o é para o que faz de seus escritos. Sobre os dois movimentos imediatamente posteriores àquele que o filósofo se refere como românticos, mas ainda no mesmo contexto histórico e social que o anterior, o autor comenta:

Os parnasianos e os primeiros realistas franceses (os Goncourt, Flaubert e outros) também sentiam desprezo infinito pela sociedade burguesa que os rodeava. Eles também lançavam constantemente impropérios contra os odiados “burgueses”. E se publicavam suas obras, não era, segundo diziam, para um público vasto, mas tão-somente para uns quantos eleitos [...] Segundo o que pensavam, só um escritor de mediano talento podia agradecer ao grande público (Plekhanov, 1964, p. 22).

Mais uma vez o autor destaca o descolamento social do grupo de que faziam parte os escritores franceses do período perante a “sociedade burguesa” que os cercava, destinando suas obras aos “eleitos”, seus interlocutores, outro grupo social, portanto se referindo novamente à situação social mais próxima. Vejamos agora que o desprezo dos artistas aos “burgueses” refletia o modo segundo o qual entendiam a relação entre arte e sociedade, e com isso o seu desprezo pela “arte utilitarista”:

Dada sua atitude frente à burguesia, os jovens românticos não podiam deixar de indignar-se ante a ideia de uma “arte utilitarista”. Converter a arte em algo útil era, a juízo deles, obrigá-la a servir àqueles mesmos burgueses que tanto desprezavam. É o que explicam as insolentes facécias que acabo de citar de Gautier contra os

partidários da arte utilitarista, aos quais tacha de “imbecis, cretinos, ignorantes”, etc. Isso explica também o paradoxo de que o valor atribuído por ele às pessoas e às coisas fosse inversamente proporcional à sua utilidade. (Plekhanov, 1964, p. 22)

Dessa forma, a doutrina segundo a qual a arte deve ter contato com a sociedade, chamada aqui de concepção de arte utilitarista, é vista com o mesmo desprezo de anteriormente. Vejamos agora para terminar um último trecho no qual Plekhanov se apropria de outro momento histórico na arte e oferece como contraponto ao descompasso dos românticos e parnasianos ao seu mundo social, a arte da época revolucionária na França de 1789:

Insurgindo-se contra o velho regime, Davi¹² e seus amigos sabiam perfeitamente que atrás deles se avigorava aquele terceiro estado que em breve, segundo a célebre expressão do Abade Sieyés¹³, haveria de ser tudo. Por conseguinte, o sentimento de divórcio para com o *regime imperante* ia acompanhado de um sentimento de simpatia para com a *nova sociedade* que se estava gerando nas entranhas da velha *sociedade* e se dispunha a substituí-la. Em troca, nos românticos e parnasianos, vemos algo bem diferente: não esperam nem desejam mudanças no regime social da França de sua época. Por isso, o divórcio com a sociedade que os rodeia é absolutamente irremediável. (Plekhanov, 1964, p. 23, itálicos do autor)

Vemos que o critério de Plekhanov se mantém idêntico. Ao tomar como contraponto Davi e a arte do período revolucionário anterior, o autor apresenta o exemplo de uma arte engajada com a vida social, tanto do ponto de vista dos artistas quanto de suas obras, isto é, uma arte “utilitarista”, nos termos já mencionados anteriormente.

12 Trata-se de Jacques-Louis David (1748-1825), pintor francês da escola do neoclassicismo, jacobino ativo no período da Revolução Francesa (1789-1899), ou seja, no contexto imediatamente anterior às correntes românticas de que se referia anteriormente.

13 “Referência à famosa frase do Abade Sieyés, em seu folheto, *Que é o Terceiro Estado?*, publicado em 1789: *Que é o terceiro estado? Nada. Que deve ser? Tudo.*” (Plekhanov, 1964, p. 23, nota)

7 Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos demonstrar que o conceito de *psicologia social*, formulado por Plekhanov e reelaborado por Volóchinov, permite compreender o processo de mediação entre base material e ideologia em dois níveis complementares: no plano macroestrutural, em que o regime sociopolítico organiza as formas de sociabilidade e define as possibilidades de interação verbal e artística; e no plano micro, em que a situação social mais próxima regula o endereçamento concreto das práticas discursivas, determinando a posição relativa dos sujeitos na comunicação. Em ambos os autores, a psicologia social funciona como elo dinâmico entre as estruturas econômicas e as formas simbólicas, e, por essa via, torna-se o princípio de inteligibilidade das transformações históricas da consciência coletiva.

Vimos que, em Volóchinov, essa mediação assume a forma de uma teoria da linguagem materialista, centrada na noção de enunciado e nas formas da comunicação social, em que o signo se converte no lugar de condensação das forças sociais em confronto. Em Plekhanov, a mesma problemática reaparece sob a forma de uma estética histórica, que examina o modo como o regime político e as condições de sociabilidade determinam o horizonte de criação e recepção artística. A convergência entre ambos se dá, portanto, não apenas na origem conceitual, mas na compreensão comum de que toda produção ideológica é, antes de tudo, uma forma de comunicação social.

Essa aproximação permite estender o alcance teórico da filosofia da linguagem de Volóchinov para além de seu contexto histórico, recolocando-a no debate contemporâneo sobre as condições materiais da comunicação e da cultura. Ao pensar as formas discursivas e artísticas como instâncias de luta ideológica, Volóchinov e Plekhanov antecipam questões que atravessam os estudos atuais da linguagem, da estética e da comunicação política. O exame conjunto de suas obras evidencia que, na tradição marxista, o signo não é mero reflexo da realidade social, mas um campo de disputa em que se elaboram as contradições da vida histórica – lugar em que a ideologia fala, se refrata e se transforma em linguagem.

Referências

GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Glossário. In: VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

PLEKHANOV, George. *A arte e a vida social e Cartas sem endereço*. Tradução de Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Brasiliense, 1964.

PLEKHÁNOV, George. *Obras escolhidas em um tomo*. Tradução de José Sampaio Marino. Moscou: Edições Progresso, 1987.

PLEKHANOV, Georgi. *Selected Philosophical Works in Five Volumes*. Tradução do russo para o inglês por K. M. Cook e A. Fineberg. Moscow: Progress Publishers, 1981. v. 5, Aesthetics.

SHCHERBINA, V. Plekhanov's Views of Aesthetics (Introduction). In: PLEKHANOV, Georgi. *Selected Philosophical Works in Five Volumes*. Tradução do russo para o inglês por K. M. Cook e A. Fineberg. Moscow: Progress Publishers, 1981. v. 5, Aesthetics.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.